

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL:  
LEITURAS DE UMA CIDADE MÉDIA

Maria José Martinelli Silva Calixto  
Valéria Ferreira da Silva Florentino  
(Organizadoras)



2016



PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL:  
LEITURAS DE UMA CIDADE MÉDIA

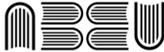
Maria José Martinelli Silva Calixto  
Valéria Ferreira da Silva Florentino  
(Organizadoras)

2016

Equipe EdUFGD/2012  
Coordenação editorial: Edvaldo Cesar Moretti  
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho  
Revisão e normalização bibliográfica:  
Raquel Correia de Oliveira  
Programação visual: Marise Massen Frainer

CONSELHO EDITORIAL  
Edvaldo Cesar Moretti - Presidente  
Célia Regina Delácio Fernandes  
Luiza Mello Vasconcelos  
Marcelo Fossa da Paz  
Paulo Roberto Cimó Queiroz  
Rozanna Marques Muzzi  
Wedson Desidério Fernandes

A presente obra foi aprovada de acordo com o Edital 01/2012/EdUFGD.  
Os dados acima referem-se ao ano de 2012.

Editora filiada à  
  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

Gestão 2015/2019  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Reitora: Liane Maria Calarge  
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

Equipe EdUFGD  
Coordenação editorial:  
Rodrigo Garófalo Garcia  
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho  
Revisão e normalização bibliográfica:  
Cynara Almeida Amaral, Raquel Correia  
de Oliveira e Wanessa Gonçalves Silva  
Programação visual: Marise Massen Frainer  
e-mail: editora@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL  
Rodrigo Garófalo Garcia - Presidente  
Marcio Eduardo de Barros  
Thaise da Silva  
Marco Antonio Previdelli Orrico Junior  
Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi  
Jones Dari Goettert  
Luiza Mello Vasconcelos

Revisão: Cynara Almeida Amaral e Wanessa Gonçalves Silva  
Projeto gráfico/capa: Marise Massen Frainer  
Imagem da capa: Releitura da obra "Metrópole", de Kátia Almeida:  
A cidade (óleo sobre tela) por Elaine Musculini.  
Diagramação, impressão e acabamento: Triunfal Gráfica e Editora – Assis – SP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

---

P962                   Produção do espaço urbano e regional: leituras de uma cidade média. /  
organizado por Maria José Martinelli Silva Calixto, Valéria Ferreira Silva  
Florentino. -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.  
221p.  
  
ISBN: 978-85-8147-128-0.  
Possui referências.  
  
1. Cidades médias. 2. Dourados-MS. 3. Espaço urbano. I. Calixto, Maria  
José Martinelli. II. Florentino, Valéria Ferreira da Silva.

CDD – 910.091732

---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.  
© Todos os direitos reservados. Conforme Lei nº 9.610 de 1998

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<b>Maria José Martinelli Silva Calixto</b>	
PARTE I	
Apontamentos sobre as relações/articulações entre uma cidade média e uma cidade pequena do estado de Mato Grosso no Sul	9
<b>Cláudio Cristhiano da Silva Nogueira</b>	
As relações de produção no campo e o processo de redefinição socioespacial em Dourados-MS: uma contribuição para a análise de uma cidade média	39
<b>Ana Cristina Yamashita</b>	
Centralidade urbana e redefinição socioespacial: uma análise do Shopping Avenida Center em Dourados-MS	67
<b>Hamilton Romero</b>	
PARTE II	
As fronteiras do caminho: ocupação de áreas urbanas e desigualdade socioespacial em Dourados-MS	103
<b>Francisco da Silva Queiroz</b>	
A favela do Jardim Clímax em Dourados-MS: olhares e leituras sobre os desdobramentos socioespaciais da apropriação do espaço urbano	129
<b>João Paulo Muniz Marin</b> <b>Maria José Martinelli Silva Calixto</b>	
Tramas e dramas no urbano: o Projeto Renascer em Dourados-MS e o processo de reprodução socioespacial	153
<b>Maria Amábili Alves de Castro</b>	
SOBRE OS AUTORES	219



## APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de um esforço coletivo de reflexão sobre o processo e as dinâmicas de produção do espaço em uma cidade média: a cidade de Dourados-MS. Apontando elementos constitutivos da singularidade deste município, esta obra reúne um conjunto de ideias construídas a partir de discussões, pesquisas e análises desenvolvidas por membros da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCi-Me) – equipe de Dourados-MS. Assim, ela agrupa textos resultantes de dissertações de mestrado e monografias de graduação desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no período de 2009 a 2011.

Na tentativa de desvendar os conteúdos específicos do processo que caracteriza a produção da cidade e do urbano, e que se revelam de forma diferenciada, acreditamos ser fundamental considerar que, embora as cidades médias sejam vistas por alguns autores como lócus da concentração do trabalho intelectual, locais receptores de fluxos de classe média e, conseqüentemente, de qualidade de vida, é importante referenciar também que tais cidades são marcadas por contradições socioespaciais. Nessa perspectiva, Dourados apresenta contradições decorrentes das formas diferenciadas de acesso à terra, que redefinem e reforçam o quadro de desigualdades reveladas, por exemplo, nas áreas de ocupação existentes na cidade, na criação de novas centralidades, nas novas formas de produção no campo e nas conseqüentes mudanças nos papéis urbanos.

Os desafios de leitura da realidade, dadas as grandes transformações vivenciadas pela sociedade brasileira, apontam para novas relações e articulações. Tentando contemplar reflexões e diálogos sobre Dourados, a partir de análises e perspectivas diferentes e, ao mesmo tempo, complementares, este livro encontra-se organizado em duas partes. A primeira contém contribuições de três autores, privilegiando a discussão sobre aspectos concernentes aos papéis de uma cidade média. A segunda enfoca as desigualdades socioespaciais sob a perspectiva intraurbana, revelando o modo de reprodução da vida e a multiplicidade de relações presentes no cotidiano daqueles que lutam pelo direito à cidade.

Na primeira parte desta obra, a reflexão de Cláudio Cristhiano da Silva Nogueira é direcionada para a tentativa de compreensão das relações/articula-

ções entre uma cidade pequena, no caso, Itaporã-MS, e uma cidade média, ou seja, Dourados-MS, considerando os papéis que as cidades médias desempenham em função das atribuições que lhes cabem como centros regionais.

Em seguida, Ana Cristina Yamashita oferece uma contribuição para a análise de uma cidade média a partir da apreensão das mudanças nas relações de produção no campo e o seu desdobramento no processo de redefinição socioespacial urbana.

Fechando a primeira parte, Hamilton Romero analisa a questão das novas centralidades urbanas e a redefinição socioespacial tomando, como referencial, o processo de implantação do shopping Avenida Center em Dourados.

Abrindo a segunda parte do livro, Francisco da Silva Queiroz analisa as ocupações de áreas urbanas considerando-as como tentativa ou estratégia de luta pela sobrevivência e pelo direito à cidade. O autor toma, como objeto de pesquisa, uma das áreas de ocupação mais recentes da cidade de Dourados, o acampamento denominado “Portelinha”, localizado na porção sul da cidade, e deixa claro que a luta pelo direito à cidade é marcada por uma dimensão mais ampla: a tentativa de reconstrução da vida.

João Paulo Muniz Marin e Maria José Martinelli Silva Calixto, na sequência, nos permitem refletir sobre as formas diferenciadas de apropriação e uso do espaço urbano e seus desdobramentos socioespaciais a partir da análise de uma das áreas de ocupação mais antigas de Dourados, a Favela do Jardim Clímax, localizada na porção sudoeste da cidade. Os autores buscam determinantes para se pensar o papel da propriedade privada como mediadora da relação do indivíduo com o espaço.

Para encerrar a obra, Maria Amábili Alves de Castro apresenta uma leitura das tramas e dos dramas no urbano, tomando, como referencial de análise, o Projeto Renascer, da Prefeitura de Dourados, e seu papel no processo de redefinição socioespacial.

Ressaltamos que, embora sejam grandes os desafios colocados no processo de leitura da realidade dos centros urbanos não metropolitanos, torna-se premente o desenvolvimento de pesquisas capazes de contribuir para a construção de uma melhor qualificação e conceituação desses centros ou das chamadas cidades médias. É nessa perspectiva que se torna relevante o estudo da cidade de Dourados e a análise das relações e articulações que configuram sua centralidade regional.

Esta obra, composta por contribuições de diferentes autores, revela um olhar sobre a realidade e, sendo assim, lacunas certamente se apresentarão, e esperamos que elas funcionem como estímulo para novas reflexões ou novas formas de enfrentamento da realidade.

Maria José Martinelli Silva Calixto  
Junho de 2016.

## PARTE I

# APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES/ARTICULAÇÕES ENTRE UMA CIDADE MÉDIA E UMA CIDADE PEQUENA NO ESTADO DE MATO GROSSO NO SUL<sup>1</sup>

Cláudio Cristhiano da Silva Nogueira

## INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta uma análise das relações estabelecidas entre uma cidade considerada média<sup>2</sup> e uma de pequeno porte. Tomaremos como objeto de análise a cidade de Itaporã e suas relações com a cidade de Dourados, ambas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul (ver Figura 01), tendo em vista a proximidade e as relações de consumo dos serviços urbanos especializados existentes entre elas. Em outras palavras, analisaremos aqui os papéis, as funções desempenhadas e as articulações regionais existentes entre tais cidades.

A cidade de Itaporã situa-se a 17 quilômetros de Dourados e conta com um significativo fluxo de pessoas que se locomovem diariamente até a cidade vizinha para trabalhar, estudar, ter acesso a serviços médicos e hospitalares mais

---

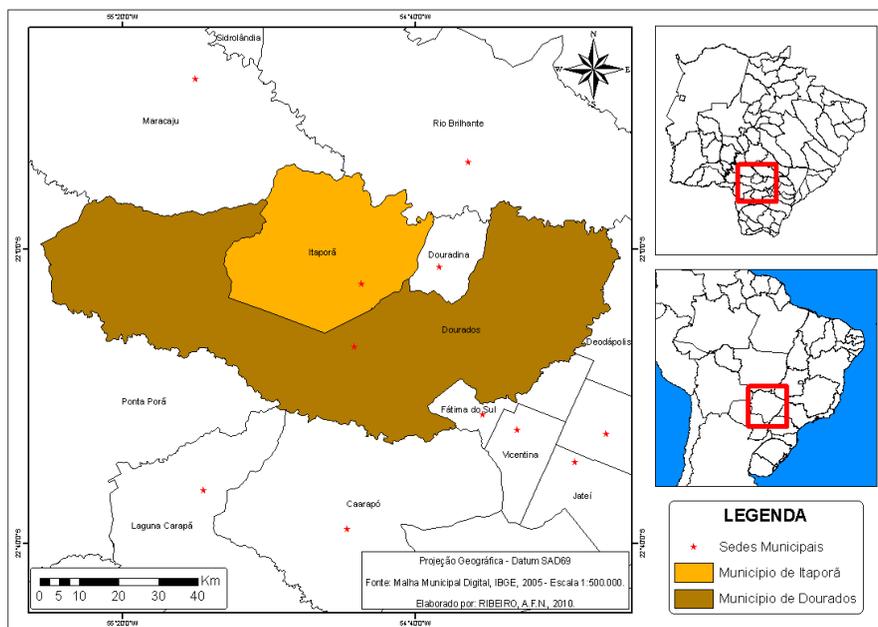
1 Este texto resulta da dissertação de mestrado intitulada *A reprodução do espaço urbano de Itaporã: uma análise a partir das relações/articulações com Dourados-MSs*, defendida em 2011, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

2 Vale ressaltar que o interesse pela temática surgiu das discussões realizadas no grupo de pesquisa sobre cidades médias, ligado à Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias – ReCiMe – equipe de Dourados. Nesse sentido, entendemos que as cidades médias são aquelas que desempenham papel de intermediação, funcionando como polarizadoras da área de influência, a partir da condição de oferta de produtos considerados mais sofisticados e serviços urbanos especializados.

especializados, fazer compras e realizar atividades de lazer, por exemplo. Desse modo, enquanto Itaporã se caracteriza como uma cidade com funções pouco expressivas, Dourados configura-se como centro urbano fornecedor de equipamentos e serviços especializados não disponíveis nas cidades pequenas de seu entorno, estreitando as condições de interdependência.

As interações entre as duas cidades se intensificam em função das novas formas de trabalho e de produção adotadas no campo, sobretudo a partir da década de 1970, influenciadas pela inserção de técnicas agrícolas consideradas modernas e pelo avanço de novas relações de produção. Com a introdução de novas técnicas na agricultura, as pequenas cidades do sul do Mato Grosso do Sul não foram capazes de atender as necessidades especializadas, somente aos serviços básicos.

**FIGURA 01 – Mato Grosso do Sul (2011)**  
Localização dos municípios de Itaporã e Dourados



A maioria das pequenas cidades do sul do estado de Mato Grosso do Sul realiza atividades econômicas de pouca expressão, não oferecendo muitas opções de emprego à população local, exceto aos profissionais ligados ao setor agropecuário, ao comércio local e à administração pública. Por este motivo, uma parcela dos moradores dessas cidades se desloca para trabalhar em cida-

des que apresentam papéis urbanos mais expressivos (BERNARDELLI; MATUSHIMA, 2009).

Nesse contexto, Dourados exerce a função de mediadora entre o campo e as pequenas cidades, atendendo as necessidades da população das cidades pequenas no que diz respeito a serviços urbanos especializados. Ela exerce o papel de polo regional, reforçando as funções de uma cidade média<sup>3</sup> na porção sul do estado.

Itaporã, por sua vez, destaca-se pela oferta imobiliária. Percebe-se que esta realidade está atrelada à facilidade de deslocamento até Dourados e à “tranquilidade” inerente às cidades menores. Assim, um número considerável de pessoas que moram em Itaporã são atraídas a Dourados por número de empregos e pela necessidade ou desejo de consumo, que se concretiza não apenas no comércio da área central, mas principalmente no shopping da cidade.

Sem a pretensão de apresentar um aprofundamento acerca de questões teóricas sobre as relações entre cidades médias e pequenas, mas buscando identificar alguns elementos que possibilitem compreender essas cidades e suas inter-relações, a pesquisa aqui apresentada visa preencher a lacuna existente no Mato Grosso do Sul quanto a pesquisas que abordem o papel das pequenas cidades, embora a temática não seja nova no âmbito da Geografia.

Inúmeros geógrafos demonstram preocupação quanto aos estudos referentes às cidades pequenas. Entretanto, se comparado aos estudos sobre as metrópoles, percebemos a falta de pesquisas mais aprofundadas acerca desse assunto. Diante deste cenário, o presente texto poderá contribuir para essa área de estudo e instigar possíveis e futuras reflexões sobre a temática<sup>4</sup>.

Para a Geografia, é necessário o estabelecimento de critérios para melhor compreensão das pequenas e médias cidades brasileiras. No entanto, qualquer delimitação é arbitrária se não considera as condições históricas, geográficas e culturais de cada local, principalmente no caso do Brasil, que é constituído por imensurável complexidade e diversidade socioespacial (MELO, 2005).

Conforme os apontamentos de Melo (2005), para definirmos se uma cidade é pequena ou média, devemos levar em consideração as condições por ela apresentadas nos seus diversos aspectos. Como pontuado inicialmente, não nos

---

3 Destacamos que a cidade de Dourados é objeto de estudo da rede de pesquisas ReCiMe, mencionada anteriormente.

4 As cidades pequenas constituem-se como um fenômeno numeroso no cenário urbano brasileiro. Por isso, são também uma referência familiar ou de caráter afetivo para um grande contingente de pessoas. Contudo, trabalhos técnicos ou científicos que as tenham como objeto são ainda relativamente pouco numerosos (LOPES, 2010).

comprometemos em buscar elementos que possibilitem conceituar cidades médias e pequenas, mas, sim, em entendê-las a partir de suas inter-relações regionais. Para tanto, tornou-se necessário, então, fazermos um recorte espacial/temporal para a pesquisa ora apresentada, tomando como objeto de análise as mudanças nas relações de trabalho desencadeadas pela mecanização do campo nos municípios de Dourados e Itaporã. “No Brasil, entre 1940 e 1980, deu-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, caracterizando a passagem do Brasil Rural para o Brasil Urbano.” (SANTOS, 2005, p. 31). As cidades tiveram, portanto, seus papéis redefinidos, alterando também as relações socioespaciais.

Além da revisão bibliográfica, apresentamos aqui uma pesquisa de campo e a coleta de dados realizada junto às prefeituras municipais, às secretarias de planejamento e habitação e ao IBGE, bem como a outros órgãos institucionais. Uma enquête também foi realizada em alguns bairros de Itaporã a fim de identificar o tipo de relação que os moradores mantinham com a cidade de Dourados e o tipo de serviços buscados na cidade vizinha.

Alertamos, porém, que inúmeras indagações sobre a temática poderão permanecer, haja vista que a cidade é resultado das ações de uma sociedade em constante transformação, o que envolve, em uma escala mais ampla, as relações socioespaciais entre duas cidades distintas, mas ao mesmo tempo interligadas. Dessa forma, analisamos os papéis e as funções desempenhados por Itaporã e por Dourados, e as articulações regionais entre elas.

Dentre os desafios que se colocaram a nossa frente, podemos afirmar que a própria delimitação do que pode ser considerado cidade pequena<sup>5</sup> e cidade média tornou-se problemática. Por essa razão, discutiremos, neste capítulo, a respeito das relações entre cidade pequena e cidade média a partir dos papéis que elas desempenham regionalmente, não considerando apenas dados demográficos.

É importante considerar que a rede urbana é também uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade, em suas origens, constitui-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, mas também

---

5 Conforme Soares e Melo (2010, p. 236-237), “o Brasil possui grande número de pequenas cidades localizadas em todas as regiões do país. Conforme dados do ano de 2000, cerca de 83% dos 5.507 municípios existentes tinham como sede municipal núcleos cuja população era inferior a 20 mil habitantes. [...] a noção de pequena cidade, levando-se em conta certos modos de vida, se apóia em um conteúdo perceptivo que é, de certa forma, subjetivo. Muitas vezes, para os moradores de grandes cidades, as chamadas pequenas cidades não se constituem em áreas urbanas, mas para os que vivem nestas localidades, ou mesmo no meio rural, suas percepções as identificam como urbanas.”

em um ponto, no espaço geográfico, que, por meio da apropriação de excedentes agrícolas, passou, de certo modo, a controlar a produção rural. Essa condição foi, mais tarde, transmitida à rede urbana de maneira ampliada: sua gênese e evolução verificam-se na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assumia, progressivamente, a partir do século XVI, uma dimensão mundial (CORRÊA, 2006, p. 26).

Dessa forma, podemos pensar a relação entre as cidades médias e as pequenas como uma rede urbana regional que se coloca em condição de dependência. Tal condição, em alguns aspectos, é relativizada, pois cada cidade possui características próprias, principalmente no que diz respeito ao viés econômico.

A cidade é resultado da materialização das relações sociais e, por isso, se constitui por meio das ações do cotidiano, resultado de lutas e reivindicações, e transforma-se em decorrência das necessidades impostas pelo modo de produção capitalista. Em relação a esse assunto, Carlos (2004, p. 20) explica:

Nessa direção a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, enquanto produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social ao longo do processo histórico. Deste modo, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade.

Portanto, as cidades se redefinem como condição e produto da ação dos agentes sociais. Tais relações e movimentos podem ser caracterizados a partir da concentração e dispersão. Nesse sentido, percebe-se que as cidades pequenas superam, em quantidade, as cidades consideradas médias e grandes. As inúmeras pequenas cidades apresentam-se dispersas pelo território, mas apresentam dados significativos relacionados à quantidade de habitantes. No estado de Mato Grosso do Sul, a realidade não se difere do exposto, sendo possível verificar um número considerável de indivíduos que habitam as pequenas cidades (Tabela 01), o que reforça a importância delas.

**TABELA 01** – Mato Grosso do Sul (2011)  
Contingente populacional (%)<sup>6</sup>

TOTAL DE HAB. NO MS	POPULAÇÃO URBANA NO MS	POPULAÇÃO TOTAL NOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE	POPULAÇÃO URBANA NOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE
2.449.341	2.097.716	1.260.575	949.471
100%	85,64%	51,46 %	45,26%

**Fonte:** IBGE.

**Org.:** Cláudio C. S. Nogueira.

Os dados da tabela revelam o expressivo contingente populacional existente nas pequenas cidades do estado de Mato Grosso do Sul. É considerável também o percentual da população urbana no estado (85,64%). Outro fato importante se refere aos dados relativos à quantidade de população nas pequenas cidades do estado (51,46%), que confirmam a importância de tais municípios na rede urbana regional e comprovam que, mesmo dispersas pelo território, as cidades pequenas são expressivas em relação à quantidade. Vale ressaltar que o Mato Grosso do Sul é um dos estados que possuem a rede urbana mais limitada do país em número de cidades.

Nesse sentido, a realidade regional, na qual as cidades estão inseridas, deve ser levada em consideração na análise sobre o urbano, já que este espaço é produzido e redefinido a partir de relações intra e interurbanas.

Com o advento do meio técnico-científico-informacional, a hierarquia urbana assume nova característica, pois uma cidade pequena pode manter relações com outras de diferentes tamanhos, próximas ou distantes, ou até mesmo com outros países. Para melhor fundamentar essa ideia, nos apoiamos nas reflexões de Santos e Silveira (2008, p. 281), que nos diz:

É assim que as cidades constituem, cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações. Os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global.

---

<sup>6</sup> Para considerarmos uma cidade como pequena, levamos em conta os dados demográficos dos municípios de Mato Grosso do Sul, dos quais foram excluídas as cidades com mais de 100.000 habitantes (Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas).

No Brasil, as maiores transformações sofridas pelas cidades e pela própria população urbana ocorreram na segunda metade do século XX como resultado da industrialização crescente. Nesse contexto, o campo vivenciou mudanças devido à introdução de novas técnicas de trabalho e à mecanização da agricultura. As transformações ocorridas nesta área contribuíram para a redefinição dos papéis urbanos, sobretudo nas cidades pequenas e médias. A Tabela 02 nos permite analisar o contingente populacional nas cidades de Dourados e de Itaporã.

**TABELA 02** – Brasil, Mato Grosso do Sul, Dourados e Itaporã  
População rural e urbana

	Brasil	%	Mato Grosso do Sul	%	Dourados	%	Itaporã	%
Total	190.732.694		2.449.341		196.068		20.879	
Pop. urbana	160.879.708	84,35	2.097.716	85,64	181.086	92,36	13.302	63,71
Pop.rural	29.852.986	15,65	351.625	14,36	14.982	7,64	7.577	36,29

**Fonte:** IBGE (2010).

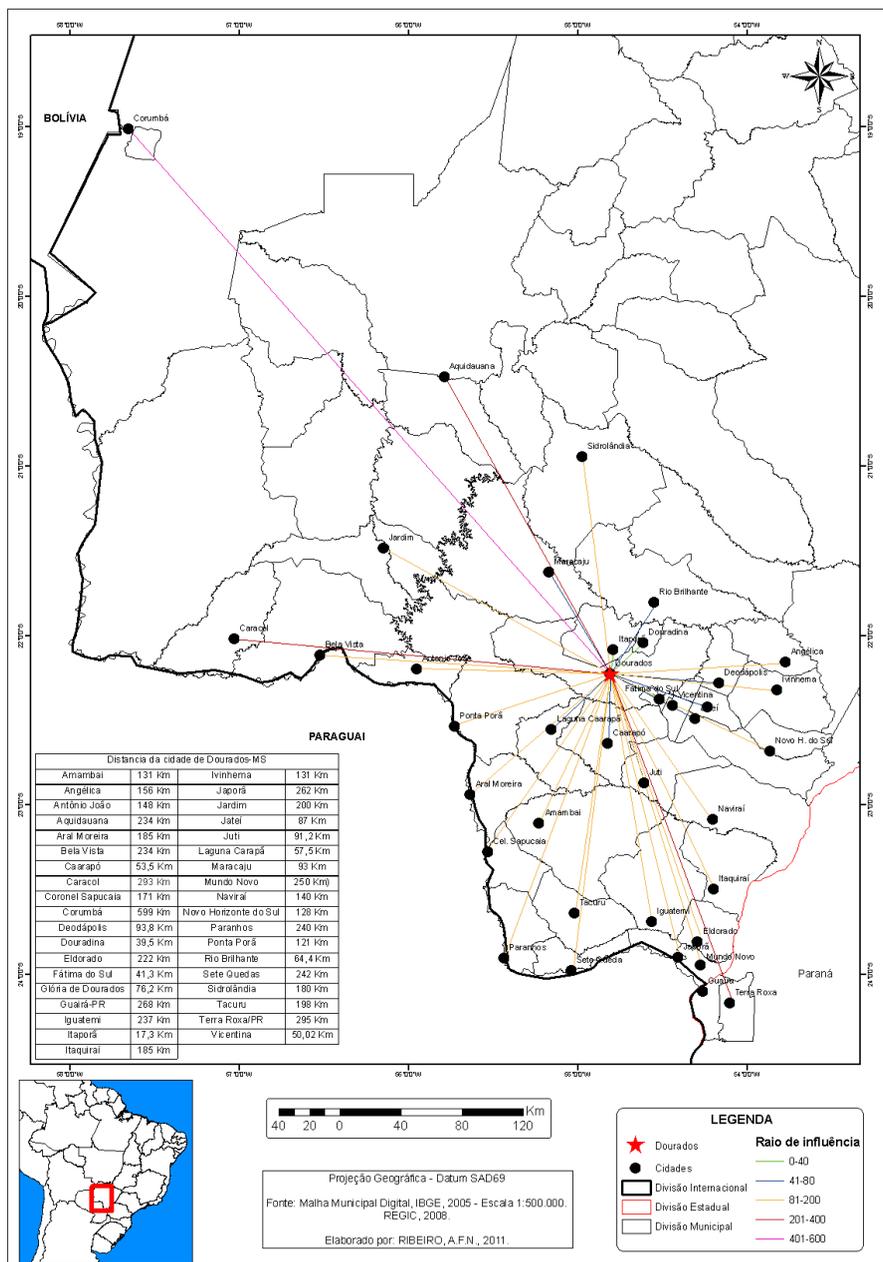
**Org.:** Cláudio C. S. Nogueira.

Os dados acima reforçam o expressivo contingente populacional nas cidades e, por meio deles, podemos perceber que o município de Dourados se sobressai em relação aos números nacional e estadual. Fazendo uma comparação entre os dados do Brasil, do Mato Grosso do Sul e de Dourados, a cidade de Itaporã apresenta maior percentual populacional na zona rural. Dessa forma, podemos afirmar que as cidades médias, devido aos papéis desempenhados regionalmente, possuem maior poder de atração sobre a população rural do que as cidades de pequeno porte. Ao se referir ao papel das cidades médias, Sposito (2007, p. 52) afirma:

Desde as duas últimas décadas do século XX, em algumas regiões do país, as cidades médias passaram por substanciais transformações em face da implantação de novos serviços, sobretudo os logísticos, de informação, de comunicação, de transportes, de educação e de turismo. Assim sendo, apareceram como alternativa de moradia, por oferecerem melhores condições e qualidade de vida em relação às áreas metropolitanas. [...] em relação às cidades médias sente-se, claramente, que tanto aquelas definidas como aglomerações não-metropolitanas quanto às reconhecidas como centros urbanos estão fadadas a novos papéis, no âmbito da rede urbana brasileira.

Ao analisarmos Dourados e a sua relação com as cidades de menor porte do sul do estado de Mato Grosso do Sul (ver Figura 02), a situação apontada por Sposito é reforçada.

**FIGURA 02 – Mato Grosso do Sul (2011)**  
Dourados – área de influência



Observa-se que Dourados desempenha o papel de uma cidade média, pois, regionalmente, apresenta-se como fornecedora de serviços urbanos espe-

cializados e, nesse caso, demanda mão de obra mais bem qualificada<sup>7</sup>. Desse modo, Dourados contribui para atrair pessoas das cidades de menor porte do sul do estado que buscam emprego, lazer, serviços urbanos especializados, como serviços médicos, por exemplo, ou ensino superior.

Em suas reflexões Sposito (2009, p. 19) afirma:

No geral, o que se quer entender historicamente como cidades médias, não são cidades de porte médio (aquelas que têm tamanho demográfico médio), mas são aquelas cidades que na rede urbana, desempenham o papel de intermediação entre as pequenas e as grandes, então são cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região.

Como afirma a autora, precisamos ter cautela na caracterização/conceitualização dessas cidades, pois não devemos nos prender aos dados demográficos, mas aos papéis urbanos desempenhados. Por sua vez, Santos (2005) alerta para os cuidados que deveremos tomar ao utilizarmos dados estatísticos nas ciências humanas, pois os números possuem significados diferentes em momentos distintos.

O que chamávamos de cidade média dos anos de 1940/1950, naturalmente não é a cidade média dos anos 1970/1980. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20 mil habitantes poderia ser classificada como média, mas, hoje, para ser cidade média, uma aglomeração deve ter população em torno dos 100 mil habitantes. Isto não invalida os dados estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação. (SANTOS, 2005, p. 79).

Na notável relação de interdependência entre as cidades médias e as cidades pequenas, vemos as primeiras assumirem a oferta de serviços urbanos mais especializados, enquanto as segundas se estruturam como lugares predominantemente destinados à moradia e ao atendimento de algumas necessidades básicas. Ao nos atentarmos para a realidade da cidade de Itaporã, tal situação pode ser constatada quando consideramos, por exemplo, suas unidades comerciais (Quadro 01).

---

7 Segundo Bernardelli e Matushima (2009, p. 1), “o estado de Mato Grosso do Sul possui atualmente 78 municípios. No sul do estado a rede urbana revela-se mais densa, composta em sua maioria por pequenos municípios, havendo maior proximidade entre os centros urbanos. Os pequenos municípios ao sul do estado encontram-se polarizados especialmente por Dourados.”

**QUADRO 01** – Itaporã (2011)  
Unidades comerciais e/ou prestadoras de serviços

Tipo de comércio	Quantidade
Bares e lanchonetes	58
Comércio varejista de vestuário	23
Oficinas mecânicas e/ou funilarias	20
Armazéns e secadores de cereais	12
Farmácias	05
Supermercados	01
Mercearias e minimercados	09
Assessorias para atividade agropecuária	07
Livrarias e papelarias	03
Frigoríficos de peixes	01
Frigoríficos bovinos	01
Escolas públicas	10
Escolas particulares	02
Escolas de idiomas	01
Lojas de móveis e eletrodomésticos	03

**Fonte:** Setor de Tributação/Prefeitura Municipal.  
**Org.:** Cláudio C. S. Nogueira.

Os dados nos permitem apontar que predominam, na cidade de Itaporã, estabelecimentos comerciais que atendem às exigências consideradas mais básicas da população, como comércio varejista de vestuário, farmácias e mercearias. Ressaltamos também que a quantidade de armazéns, secadores e oficinas mecânicas é considerável para uma cidade de pequeno porte, revelando a expressividade da agropecuária no município.

No que se refere aos setores de serviços, como os ligados à educação e à saúde, percebe-se que, mesmo possuindo várias escolas, existem alunos da educação básica que se deslocam diariamente para Dourados para estudarem em escolas particulares ou, em menor número, em escolas públicas.

Em relação à saúde, a população conta apenas com um hospital público e quatro postos de saúde, que só oferecem alguns tipos atendimento emergenciais, sendo os casos mais complicados encaminhados para os hospitais de Dourados. Os pacientes que necessitam de consultas especializadas recorrem à Secretaria de Saúde do município e reivindicam atendimento em Dourados. Segundo observações *in loco*, percebemos que, dependendo do especialista, o prazo para atendi-

mento varia entre seis e oito meses, como é o caso das consultas com dermatologistas, cardiologistas, alergistas, psicólogos, entre outros<sup>8</sup>. Sobre as relações entre Dourados e as cidades de menor porte do sul do estado e o papel desempenhado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Silva (2010, p. 73-74) afirma que

Embora o SUS seja um sistema de atendimento a necessidade da população de baixa renda observa-se que o país apresenta dificuldades para assegurar este direito, ainda que exista um orçamento significativo ao setor, políticas públicas e aparelhos modernos, o que se observa é a dificuldade do governo de facilitar o acesso à saúde. [...] As cidades médias brasileiras já concentram serviços de saúde de média e alta complexidade, antes apenas encontrados nos grandes centros urbanos. Esta particularidade oferece suporte para o consumo desse e demais serviços ao mesmo tempo em que se observa a centralização desses fluxos.

No que se refere ao setor educacional, a cidade de Itaporã conta com dez escolas públicas, que atendem da educação infantil ao ensino médio, duas escolas particulares, que ofertam serviços de educação infantil e fundamental, e uma escola de línguas. Apenas para dimensionarmos a questão em um de seus aspectos, diariamente, deslocam-se sete ônibus de Itaporã levando estudantes para Dourados. Em números, isto significa que, aproximadamente, trezentos alunos, da educação básica ao ensino superior, buscam por serviços oferecidos pelo setor na cidade vizinha.

Ao fazermos uma análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>9</sup> (Quadro 02), percebemos que, na cidade de Dourados, os índices são inferiores aos da cidade de Itaporã. Nota-se que os alunos da educação básica buscam as escolas de Dourados por *status* ou apenas por deduzirem que nas cidades de maior porte a qualidade na educação é melhor. Já os alunos de nível superior não possuem outra alternativa a não ser estudarem em Dourados, uma vez que em Itaporã não existem universidades nem faculdades.

---

8 A realidade reforça a premissa de que só é cidadão quem pode pagar por sua cidadania. Enquanto isso, o poder público local se omite quanto à busca de soluções para o problema.

9 De acordo com o Ministério da Educação, o IDEB foi criado em 2007 com a finalidade de medir o nível da educação básica de cada escola. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e nas taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, que não fique retido e que frequente a sala de aula. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, atinja nota seis em 2022, correspondente ao índice de qualidade do ensino em países desenvolvidos.

**QUADRO 02** – Brasil (2001 – 2021)  
IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)

<b>ANO</b>	<b>BRASIL</b>	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>DOURADOS</b>	<b>ITAPORÃ</b>
2005	3,8	3,4	3,7	3,7
2007	4,2	3,9	4,2	4,5
2009	4,6	4,1	4,2	4,4
2021*	6,0	5,4	5,9	5,9

**Fonte:** Ministério da Educação.

**Org.:** Cláudio C. S. Nogueira.

\*Estimativa.

A partir de tais dados, podemos apontar que Dourados e Itaporã apresentam características diferenciadas desde as suas estruturas físicas e funções, mas são interligadas e constituem relações de interdependência.

Segundo Sposito (2009, p. 25),

Não dá para pensar apenas cidades médias de um lado e cidades pequenas de outro. A relação entre esses dois elementos passa por essa combinação, por essa articulação entre polarização e difusão, sobretudo no período do desenvolvimento do capitalismo em que o consumo é o elemento central de organização econômica e, portanto, também a meu ver, de organização espacial.

Percebe-se, conforme pontuado anteriormente, que as funções dos pequenos centros urbanos são ligadas à influência de seu entorno e, principalmente, às necessidades oriundas das atividades rurais. Esses centros, nas reflexões de Santos (2005), são denominados de cidades locais devido a funções estabelecidas com o objetivo de atender às exigências do lugar.

Corrêa (2006, p. 32-33), ao refletir sobre as relações entre a cidade e o campo, aponta que

A cidade é, em muitos casos, um local de consumo da renda fundiária rural. [...] a cidade é também um centro de comercialização da produção agrícola. Seja uma cidade regional pequena ou grande, um porto exportador ou um centro industrial, para ela converge uma produção destinada ao abastecimento de sua população em produtos alimentares, à reexportação para mercados extra-regionais ou às indústrias da cidade.

As cidades pequenas desenvolvem-se a partir da organização de uma estrutura ligada ao comércio, ao setor administrativo e à rede bancária com o objetivo

de atender as necessidades imediatas do campo. Essas cidades passam a ter relações com outras de maior porte principalmente devido à busca de “mercadorias” que não existem nas cidades pequenas, em especial aquelas ligadas à agropecuária, ao consumo e à informática. Essa realidade nos ajuda a compreender a inter-relação existente na rede urbana regional. Podemos utilizar as palavras de Sposito (2007) para exemplificar a relação entre as cidades de Itaporã e Dourados.

É no campo do consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário que se tem visto um avanço significativo do papel comercial e de serviços das cidades de porte médio. [...] Há a manutenção daquela que vem do período pré-técnico-científico-informacional, exigindo-se ainda, a proximidade física entre quem compra e quem vende, prática essa que predomina entre pequenos produtores rurais, ainda que os grandes produtores e empresas agropecuárias, para muitos produtos e serviços, mantenham essa forma de consumo, definida, então, pela proximidade e gerando a configuração de regiões contínuas, sob o domínio de uma cidade média. (SPOSITO, 2007, p. 47).

É importante considerar o surgimento de cidades de tamanhos variados, destacando-se aquelas que possuem infraestrutura e oferecem “melhores condições de vida” para uma sociedade cada vez mais exigente em termos de consumo. A realidade descrita serve como exemplo da relação existente entre as cidades de Itaporã e Dourados, na qual é perceptível a condição de interdependência entre elas, evidenciada pelas relações sócio-econômica-espaciais.

Nas últimas décadas, o modo de vida da sociedade, tanto da população do campo como da cidade, mudou consideravelmente devido à presença e influência dos meios de comunicação e do próprio avanço tecnológico. O consumo passou a ocorrer de forma diferenciada por causa das desigualdades relacionadas ao poder aquisitivo da população, principalmente nas áreas urbanas. As cidades se desenvolveram com o intuito de atender as novas exigências da sociedade local e regional e, dessa forma, houve uma mudança nas relações estabelecidas regionalmente. Para Sposito (2009, p. 20),

A circulação das informações coloca um novo elemento para se compreender a realidade, são as discontinuidades, quer dizer, eventualmente uma cidade, mesmo uma cidade média ou uma cidade pequena, numa dada região, pode estabelecer vínculos e interações com espaços distantes e que são descontínuos à área e à região à qual ela pertence.

Atualmente, é notória a existência do que Sposito chama de discontinuidades, pois não existe mais, em alguns aspectos, a relação entre cidades de tama-

nhos diferentes no que se refere às questões econômicas. Nesse caso, algumas cidades, por menores que sejam, possuem relações comerciais, de serviços, etc., com outras cidades distantes, na maioria das vezes metrópoles, ou até com outros países, revelando as alterações nas relações hierárquicas.

Nesse sentido, podemos apontar como exemplo as relações comerciais entre Itaporã e o exterior quanto às exportações de carne bovina, peixes e produtos oriundos da agricultura. Tomamos como referência os dados publicados no *site* do Frigorífico Mar & Terra<sup>10</sup>, localizado na cidade de Itaporã. Ao se referir ao sistema de transportes de peixes, as informações do *site* são as seguintes:

A Mar & Terra utiliza 3 formas de transporte: rodoviário, marítimo e aéreo. A distribuição para o mercado interno é realizada em caminhões equipados com uma divisória térmica que permite o transporte de produtos congelados e resfriados. Os produtos Mar & Terra podem ser encontrados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco. Para o mercado externo, os cortes resfriados são transportados por via aérea e os congelados por via marítima. No exterior, a Mar & Terra está presente em Portugal, Alemanha, Suíça, Dinamarca, Inglaterra, França, Uruguai, Estados Unidos e Japão. Todas as rotas são otimizadas e há um controle rigoroso das condições de temperatura durante os trajetos. (MAR & TERRA).

O *site* da empresa Mar & Terra, portanto, deixa claras as relações existentes entre a cidade de Itaporã, outros estados do Brasil e o exterior, o que coloca em cheque a condição hierárquica na rede urbana regional.

De modo geral, em alguns aspectos, há uma redefinição da hierarquia urbana, acarretando a expansão nos fluxos de pessoas e mercadorias. Podemos utilizar as palavras de Santos (2008a) para esclarecer que a multiplicidade de fluxos e o avanço nos meios de transportes e no setor de comunicações contribuíram para uma redefinição da rede, descaracterizando sua concepção tradicional.

---

10 “O frigorífico Mar & Terra, localizado no município de Itaporã-MS, ocupa uma área de 1900 m<sup>2</sup> e é um dos mais modernos do Brasil. Após a programação de despesca, os peixes chegam vivos no frigorífico, passam por um período de redução de stress, em tanque com água de renovação e controle de temperatura e oxigênio dissolvido, seguindo para o abate, evisceração, filetagem, resfriamento e embalagem. O processamento é desenvolvido por uma equipe altamente treinada e qualificada em tecnologia de pescados, e totalmente monitorado e fiscalizado através do programa APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), além de suprir os 18 elementos que são estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e direcionados pelo SIF 2985 – Serviço de Inspeção Federal.” (Mar & Terra. Processo produtivo. Disponível em: <[www.mareterra.com.br/processo-produtivo.asp](http://www.mareterra.com.br/processo-produtivo.asp)>. Acesso em: 2 dez. 2010).

Esta distribuição espacial das atividades modernas e a ausência de uma hierarquia entre os centros explicam a multiplicidade dos fluxos ascendentes (pessoas) e descendentes (bens), que levam a um verdadeiro desmantelamento da rede ou, em todo caso, o desmantelamento da rede urbana em sua concepção tradicional. Todas as cidades do sistema têm relações diretas com as cidades maiores, sem necessidade de intermediárias. (SANTOS, 2008a, p. 334).

A partir dessa realidade, observa-se o desenvolvimento da infraestrutura de informações, rede de transportes, rodovias, serviços e equipamentos públicos e privados com o objetivo de interligar esses espaços nacionalmente. Em contrapartida, ao nos reportarmos à realidade estudada, podemos pontuar o seguinte:

A modernização agrícola supõe um aparelho comercial, administrativo e bancário de que as pequenas cidades, e muitas vezes as cidades médias não podem dispor. As grandes cidades açambarcam o essencial das trocas com as regiões rurais em crescimento e às outras aglomerações da rede só deixam responsabilidades e lucros mínimos. O papel das pequenas cidades torna-se cada vez mais o de redistribuição, e cada vez menos o papel de coletora. (SANTOS, 2008a, p. 335).

As palavras do autor contribuem para a compreensão da realidade estudada, principalmente quanto aos serviços bancários, que, nas pequenas cidades, como é o caso de Itaporã, apresentam dificuldades associadas à liberação de créditos para investimentos na agricultura.

Outra realidade percebida é a que se refere às modificações intraurbanas. A cidade se reestrutura e se redefine devido à demanda de novos moradores, aos serviços exigidos pelo mercado e pela sociedade, e às necessidades impostas pelo modelo vigente no campo, estruturado em função do comércio de exportação. Nesse sentido, a cidade de Itaporã apresenta uma expansão territorial urbana em função do surgimento de novos bairros e/ou loteamentos financiados tanto pela iniciativa pública quanto pela iniciativa privada. As reflexões de Elias (2007) são pertinentes para a compreensão dessa realidade.

É possível identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado. Como é notório a modernização e a expansão dessas atividades promovem o processo de urbanização e o crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre o campo e a cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes cuja produção e consumo se dão de forma globalizada. Além

disso, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o *crescimento de cidades médias e locais*, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos. (ELIAS, 2007, p. 115-116, grifo nosso).

A modernização da agricultura diante das novas exigências do mercado permite a ocorrência de novas funções e papéis nas cidades, principalmente nas chamadas cidades médias, uma vez que o aumento no fluxo de transportes e das redes de comunicação, além da diversificação do comércio e de serviços, acarretam uma nova característica na estrutura espacial dessas cidades e da área influenciada por elas.

A relação entre Itaporã e Dourados, por exemplo, implica a necessidade de instalação de novas infraestruturas, bem como a readequação daquelas já existentes. Podemos apontar, como exemplo, a duplicação da rodovia MS-156, que liga as duas cidades. A obra foi efetivada em razão do crescente fluxo de automóveis entre as duas cidades e outros municípios, como Maracaju e Sidrolândia.

É importante ressaltar que nem todas as mudanças vivenciadas nas cidades, sejam elas médias ou pequenas, são oriundas da mecanização do campo, pois a sociedade urbana<sup>11</sup> está em constante transformação e, nesse sentido, as cidades se reestruturam a partir das necessidades dessa sociedade cada vez mais globalizada. Em contrapartida, o campo mecanizado exige uma infraestrutura que atenda às necessidades do mercado interno e externo e, dessa forma, as cidades têm seus papéis e funções redefinidos progressivamente. Sobre essa questão, Corrêa (1999, p. 48) afirma:

As alterações no processo produtivo no campo circunvizinho, que alteram a estrutura agrária, provocando a diminuição das densidades demográficas e da demanda de bens e serviços para a população, atuaram no sentido de reduzir as funções centrais, as atividades de beneficiamento de produtos rurais e o comércio atacadista de distribuição de inúmeros pequenos centros que perderam seus mercados. Em outras palavras, verificou-se uma ampliação do alcance espacial mínimo, em muitos casos atingindo a área de influência de outro centro próximo e com maiores possibilidades de sofrer um impacto negativo menor por parte das transformações no campo. A ampliação da acessibilidade corrobora para a perda da centralidade.

As palavras do autor nos instigam a refletir sobre as mudanças de papéis de alguns centros urbanos a partir das novas exigências no processo produtivo

---

11 Conceito cunhado por Lefebvre (1999).

no campo circunvizinho. Nesse contexto, as cidades pequenas tornam-se locais de concentração de força de trabalho e de prestação de serviços vinculados à agricultura moderna. Ademais, elas abrigam pessoas oriundas da zona rural que buscam por melhores condições de vida, mas que permanecem ligadas às atividades rurais, uma vez que a própria cidade pequena se reestrutura em função do campo.

Essa realidade é perceptível na cidade de Itaporã, que “abriga” considerável número de pessoas que mantêm atividades relacionadas ao campo na condição de empregados permanentes, de proprietários ou de trabalhadores rurais boias-frias. O período de maior oferta de trabalho na zona rural coincide com o plantio e a colheita de produtos como a soja, o milho ou a cana-de-açúcar. Conforme veiculação na página de internet Portal Municipal, está prevista a instalação de uma usina que disponibilizará, aproximadamente, 1.500 vagas para trabalhadores rurais<sup>12</sup>.

Com a introdução de novas técnicas de trabalho no campo, há o aumento da oferta de mão de obra e as cidades, em especial as pequenas, tornam-se locais de recepção desse contingente. Nesse sentido, há uma transformação da população, que deixa de ser rural e passa a ser agrícola<sup>13</sup>, ou seja, mora na cidade e trabalha no campo. Conforme já mencionado, tal realidade é vivenciada em Itaporã, sendo relevante a quantidade de pequenos proprietários rurais ou latifundiários que residem na cidade e exercem atividades no campo. Bernardelli e Matushima (2009, p. 2), a esse respeito, acrescentam:

A discussão sobre pequenas cidades e os papéis urbanos que desempenham na rede urbana tem suscitado inúmeros debates, tendo em vista que muitas apresentam inexpressivas atividades econômicas urbanas e elevado grau de dependência em relação ao centro regional mais próximo, no caso específico, representado pela cidade de Dourados. Este fato obriga o des-

---

12 Segundo informações veiculadas no *site* Portal Municipal, da Confederação Nacional de Municípios, “a Usina Eldorado LTDA – Unidade Itaporã lançou oficialmente a pedra fundamental para a instalação de seu parque industrial, que será construído na Fazenda São Thomé, na Rodovia MS 157, km 39. Nesta mesma área, serão plantados os primeiros viveiros de mudas. A princípio, serão feitos os levantamentos topográficos no local onde a empresa irá montar uma usina com capacidade de produção estimada em 400 milhões de litros de álcool/ano, envolvendo uma área de 40 mil hectares para a produção de cana-de-açúcar. Com a instalação da usina, estão previstos 600 empregos diretos a profissionais especializados e 1.500 de trabalhadores rurais.” (USINA..., 2007. Disponível em: <[http://portal.cnm.org.br/003/00301009.asp?ttCD\\_CHAVE=51529](http://portal.cnm.org.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=51529)>. Acesso em: 5 dez. 2010).

13 Conforme explica Santos (2005).

locamento de uma parcela expressiva de moradores das pequenas cidades para o trabalho no campo ou em cidades maiores.

Conforme aponta a autora, uma parcela significativa da população das cidades pequenas muda-se ou desloca-se diariamente para as cidades maiores à procura de emprego ou serviços mais especializados. Segundo observações feitas nos transportes coletivos entre Itaporã e Dourados, podemos constatar a situação com base no número significativo de pessoas que residem em Itaporã e realizam o trajeto até Dourados diariamente para estudar e/ou trabalhar.

Devido às novas infraestruturas existentes, principalmente as ligadas à malha rodoviária, além da proximidade das cidades de maior porte, as cidades pequenas tornam-se, muitas vezes, locais de atração populacional.

A partir da análise das relações presentes entre Itaporã e Dourados, afirmamos que as cidades pequenas funcionam como local de atração e, principalmente, como local de moradia devido à “tranquilidade” que oferecem e ao fato de o valor<sup>14</sup> médio dos aluguéis ser considerado mais acessível<sup>15</sup>. Salientamos também que elas possuem um “poder de absorção” da mão de obra oriunda do campo mecanizado e se transformam em um local que apresenta dificuldades socioeconômicas semelhantes aos dos maiores centros urbanos.

Especificamente falando de nosso objeto de análise, ressaltamos que a facilidade de deslocamento entre Itaporã e Dourados se deve às boas condições de tráfego existentes na rodovia MS-156, que fora duplicada e totalmente iluminada. Além disso, a existência de um sistema de transporte coletivo que realiza o itinerário várias vezes ao dia, e cuja tarifa é considerada acessível, torna ainda mais fácil a locomoção.

A título de exemplo, o valor cobrado pelo sistema de transporte para a realização dos trajetos Itaporã – Dourados e Dourados – Itaporã corresponde ao mesmo valor da tarifa para circulação interna na cidade de Dourados (R\$2,30), reforçando a ideia de acessibilidade entre os dois centros. Outro fator relevante refere-se aos horários de circulação dos ônibus entre as duas cidades, organiza-

---

14 Os valores aqui informados correspondem aos valores praticados durante o período da pesquisa realizada pelo autor. (Nota do revisor).

15 Em Itaporã, o valor médio do aluguel de uma casa com cinco cômodos, em local considerado acessível, é em torno de R\$300,00.

dos de modo a atender a população a cada duas horas aproximadamente (oito vezes ao dia) nos dois sentidos<sup>16</sup>.

Essa realidade é resultante da condição de interdependência na qual cada cidade apresenta suas funções sem a necessidade de produzir tudo aquilo que é exigido pela população. Nesse sentido, Arroyo (2006, p. 74) afirma:

Com a difusão dos transportes e das comunicações, e conforme avança a expansão capitalista, criam-se condições para que os lugares se especializem, sem a necessidade de produzir tudo para sua reprodução. Assim, ao passo que a economia local deixa de ser preponderantemente autárquica, estabelece-se uma crescente divisão territorial do trabalho. Esse processo — progressivo e acelerado com a incorporação de novas técnicas — ocasiona uma intensificação dos intercâmbios, que se dá em espaços cada vez mais amplos.

Ao analisar as relações e os papéis urbanos das cidades médias e pequenas, observa-se a realidade apontada pela autora. É marcante a relação de intercâmbios na rede urbana, principalmente nessas cidades. As cidades médias oferecem maior diversidade em bens e serviços urbanos especializados, como aqueles atrelados à saúde e à educação, além de criarem postos de trabalho que atendem também a população de cidades menores e que estão inseridas na mesma rede urbana.

As relações/articulações entre Itaporã e Dourados se intensificam, entre outros motivos, devido à procura por serviços médico-hospitalares pela população de Itaporã, haja vista a precariedade deste setor na cidade. Ao se referir à realidade de Dourados no contexto das cidades médias, em especial com relação ao setor da saúde e à dependência dos municípios menores, Silva (2010, p. 81) afirma:

Os serviços de saúde reforçam o papel de centralidade de Dourados, pois cerca de 60% dos atendimentos realizados somente nos hospitais são de usuários de outros municípios, que se deslocam, diariamente ou mensalmente, de acordo com o serviço buscado (que varia desde consultas de rotina a tratamentos mais especializados). A cidade de Dourados confi-

---

16 O primeiro horário do transporte coletivo de Itaporã a Dourados é às 5h55min, visando atender aos estudantes cujas aulas, em Dourados, iniciam-se às 7h. Às 7h10min, outro ônibus se dirige a Dourados. Neste, há o predomínio de pessoas que moram em Itaporã e trabalham na cidade vizinha. Vale ressaltar a superlotação nos ônibus desse horário e nos últimos que saem de Dourados em direção a Itaporã, às 17h15min e às 18h40min, o que caracteriza a situação de migração pendular entre cidades de diferentes portes.

gura-se, neste contexto, como concentradora de serviços de baixa, média e alta complexidade, classificados de acordo com a orientação da Organização Mundial de Saúde em postos de saúde, unidade mista, policlínica, pronto-socorro e hospital.

No que diz respeito à saúde, o papel das cidades médias na rede urbana se desenvolve por meio da expansão da dinâmica econômica e social, atraindo atividades econômicas e criando condições para a fixação populacional a partir do deslocamento de pessoas de outros locais, sobretudo dos pequenos centros urbanos e do campo. Quanto a esse assunto, Bernardelli (2004, p. 33) diz que

A rede urbana é, em si mesma, expressão e base da divisão territorial do trabalho, viabilizando a produção, a circulação, o consumo; permitindo o movimento de uma série de fluxos: pessoas, capital, mercadorias, informações (também hoje colocada como uma mercadoria) e ideias. Portanto, ao mesmo tempo em que manifesta concretamente a divisão territorial do trabalho, a rede urbana também acaba por defini-la, colocando-se como condicionadora dela.

A reflexão da autora contribui para a nossa análise da rede urbana local e, sobre esse aspecto, é importante destacar que a diferenciação está presente entre as cidades que a compõem, já que a noção de rede não está ligada a uma homogeneidade, mas, sim, à intensidade das contradições existentes entre os centros interligados. Dessa forma, à medida que as transformações ocorrem, a rede urbana se redefine, pois alguns centros “declinam” e outros emergem ou têm suas funções redefinidas.

Assim, podemos observar a conexão entre as cidades médias e a região onde elas se situam, uma vez que tais cidades oferecem serviços e trabalho à população dos municípios de seu entorno. Em contrapartida, é relevante a relação das cidades médias com outras do mesmo nível ou com as metrópoles.

Por sua vez, as cidades pequenas são fundamentais para o seu entorno imediato, promovendo a distribuição, circulação e, principalmente, o consumo de bens e serviços que, em sua maior parte, são satisfeitos localmente. Além disso, elas constituem a própria base da rede urbana, visto que contribuem para o desenvolvimento e a integração entre os diferentes centros urbanos e as áreas rurais. Segundo Bernardelli (2004),

A atual estruturação da rede urbana não deve, pois, ser entendida tendo como fundamento somente os fluxos entre cidades de uma região ou em um território limitado. É necessário considerar articulações mais amplas.

[...] se no passado, o tamanho de uma cidade praticamente definia seu papel na rede urbana, no período contemporâneo tal correspondência já não encontra a mesma validade, na medida em que vemos cidades com porte populacional semelhante desempenharem papéis bastante diferentes. (BERNARDELLI, 2004, p. 42).

Ao analisar o papel das pequenas cidades na rede urbana, não podemos deixar de ressaltar a importância socioespacial que estas estabelecem na região e na própria rede. Por serem numerosas, sobretudo em Mato Grosso do Sul, as pequenas cidades geram, via de regra, expressiva densidade nos centros que se situam a uma pequena distância média, ainda que esta varie de acordo com a densidade demográfica da região em que se localizam. Nas regiões densamente povoadas, o número de centros é elevado e a distância média entre eles é pequena — como é o caso de nosso objeto de estudo.

Nas regiões escassamente povoadas, ao contrário, o número de centros diminui, aumentando a distância média entre eles, conforme explica Corrêa (1999). Para o autor, o momento atual de desenvolvimento do capitalismo ocasiona novas funcionalidades para as pequenas cidades, que se dão a partir da inserção de novas atividades nesses núcleos urbanos e da perda de centralidade acompanhada de novas funções devido às exigências do campo.

Ainda levando em consideração as palavras de Corrêa (1999) e refletindo sobre as pequenas cidades no sul do Mato Grosso do Sul, podemos afirmar que existem inúmeros pequenos centros, cada um com suas especificidades econômicas e sociais, que se desenvolvem a partir da interdependência de uma cidade maior. No caso de Dourados, com relação à rede urbana sul mato-grossense, a cidade exerce considerável influência na medida em que oferece os serviços urbanos especializados inexistentes nas pequenas cidades, além dos produtos considerados mais sofisticados pelos produtores rurais. Para Calixto (2010, p. 3),

Dourados caracteriza-se pelos elevados índices de produção agropecuária direcionada à exportação e conta com investimentos de tecnologia avançada nesta área. É inegável a influência por Dourados como pólo de atração na porção sul do estado, pois oferece uma rede de comércio e prestação de serviços que atende diversos municípios [...].

A condição apontada por Calixto exemplifica as relações travadas entre Dourados e as cidades pequenas do sul do Mato Grosso do Sul, dentre elas Itaporã, que recorre à cidade vizinha para satisfazer a demanda por equipamentos considerados tecnologicamente mais avançados, uma vez que Dourados também se destaca no cenário regional pela oferta de equipamentos destinados à agropecuária.

Podemos exemplificar o exposto com os dados apresentados pelo relatório da ReCiMe sobre os estabelecimentos destinados ao comércio de produtos agropecuários (Quadro 03).

**QUADRO 03 – Dourados (2010)**  
Empresas comerciais associadas à produção rural

Setor de abrangência	Quant.	Setor de abrangência	Quant.	Setor de abrangência	Quant.
Agricultura e pecuária	49	Topografia e agrimensura	01	Usina de açúcar e álcool e refinarias	03
Administração e planejamento agropecuários	09	Corretores de cereais	22	Transporte rodoviário	28
Comércio agrícola, de insumos agropecuários	37	Comércio de importação e exportação de produtos agrícolas	06	Planejamento rural	02
Assessoria e pesquisa	37	Cooperativas	08	Produtos agroindustriais	01
Aviação agrícola	05	Estabelecimentos de produtos agrícolas	80	Produtos veterinários	15
Beneficiamento de cereais/cerealistas	04	Indústria de máquinas e implementos agrícolas	46	Projetos industriais, agrícolas e pecuários	01
Tratores, peças e acessórios	05	Irrigação	01	Rações	02
Sementes	13	Silos	02	-----	-----

**Fonte:** Calixto et al. (2010).

**Org.:** Cláudio C. S. Nogueira.

Percebemos, assim, que a cidade de Dourados exerce o papel de polo regional quanto à oferta de equipamentos destinados ao campo. A cidade possui cinco estabelecimentos comerciais de peças, tratores e acessórios, cinco estabelecimentos referentes ao comércio de produtos de aviação e quinze estabelecimentos que comercializam produtos veterinários, além de vários outros ligados ao setor agropecuário.

Um aspecto também importante para nossa reflexão refere-se à análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>17</sup> das cidades analisadas. Mui-

<sup>17</sup> Para tal análise, leva-se em consideração a expectativa de vida, renda *per capita* e nível de escolaridade.

tas cidades pequenas no país necessitam de mais investimentos em educação, saúde, infraestrutura, saneamento básico e moradias, visando uma melhor qualidade de vida para população local. Comparativamente, com IDH de 0,712, Itaporã encontra-se em posição inferior em relação aos índices nacional, regional e estadual, embora seu IDH se mostre superior ao da cidade de Dourados (ver Quadro 04).

**QUADRO 04 – Brasil (2010)**  
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

BRASIL	REGIÃO CENTRO-OESTE	MATO GROSSO DO SUL	DOURADOS	ITAPORÃ
0,813	0,838	0,830	0,701	0,712

**Fonte:** PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano.

**Org.:** Cláudio C. S. Nogueira.

Algumas obras são realizadas em tais cidades com o intuito de promover o desenvolvimento econômico ou beneficiar apenas uma pequena parcela da população, acarretando desigualdades socioespaciais. Por esta razão, a população das cidades pequenas enfrenta problemas semelhantes aos da população de centros maiores no que diz respeito a emprego, educação, habitação, lazer e saneamento básico, por exemplo. Segundo Rodrigues (2001, p. 20-21),

Muitos loteamentos são realizados e colocados à venda, com pouca ou nenhuma infra-estrutura, o que significa que de várias formas os compradores se organizam e lutam para obter os equipamentos e serviços coletivos.

Embora a fala da autora contemple a realidade das grandes cidades, ela também serve para compreendermos a relação entre o papel do poder público e o dos agentes imobiliários na reprodução do espaço urbano de cidades menores. A realidade apontada torna-se referência para o entendimento das ações dos agentes imobiliários e do poder público na reprodução do espaço urbano em cidades pequenas, sobretudo em Itaporã, que, mesmo sendo considerada de pequeno porte, apresenta problemas semelhantes aos encontrados nas cidades médias ou nas cidades maiores.

O poder público assume papel fundamental no processo de redefinição do espaço urbano, interferindo na sua configuração socioespacial. A racionalidade, presente nas formas de intervenção do poder público, reforça a imposição de um espaço inóspito à vida. (FARIA; CALIXTO, 2008, p. 140).

Assim, a população de baixa renda não possui o direito de escolher um local para morar. Ela fica “confinada” nas periferias desprovidas de infraestrutura, saneamento básico e áreas de lazer, por exemplo. No que diz respeito à Itaporã, este problema urbano pode ser percebido em bairros como a Vila Irmã Daniela e o Bairro da Lagoa, por exemplo, onde há pontos de alagamentos. Em alguns locais, a ausência de asfalto dificulta o dia a dia dos indivíduos por causa da poeira ou do barro. Os problemas não se restringem às áreas periféricas, pois a região central da cidade enfrenta problemas relacionados aos alagamentos ocasionados pelas chuvas.

Outra questão importante refere-se à falta de moradias ou à precariedade daquelas existentes, sobretudo as destinadas à população de baixa renda. Algumas unidades residenciais foram construídas, porém elas não atendem à real necessidade dos indivíduos, já que predominam casas de tamanhos reduzidos, construídas com materiais de baixa qualidade, desprovidas de infraestrutura e saneamento básico.

Faria e Calixto (2008, p. 137), ao tratar desse assunto na cidade de Dourados, afirmam o seguinte:

No que se refere à habitação, há tempos que os conjuntos habitacionais são implantados e carregam consigo o discurso da solução para falta de moradia. No entanto, quando consideramos a parcela da população que não possui recurso financeiro (ou que não pode auferir renda pelo emprego ou trabalho), a possibilidade de habitar uma casa em conjunto habitacional é remota, pois a grande maioria desses projetos está condicionada a financiamentos, que exigem a comprovação de renda. Essa condição impede o acesso daquela que, a princípio, seria a parcela da população mais necessitada de ser atendida por projetos habitacionais.

Tal realidade é vivenciada em Itaporã, onde a população de baixa renda, na maioria das vezes, sem alternativa, recorre aos programas de habitação e acaba passando por constrangimentos e correndo o risco de ser privada ou excluída de tais programas devido à burocracia no momento da realização dos cadastros, especialmente quanto à comprovação de renda.

Percebe-se que as pequenas cidades estão perdendo o caráter de “lugares pacatos” e sem “problemas urbanos”, como a falta de moradia, a presença de favelas e a violência, dentre outros. Apesar dos problemas estarem se alastrando, o poder público continua a administrar essas cidades sem considerar as desigualdades socioespaciais.

Atualmente, os problemas aqui citados são perceptíveis em Itaporã, sobretudo no que se refere à questão da violência urbana e à ausência de moradia

para população de baixa renda, mesmo que a produção habitacional destinada a atender a essa camada da população esteja inserida entre as prioridades propagadas pelo discurso do poder público local.

Ao nos referirmos à violência urbana, registramos que é comum, em Itaporã, o uso de entorpecentes, o que ocasiona brigas e assassinatos, conforme notícias veiculadas nos jornais locais. De acordo com dados divulgados pelo Conselho Tutelar local, nos anos de 2010 e 2011 foi considerável o número de ocorrências relacionadas à prática de furto, abandono de menores, formação de gangues, prostituição infantil, ingestão de bebidas alcoólicas, dentre outros delitos. Informações coletadas no Conselho Tutelar asseguram que, em alguns casos, os entorpecentes encontrados em Itaporã são oriundos da cidade de Dourados, sendo o transporte realizado, em alguns casos, por adolescentes que fazem o percurso de bicicleta. Dessa forma, consideramos que, em Itaporã, há problemas semelhantes aos dos grandes centros, porém, em escala diferenciada.

Portanto, diante da falta de consenso sobre a definição de pequena cidade, é importante que pesquisas mais aprofundadas sobre a temática sejam conduzidas, haja vista a quantidade de pessoas que essas cidades abrigam e o fato de revelarem o conteúdo multifacetado da urbanização brasileira mesmo possuindo papéis considerados secundários na rede urbana.

## APONTAMENTOS FINAIS

O presente texto apresenta aspectos relacionados à interdependência entre uma cidade considerada pequena e uma considerada média. Procuramos apontar alguns elementos que se fazem presentes a partir das relações ou articulações estabelecidas entre as cidades de Itaporã e de Dourados.

Tentamos apreender alguns aspectos dessas cidades considerando os papéis desempenhados e buscando destacar elementos que caracterizam uma relação de interdependência. Assim, não nos preocupamos em elaborar uma classificação das cidades como pequenas ou médias, mas analisá-las a partir de suas relações ou articulações.

As cidades do sul do estado de Mato Grosso do Sul se redefiniram, na década de 1970, com base em diversos fatores, mas, principalmente, devido à mecanização da agricultura, fato que fez com que a população do campo se dirigisse para a cidade em decorrência das mudanças nas relações de trabalho e de produção no campo. Com o “desenvolvimento” da técnica e da ciência, as mudanças

nas relações de trabalho e de produção tornaram-se mais intensas, implicando transformações nos papéis urbanos.

Nesse contexto, a denominada hierarquia urbana ganhou nova característica, pois, por menor que possa ser um centro urbano, ele pode estabelecer relações com outros centros em escala nacional e/ou global, sem necessariamente passar pela regional. Esta realidade é percebida em Itaporã, que possui vínculos econômicos externos definidos a partir da exportação de produtos agropecuários, com destaque para o comércio de peixes.

Itaporã possui, segundo dados divulgados pelo IBGE no ano de 2010, uma população de 20.879 habitantes. Levando em consideração o número populacional e, sobretudo, os papéis urbanos estabelecidos, ela é considerada uma cidade de pequeno porte, que apresenta relativo crescimento tanto no viés populacional como na expansão do tecido urbano.

Mesmo sendo considerada uma cidade pequena, Itaporã desempenha um importante papel regional devido à produção de cereais, à pecuária e, principalmente, à exportação de peixes para países como Estados Unidos, Japão, Inglaterra, entre outros.

Percebe-se uma considerável interdependência entre Itaporã e a cidade de Dourados nos mais diversos aspectos, como aqueles ligados à economia, ao comércio, ao lazer e aos serviços urbanos especializados, reforçando os papéis urbanos das duas cidades na rede urbana regional. Compreendemos, então, que o espaço urbano de Itaporã se redefine, entre outros motivos, com base nas relações ou articulações estabelecidas com Dourados, resultantes tanto da proximidade quanto dos papéis assumidos por estas duas cidades.

Atualmente, as cidades médias intensificam a relação ou articulação com as cidades de menor porte por abrigarem maior conteúdo científico, tecnológico e informativo, além do desenvolverem novas dinâmicas e acolherem atividades relacionadas ao comércio e a serviços urbanos especializados. É esta a realidade de Dourados, o que lhe assegura o papel de cidade média. A ampliação e concentração de atividades consideradas modernas em Dourados redefine sua espacialidade, seus conteúdos e suas relações ou articulações com o entorno, reforçando seus papéis regionais.

Por sua vez, a reprodução do espaço urbano e o próprio papel desempenhado por Itaporã ocorrem atrelados a Dourados, pois, enquanto Itaporã se caracteriza como uma cidade pequena, com papéis urbanos pouco expressivos, Dourados tem seus papéis redefinidos em razão da presença e do papel das cidades de menor porte do seu entorno.

## BIBLIOGRAFIA

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. **As pequenas cidades na região de Catanduva-SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP.

BERNARDELLI, M. L. F. da H.; MATUSHIMA, M. K. Reprodução social e produção de moradias em pequenas cidades de Mato Grosso do Sul – Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Montevideu: [s.n.], 2009.

BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana e meio técnico-científico-informacional: reflexões sobre as cidades médias brasileiras. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

BRASIL. Portal INEP. Disponível em: [http: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>](http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb). Acesso em: 14 jan. 2011.

CALIXTO, M. J. M. S. et al. **Análise dos agentes econômicos e da reestruturação urbana e regional em Dourados, uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados, 2010. Relatório (Pesquisa em Geografia) – CNPq/UFGD.

CALIXTO, M. J. M. Ensaando a reflexão sobre a produção habitacional nos municípios da Bacia do Médio Ivinhema-MS. In: LAMOSO, L. P. **Transporte e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed da UFGD, 2008, p. 135-162..

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Ed. da UFGD, 2008.

\_\_\_\_\_. **Produção, apropriação e consumo do espaço urbano**: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS. Campo Grande: UFMS, 2004.

\_\_\_\_\_. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. Presidente Prudente, 2000. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia)–FCT/UNESP.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, ano IV, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.

FARIA, G. S. M.; CALIXTO, M. J. M. S. Ocupação “irregular”: a outra faceta do processo de apropriação do espaço urbano. In: CALIXTO, M. J. M. S. (Org.). **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Ed. da UFGD, 2008. p. 121-146.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOPES, D. M. F. Cidades pequenas no semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: Scí, 2010.

MAR & TERRA. Processo produtivo. Disponível em: <[www.mareterra.com.br/processo-produtivo.asp](http://www.mareterra.com.br/processo-produtivo.asp)>. Acesso em: 2 dez. 2010.

MELO, N. A. Pequenas cidades: reflexões em torno das suas funções socioeconômicas em áreas de modernização agrícola. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

NOGUEIRA, C. C. da S. **A reprodução do espaço urbano de Itaporã**: uma análise a partir das relações/articulações com Dourados-MS. Dourados, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

\_\_\_\_\_. **A produção habitacional em Itaporã-MS**. Dourados, 2005. Monografia (Especialização em Geografia) –DCH/UFMS.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008c.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, M. C. T. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados-MS**. São Paulo, 2000. 317 p. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP.

SILVA, V. F. da. **Os papéis de Dourados-MS no contexto regional**: apontamentos para análise de uma cidade média. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: Sei, 2010.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE (ICSA-UFPB), 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidades Médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

USINA de etanol lança pedra fundamental em Itaporã. **Portal Municipal**, [S.l.], 20 abr. 2007. Não paginado. Disponível em: <[http://portal.cnm.org.br/003/00301009.asp?ttCD\\_CHAVE=51529](http://portal.cnm.org.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=51529)>. Acesso em: 5 dez. 2010.



# AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CAMPO E O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO SOCIOESPACIAL EM DOURADOS-MS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE UMA CIDADE MÉDIA<sup>18</sup>

Ana Cristina Yamashita

Considerando que, nas últimas quatro décadas, os setores econômicos brasileiros vêm passando por uma intensa reestruturação produtiva, verificou-se, por do estudo ora apresentado, que Dourados, localizada na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul (MS), na região Centro-Oeste do Brasil, assume novos papéis na divisão territorial do trabalho, passando a ter ramos econômicos inseridos na dinâmica da produção que se instala, o que resulta em redefinições socioespaciais. Isso se dá ao observarmos as relações de produção que se instalam no campo, que se reestruturam oportunizando novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital.

A partir da década de 1970, Dourados passou a apresentar uma agricultura praticada de maneira intensiva e em larga escala, exigindo técnica, ciência e informação a fim de ampliar a produtividade e reduzir o tempo de produção. Por esse viés, podemos pensar na instauração de um “novo” tempo, marcado pela utilização de sistemas técnicos que possibilitam o desenvolvimento de empresas que visam dominar a produção.

Dourados e sua região de influência são incorporadas aos circuitos produtivos globalizados de grandes empresas nacionais e multinacionais, hegemônicas em diferentes ramos da economia, destacando-se entre as áreas dinâmicas do Brasil nas quais é

---

18 O presente texto foi elaborado com base no quarto capítulo de nossa dissertação de mestrado, intitulada *As relações de produção no campo e o processo de redefinição socioespacial em Dourados-MS: uma contribuição para a análise de uma cidade média*, elaborada sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto e defendida em 2011 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

possível observar as transformações na produção que se processa, cada vez mais, com a utilização intensiva de capital, tecnologia e informação (ELIAS; PEQUENO, 2010).

Com sua base econômica estruturada principalmente na agroindústria e no setor terciário, Dourados caracteriza-se pelos índices de produção agropecuária direcionada à exportação, contando com investimentos de tecnologia considerada avançada e consolidando-se como um “polo de apoio” às atividades agropecuárias por oferecer serviços especializados, como a venda de insumos agrícolas, máquinas e implementos, a formação de mão de obra especializada, a geração de conhecimento e o apoio na logística de armazenamento e transporte. Diante desta realidade, Dourados passa a exercer um papel centralizador, principalmente na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, visto que cidades menores buscam atividades mais especializadas de serviços e comércio.

Por este viés é que direcionamos a nossa reflexão a fim de entendermos a condição de Dourados como uma cidade média cujo conteúdo se transforma com as novas dinâmicas colocadas pela reestruturação da produção no campo, que encontram, na cidade, o lócus para a reprodução desse processo.

Observou-se, *a priori*, a acentuação das relações entre Dourados e as cidades de menor porte, visto que as funções de intermediação que a cidade exerce, além do agronegócio, estão relacionadas, atualmente, com a atração de fluxos comerciais e de serviços, principalmente os ligados ao setor agrícola, à educação superior e à saúde mais especializada.

Por meio de referenciais teóricos e, sobretudo, da leitura do espaço e de seus conteúdos (entrevistas e pesquisas de campo), outros elementos foram aparecendo no decorrer de nossa análise, sugerindo que Dourados não se articula somente na escala local e regional, mas se insere nos circuitos espaciais da economia globalizada, como, por exemplo, nas relações do processo produtivo de grãos, evidenciadas, aqui, pelo complexo da soja.

Assim, para a construção de uma reflexão sobre a produção do espaço urbano com base nas relações de produção no campo, pensaremos Dourados a partir de seus conteúdos para, então, analisá-la como uma cidade média que possui funções comerciais, de serviços e de apoio articuladas aos circuitos espaciais da produção agrícola globalizada.

## AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CAMPO E SUAS REPERCUSSÕES

A “modernização” da agricultura, segundo Brum (1998, p. 44), deu-se a partir de 1965 com a instauração da Revolução Verde, que consistia num progra-

ma cujo objetivo era contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo. O processo de reprodução agrícola se reestruturou por meio do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas, resistentes a doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes.

Esse pacote tecnológico implantado consolidou-se como mais um dos elementos de dependência dos países periféricos em relação às corporações transnacionais que comandam o processo produtivo mundial. No Brasil, esse fato faz com que um dos principais signos da atividade agropecuária intensiva globalizada seja uma crescente interdependência com os demais setores da economia, ocasionando processos de fusão com capitais dos setores industriais, comerciais e de serviços (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 129).

Surgem, assim, novos arranjos socioespaciais, que se articulam e se organizam a partir das imposições colocadas por essa nova dinâmica produtiva e econômica. Santos e Silveira (2008, p. 52) explicam que, pela união entre a técnica e a ciência, o território brasileiro se transforma diante das novas possibilidades da informação<sup>19</sup>, adequando-se ao “período da globalização que se alastra sob a égide do mercado global”. Para os autores, “o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos” com as possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. Ele representa a articulação do “meio técnico-científico-informacional<sup>20</sup>” que produz “manchas e pontos” pelo país, ou seja, as diferenciações espaciais.

Conforme apontado por Santos (2010, p. 37), algumas ideologias associadas à globalização se instalam, como a ideia de generalização da reestruturação do modo capitalista de produção, associada às tentativas de homogeneização desse processo. Percebe-se que essas relações produtivas que se colocam no campo

---

19 Notadamente a partir dos anos 70.

20 Santos (1979, 1996) propõe o entendimento do espaço atual como um meio técnico-científico. Esta discussão perpassa pela definição histórico-temporal, na qual se observa, após a Segunda Guerra Mundial, a consolidação de uma maior interação entre a ciência e a técnica, resultado da tendência de reconstrução e remodelação dos espaços nacionais, o que acabou por gerar a necessidade de equipar os territórios, mediante os recursos modernos, no intuito de promover integração entre eles. Ao trazer a discussão para o cenário brasileiro, Santos e Silveira (2008, p. 28) referem-se ao momento que envolve os anos 70, caracterizado, sobretudo, por uma revolução no setor das telecomunicações. Para os autores, o “novo meio geográfico”, chamado de “técnico-científico-informacional”, é configurado pela globalização, pela informação e pelas finanças, passando a distinguir os lugares, fazendo com que sejam aumentadas as diferenças regionais, mas também que ocorra a ocupação de áreas periféricas por meio do incentivo a produções modernas.

e na produção regional têm seus reflexos na cidade e acabam por influir sobre as iniciativas dos agentes urbanos. Tal fato é decorrente das novas solicitações de consumo tanto das famílias e do governo quanto da própria atividade agrícola. Essas solicitações, associadas às facilidades de transporte e às novas formas de organização do trabalho agrícola, intensificaram as relações no espaço. Dessa forma, a população urbana, formada por agricultores que são “urbano-residentes” e por classes médias tradicionais e modernas decorrentes de novas e tradicionais atividades e profissões, amplia o volume demográfico.

Podemos refletir sobre os conteúdos, no caso de Dourados, a partir do debate sobre cidades médias. Entendemos que, diante do processo de reestruturação no campo, Dourados assume características de concentração de atividades geradoras de interações espaciais tanto no seu contexto local e regional como também em contextos distantes quando se trata de atividades destinadas ao mercado nacional ou internacional. Por esta razão, Dourados apresenta uma especialização produtiva agrícola que se constitui como um símbolo identitário da cidade, e, no presente capítulo, analisaremos tais atividades como resultado de uma ação que reconfigura os espaços da cidade (CORRÊA, 2007, p. 31).

Sabe-se que esse processo de mudança não se estabelece tão rapidamente e nem mesmo de modo pragmático. Santos (2010, p. 37) explica que essa dinâmica surge num “regime de acumulação inteiramente novo”, o que pode ser observado em nosso recorte temporal, as décadas de 1970 e 1980, que foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político.

Dourados, com a mudança dos sistemas técnicos e agrícolas, ampliou o ramo de atividades relacionadas ao consumo produtivo, destacando-se: as empresas relacionadas à comercialização de produtos agropecuários, insumos (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos, assessoria técnica, etc.), peças e maquinários agrícolas (colheitadeiras, tratores, etc.); as indústrias representantes de grandes corporações articuladas ao processo de produção agropecuária em oposição às empresas locais do setor; e o capital integrado a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários e similares (cooperativas agrícolas, empresas de assessorias e consultorias, etc.), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões<sup>21</sup>.

Além dessas características, nota-se também a presença de escritórios comerciais de exportação, de empresas de consultoria e assessoria e de subsidiárias, assim como a existência de uma exposição agropecuária representativa para o

---

21 Essa análise também é sugerida nos estudos de Elías e Pequeno (2010, p. 129-130) sobre a cidade de Mossoró-RN.

setor e de instituições de pesquisa e ensino técnico e profissionalizante que interagem com o setor agropecuário.

Diante de toda essa dinâmica, torna-se relevante apontar que existem também contradições, como é o caso do aumento considerável do número de loteamentos sociais e de assentamentos irregulares, que se aplicam ao espaço intraurbano de Dourados. Tais contradições, a nosso ver, são decorrentes desse processo, visto que a implementação de tecnologia, ciência e informação se instala com muito mais fluidez e rapidez no campo do que a capacitação e profissionalização na cidade. Isso resulta na migração tanto de mão de obra do campo como de profissionais de outras localidades para a cidade.

Portanto, entendendo a importância dos conteúdos desse processo e de seus reflexos na produção do espaço urbano, destacaremos alguns fatores que foram assumidos e que reconfiguraram, socioespacialmente, Dourados e região.

## VETORES E AGENTES PRODUTORES DA “NOVA” ESPACIALIDADE

A região de Dourados apresenta uma articulação significativa entre o campo e a cidade e dispõe de configurações diferenciadas no que se refere ao modo de produzir, que estão ligadas, de um lado, à tecnicidade dos objetos de trabalho e, de outro, ao arranjo desses objetos no espaço.

Diante dessas transformações, essa “nova” espacialidade pode ser pensada enquanto resultante do movimento do capitalismo e da intervenção do Estado, que se coloca como promovedor de uma interligação entre os setores público e privado.

Considerando, neste estudo, que o Estado desenvolve três papéis, o vemos, primeiramente, como provedor de crédito e finanças, função desempenhada, claramente, pelo crédito bancário estatal. Em segundo lugar, o Estado assume o papel de provedor de ciência e tecnologia por meio do apoio ao “desenvolvimento de pesquisas tecnológicas destinadas ao aumento da produtividade agrícola”, fazendo com que haja uma repercussão seletiva no campo, direcionando o setor mais para a agricultura de exportação e para as necessidades dos complexos agroindustriais (COSTA, 1985, p. 68). O terceiro papel do Estado é o de criador de espaços regionais e urbanos, como é o caso de Dourados e de outras regiões do país, alvos da interferência estatal articulada por ações de planejamento.

As ações estatais, de modo geral, são detentoras de uma visão funcionalista sobre redes e polos<sup>22</sup> e organizam as redes urbanas do país a partir das metrópoles nacionais e da criação de polos de desenvolvimento promovidas pelo Estado (WHITACKER, 2007, p. 147). Por essa condicionante, Dourados tornou-se polo de desenvolvimento por meio da intervenção direta do Estado via planejamento, o que, segundo Le Bourlegat,

[...] ocorreu especialmente por meio do II PND, entre 1975-79, quando se consolidou a expansão da fronteira agrícola em moldes capitalistas e se fortaleceu a integração econômica de Mato Grosso do Sul ao centro dinâmico industrial do Sudeste. Foi antecedida pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, em 1967, que formulou programas especiais de desenvolvimento, baseado na criação de polos de desenvolvimento. [...] o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste – PLADESCO selecionou áreas prioritárias para ação do governo, num modelo de polos de desenvolvimento. (LE BOURLEGAT, 2008, p. 10, grifo nosso).

Nesse contexto, o governo estadual, por meio do Programa Nacional para as Cidades de Porte Médio (PNCMP/ II PND), elegeu, no então sul do estado de Mato Grosso — atual Mato Grosso do Sul — as cidades de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas para serem contempladas pelo referido programa.

Além desses programas, Dourados contou ainda com o chamado Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN)<sup>23</sup>, que visava o aproveitamento da potencialidade agrícola de que dispunha a região sul do então estado de Mato Grosso, envolvendo, em 1976, 22 municípios — uma área de 84.661 km<sup>2</sup> — a serem polarizados por Dourados.

Silva (2000) aponta que as metas e objetivos do PRODEGRAN eram fortalecer as atividades produtivas da região e a “vocação” regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais. Nesse sentido, algumas proposições de atuação se delinearão, como incentivar o aumento da produtividade, utilizar práticas conservacionistas de maior tecnificação e modernizar as práticas de comercialização, introduzir novas culturas, promover o combate à erosão urbana e intensificar a infraestrutura capaz de potencializar essas realizações.

---

22 Desenvolvida com base na teoria dos polos de desenvolvimento e diretamente influenciada pelos estudos de François Perroux, que considera o espaço do ponto de vista sistêmico.

23 Criado pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) via exposição de motivos CDE no 007/76, de 07 de abril de 1976. A SUDECO foi criada pela Lei no 5.365, de 01 de dezembro de 1967 (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976, p. 3).

Conforme o levantamento apresentado pelo PRODEGRAN, um dos maiores problemas era a precária infraestrutura para a potencialização da produção. Além da falta de estradas, o fator energia elétrica era um dos empecilhos à incorporação das tecnologias propostas para a agricultura, bem como para a agroindustrialização. Nesse contexto, o Programa previa a construção de 600 km de estradas-tronco<sup>24</sup> até 1979; obras de combate à erosão em toda a área-programa, sendo realizadas obras de drenagem (terraplanagem, galerias de água pluviais, canais, bocas-de-lobo, etc.)<sup>25</sup>; ampliação da distribuição de energia, inclusive no meio rural; pesquisa e apoio ao produtor, (re)produção do conhecimento e promoção comercial, que se estabelecia, *a priori*, em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com a Faculdade de Agronomia de Dourados, *campus* da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

A pesquisa agropecuária consolidou o aumento da produtividade e ampliou as áreas de plantio a fim de fomentar vantagens comparativas existentes. A responsável pela elaboração e execução das pesquisas agropecuárias foi, desde então, a EMBRAPA, cuja unidade foi instalada em Dourados com objetivo de desenvolver “modernos” e adequados sistemas de produção para os principais produtos agrícolas já explorados na região, além de assentar a ocupação de vasta área até então não utilizada. Para garantir a incorporação de novas técnicas e equipamentos modernos, bem como acompanhar a produção, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso (EMATER – MT) foram os órgãos responsáveis pela programação de assistência técnica para os produtores da “Região da Grande Dourados”.

Além da inserção de novas técnicas ao plantio das culturas tradicionais e da tecnificação, foram implementadas novas culturas, como foi o caso do trigo, que acabou incorporado à produção em um revezamento que se convencionou chamar de binômio soja-trigo (BRUM, 1998; SILVA, 1992). As medidas implementadas pelo Programa consolidaram, regionalmente e até em escala nacional, a “Região da

---

24 Construção da rodovia GD-1 (Caarapó/Carapã/BR-463) e da GD-2 (Dourados/Picadinha/Itahum) a fim de viabilizar o escoamento da produção agrícola dos municípios de Caarapó, Dourados, Ponta Porã e Maracaju. Havia também outros trechos planejados no Programa, como o GD-3 (Posto Taqui/Rio Verde do Sul/Amambaí), com 20 km, e o GD-4 (Lagoa do Borevi/Lagonita/Carapã), com 43 km, o trecho Sidrolândia/Usina de Álcool, com 8 km, e o trecho Maracaju/Água Fria, com 25 km (ABREU, 2005, p. 165).

25 O objetivo era evitar o avanço progressivo das voçorocas e de novos desmoronamentos nas cidades de Glória de Dourados e Ponta Porã principalmente. Entretanto, outros municípios também receberam recursos com essa finalidade, como foi o caso de Ivinhema e Nova Andradina (MINTER-SUDECO, 1976).

Grande Dourados” como “celeiro agrícola”, uma terminologia usada até os dias atuais, especialmente no âmbito da política (MINTER-SUDECO, 1976).

Para alcançar essas metas, o PRODEGRAN organizou subprogramas de atuação nas áreas de armazenamento, energia elétrica (rural), transportes (estradas vicinais), controle de erosão urbana, pesquisas agropecuárias, assistência técnica ao produtor rural, promoção da suinocultura, elaboração de planos urbanos de uso do solo e instalação da Bolsa de Cereais de Dourados<sup>26</sup>. Para a Companhia Brasileira de Armazenamento<sup>27</sup> (CIBRAZEM), centrada na ampliação da produção de cereais e grãos, essa dinâmica foi considerada um dos elementos fundamentais para a instauração da produção agrícola tecnificada de exportação, subsidiada pela incorporação da região de Dourados na dinâmica da economia de mercado e pelo respaldo da balança comercial do mercado mundial (CABREIRA, 2009, p. 91-92).

Destacamos também, nesse contexto, os apontamentos de Silva (1992, p. 43-44) sobre as novas relações no processo de produção do campo e os fluxos migratórios compostos, prioritariamente, por gaúchos como indutores de uma nova classe social resultante dos generosos incentivos ofertados pelo Estado sob a forma de crédito rural, que resultaram em uma nova forma produtiva agrícola, praticada em estabelecimentos no campo, com utilização da tecnificação, apontando em direção a um processo de modernização. Esse processo alastrou-se por várias regiões do Brasil<sup>28</sup> e, conforme já referenciamos, instalou-se em Dourados

---

26 De acordo com informações do Relatório MINTER/SUDECO – Programa especial da região da Grande Dourados (jul./1976), a instalação da Bolsa de Cereais de Dourados teve como objetivo eliminar os atravessadores de mercado, para efeito de promoção da produção regional, além de garantir as informações sobre as cotações nacionais e internacionais dos produtos agrícolas e também os estudos para a implantação e desenvolvimento integrados da suinocultura na área-programa. Segundo o relatório do Programa (1976), a instalação da Bolsa de Cereais, por meio da Bolsa de Valores de São Paulo, teria acontecido em 19 de agosto de 1977, na Faculdade de Agronomia, em Dourados. Contudo, não foram encontradas evidências que comprovem a efetiva implantação, localização e funcionamento da Bolsa de Cereais de Dourados.

27 Empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura. Foi escolhida como o órgão federal responsável pela infraestrutura das unidades de armazenagem de Dourados.

28 Esse processo ficou bem conhecido no Rio Grande do Sul, produzindo uma “rápida valorização das terras, uma acelerada concentração fundiária e um aumento do contingente crescente de produtores sem terras ou com terras insuficientes”, provocando a busca de novas terras. Na segunda metade dos anos de 1960, o Paraná foi alvo de ocupação desses empreendedores gaúchos, mas, novamente, com o avanço da modernização, o processo se repetiu, provocando a evasão desses imigrantes (SILVA, 2000, p. 43- 44).

no início dos anos de 1970, introduzindo as lavouras mecanizadas de trigo em consórcio com as de soja, ou seja, uma cultura de inverno e a outra de verão<sup>29</sup>.

Assim, a materialidade contemporânea tornou-se indispensável para uma economia que exige movimento. Isso se evidencia também pela continuidade espacial da ocupação, feita a partir de capitais mais intensivos, com a presença de uma maior composição orgânica num espaço em que a fluidez é maior devido à substituição progressiva do capital comercial pelo capital agroindustrial e, mais recentemente, pelo capital financeiro.

Nesse sentido, Gressler e Swensson (1988) apontam que

O setor urbano também não ficou alheio às mutações ocorridas na área rural e evoluiu rapidamente [...]. Entretanto, o fato mais significativo das investidas dos granjeiros em terras do Mato Grosso do Sul, foi a formação, em Dourados, de toda uma rede de relações terciárias, representadas principalmente por empresas ligadas ao comércio de cereais, à venda de implementos e máquinas agrícolas, assistência técnica, firmas de planejamento rural, instituições estaduais e federais de administração, sucursais bancárias, faculdades.

Desse modo, as condições geradas nesse período de atuação do II PND, acrescidas às especificidades regionais, devem ser consideradas para a compreensão do processo de incorporação de técnicas e tecnologias agrícolas em terras da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, que se materializam na cidade por intermédio de um número considerável de estabelecimentos comerciais e de outras representações urbanas associados, de um modo ou de outro, ao setor da produção agrícola. Este é caso, por exemplo, das empresas de maquinários e implementos agrícolas (COMID, Matra Tratores, Tratornan, Shark Tratores, etc.), das empresas de representações de insumos (Paiol, Via Campus, Apoio Rural, etc.), além das empresas de comércio de cereais (Sedol, Sementes Guerra, CONAB, Cargill, etc.) e das instituições educacionais públicas e privadas (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, etc.).

---

29 De acordo com Silva (1992, p. 44-45), a região dispunha de uma série de vantagens que colaboraram para a rápida expansão dessa agricultura, como “a presença de grandes extensões de terras planas (ou de reduzida declividade) que favoreciam o emprego intensivo da mecanização, o baixo custo das terras, a semelhança de clima e a presença dos mesmos campos de barba-de-bode (*aristida pallens*) onde tão bem se adaptaram e se expandiram as culturas pioneiras do trigo e da soja nas terras gaúchas.”

Ressalta-se, nesse momento do debate, que essa materialização nem sempre se dá de forma explícita. Ela também é construída por vetores que atuam no espaço e que se conectam ao processo “indiretamente”, conforme abordaremos a seguir.

## O PAPEL DO ESTADO NO CRESCIMENTO DO CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA

No bojo da reestruturação do sistema produtivo agrícola brasileiro encontra-se o Estado, principal agente indutor desse processo, que, por meio da creditização, dos subsídios e das políticas de maxidesvalorização cambial, atuou em benefício dos proprietários rurais e das multinacionais, assumindo os custos e os riscos de produção.

Isso nos possibilita pensar que a eficiência econômica do sistema produtivo agrícola no Brasil esteve e ainda está articulada à expressão desse setor em obter auxílio do Estado, representando muito mais uma eficiência política do que econômica. Torna-se evidente que a reestruturação produtiva agrícola só foi possível mediante a intervenção do Estado, ou seja, foi um processo totalmente induzido pelas políticas públicas concentradoras (MARTINE, 1990).

Por que o Estado se empenha tanto nesse processo? Segundo Delgado (2001), a intervenção do Estado na agropecuária decorre da necessidade de regular mercados, garantindo o abastecimento de alimentos por meio de políticas públicas para o setor, estabelecendo estratégias de garantia de preço mínimo a fim de assegurar um nível de renda suficiente que mantenha os produtores na atividade.

O uso do crédito rural está diretamente relacionado ao crescimento do consumo de objetos e serviços, especialmente aqueles voltados à produção agrícola. Este sistema de creditização financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo o armazenamento, o beneficiamento e a industrialização dos produtos agrícolas. Ele ainda incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção visando à evolução da produção por área plantada, o que resulta em ganhos de produtividade<sup>30</sup>.

---

30 Com base em informações divulgadas pelo Banco do Brasil em sua página oficial na internet (Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/33.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2010).

Podemos constatar esse empenho estatal ao analisarmos a evolução do crédito rural a partir de 1970, quando observamos que a expansão do processo de reestruturação da produção agropecuária atingiu várias regiões do Brasil, incluindo o Centro-Oeste e, especificamente, a região de Dourados.

Devemos considerar que, durante a década de 1970 até meados de 1980, o setor agropecuário foi, basicamente, financiado pelo setor público, não havendo seletividade, ou seja, havia disponibilidade de “crédito para todos”. A partir do início da década de 1980, o volume de recursos públicos destinados à agropecuária e à agroindústria começou a diminuir. Esta redução, em parte, pode ser explicada pela redução dos depósitos à vista dos bancos, decorrente do crescimento do processo inflacionário intensificado. Outro fator significativo refere-se à crise internacional, que resultou na dificuldade de realização de novos financiamentos externos, na elevação das taxas de juros internacionais e, conseqüentemente, no aumento da dívida externa brasileira. Por esse motivo, o país precisou enviar remessas de capitais para o exterior como sistema de pagamento dos juros.

Assim, o governo criou alternativas para a política agrícola, visto que, com esse cenário de taxas de juros e aumento da inflação no país, os produtores rurais não conseguiam pagar suas operações de crédito rural. Com a inadimplência do setor rural, o setor bancário passou a ser mais exigente na concessão de créditos e desenvolveu sistemas de análise de crédito que selecionavam, com maior rigor, os clientes aptos ao financiamento.

No final da década de 1980, intensificou-se o financiamento com recursos privados, que surgiu como medida compensatória para a redução dos recursos públicos destinados ao crédito rural e ganhou amplitude diante das restrições de análise de crédito realizadas pelos bancos. Esse processo se estabeleceu por intermédio de operações diversas, tais como os empréstimos entre pessoas físicas, a troca de produtos agrícolas por insumos e os empréstimos concedidos por cooperativas ou por agroindústrias.

Dentre as alternativas criadas pelo Estado nesse período, destaca-se a Cédula de Produto Rural (CPR), criada em agosto de 1994 após a implantação do Plano Real por meio da Lei nº 8.929. A modalidade de cédula apresentava vantagens em relação aos contratos pela sua simplicidade de formalização, pela possibilidade de constituição de garantias hipotecárias em instrumento particular e pela caracterização como título executivo, permitindo maior agilidade em caso de cobrança judicial (OLIVEIRA; BELLE, 2009, p. 9). As autoras ainda explicitam que

Por ser um título cambial, negociável no mercado, permite ao produtor rural ou as suas cooperativas obter recursos para desenvolver sua produção nas diversas fases: do planejamento à comercialização do produto agropecuário.

Em contrapartida cria-se a obrigação de entrega do produto, na quantidade e qualidade especificadas, na data futura de entrega, quando estiver tratando da primeira modalidade criada a CPR-Física. A Cédula de Produto Rural pode ser operada diretamente entre o comprador e o vendedor, sem intermediação de instituição financeira, conhecida nesta modalidade como CPR de “gaveta”, não sendo registrada na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). (OLIVEIRA; BELLE, 2009, p. 9).

O contrassenso desse processo se aplica, na utilização das CPRs, aos custos de financiamento e de transações elevados, com critérios expressivamente seletivos no que diz respeito à análise de crédito, excluindo os pequenos produtores e, em contrapartida, beneficiando as empresas privadas de caráter patronal.

Por esse entendimento, o funcionamento do sistema de financiamento agropecuário privado no Brasil se estabelece em macrorrelações entre os agentes que compõem este sistema, destacando-se o papel dos bancos e dos fornecedores de insumos (*tradings*) enquanto avalistas das operações, o que assegura a entrega do produto nas condições estipuladas na cédula.

Outra questão foi o papel assumido pelas seguradoras, que realizavam as operações de seguro de crédito e garantiam o ressarcimento do empréstimo concedido e o seguro da produção no caso de prejuízos no desenvolvimento da produção agrícola “penhorada”. Desse modo, surgiram novos agentes no processo de comercialização e creditização da produção, diversificando ainda mais as relações e produzindo novas especializações funcionais e comerciais, que também se materializaram na cidade, visto que é neste espaço que essas relações se intensificam.

Essa realidade fez com que, a partir de meados de 1990, diante da relevância da produção agrícola do Centro-Oeste, fosse criada uma “nova” linha de financiamento específica para subsidiar a região. Tratava-se do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que, até o ano de 2000, se restringia, praticamente, ao agronegócio. Tal programa de financiamento, subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e cujo avalista era o Banco do Brasil, tinha como objetivo promover o desenvolvimento regional. Se antes não havia uma seletividade, atualmente os critérios são mais definidos, tendo como ponto de partida, por exemplo, a seguinte referência: a necessidade de produzir com o uso de tecnologia e a utilização do sistema de plantio direto em áreas de 1.500 a 3.300 hectares<sup>31</sup>.

---

31 Com base em depoimentos sobre o Banco do Brasil – Agência Parque dos Ipês, Dourados (RIOS; NÉSPOLO, 2011).

No que se aplica à produção agrícola em Dourados, constata-se que o FCO passou a ser utilizado também para financiar atividades e obras relacionadas ao armazenamento da produção, subsidiando produtores mais tecnificados, além de linhas de crédito para atender a indústria de máquinas agrícolas<sup>32</sup>.

Atualmente, os créditos agrícolas decorrentes do FCO em Dourados concentram-se, prioritariamente, na produção agrícola, destacando-se as lavouras de soja e milho. O critério adotado para a liberação de crédito pelo Banco do Brasil, principal agente desse processo, é a classificação de valor, calculada de acordo com a receita bruta agropecuária rural, ou seja, o porte da produção rural (ver Quadro 01).

**Quadro 01 – Dourados-MS (2011)**

Porte e linha de crédito – Classificação do Banco do Brasil/agência Dourados

Limite da linha de crédito (R\$)	Porte da produção	Percentagem estimada de linhas de crédito nesta agência
<b>Até 150 mil</b>	Mini	15%
<b>150 mil – 500 mil</b>	Pequeno	15%
<b>500 mil – 1,9 milhão</b>	Médio	60%
<b>Acima de 1,9 milhão</b>	Grande	10%

**Fonte:** Dados fornecidos em entrevista realizada no Banco do Brasil – Agência do Agronegócio de Dourados (RIOS; NÉSPOLO, 2011).

**Org.:** Ana Cristina Yamashita, 2011.

Com base nessas informações, podemos constatar que pelo critério de porte e linha de crédito, os dados apontam que a maior parte do crédito liberado para a produção agrícola, em Dourados, é para subsidiar médios produtores, responsáveis por manter a cidade entre os municípios com melhor saldo comercial do MS, com destaque para o setor produtivo de grãos, em especial, para o complexo da soja, conforme os dados apresentados no Quadro 02.

---

32 Salienta-se que, nos últimos anos, esse programa tem sido ampliado, contemplando também outros setores que, indiretamente, estão articulados ao sistema produtivo de cidades que apresentam outros potenciais de desenvolvimento, abarcando setores relacionados à indústria, ao comércio e ao turismo.

**Quadro 02 – Mato Grosso do Sul/Dourados (2005-2010)**  
Principais produtos exportados e a representatividade da produção de soja

Ano	Mato Grosso do Sul			Dourados			Part. % de Dourados em relação à produção do estado
	Total dos principais produtos exportados (US\$ F.O.B.)	Outros grãos de soja, mesmo triturados (US\$ F.O.B.)	Part. %	Total dos principais produtos exportados (US\$ F.O.B.)	Outros grãos de soja, mesmo triturados (US\$ F.O.B.)	Part. %	
2005	1.147.994.358	235.119.827	20,46	65.596.086	5.696.236	8,68	2,42
2006	994.919.409	262.776.963	26,16	101.014.989	42.446.564	42,02	16,15
2007	1.295.449.115	294.147.990	22,68	189.555.729	51.062.082	26,94	17,36
2008	2.076.491.072	457.675.958	21,84	286.999.176	87.818.147	30,60	19,18
2009	1.888.737.413	311.151.573	16,06	93.705.637	15.727.514	16,78	5,05
2010	2.932.109.285	509.148.267	17,19	148.846.265	48.238.119	32,41	9,47

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). (Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 16 jan. 2011).

**Org.:** Ana Cristina Yamashita, 2011.

**Obs.:** Por classificação, a produção vinculada ao complexo de soja tem ocupado o primeiro lugar entre os principais produtos de exportação de Dourados.

Desse modo, constata-se que a cidade de Dourados possui representatividade no comércio de exportação. Ademais, o município estoca capital de giro do campo, pois as transações relacionadas às operações financeiras, como o crédito rural, acontecem nos estabelecimentos bancários nele sediados. Além dos créditos tradicionais ofertados pelo Estado por meio dos bancos públicos, existe também o financiamento feito pelos bancos privados, cooperativas de crédito e empresas privadas.

O Banco do Brasil é o que possui o maior número de agências no território nacional. Já os bancos privados são mais seletivos, estando presentes apenas nos municípios mais rentáveis. Dentre as instituições privadas fornecedoras de crédito rural, o Banco Bradesco é o que possui o maior número de cidades assistidas, seguido pelos bancos Itaú, ABN AMRO Real (hoje fusão com o Santander), HSBC Brasil, CNH Capital, Unibanco e Santander. Observa-se a expressiva participação de bancos internacionais como o ABN AMRO Bank, o HSBC, o Santander e o CNH Capital. Este último merece destaque por ser o único, entre os maiores bancos,

especializado apenas em financiamento agrícola. A multinacional New Holland, fabricante de máquinas agrícolas, é a proprietária do CNH Capital e também da empresa Case, líder de repasses de recursos dos programas do governo federal para a aquisição de máquinas agrícolas (FREDERICO, 2009, p. 5).

Muitos dos bancos assinalados estão presentes nas principais cidades relacionadas à produção agrícola, o que demonstra a possibilidade de realização das negociações financeiras da produção.

Devido à intensidade desse movimento, Dourados foi pioneira na instalação de uma agência do Banco do Brasil “exclusiva” para agricultores e pecuaristas da cidade e região. Além de sua representatividade quanto à quantidade de agências em Dourados, o Banco do Brasil, agência Agronegócios – Parque dos Ipês, também se destaca com relação ao número de eventos relacionados ao crédito rural do estado de Mato Grosso do Sul.

A agência do Banco do Brasil em Maracaju<sup>33</sup> registrou o maior valor contratado para *fomento da safra 2010/2011* entre toda a rede de varejo da instituição no País. Entre custeio e investimento, os produtores tomaram empréstimos no valor de R\$85,8 milhões via agência do município. Os dados são referentes aos meses de julho a setembro, sendo que o valor é 21,5% maior que os R\$69,6 contratados no ano passado. Desse total, R\$81 milhões serão investidos no plantio de soja. Além de Maracaju, *Dourados também figura no topo da lista de municípios com agências de maior contratação na safra corrente. A agência Parque dos Ipês, na região central do município, soma R\$72,5 milhões concedidos aos produtores rurais, figurando na terceira posição do ranking do banco, atrás apenas do município de Alegrete (RS). O total investido pelo banco nesta safra em MS é de R\$719 milhões. (AGÊNCIAS BB..., grifo nosso).*

Para se ter uma ideia, os produtores dos municípios pertencentes à área de influência de Dourados (Douradina, Fátima do Sul, Laguna Caarapã, Itaporã, etc.), além de outras localidades do Brasil (Mato Grosso, Maranhão, etc.), fecham negócios relacionados ao crédito agrícola nessa agência. A sua linha de crédito para maquinaria e insumos é procurada, principalmente, por empresários e produtores agrícolas da região<sup>34</sup>.

---

33 Considera-se que o município de Maracaju faz parte da microrregião de Dourados. Localizado a 92 km da cidade de Dourados, Maracaju possui, atualmente, uma considerável representatividade na microrregião e no Mato Grosso do Sul com relação à produção de soja.

34 Informação fornecida em entrevista realizada no Banco do Brasil – Agência Parque dos Ipês (RIOS; NÉSPOLO, 2011).

Outra questão refere-se à dinamicidade das atividades e da oferta de “produtos” — seguros diversos, cartões de crédito, aplicações, consórcios, etc. — que os bancos, quer sejam públicos ou privados, passaram a disponibilizar e a “oferecer” para os seus clientes, ampliando sua área de atuação e de especificidade com relação ao cliente.

Constata-se esse fato, principalmente, em um dos eventos anuais mais significativos do setor agropecuário, a Expoagro<sup>35</sup>, no qual se destaca a presença efetiva do Banco do Brasil e da Cooperativa de Crédito Agrícola SICREDI<sup>36</sup>, bancos que possuem estandes próximos ao setor de exposição de máquinas e implementos agrícolas a fim de divulgar linhas de produtos, estreitar relações com produtores, viabilizar crédito rural e fechar negócios referentes à compra ou ao financiamento de algum maquinário, como colhedeira, trator ou similares.

Ao participarem de eventos desse porte, os bancos têm, como público-alvo, os produtores, os fornecedores e as agroindústrias, e seus objetivos são a ampliação da oferta de atividades ou produtos e a efetivação de seu papel de instituições representantes do Estado.

Em observância a toda a dinâmica aqui colocada, destaca-se que essa articulação se apresenta na cidade, a qual se reconfigura socioespacialmente e conecta-se por meio de redes de distribuição de serviços.

## BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA E SUA ARTICULAÇÃO SOCIOESPACIAL

Ao analisar a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização, Whitacker (2007, p. 139) destaca que a cidade é consumo e suporte da produção. Concordando com essa afirmação, compreendemos que a análise da reconfiguração socioespacial de Dourados deve levar em conta dois aspectos: a articulação de Dourados consigo mesma como espaço intraurbano e a sua ar-

---

35 Exposição Agropecuária e Industrial de Dourados (Expoagro), que ocorre no município desde 1968 em área construída para tal, o Parque de Exposições João Humberto de Carvalho. Desde 2000, fundiu-se à Expoagro a Exposição de Máquinas em Movimento e Novas Cultivares (Expodinâmica), trazendo para esse evento a materialização da ciência, tecnologia e informação enquanto negócio e desenvolvimento para a produção no campo.

36 Nota-se que o SICREDI não é cadastrado na Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) como agência bancária e, por este motivo, não consta no quadro de agências bancárias. Essa instituição se enquadra no setor de cooperativas de crédito rural, atuando no mercado local com função muito similar à do Banco do Brasil quanto ao setor agropecuário.

ticulação com o sistema envolvente tanto em escala regional quanto nacional e global, que não necessariamente se processa no sistema hierárquico. Whitacker (2007, p. 148) nos auxilia nesse processo ao expor que “a avaliação das redes e hierarquias urbanas deve considerar a escala de abrangência de suas relações com outras cidades, lembrando que não são necessariamente contíguas, pois através dos fluxos imateriais também se realizam.”

Em verdade, teríamos uma nova espacialidade instalada em Dourados, que transcende o recorte territorial tradicional e implica uma nova configuração que representará uma mudança na forma e, particularmente, no conteúdo da cidade. Para construir essa reflexão, outra consideração mostra-se relevante para a análise das relações socioespaciais: diante da inovação do meio técnico-científico-informacional, deve-se levar em conta também as “redes de cooperação”, sobretudo as relações de horizontalidades e verticalidades destacadas por Santos (1996) e outros autores.

Santos (1996) nos induz a pensar que tais relações de horizontalidades e verticalidades manifestam-se como funções de intermediação desempenhadas pelas cidades, remetendo às “relações próximas e distantes” que se aplicam aos espaços e às suas articulações socioeconômicas. Isso, para o autor, faz com que a cidade, possuidora de um papel de intermediação, esteja inserida num “contexto de encruzilhada de vetores relacionados com as verticalidades e as horizontalidades” (SOBARZO, 2010, p. 33).

Ainda para Santos (1996), o conceito de “verticalidade” foi adotado para definir as relações que se estabelecem do “local com o global”, que transcendem a esfera do lugar, enquanto o conceito de “horizontalidade” explica o lugar a partir das relações socioeconômicas entre os seus habitantes e deles com a natureza local, a saber:

As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos [...] as horizontalidades são zonas da contiguidade que formam extensões contínuas. (SANTOS, 1996, p. 105, 108).

É nessa direção também que caminharemos ao analisar Dourados, considerando a condição de proximidade enquanto referência para as relações em áreas de contiguidade e as relações “distantes” como referência para as verticalidades (SOBARZO, 2010).

Em Dourados, essas verticalidades se manifestam, notadamente, nas articulações do sistema produtivo agrícola, voltado, em especial, para fora da região, para os circuitos internacionais da produção revelados pela presença

de empresas de atuação global (Marfrig/Seara, Bunge, Cargill, BRF – Brasil Foods S.A., etc.) caracterizadas pela agroexportação. Já as horizontalidades apresentam-se por intermédio das empresas de abrangência local e regional (cooperativas, cerealistas, armazenadoras, empresas de assessoria e consultoria especializadas, etc.) e das significativas relações da cidade com seu entorno por meio da oferta de serviços diretamente ligados ao setor agrícola (Quadro 03), além das demais atividades, especialmente as relacionadas com o comércio, a educação e a saúde<sup>37</sup>.

Com relação à escala intraurbana, nos deparamos com vários fatores complexos, mas, notadamente, se observa uma intensificação do consumo direto ou indireto relacionado ao setor produtivo agrícola, reforçando a condição de Dourados na oferta de serviços<sup>38</sup> cada vez mais diversificados e especializados, que atendem as necessidades de uma população de renda média instalada na cidade. Esta parcela da população é formada por imigrantes de outras regiões do país, que buscam, em Dourados, oportunidades de trabalho, principalmente nas atividades ligadas ao setor terciário.

---

37 Sobre esta temática, ressalta-se o estudo de Silva (2010, p. 18), que desenvolve uma análise dos serviços de saúde e de ensino superior ofertados em Dourados, “[...] principal centro de serviços especializados na saúde e no ensino superior da região, atendendo não somente às cidades do entorno, mas de outros estados, promovendo, assim, migrações definitivas, sazonais e pendulares, que contribuem para consolidar a sua importância na rede urbana.”

38 Essa condição pode ser observada nos anais do “VII Workshop da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe” (2010) e nas pesquisas de autores como Calixto et al. (2010), Romero (2010), Silva (2010), entre outros.

**Quadro 03 – Dourados-MS (2011)**

Principais empresas comerciais de insumos e implementos agrícolas que possuem matrizes e filiais

Empresa	Matriz	Filial	Represent.	Atuação e/ou principais produtos agrícolas e marcas
Via Campus	Dourados	Ponta Porã N. Andradina Caarapó Fátima do Sul Campo Grande Três Lagoas Naviraí	Laguna Caarapã Itaporã Aral Moreira	<p><b>Monsanto</b> – RoundUp Ultra, RoundUp WG, RoundUp Transorb, Dekalb, DKB 390 YG, DKB 350 YG, DKB 315, DKB 615, DKB 177.</p> <p><b>Bayer</b> – Connect, Nativo, Certero, Soberan, Atento, Larvin, Cropstar, Belt, Sphere Max.</p> <p><b>FMC</b> – Talstar, Mustang, Aurora, Boral, Gamit, Portero.</p> <p><b>Quimifol</b> – Quimifol Arrank, Quimifol Cobre L, Quimifol Mn 11, Quimifol Znitro, Quimifol Florada, Quimifol Mg-8, Quimifol P30W, Niphokam 108, Quimifol K40.</p> <p><b>TecControl</b> – Sfera, Mago, SAG.</p> <p><b>Nortox</b> – Atrazina, Glifosato.</p> <p><b>Dupont</b> – Lannate, Approach Prima, Gallant, Classic, Ally.</p>
Spe-rafico Agroindustrial Ltda.	Dourados	Laguna Caarapã	Nada consta	<p>Dispõe de uma gama de produtos que atendem desde o produtor até o consumidor final.</p> <p>Na linha industrial engloba a lecitina de soja, óleo vegetal bruto, óleo refinado e enlatado, gordura vegetal hidrogenada, farelo a granel e ensacado, rações para animais, sabão em barra e farinha de trigo.</p>

Empresa	Matriz	Filial	Represent.	Atuação e/ou principais produtos agrícolas e marcas
Alvora-da Produtos Agropecuários	Dourados	Campo Grande Três Lagoas Cuiabá (MT) Barra do Garças (MT) Goiânia (GO) Araguaína (TO)	Nada consta	<b>Agrícola:</b> Herbicidas, inseticidas, fungicidas, espalhantes/adjuvantes, micro-nutrientes, inoculantes, fertilizantes, sementes. <b>Pecuária:</b> Herbicidas e inseticidas para pastagens, arames, fertilizantes e sementes para pastagens, produtos veterinários, vacinas e rações para cães e gatos. <b>Nutrição animal:</b> Rações, sal proteinado e sal mineral.
Agro Jangada Ltda.	Itaporã	Dourados Carumbé (distrito de Itaporã)	Nada consta	Sementes, adubos, defensivos, uma completa linha de produtos agrícolas de várias marcas. Assistência técnica ao produtor rural.
Cargill Agrícola Dourados S/A	Dourados <sup>39</sup>	Ponta Porã Caarapó Vila São Pedro (distrito de Dourados)	Nada consta	Atacadista de produto de origem; Comércio atacadista de grãos.
Paiol Agrícola	Dourados	Dourados	Nada consta	Produtos agrícolas, veterinários e outros.
Rincão Comércio de Peças Agrícolas	Dourados	Maracaju	Nada consta	Comércio de peças agrícolas

**Fonte:** Pesquisa junto a representantes, empresas e sites das empresas.

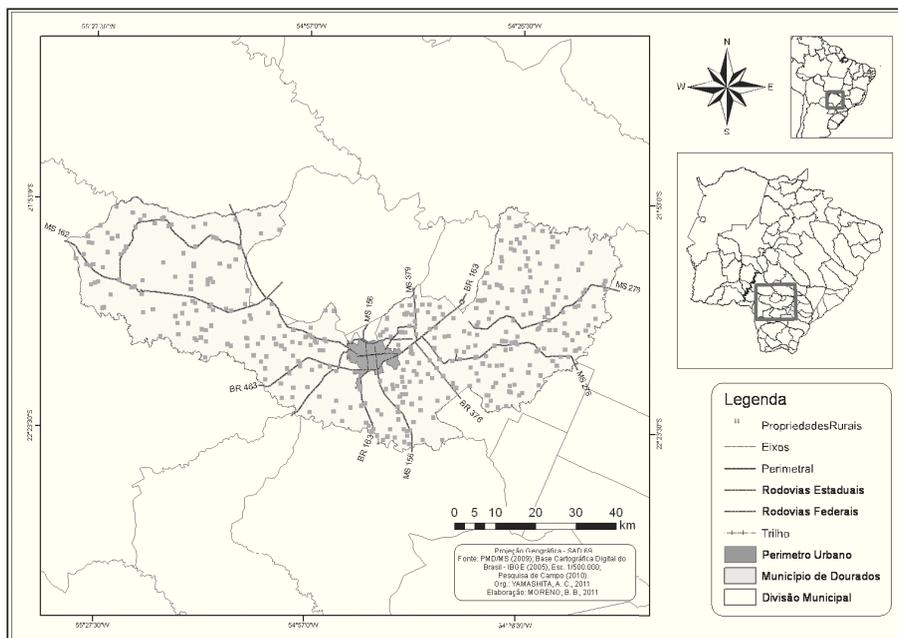
**Org.:** Ana Cristina Yamashita, abril de 2011.

Whitacker (2007, p. 143) discute que a cidade está cortada e ligada por redes de distribuição e, por meio de seu estudo, podemos entender que essa defi-

nição de objetos não se instalou aleatoriamente, pois ela “nos leva a compreender que tais funções não estão circunscritas à cidade e que a cidade não se resume ou se explica ‘*per se*’ [...] existe uma relação e mesmo uma imbricação intraurbana e interurbana” com o campo. Para o autor, “a lógica de utilização dos espaços rurais pode também ser urbana” (WHITACKER, 2007, p. 147).

A partir dessa perspectiva, construímos uma análise pautada na expressiva relação de localização da maioria dos estabelecimentos ligados ao consumo produtivo agrícola e às principais vias de Dourados. Constatamos, pela localização das atividades desse setor, uma coerência entre os principais eixos de acesso à cidade e à sua área de influência (pequenos municípios e fazendas da região), redefinindo, socioespacialmente, a articulação das atividades relacionadas à produção no campo com a propriedade do espaço urbano (Figura 01).

**Figura 01 – Dourados-MS (2011)**  
 Vias de circulação e principais propriedades rurais



**Fonte:** YAMASHITA, 2011.

Essa articulação, colocada pelos eixos de distribuição de produtos e serviços relacionados ao consumo produtivo agrícola em Dourados, além de intensificar a relação entre o campo e a cidade, reforça também o papel centralizador

de Dourados ao conectar esses serviços à sua área de influência direta, a saber, municípios e propriedades rurais.

Há, então, uma identidade significativa entre a cidade e a produção agrícola, isto é, se o campo passa a ser dotado de modernidade, a cidade também se apresenta como coadjuvante nesse cenário, visto que é na cidade que o meio técnico-científico-informacional se instala, promovendo o acirramento da divisão social do trabalho e as dinâmicas populacionais, como a migração descendente (de cidades maiores para cidades menores) de profissionais especializados com origem e vivência urbana.

Portanto, em sua lógica de funcionamento, as relações de produção no campo, subsidiadas pela técnica, ciência e informação, extrapolam a fronteira da propriedade agrícola, transformando os conteúdos da cidade, que passa a ser redefinida socioespacialmente diante da lógica do capital globalizado e da sua necessidade de reprodução.

Isso nos possibilita pensar nos conteúdos das cidades não metropolitanas articuladas numa dinâmica que tende a reproduzir, além das transformações socioeconômicas, problemas até então pertinentes às metrópoles, como, por exemplo, o aprofundamento das desigualdades socioespaciais decorrentes do crescimento desordenado, o aumento das periferias urbanas e das carências de infraestrutura, e o surgimento de muitas novas disparidades (ELIAS, 2007, p. 129).

É por esse viés que nossas reflexões se articulam ao estudo das cidades médias, buscando apresentar particularidades e singularidades da tendência geral de redefinição dos papéis de cidades. Segundo Sposito (2007), as cidades médias também estão relacionadas à difusão da agricultura científica, do agronegócio, do comércio e dos serviços especializados, cujas dinâmicas são pautadas na ampliação da área de produção agrícola realizada segundo os moldes capitalistas no país, o que resulta no acirramento da divisão social e territorial do trabalho materializado no espaço urbano. Esse fato apresenta as duas faces de uma mesma moeda: a que cria oportunidades para alguns e a que torna os demais cada vez mais excluídos do espaço da cidade.

## APONTAMENTOS FINAIS

No Brasil, a territorialização do capital e as novas dinâmicas incorporadas ao campo têm gerado impactos socioespaciais e ultrapassam os limites do que é urbano e do que é rural. Elas estabelecem um novo conteúdo e outro modo de compreender as relações entre a cidade e o campo, visto que a análise dos conte-

údos vividos nos permite entender a reprodução da qual a sociedade se origina, assim como as contradições que esse processo apresenta.

Tentamos, aqui, mostrar como a reestruturação do sistema produtivo agrícola se articula ao processo de redefinição socioespacial de Dourados, município pensado enquanto cidade média, e apresentamos um olhar sobre essa dinâmica com a intenção de contribuir para a compreensão dos conteúdos das cidades e sua articulação socioespacial.

Tal dinâmica, direcionada pela lógica de atuação de alguns agentes e vetores, marca a redefinição socioespacial da cidade e se materializa, de certa forma, pela construção de localizações, no espaço de Dourados, que indicam áreas de concentração de produtos, instituições e empresas direta e indiretamente relacionadas ao consumo produtivo agrícola.

No caminho por nós percorrido, buscamos encontrar elementos consistentes para a análise da produção dos espaços urbanos não metropolitanos associados à reestruturação produtiva agrícola, considerando os papéis assumidos por Dourados em sua área de influência regional e também nos circuitos de produção globalizada. Adotamos os apontamentos sobre a reprodução do capital financeiro como articulador de algumas etapas desse processo, assim como a materialização do consumo produtivo agrícola sintetizado na apresentação de referências que reforçam a lógica da utilização dos espaços em Dourados. Tais leituras nos permitiram compreender as redefinições dos eixos de prestação de serviços e comércio, enfatizando localizações e definindo fluxos relacionados à produção agrícola.

Salientamos que esta análise aponta ainda para a necessidade de aprofundamentos futuros que não podem ser desconsiderados, como é o caso do acirramento das contradições colocadas na cidade por intermédio das formas de diferenciação socioespacial. Portanto, consideramos que esse setor produtivo tem promovido a estruturação de uma população urbana de renda média advinda de migrações de cidades maiores, exigindo novos usos, conteúdos e localizações no interior da cidade de Dourados e redefinindo-a socioespacialmente, sobretudo ao considerarmos o acesso ao mínimo de urbanidade. Nossa análise promoveu, assim, um olhar sobre o modo como se vive — e como muitos sobrevivem — nessa realidade.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, S. Região da Grande Dourados (MS): planejamento e (des)construção de uma região. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 159-180.

AGÊNCIAS BB de Maracaju e Dourados no topo da lista de contratações. **Agrolink Notícias**. Jornal digital especializado no setor agropecuário, 16 nov. 2010. Não paginado. Disponível em: <[http://www.agrolink.com.br/noticias/agencias-bb-de-maracaju-e-dourados-no-topo-da-lista-de-contratacoes\\_121258.html](http://www.agrolink.com.br/noticias/agencias-bb-de-maracaju-e-dourados-no-topo-da-lista-de-contratacoes_121258.html)>. Acesso em: 4 fev. 2011.

BRASIL. **Banco Central do Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/33.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Exportação brasileira – Grupos de produtos: 2005 a 2010**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

BRUM, A. L. A revolução Verde. In: BRUM, A. L.; MULLER, P. K. (Org.). **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1998. p. 44-50.

CABREIRA, A. C. **Horizontes verticais: meandros do meio técnico-científico-informacional em Dourados-MS**. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

CALIXTO, M. J. M. S. et al. Análise dos agentes econômicos e da reestruturação urbana e regional em Dourados, uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul. In: WORKSHOP DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE CIDADES MÉDIAS - ReCiMe, 7., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ReCiMe, CNPq, 2010. 1 CD-ROM.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

COSTA, W. M. da. O modo industrial de produzir no campo: um aspecto atual da modernização capitalista. **Revista Orientação**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 63-69, 1985.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, Ícone Editora, 2001.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES,

B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e dispersão do meio técnico-científico-informacional: do surgimento de cidades funcionais ao campo moderno nos *fronts* agrícolas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-25. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Frederico\\_S.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Frederico_S.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2011.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. Dourados, MS, 1988. Não paginado.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003.

LE BOURLEGAT, C. A. Impactos das políticas públicas na promoção dos arranjos produtivos locais em Mato Grosso do Sul. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. (Org.). **Arranjos produtivos locais**: uma alternativa para o desenvolvimento. Experiências de políticas. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. v. 2. Disponível em: <[www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br](http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **PRODEGRAN – Exposição de Motivos**. Brasília, DF, 1976.

MINTER/SUDECO. **Programa especial da região da Grande Dourados**. Brasília, jun. 1976. Relatório disponível no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Não paginado.

OLIVEIRA, E. R. de; BELLE, H. B. de M. Financiamento privado do setor agropecuário na década de 90: uma análise da CPR – Cédula de Produto Rural. In: MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 4., 2009, Goiânia. **Anais...** Goiânia: PUC, 2009. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/File/CPGLS/IV%20MOSTRA/NEGOCIO/Financiamento%20privado%20do%20setor%20agropecuario%20na%20decada%20de%2090%20uma%20analise%20cpr.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

REVISTA CARGILL. São Paulo: Cargill, ano 29, n. 19, out./dez. 2009. Disponível em: <[http://www.cargill.com.br/wcm/groups/public/@csf/@brazil/documents/document/cargill\\_brasil\\_revista\\_out2009.pdf](http://www.cargill.com.br/wcm/groups/public/@csf/@brazil/documents/document/cargill_brasil_revista_out2009.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2011.

RIOS, E. A.; NÉSPOLO, L. C. **Agência do Agronegócio em Dourados, MS: depoimentos** [21 jul. 2011]. Entrevistadores: A. C. Yamashita e D. Elias. Dourados, 2011.

ROMERO, H. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados-MS**. Dourados, 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

SANTOS, C. D. dos. **Difusão do consumo produtivo: reflexos na economia urbana de Mossoró (RN)**. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, M. C. T. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados-MS**. São Paulo, 2000. 317 p. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP.

\_\_\_\_\_. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. São Paulo, 1992. 257 p. Dissertação (Mestrado em Geografia)–FFLCH/USP.

SILVA, V. F. **Dourados-MS no contexto da rede urbana regional: apontamentos para análise de uma cidade média**. Dourados, 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–FCH/UFGD.

SOBARZO, O. Reflexões sobre a pesquisa em cidades médias: a experiência em Passo Fundo. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. Disponível em: <[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4503](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4503)>. Acesso em: 8 nov. 2010.

SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). Uma rede de pesquisadores, sua pesquisa e o caminho partilhado. In: \_\_\_\_\_. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 7-27.

WHITACKER, A. M. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139-156.

YAMASHITA, A. C. **As relações de produção no campo e o processo de redefinição socioespacial em Dourados-MS**: uma contribuição para a análise de uma cidade média. Dourados, 2011. 320 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– FCH/UFGD.



# CENTRALIDADE URBANA E REDEFINIÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DO SHOPPING AVENIDA CENTER EM DOURADOS-MS<sup>39</sup>

Hamilton Romero

## INTRODUÇÃO

A fim de refletirmos acerca da redefinição da centralidade urbana na cidade de Dourados, tomamos como elemento fundamental a construção do Shopping Avenida Center, inaugurado em meados de 2006. Porém, antes mesmo da edificação dessa obra, já foi possível identificarmos diversas práticas sociais, comerciais, ideológicas e culturais decorrentes da materialização de um shopping center na cidade de Dourados-MS (ver Figura 01).

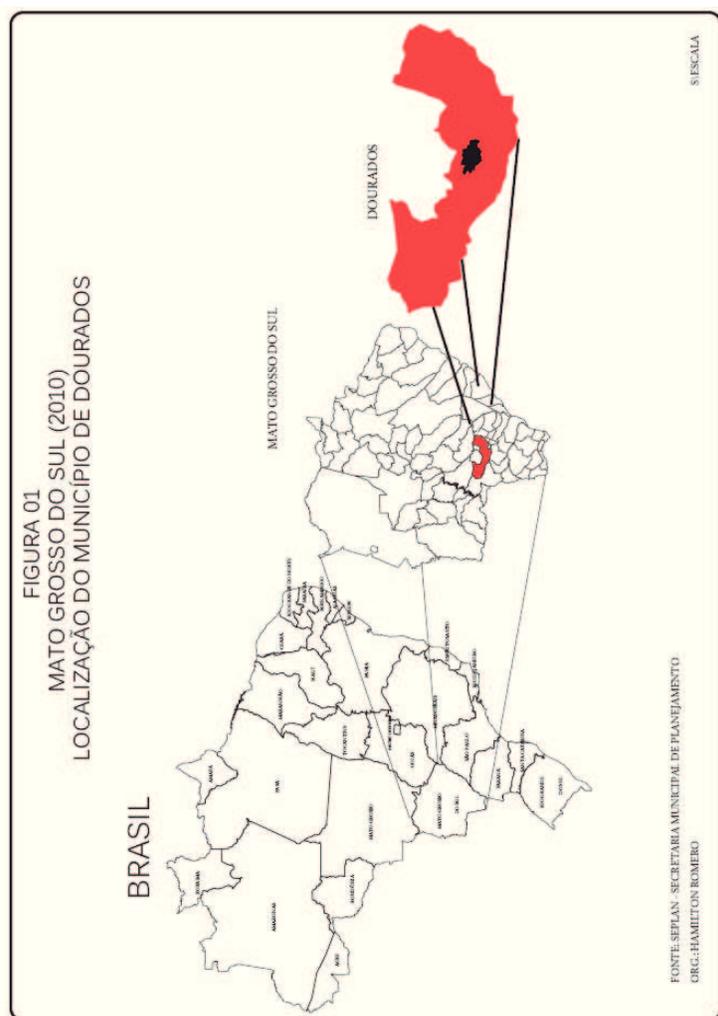
Do ponto de vista físico, ideológico e social, a construção desse grande empreendimento foi iniciativa do poder público local e dos demais agentes responsáveis pelas dinâmicas de uso e ocupação do solo urbano, principalmente no que diz respeito à área central da cidade. É sobre esta área e as adjacências ao Shopping Avenida Center que discorreremos neste capítulo.

O estudo da produção do espaço urbano, assim como o da produção de todas as cidades pesquisadas pela geografia, passa pela compreensão do momento histórico vivenciado pelos agentes sociais e, conseqüentemente, impressos no espaço, haja vista que a cidade se configura como um local de manifestação das relações sociais e é compreendida como materialização destas relações (SILVA, 2005). No entanto, sendo o tempo linear, necessitamos delimitar

---

39 Este texto resulta da dissertação de mestrado intitulada *O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados-MS*, defendida em 2010, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

um intervalo para melhor compreensão e análise dos processos produtivos da cidade em questão.



Sendo assim, o estudo do papel do Shopping Avenida Center na cidade de Dourados-MS está delimitado pelo processo de produção social do espaço urbano intensificado por diversos fatores, entre os quais destacamos o crescimento e a estabilidade econômica da cidade na primeira década dos anos 2000.

A partir dos fatores destacados e realizando um recorte temporal, este capítulo apresenta a análise do processo de redefinição do espaço de Dourados entre os anos de 2005 e 2010. Não podemos deixar de considerar que a redefinição dos lugares no interior da cidade, assim como o espaço urbano em toda sua complexidade, é constante e, por isso, há sempre mudanças físicas, funcionais, simbólicas, etc.

## PRESENÇA DOS SHOPPING CENTERS EM CIDADES MÉDIAS E SEU PAPEL NA REESTRUTURAÇÃO URBANA: UMA NOVA CENTRALIDADE

Podemos dizer que a implantação de shopping centers nas cidades médias<sup>40</sup> marca uma nova fase do processo de urbanização, na qual as relações sociais de produção adquirem nova roupagem, ou melhor, novas formas de expressão do poder de compra, acentuado por meio dos símbolos de distinção social. Esse processo tem, como principal foco, a mercadoria como símbolo, implicando, inclusive, o redimensionamento dos papéis dessas cidades na escala urbana regional.

De acordo com Lefebvre (2008, p. 81) a expressão “sociedade urbana” designa uma realidade em formação. Em parte real, em parte virtual, ela não se encontra acabada, mas se faz como uma tendência que se manifesta e que está destinada a se desenvolver. Desse modo, o processo de produção do espaço urbano nas cidades ocorre, geralmente, em sua forma embrionária, com a constituição do centro.

Não é possível discutir a implantação de loteamentos e a periferação sem falar de centro/centralidade; falta de equipamentos e infraestrutura urbana sem falar de concentração destas melhorias do centro; espaço de reprodução da força de trabalho, sem falar no espaço de circulação e de

---

40 O conceito de cidade média tem sido pesquisado e discutido pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Encarnação Beltrão Sposito, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Presidente Prudente-SP). Trata-se de um grupo que realiza levantamentos e análises com base nos papéis desempenhados por cidades que concentram uma grande variedade de produtos e serviços, e que, por sua vez, oferecem às cidades vizinhas mais ofertas de bens de consumo e serviços hierarquizados, gerando influência socioeconômica sobre a área de abrangência da cidade. Dourados encontra-se no rol de cidades em estudo pela ReCiMe.

produção de serviços; de verticalização, sem tocar na questão da centralidade simbólica (SPOSITO, 1991, p. 5).

O expressivo papel do comércio, consubstanciado às necessidades de reprodução das relações sociais, mercadológicas e de ocupação do espaço, permitiu que o centro se materializasse como o local das trocas e do fluxo, entre outras dinâmicas, se distanciasse do local de moradia e delineasse o processo de diferenciação socioespacial. No entanto, a configuração do centro comercial adquire também especializações, permitindo que determinados empreendimentos agrupem-se de acordo com as necessidades e o modo de vida urbano.

Nesse processo, a especialização de alguns setores do comércio avançou por áreas inicialmente residenciais. Assim, a atividade comercial adentrou determinadas áreas de bairros circunvizinhos ao centro, numa constante redefinição de uso, de valores, de papéis e de conteúdos. Tal fato revela as contradições existentes no interior do espaço urbano.

Para tratar da forma como o centro urbano comercial passou a crescer, faremos algumas reflexões que nos permitem criar hipóteses quanto ao comportamento dos novos habitantes provenientes da região sul do país. Será possível, então, evidenciar que o crescimento demográfico de Dourados não se deu ao acaso, mas por meio dos incentivos dados aos que aqui se instalaram. Dessa forma, Silva (2000, p. 148-149) afirma:

Dourados consolidou-se como o principal centro urbano da economia regional, atraindo e centralizando os principais benefícios da expansão econômica em curso. Foi nesse centro urbano que se concentravam os maiores volumes de investimentos, os equipamentos urbanos, as novas oportunidades de emprego e para lá convergiam as principais vias regionais.

A partir da década de 1970, a cidade ganhou novas formas urbanas, conforme explica Calixto (2000, p. 134):

Considerando o processo de transformação pelo qual passou a região de Dourados, podemos afirmar que foi a partir da década de 1970, que esse quadro tornou-se mais complexo, refletindo e fazendo com que alguns fatores conjugados acabassem por contribuir para um (re)arranjo do uso do solo urbano. A mola propulsora desse (re)arranjo foram as novas formas de intervenção, via produção habitacional, perpetradas pelo poder público, que tinha como orientação o direcionamento assumido pela política urbana no nível federal, ou seja, essas ações articularam-se e subordinaram-se às decisões de instâncias superiores.

Diante desses fatores, coube ao poder público municipal recorrer à esfera dos poderes estadual e federal para tentar solucionar problemas emergenciais relacionados ao abastecimento energético e aos serviços de saneamento e telefonia, uma vez que o aumento do número de habitantes não se refletia no aumento dos tributos arrecadados pelo município, pois uma significativa parcela da população, sobretudo a vinda do campo, não se adequava às exigências do trabalho urbano.

Foi a partir da evolução de um centro comercial que houve a redefinição de conceitos e valores, que caminharam para a impessoalidade das relações. Na medida em que o comércio e as residências se expandiram, originando novas formas de relação socioespacial, o centro ganhou também novas formas de apropriação. Foi por meio da conjunção desses fatores que

[...] a cidade de Dourados começou a vivenciar um processo de redefinição de papéis, funções, conteúdo, não apenas por conta de um novo tipo de morador, proprietários e técnicos ligados ao novo modelo de agricultura ou trabalhadores e pequenos proprietários expropriados do campo, mas sobretudo em face da demanda da agricultura mecanizada por produtos e serviços que não eram e não são encontrados na própria unidade agrícola de produção. (CALIXTO, 2000, p. 66).

Numa tentativa de compreender o sentido da apropriação e as características da centralidade urbana, Montessoro (2006) afirma que o espaço é produto das relações cotidianas. Acerca da formação socioespacial que as cidades possuem atualmente, a autora diz que

[...] a origem, a formação das cidades e a apropriação dos diferentes espaços por diferentes camadas sociais passam por um processo histórico que determina a sua estrutura interna, o que significa que há um acúmulo de formações sociais que foram se (re)produzindo e evoluindo conforme as novas formas espaciais. (MONTESSORO, 2006, p. 40).

É notável que o centro da cidade representa não apenas um conjunto de produtos e serviços que atendem a lógica da reprodução capitalista, mas também se (re)define, constantemente, de acordo com as necessidades inerentes ao processo de reprodução da vida urbana. Sua forma e função são adaptadas a essas necessidades. Então, conforme completa Montessoro (2006, p. 41), o centro reflete as atitudes e os anseios do grupo através das práticas socioespaciais.

Nos entremeios desse processo, o crescimento das cidades médias revela um rearranjo socioespacial marcado pelas novas formas de reprodução do capital e evidência que tais cidades passaram a desempenhar um papel significativo na rede urbana.

Devemos considerar ainda o novo dinamismo desempenhado pelo poder público na busca por alternativas que assegurem o processo de reprodução do capital dadas a saturação das atividades econômicas nos grandes centros metropolitanos e a iminência em buscar novas formas de expansão da economia para essas cidades. A esse respeito, Santos (2000, p. 63-64) afirma:

A consolidação dessa desconcentração urbana e da queda da primazia metropolitana foi confirmada mais recentemente com a divulgação dos resultados do último censo demográfico de 1996, o qual demonstra que as grandes metrópoles nacionais estão atingindo os limites de sua capacidade de crescimento. No período de 1991-1996, São Paulo cresceu apenas 0,3% a/a, Rio de Janeiro cresceu 0,2% a/a e Belo Horizonte não ultrapassou a taxa de 0,7% a/a.

Nesse sentido, observamos que as cidades que não desempenham papéis metropolitanos têm recebido maior atenção de investidores em busca de novas formas de expansão da economia por meio de investimentos nos setores industrial e de serviço, uma vez que um setor liga-se ao outro na constituição de uma hierarquia funcional.

Esse processo tem gerado contradições, aprofundando a diferenciação socioespacial e estimulando práticas especulativas. Em Dourados, uma das formas apresentadas por essa dinâmica caracteriza-se do seguinte modo: na área norte, mencionada popularmente como a “parte de cima” da Avenida Marcelino Pires, o preço da terra urbana é maior do que na porção sul da cidade, considerada a “parte de baixo” da referida avenida.

Dessa mesma maneira, a centralidade assume novas formas de expressão, o uso do solo e sua especialização redefinem espaços e provocam o redimensionamento de setores do comércio e de serviços.

[...] na medida em que a densidade da população aumenta, há uma especialização espacial. A competição pelo espaço torna-se tão grande que cada área da cidade tende a ser destinada aos usos que resultam em maiores retornos econômicos. (CLARK, 1985, p.106).

Assim, outros locais da cidade também assumem determinadas funções que antes se faziam presentes apenas no centro tradicional. Essa dinâmica reflete o que Gottdiener (1993, p. 23) analisa como resultado de política dos governos locais. Nesse sentido, a (re)apropriação de determinadas localizações nas mediações do centro leva ao redimensionamento da funcionalidade e do uso do solo.

[...] a cidade dispersa-se, descentraliza-se e (re)compõe-se em novas formas de concentração/dispersão. A produção de lugares especializados (re)direciona fluxos, (re)produz e (re)cria novas centralidades e novas relações que, por sua vez, afastam uma parcela significativa da população da possibilidade de uso e consumo, (re)produzindo e separando a cidade. (CALIXTO, 2000, p. 200-201).

Tal dinâmica, cada vez mais presente nas cidades médias, tem chamado atenção para uma nova perspectiva de análise dessas cidades que vão além da perspectiva pautada pela metrópole. Essa nova configuração tem alterado o papel das cidades médias brasileiras enquanto produtoras de uma dinâmica socioespacial própria, permitindo a análise segundo novas lógicas.

Dessa forma, a centralidade urbana, ou mesmo o centro tradicional propriamente dito, tem passado por novos processos em sua dinâmica de redefinição, permitindo a materialização de novos papéis, uso e ocupação que, por sua vez, segundo Silva (2008),

[...] parecem estar ligados a três grandes questões chave: a mudança nas relações de produção e trabalho (reestruturação produtiva), a ampliação e diversificação dos sistemas de mobilidade de bens, serviços e pessoas e as mudanças de padrões de consumo com a ampliação de mercados.

Esse processo, somado à reestruturação da funcionalidade urbana nas cidades médias, resultou na realocação de diversos setores de serviços e de bens nos centros urbanos. Nas palavras de Silva (2008)

Tais modificações conduzem a um significativo aumento de complexidade na estruturação dos espaços urbanos, o que é sentido e se expressa por meio dos Centros Urbanos, pois estes representam, desde a origem das cidades, os nós, as convergências e as dispersões, as conexões e as articulações, os lugares das decisões e comandos, os lugares de encontros, ou seja, a essência das cidades.

Pensar nesse processo significa considerar a questão da centralidade urbana, bem como das formas de uso e apropriação do espaço no interior da cidade. A leitura em torno da centralidade se faz por diferentes vertentes de análise. Desta maneira, trazemos, para discussão, alguns conceitos e procuramos contextualizá-los em relação à realidade do objeto em estudo.

Durante o processo de formação das cidades, o centro urbano se manifestou como resultado de um processo social de estruturação do espaço urbano. “[...] como a cidade, é produto: por conseguinte, ele exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna” (CASTELLS, 1983, p. 313).

A apropriação do centro também pode ser compreendida pela lógica da produção espacial, que tem, nas relações capitalistas de produção, a sua origem. Sendo assim, o espaço é a materialização destas relações e o centro se reflete neste mesmo lócus de produção socioespacial. Whitacker (1997, p. 18-19) faz as seguintes indagações acerca da temática em discussão:

O que dizer da centralidade urbana? Um centro euclidiano físico? Um centro simbólico carregado de simbolismos? O local do aporte, do desembarque, da conquista, do domínio? O mais alto local, o lugar mais próximo da água? Paulatinamente um local de encontros, contingentes ou não, sejam eles para trocar, vender, festejar, temer, adorar. E, se o local de encontros, local de confluências. Fluxos para lá se dirigem e de lá partem. A base física é fundamental. A “obra” demarca, marca, delimita; ela é o centro, é a “concentração de tudo o que existe”.

Nesse sentido, seria reducionismo tratar o centro tradicional apenas como o local das trocas, comércio e serviços, sem considerá-lo elemento articulador entre sociedade, capital e divisão social do trabalho, pois, com a acentuação da divisão social do trabalho, mais capital se concentra, refletindo na especialização dos lugares (SPOSITO, 1991, p. 7).

Não raro, conforme Montessoro (2006), ouvimos expressões do tipo “preciso ir ao centro” ou ainda “centro das atenções” e, em ambos os casos, por mais distinto que seja o sentido usual, trata-se da prática vívida do poder simbólico exercido pelo centro, traduzindo em linguagem o significado simbólico e ideológico do termo. Ao concluir algumas considerações sobre o centro das cidades, a autora afirma:

O que precisa ficar esclarecido é que ele é o nó de ligação da cidade com os seus moradores, é o ponto de ligação entre o próximo e o distante e é identificado pelo seu caráter concentrador e dispersor das atividades, das pessoas e das ideias, pois se um novo eixo se intensifica num determinado ponto do espaço. Acaba atraindo para si toda a característica que envolve a dinâmica econômica, social e cultural do centro. (MONTESSORO, 2006, p. 49).

E continua:

Se falamos do centro como um lugar de troca, símbolos e signos que fundamentam as relações socioespaciais este deve, então, ser compreendido como “um espaço de consumo” associado ao “consumo do espaço”, havendo uma interligação dessas categorias através das práticas e do próprio papel que desempenha na morfologia do tecido urbano, pois se ele é pon-

to de convergência significa que há um adensamento maior relacionado ao número de pessoas que circulam na área, o que favorece o crescimento e desenvolvimento do comércio e do consumo, que necessita de um público em expansão para que essas práticas fundamentem as práticas cotidianas. (MONTESSORO, 2006, p. 90-91).

Verifica-se, portanto, que as formas de consumo de mercadorias e serviços implicam na redefinição dessas áreas por meio de um processo que se materializa espaço-temporalmente. Soma-se a essa vertente a ideia de centro ligada ao poder. “O poder político, o poder de consumo. Quem determina as condições em que as relações se darão está localizado no que ganha o *status* de centro.” (ROCHA, 2001, p. 161). Ou seja, o centro dá “vida” a toda uma estrutura ideológica de poder exercido pelos agentes públicos e imobiliários no interior da cidade. De acordo com Alfredo (2001, p. 139),

[...] [a] lógica produtiva redireciona a forma da cidade. As imposições das necessidades do capital redefinem a centralidade, fragmentando-a em diversos setores e reunindo a mesma através dos interesses e sentidos da produção capitalista.

Dessa forma,

As políticas urbanas recriam constantemente os lugares, produzindo a implosão da cidade e, com isso, novas centralidades se criam, porque a centralidade se desloca no espaço [...] em função de novas formas de uso/consumo do espaço. Isso ocorre porque os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do deslocamento do comércio, dos serviços e do lazer. As transformações das funções, dos lugares da cidade geram o que chamamos de “centralidades móveis” — movimentação no espaço [...] assentados nas novas formas de comércio e dos serviços modernos. (CARLOS, 2004, p. 11).

Segundo os autores, a compreensão da centralidade urbana traduz-se em uma ferramenta para o entendimento do complexo papel dos agentes urbanos na redefinição dos usos e das formas de ocupação do espaço, pois, ao passo que o redirecionamento de fluxos provoca a realocação no espaço, a vivência das práticas sociais permite a materialização desse processo na contínua relação entre espaço e tempo sociais. Por isso, os pontos comerciais de uma determinada localidade da cidade representam um importante papel na garantia da permanência desse empreendimento. No caso do shopping center, a localização estratégica também tem a função de garantir que os usuários participem da materialização dessa morfologia imposta. Conforme aponta Pintaudi (1992, p. 29),

Sem dúvida, a localização é um fator fundamental para qualquer investimento de capital no comércio varejista. Quando se trata de reprodução de um pequeno capital, é óbvio que o fato de estar instalado num lugar para onde os clientes possam afluir, numa rua comercial importante, por exemplo, permite a acumulação e a concentração do capital mais rapidamente do que num lugar onde essas condições não se verificarem.

Ainda sobre a localização, o empreendimento estabelece uma relação de trocas simbólicas que resulta na “valorização” das áreas de seu entorno, e dessa maneira,

[...] o promotor imobiliário produz e põe à venda, em poucos anos, “pontos” que o comércio tradicional levaria décadas para produzir com as aglomerações tradicionais de comércio e serviços. É claro que o próprio shopping center depende, para seu sucesso, de um bom “ponto”, de uma boa localização. (VILLAÇA, 2001, p. 304).

Analisando o caso do Shopping Avenida Center, sua localização estratégica tem garantido o fluxo de pessoas. A proximidade com o centro comercial possibilita que os usuários frequentem o shopping mesmo depois de terem feito compras no centro principal da cidade. Esse fator confere a possibilidade de uma dinâmica cambiante para a centralidade urbana de Dourados. Ao discutir a temática, Whitacker (2003) dialoga com diversos teóricos acerca do conteúdo e das formas da centralidade. O autor afirma que

[...] esses diferentes conteúdos dados ao centro encontram-se distribuídos ou concentrados na cidade, sobrepostos ou não, tanto em sua dimensão territorial, quanto em sua dimensão espacial, de acordo com a constituição de cada cidade e que devemos compreender que o recorte territorial não define a centralidade, mas o centro. (WHITACKER, 2003, p. 134).

Conforme já apontado, o mesmo autor sugere que a centralidade é cambiante e definida pelos fluxos que dão o conteúdo desta centralidade à medida que há articulações entre as diferentes localizações.

## OS SHOPPING CENTERS E SUAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS

O shopping center se colocou como um símbolo de modernidade e progresso, redefinindo o espaço urbano. Conforme demonstra Pintaudi e Frúgoli Júnior (1992), os shopping centers já nascem como um “fenômeno”.

No Brasil, o primeiro shopping center se instalou em 1966 em São Paulo e permaneceu único até o período seguinte, quando surgiram mais dois Shopping Centers, um no Distrito Federal e outro no Paraná [...] foi só a partir de 1980 que o fenômeno se difundiu por outros estados brasileiros. (PINTAUDI; FRÚGOLI JÚNIOR, 1992, p. 17).

Pintaudi relata que entre 1975 e 1979 mais quatro shopping centers foram construídos, sendo dois em São Paulo, um em Minas Gerais e um na Bahia, iniciando, assim, um processo de difusão do empreendimento que, em poucos anos, estaria presente em todas as regiões do país. Tais empreendimentos,

[...] surgem no Brasil no momento em que as condições de desenvolvimento do capitalismo necessitam de monopólio do espaço, para reprodução contínua e ampliada do capital, porque é através do poder de mercado que são equacionados os problemas da acumulação do capital. (PINTAUDI, 1992, p. 16).

Segundo os referidos autores, a partir da década de 1980, ocorreu a expansão dos shopping centers pelo mundo e difusão das satisfações e necessidades através das formas de consumo. Dessa forma, podemos, aqui, identificar que a cidade capitalista não apenas projeta o consumo de forma ampla, mas também recria formas de ampliar este consumo, como é o caso dos shopping centers. O Quadro 01 mostra o crescimento dos shopping centers no Brasil na última década.

**QUADRO 01 – Brasil (2005-2009)**  
Número de shopping centers



**Fonte:** Associação Brasileira de Shopping Center (ABRASCE).  
**Org.:** Hamilton Romero.

Os números do quadro revelam o quanto os shopping centers foram absorvidos pela dinâmica socioeconômica do país. Em valores monetários, eles tiveram, segundo dados da ABRASCE<sup>41</sup>, um faturamento de 42,6 bilhões de reais em 2004, sendo que este valor saltou para 64,6 bilhões em 2008. A Área Bruta Locável (ABL), que era de 6,2 milhões de metros quadrados, cresceu para 8,6 milhões de metros quadrados no período acima citado.

A partir dos anos de 1980, o empreendimento passou por um acentuado processo de consolidação e especialização de mercado, dando início à construção de unidades segmentadas, voltadas a públicos específicos. Os shopping centers, então, passaram a ser construídos para atender a determinados segmentos da economia e da sociedade, criando especificidades que atendem os interesses imediatos de quem o procura e aumentando a lucratividade de quem investe nesse setor.

Com o objetivo de proporcionar um ambiente voltado para o planejamento estratégico de sua área interna e externa, o equipamento shopping buscou minimizar qualquer problema que pudesse interferir no processo de busca por qualidade e produtos específicos, pois ele possui a capacidade de agrupar diferentes segmentos do comércio varejista em um único lugar. Essa facilidade de acesso à mercadoria proporcionada à nova geração de consumidores, que estava se adaptando aos avanços da indústria em suas diversas formas de inserção na sociedade urbana, foi rapidamente absorvida e incorporada no comportamento dos indivíduos.

Devido ao fato de a concentração urbana e econômica serem mais intensas na região Sudeste, o estado de São Paulo não poderia deixar de ser o pioneiro no processo de instalação de shopping centers no Brasil. A cidade de São Paulo foi a primeira a ser inserida no universo expandido da mercadoria por meio do shopping center Iguatemi. Nota-se, então, que, desde o início do processo de expansão, os shopping centers se concentraram na região Sudeste, mais especificamente no estado de São Paulo, que ainda hoje concentra o maior número de empreendimentos.

Os SC surgem no processo de urbanização da economia e da população. Concentram-se no sudoeste do país, que é mais industrializado e urbanizado, e onde vive a maior parte da população brasileira, que detém, inclusive, maior poder de compra. (PINTAUDI, 1992, p. 26).

---

41 Associação Brasileira de Shopping Centers. Estes dados referem-se apenas aos shopping centers associados, não sendo possível mensurarmos o número exato de shopping centers no Brasil.

Esse grande aumento no número de shopping centers pelo país também contou com o apoio estratégico do poder público, que ofereceu condições para a abertura de novas unidades.

No caso do Shopping Avenida Center, o papel do poder público local, inerente ao processo de instalação do empreendimento, se fez, sobretudo, na forma de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e na concessão de terraplanagem do terreno onde foi edificada a obra. Conforme afirma o senhor Robson Luiz Braga Júnior, diretor comercial do Avenida Center,

O município fez uma licitação para ver quem tinha interesse de montar um shopping aqui, com subsídio de cinco anos de isenção de IPTU, com terraplanagem e alguns serviços que o município ofereceu. O grupo Ingá venceu a licitação e comprou o terreno subsidiado. (Entrevista concedida em 10 de junho de 2009).

Na afirmação do senhor Robson, percebe-se o papel desempenhado pelo poder público na produção do espaço urbano. Fica evidente o interesse na construção de uma obra que trouxesse grande visibilidade, pois sendo a cidade um local de trocas, de intercâmbio de mercadorias, é fundamental que estratégias de consumo, como os shopping centers, sejam cada vez mais difundidas.

Assim, antes mesmo de o shopping center iniciar suas atividades, houve a necessidade de elaboração de uma série de estratégias para que a obra se concretizasse, como a resolução dos problemas fundiários relativos ao terreno escolhido para a edificação e a disponibilização de um aparato de benefícios fiscais, conforme mencionado pelo diretor comercial do Avenida Center.

O contato com o universo dos shopping centers possibilita inúmeras abordagens para a realização de pesquisas acadêmicas. Todavia, dada a necessidade de delimitarmos o escopo do estudo aqui apresentado, partimos da compreensão do papel dos shopping centers enquanto mola propulsora da redefinição da centralidade urbana, ou seja, colocamos, como questionamento principal, a relação existente entre o Shopping Avenida Center e as formas de uso e ocupação do solo no centro urbano e demais pequenas áreas adjacentes a este empreendimento.

A implantação de um shopping center envolve a redefinição do papel do centro tradicional e mudanças nas estratégias de localização, haja vista que o empreendimento é instalado com objetivo de atender a interesses de determinados segmentos econômicos, seja quanto à “valorização” imobiliária, seja com relação à prestação de serviços relacionados a um público específico ou não. Em todo caso, tal empreendimento coloca-se como novas formas socioespaciais e redefina a dinâmica de produção e consumo do espaço urbano.

## CARACTERIZAÇÃO DO SHOPPING AVENIDA CENTER

O Shopping Avenida Center possui duas entradas principais, sendo uma na Avenida Marcelino Pires (Foto 01) e a outra na Avenida Joaquim Teixeira Alves, onde se situa também o Parque Arnulpho Fioravante, um dos locais de prática de esporte e lazer da cidade de Dourados.

**Foto 01** – Shopping Avenida Center  
Vista da entrada principal



**Foto:** Hamilton Romero (2009).

Avenida Marcelino Pires, via de maior fluxo da cidade, proporciona, de acordo com os níveis de circulação, maior comodidade aos usuários de veículos. Esta comodidade estende-se aos frequentadores do Shopping, pois o estabelecimento encontra-se ladeado pelas principais avenidas da cidade e as vias que o circundam tiveram seus sentidos alterados a fim de facilitar o acesso ao estacionamento.

O Shopping Avenida Center, quando implantado em 2006, apresentava um número pequeno de lojas. Nos 40 mil metros quadrados de área total edificada, no início do funcionamento do Avenida Center, havia lojas distribuídas por apenas 20 mil metros quadrados da área bruta locável (ABL), voltadas, aparentemente, para um público de menor poder aquisitivo, dado o caráter das lojas.

Atualmente, cresce o número de lojas nas áreas internas do empreendimento. Além de um supermercado, lojas âncoras e de departamentos<sup>42</sup>, como a Avenida (antiga Tecelagem Avenida), há também as Lojas Americanas, que ocupam uma grande área no estabelecimento e, como tal, cumprem o papel de atrair o público, pois possuem grande variedade de produtos, como brinquedos, roupas, utilidades e produtos de gênero alimentício, o que incentiva o superconsumo.

Os dados obtidos com a administração comercial do Shopping Avenida Center demonstram haver 74 unidades (lojas) em funcionamento por toda a ABL (ver Quadro 02).

**QUADRO 02 – Dourados (2006-2009)**  
Shopping Avenida Center – Quantidade de lojas inauguradas

<b>ANO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
2006	27
2007	30
2008	39
2009	44
TOTAL em 2010	74

**Fonte:** Pesquisa de campo.

**Org.:** Hamilton Romero.

De acordo com o diretor comercial do shopping, a rotatividade de lojas que se constituem e se extinguem em shopping centers, em nível nacional, é de 10% e esse número, em Dourados, chega a 5%, o que significa que o número de lojas que têm prosperado é superior a média nacional.

De acordo com dados da administração, o shopping dispõe de 191 pontos de atendimento, dos quais 133 estão em funcionamento e são representados, visivelmente, pelas 74 unidades de comércio em funcionamento. Estão em operação 3 salas de cinema, localizadas ao lado da praça de alimentação. O lazer pago também conta com uma loja de brinquedos eletrônicos que reproduz o estilo dos parques de diversões.

No acesso principal ao Shopping Avenida Center, pela Avenida Marcelino Pires, os usuários encontram um hall utilizado para exposições de obras de arte e para

---

42 Lojas de departamentos são estabelecimentos comerciais especializados na venda de diversos tipos de produtos no varejo, sem adotar uma linha específica, oferecendo à sua clientela, normalmente, roupas, produtos eletrônicos, cosméticos, etc.

instalações temporárias de equipamentos de lazer e estandes com mostras itinerantes de produtos para venda, inclusive, loteamentos residenciais, dentre outros serviços.

O estacionamento conta com, aproximadamente, 500 vagas, sendo 50 reservadas para atendimento aos hóspedes do Íbis Hotel, construído em terreno desmembrado, porém anexo ao shopping. É importante salientar que a construção do Hotel Íbis, inaugurado em abril de 2010, representa a entrada da primeira franquia de uma rede de hotelaria internacional na cidade, a Accor Hotels, grupo francês que administra outras 14 franquias de hotéis formadas por mais de 3800 unidades. Somente a marca Íbis possui cerca de 800 unidades pelo mundo. Até a chegada da marca em Dourados, Mato Grosso do Sul contava com somente duas franquias da rede operando na capital, Campo Grande, sendo elas, Novotel Campo Grande, em funcionamento desde 1997, e Hotel Íbis, inaugurado em 2007.

Os pontos comerciais no interior do Shopping Avenida Center são geridos pela administração do complexo, que se encarrega de planejar o chamado *mix de mercado*, responsável pela abertura de novos empreendimentos sem afetar o semelhante pré-existente. Nesse sentido, não é possível comprar um ponto comercial no shopping, todos serão sempre alugados. Isso ocorre, de acordo com a administração do empreendimento, a fim de impedir que determinados empreendedores invistam em negócios sem um devido estudo de mercado.

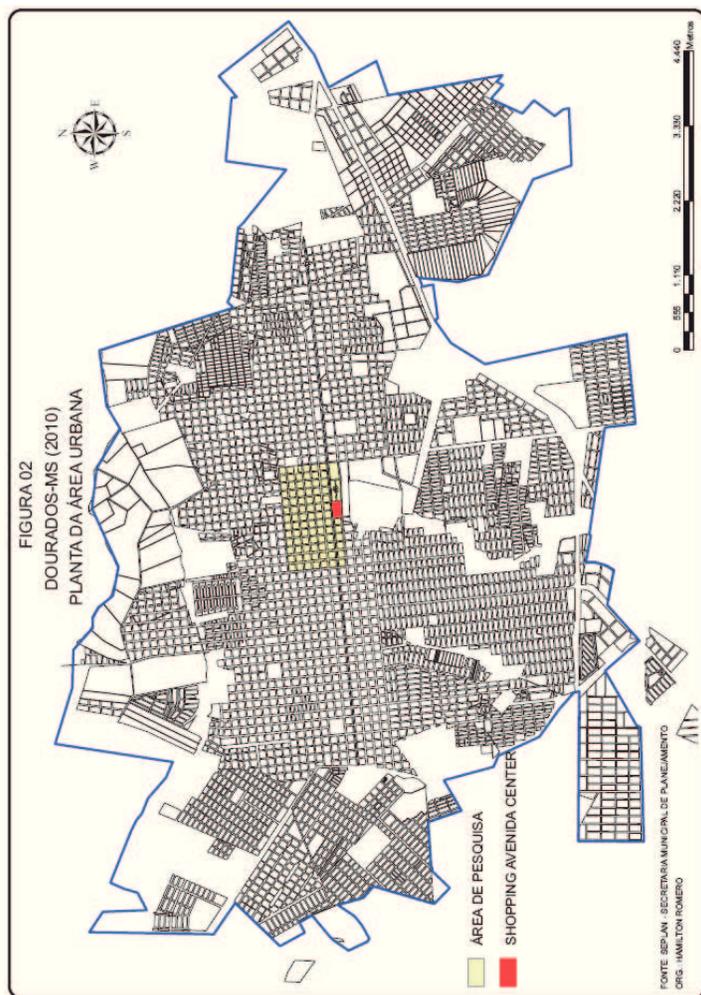
Nota-se que todos os passos na implantação do Avenida Center foram cuidadosamente planejados, como, por exemplo, a distribuição espacial, o tamanho do empreendimento e os tipos de produtos e serviços oferecidos. E isto se reflete ainda hoje na administração do empreendimento.

## A LOCALIZAÇÃO E A “VALORIZAÇÃO” DO ESPAÇO

A temática do shopping center está presente na análise de diversas dinâmicas espaciais, entre elas destaca-se a dinâmica do papel desempenhado por este tipo de empreendimento na produção do espaço urbano nas cidades médias brasileiras.

Dessa maneira, os shopping centers em cidades médias garantem não apenas a reprodução das relações de produção, mas representam também as novas formas de apropriação e “valorização” do espaço por meio de estratégias locais que produzem segmentação e diferenciação socioespacial e que devem ser analisadas criteriosamente, pois as dinâmicas urbanas, mesmo sendo produtos e produtoras de uma mesma ideologia mercadológica, são manifestadas singularmente no interior da cidade.

A pesquisa referente ao entorno do Shopping Avenida Center foi delimitada a partir das principais vias de acesso ao empreendimento e de acordo com a relação geográfica estabelecida com a sua área de instalação em um raio de, aproximadamente, 500 metros nos sentidos leste a oeste e norte. A porção sul encontra-se ocupada por um parque ecológico municipal<sup>43</sup> (ver Figura 02).



43 O Parque Arnulpho Fioravanti abriga a sede da guarda Municipal de Dourados, possui um lago, um campo de futebol e uma pista de caminhada, além de outras áreas de lazer.

Farret (1984, p. 18 apud NASCIMENTO, 2005), a esse respeito, esclarece:

Um critério geralmente usado fixa, como Área de Influência, aquela com raio em torno de 500 metros, configurando, assim, a distância máxima idealizada para um percurso a pé ao local da ação, seja ela de natureza pontual, linear ou areal. Para uma delimitação mais precisa, devem-se levar em conta, dentre outros, os seguintes aspectos: a existência de eixos viários que atuem como barreiras; homogeneidade nos padrões tipológicos de uso, ocupação e parcelamento do solo; e homogeneidade na legislação urbanística proposta para a área.

Com base nisso, nosso trabalho de campo partiu das observações empíricas, qualitativas e quantitativas da realidade do entorno do Shopping Avenida Center, além de levar em consideração visitas e diálogos com alguns comerciantes da referida área, por meio dos quais foi possível identificar práticas do cotidiano e da realidade que configuram a história do local.

Com relação à localização do shopping em Dourados, ela foi escolhida com o objetivo de atender a um público regional. Ao falar sobre o local de construção, o gerente comercial do Avenida Center, senhor Robson Braga Júnior, afirmou em entrevista:

Se não fosse aqui [local da construção] dificilmente nós viríamos pra Dourados. Então foi escolhido a dedo, era a área que comportava um shopping mais próxima do centro, quanto mais próximo melhor, porque se você faz ele [o shopping] afastado você tem que buscar ainda mais atrativos pra convencer as pessoas a se deslocarem até o shopping. Você tem que estar mais próximo do cliente. Este é o conceito do Grupo [de investidores]. [sic] (Entrevista concedida em 10 de junho de 2009).

O entrevistado exemplificou a situação mencionando os demais empreendimentos do Grupo na cidade de Maringá, cuja localização foi escolhida de modo similar e o público consumidor pretendido possui um perfil parecido ao dos consumidores que frequentam o Shopping Avenida Center em Dourados.

Nesse processo, constatamos que as características do shopping e o perfil de Dourados possuem singularidades. A localização do Avenida Center rompe com o paradigma de que seu objetivo seria o de atender a classes sociais de poder aquisitivo elevado. Mesmo possuindo um caráter “popular”, seja pela localização próxima à área central, seja pela ausência de lojas de comércio de alto padrão, a construção do shopping causou impactos significativos na redefinição dos usos e funcionalidades do centro tradicional e das áreas adjacentes da cidade de Dourados.

Diante da possibilidade de apreendermos uma redefinição intraurbana com vistas à instalação do shopping, observamos que este empreendimento atende a estratégia de “valorização” de áreas da cidade e garante a descentralização de determinados serviços. Assim, entendemos o shopping de Dourados como um empreendimento que configura uma espécie de prolongamento das atividades do centro, não sendo possível pensar as novas formas de produção socioespaciais fora do circuito onde o “fenômeno” está inserido.

Com o anúncio da construção de um shopping center na cidade, inicia-se um processo de apropriação do poder simbólico exercido pelo empreendimento para uma redefinição do uso do espaço. Ao investigarmos os anúncios em classificados de jornais, ficou evidente que o papel ideológico do shopping se manifesta de maneira discreta inicialmente e toma forma no decorrer dos anos seguintes. Tal fato demonstra que a construção do Shopping Avenida Center se atrela às necessidades de reprodução do capital, que se apropria do espaço de maneira indistinta para realizar-se.

O valor de uso que estava implicitamente compreendido no valor de troca deve ser agora proclamado de forma explícita, na realidade invertida do espetáculo, justamente porque a realidade efetiva desse valor de uso está corroída pela economia mercantil superdesenvolvida; uma pseudojustificativa torna-se necessária para a falsa vida. (DEBORD, 1997, p. 33-34).

Em relação às parcelas dos espaços que se encontram no entorno do Shopping Avenida Center, as palavras do autor podem ser entendidas no processo de significação destas parcelas diante das emergentes formas de apropriação. No plano econômico e material, há o rompimento, quase total, com o significado anterior da localização a fim de dar origem a novas formas de ocupação, ou seja, a economia mercantil se apropria do espaço, tornando-o mercadoria para uma vida agora calcada em novos significados mercadológicos.

Essa dinâmica revela, em uma de suas dimensões, os impactos causados pela instalação do shopping center em Dourados. Observamos a tentativa de materialização das vantagens de se adquirir uma propriedade próxima ao centro de compras como sinônimo de bem-estar, conforto ou lucro, quando se trata de empreendimento localizado “próximo ao shopping”. Por essa razão, os agentes imobiliários exploram as possibilidades de negócio que se apresentam, elevando os preços de aluguéis e propondo transações vantajosas aos investidores de capital imobiliário.

O uso e o valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que se constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto. (LEFEBVRE, 2008, p. 83).

Constata-se o pensamento do autor na análise dos novos sentidos dados ao solo urbano pelos agentes imobiliários que se apropriaram do valor simbólico do shopping para obter lucro. Assim, o Shopping Avenida Center, enquanto signo do consumo, imprime na sociedade urbana valores que, por sua vez, aliam significados e novos conteúdos.

No levantamento já citado, observamos que, mesmo antes da inauguração do Shopping Avenida Center, em junho de 2006, havia diversos anúncios de venda de lotes não edificadas para fins comerciais e imóveis residenciais nas imediações do empreendimento, utilizando da imagem do shopping como garantia de futura “valorização” do imóvel.

### **QUADRO 03 – Dourados (2005-2009)**

Levantamento de anúncios classificados (com referências ao Shopping Avenida Center)

		<b>JORNAIS</b>	
<b>ANO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>O PROGRESSO</b>	<b>DIÁRIO MS</b>
2005	Janeiro a junho	5	2
	Julho a dezembro	4	4
2006	Janeiro a junho	7	4
	Julho a dezembro	5	7
2007	Janeiro a junho	11	7
	Julho a dezembro	10	5

		<b>JORNAIS</b>	
<b>ANO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>O PROGRESSO</b>	<b>DIÁRIO MS</b>
2008	Janeiro a junho	6	1
	Julho a dezembro	6	7
2009	Janeiro a junho	5	6
	Julho a dezembro	4	2
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>	<b>45</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo – Acervo dos jornais locais.

**Org.:** Hamilton Romero.

**Obs.:** A quantidade está expressa em unidades de anúncios do período.

Os apartamentos localizados nas mediações do shopping tiveram seus aluguéis reajustados significativamente. Para alguns proprietários de imóveis, deixou de ser vantagem manter o mesmo inquilino, uma vez que os reajustes devem seguir os percentuais fixados em contrato e ocorrer anualmente de acordo com as taxas de juros pré-estabelecidas. Assim, passou a ser conveniente aos proprietários a troca de inquilino para poder elevar ainda mais o preço do aluguel cobrado dos novos locatários.

Numa perspectiva econômica, a construção do Shopping Avenida Center garantiu a reprodução do processo de acumulação financeira, que utiliza do espaço como modalidade de “valorização”. A reprodução ampliada do capital financeiro, ao atingir a esfera imobiliária de produção, imprime, na cidade, novas características. Nesse processo, as mudanças se apresentam, sob a pretensa perspectiva de desenvolvimento e progresso, tornando, por sua vez, difícil a distinção entre interesse público ou privado. Dessa maneira, fica assegurada a manutenção do processo de expansão do capital imobiliário e a “valorização” de novas áreas do entorno do empreendimento shopping center.

No que diz respeito ao papel do poder público nas práticas de especulação imobiliária, Calixto (2000, p. 76) afirma:

O poder público assume papel de suma importância, visto que através da implementação desigual de melhorias urbanas, estimula ou permite a presença de práticas especulativas, contribuindo para o aumento do preço da terra (o que por sua vez não é definido pelo processo de produção, embora esse processo seja a sua base, mas pela capacidade de pagamento de seus compradores) e promovendo, sobretudo uma renegociação no valor

de troca dessa mercadoria, na medida em que a cada intervenção dos preços de todas as parcelas de terra da cidade são avaliados e redefinidos.

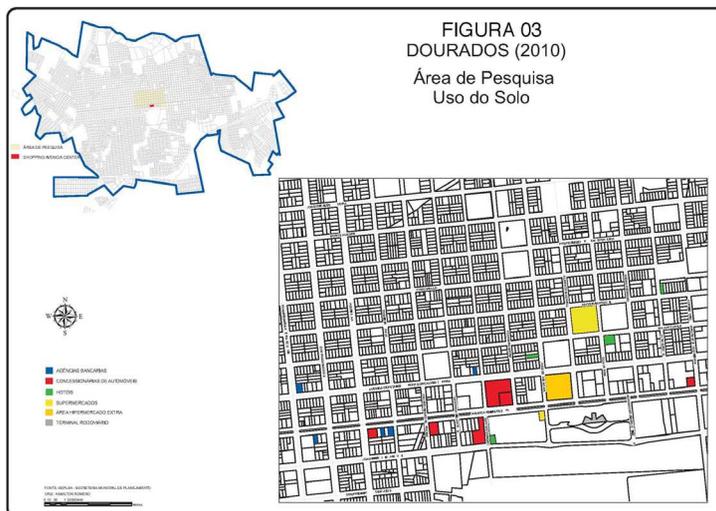
Nessa mesma perspectiva, a autora acrescenta:

Cada fração do espaço urbano é (re)valorizada ou desvalorizada seletivamente em virtude de um jogo de poder exercido ou assegurado pelo poder público. Sendo assim, cada intervenção envolve uma (re)funcionalização ou a desfuncionalização, em que a troca absorve o sentido do uso. (CALIXTO, 2000, p. 76).

Da forma colocada por Calixto, o poder público não só interfere no processo de produção e apropriação do espaço urbano, como garante também privilégios a determinados segmentos sociais à medida que favorece a instalação de equipamentos e infraestrutura urbana em determinadas localidades.

## SHOPPING AVENIDA CENTER: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS

É notório o impacto de um shopping center na redefinição dos usos do solo, conferindo novas funcionalidades ao tecido urbano. Segundo Gaeta (1992, p. 97), o shopping redefine a geografia comercial da cidade e essas mudanças no comércio associam-se às mudanças nas áreas residenciais, valorizando novos espaços e verticalizando áreas (ver Figura 03).



Assim, a centralidade pode ser redefinida em pouco tempo, como foi observado no caso da implantação do Shopping Avenida Center, por meio das novas formas de uso do solo no entorno do empreendimento.

O recorte territorial compreende, no sentido norte-sul, a Rua Monte Alegre até a Avenida Joaquim Teixeira Alves e, no sentido leste-oeste, a Rua Ediberto Celestino de Oliveira até a Rua Coronel Ponciano. Na Figura 03 apontamos, dentro da área aqui analisada, a localização das concessionárias de veículos novos, que também vendem semi-novos, da rede bancária e do setor hoteleiro. A localização destes estabelecimentos reforça a hipótese de formação de uma nova centralidade produzida após a implantação do shopping center.

Para o entorno do Avenida Center, já se direcionaram novas lojas de automóveis novos e seminovos, e agências bancárias, sendo notável a mudança no padrão arquitetônico e estético das fachadas dos estabelecimentos comerciais da região.

No Quadro 04, observamos o período de instalação das novas agências bancárias, o que reforça a nova centralidade. Temos ainda, as concessionárias e revendas de veículos seminovos, sobretudo importados, que também acompanharam o processo de instalação do shopping, e, juntamente com as agências bancárias, redefinem a dinâmica do uso do solo.

**QUADRO 04 – Dourados (2009)**

Agências bancárias localizadas nas proximidades do Shopping Avenida Center

AGÊNCIA	DATA DE INAUGURAÇÃO	QUANTO AO SHOPPING AVENIDA CENTER	
		ANTES DA INAUGURAÇÃO	APÓS A INAUGURAÇÃO
Banco do Brasil	S.I.*	X	
Bradesco	22-12-2008		X
Itaú	12-02-2008		X
Sicoob	13-11-2008		X
Sicred	Agosto 2006		X
Total	05	01	04

**Fonte:** Trabalho de campo.

**Org.:** Hamilton Romero.

\*Sem informação.

A caracterização e alguns conceitos sobre centro e centralidade foram abordados anteriormente, quando nos preocupamos em trazer alguns aponta-

mentos teóricos sobre a temática. No entanto, resgataremos alguns pontos debatidos para analisar as novas lógicas de produção espacial produzidas a partir do Shopping Avenida Center.

Nesse cenário que envolve a centralidade, observamos a aparente desconcentração de empreendimentos, tais como agências bancárias, concessionárias de automóveis e revendas de automóveis seminovos, mais comumente conhecidas como “garagens”. Não obstante, também evidencia-se um processo de mudança/reforma das fachadas de diversos estabelecimentos situados na área. Estes fatores representam, na prática espacial, as novas formas de uso do solo, redefinidas a partir da implantação do shopping center.

Referente à área de análise, vale destacar as considerações de Mário Cezar Tompes da Silva.

Nesse trecho aqui da Joaquim Teixeira Alves (avenida que margeia o shopping) você observa que, primeiro, tem havido investimentos de grande vulto na construção de edificações novas normalmente de um padrão até mais elevado do que as edificações do próprio centro. A gente verifica também que tá havendo aqui uma redefinição funcional, dessa região do shopping, com certo predomínio das concessionárias de automóveis, das revendas de automóveis usados, as denominadas garagens, mas todas com um padrão acima da média. A própria Marcelino Pires apresenta também uma tendência de atrair a parcela importante do setor financeiro, você tem aqui já agências do Bradesco localizadas aqui na região, você tem agência do Itaú localizada aqui na região. [sic] (Entrevista concedida em 5 de junho de 2009).

Verificamos que o processo de redefinição socioespacial se acentua e atrai, para essa porção da cidade, novos setores comerciais e de serviços. Contudo, apenas uma determinada parcela ou segmento social vem se apropriando dessa nova centralidade, haja vista os empreendimentos comerciais instalados na área.

Para Sposito (1991, p. 12), o shopping coloca-se como

[...] nova expressão da centralidade, como produção de nova centralidade, na medida em que através da concentração de um conjunto de estabelecimentos voltados ao comércio e aos serviços, em uma nova localização, recria-se a centralidade, ou seja, reúnem-se em outro lócus as mesmas qualidades de concentração que se encontram no centro, associadas a um novo modelo de acessibilidade, já que os shoppings são alocados próximos a vias expressas e conjugam grandes áreas de estacionamento.

A autora, ao analisar a maneira como novas territorialidades urbanas influenciam no processo de agregação de valor financeiro ao espaço, afirma que

o aumento da oferta de terrenos, com ou sem edificações, altera o conjunto dos preços dos imóveis e possibilita a oferta constante de novas mercadorias, sempre associadas a novos signos, com a finalidade de ampliar a demanda.

Reafirmando a dinâmica da reprodução socioespacial, foi construído, ao lado do Shopping Avenida Center, uma unidade da rede Extra de hipermercados, presente nos grandes e médios centros urbanos. Verificamos que a área onde o estabelecimento foi construído já pertencia ao grupo investidor. Porém, somente em junho de 2010 foram iniciadas as obras, pois investimentos desse porte requerem estudos que revelem a capacidade de uma cidade de absorver o tipo de consumo ofertado.

Além do potencial de consumo, reforçado pelo papel regional de Dourados, salientamos a relevância da localização desse hipermercado. Situado na Avenida Marcelino Pires, a menos de cem metros do Shopping Avenida Center, ele possibilita o redirecionamento de fluxos, de pessoas e de consumo, além de modificar toda a configuração local.

O que vem chamando atenção no centro urbano tradicional é o processo de acentuação de uma nova lógica locacional de determinados estabelecimentos de consumo de produtos destinados a uma clientela com maior poder aquisitivo, ou seja, mercadorias que demarcam distinções no âmbito da diferenciação social.

Por esses motivos, compreendemos que a implantação do Shopping Avenida Center vem redefinindo usos do solo e reforçando o papel do centro tradicional para uma nova dinâmica, ou seja, a implantação do shopping impôs uma nova centralidade que, contudo, não significa a anulação da centralidade do centro tradicional, mas o reforço desta centralidade. Assim se configuram as mudanças socioespaciais ocorridas na cidade de Dourados.

Na tentativa de aprofundarmos a análise do uso do solo da área pesquisada, fez parte de nosso trabalho de campo o levantamento das especificidades quanto à sua utilização, de forma geral, para comércio de varejo e serviços dos mais diversos. Identificamos, em sua maioria, o uso residencial e observamos a tendência de algumas áreas até então não edificadas darem lugar a um processo de verticalização por meio da implantação de edifícios com até quatro pavimentos.

**TABELA 01 – Dourados (2009)**  
 Área de pesquisa – Tipo e uso do solo

Atividade (CNAE)	Av. Marcelino Pires e Weimar G. Torres	<b>Demais localidades dentro da área de pesquisa</b>	<b>Total</b>	<b>% Total</b>
Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	2	2	4	1,93
Comércio varejista de automóveis, camionetas e utilitários usados	15	-	15	7,2
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	26	15	41	19,8
Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	6	-	6	2,89
Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	7	2	9	
Comércio varejista de automóveis, camionetas e utilitários novos	7			4,34
Comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores	22	46	79	32,85
Cabeleireiros		11		5,31
Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	2	1	3	1,44
Templos religiosos*	1	10	11	5,31
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	1	6	7	3,38

Atividade (CNAE)	Av. Marcelino Pires e Weimar G. Torres	Demais localidades dentro da área de pesquisa	Total	% Total
Restaurantes e similares	3	1	4	1,93
Bancos múltiplos, com carteira comercial	2	1	3	1,44
Bancos cooperativos	1	1	2	0,96
Comércio varejista de motocicletas e motonetas novas	2	-	2	0,96
Atividades de condicionamento físico	-	2	2	0,96
Hotéis	-	4	6	1,93
Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	-	6	6	2,89
<b>Total</b>	99	106	205	100%

**Fonte:** Trabalho de campo (levantamento realizado em maio de 2009).

**Org.:** Hamilton Romero.

\*Não se enquadram por atividade comercial, porém foram citados devido ao expressivo número de unidades existentes na área de pesquisa.

Além dos fatos observados por meio da análise da área central, notamos que, em Dourados, algumas ruas e avenidas estão adquirindo novos usos e, por isso, merecem mais atenção, haja vista o papel que vêm desempenhando na redefinição socioespacial urbana.

Ao longo da Rua Hayel Bon Faker, por exemplo, encontra-se uma segmentação de produtos para linhas industriais e agrícolas, e um número relativamente expressivo de lojas de revenda de veículos, restringindo a área a um público consumidor específico.

Quanto à especialização das atividades, a Rua Hayel Bon Faker pode ser apontada como uma das primeiras e mais relevantes formas de segmentação espacial do comércio devido à concentração de lojas agrícolas e de produtos de base para construção civil. Este fator pode ser associado ao posicionamento estratégico da referida rua, uma vez que a via oferece acesso às cidades de Caarapó e Ponta Porã, ambas no Mato Grosso do Sul e importantes produtoras de grãos, como o milho e a soja.

Essa rua reúne, atualmente, conforme já apontado, uma porção significativa de lojas de veículos seminovos e de móveis usados, revelando um comércio

de “segunda linha” ou, de certa forma, “marginalizado”, o que não ocorre no centro da cidade. Tal constatação pode ser melhor compreendida ao analisarmos o bairro que circunda um trecho da rua Hayel Bon Faker. Um dos mais antigos e tradicionais da cidade, o bairro Jd. Água Boa é um dos mais populosos da cidade e, em seu processo de ocupação, possibilitou a implantação de pequenos comércios de produtos de primeira necessidade, dando origem ao que poderia ser chamado de um dos primeiros subcentros da cidade.

Após a abertura do shopping center, a tipologia das lojas da área central, sobretudo em uma porção da Avenida Weimar Gonçalves Torres, tem se redefinido pela presença de algumas lojas de comércio mais especializado e voltado para um público específico. As denominadas butiques passaram a ocupar alguns pontos nessa avenida, chamando a atenção para uma nova configuração da área central da cidade.

O cotidiano se instaura a partir do vivido, do singular, que não pode ser medido sem levarmos em consideração o uso social do espaço, que vem impregnado de símbolos e signos, que por sua vez cria uma imagem que evidencia novas relações de consumo na sociedade urbana. (MONTES-SORO, 2006, p. 97).

Nesse sentido, observamos, por meio da pesquisa de campo, que, apesar do shopping, houve a mobilidade de algumas lojas no/para o centro tradicional, imprimindo no espaço novas dinâmicas e revelando a articulação entre localizações. Um fato que também reforça essa dinâmica é a instalação de uma franquia de lanchonete *fast food*, habitualmente encontrada nos shopping centers, na área central.

Diante disso, buscamos, junto a esses empreendedores, informações sobre as razões para a instalação de tais lojas fora do Shopping Avenida Center. As respostas variam de acordo com o estabelecimento pesquisado, no entanto, a maioria dos empresários foram enfáticos ao afirmarem que seus produtos atendem a um público específico e, por isso, não necessitam se instalar no shopping center. Ademais, alguns empresários afirmaram ser proprietários do terreno onde o estabelecimento se encontra, o que reduz custos com locação, possibilidade esta impossível de se alcançar no shopping, já que lá não é possível comprar, somente alugar o ponto comercial, implicando mais gastos.

Constatamos, então, que, mesmo sendo um processo marcado por diversas variáveis, a redefinição da área central mencionada é resultado, entre outras determinantes, da implantação do Shopping Avenida Center, que propiciou a redefinição da centralidade urbana.

Whitacker (2007b) afirma que a centralidade não se define pela localização, mas pelas articulações entre as localizações, uma vez que ela expressa relações espaciais e encontra, nos fluxos, sua maior expressão e elemento constitutivo, daí sua natureza cambiante. Ainda sobre esse ponto, Carlos (1994, p. 48) analisa que

[...] uma reprodução espacial se realiza através da relação entre o novo e o velho, que se tornam visíveis através do tipo de construção, largura das ruas, uso do solo, fruto de necessidades históricas de um determinado lugar.

É importante reforçar que a implantação do shopping center não retirou do centro comercial tradicional o *status* de principal área de concentração funcional e financeira da cidade. Não se constatou, por exemplo, a redução dos preços dos aluguéis de pontos comerciais no centro. Dessa forma, o comportamento dos consumidores que preferem o shopping center para realizar suas compras não impactou, de forma significativa, até então, o comércio na área central.

## APONTAMENTOS FINAIS

Procuramos compreender o papel da centralidade urbana tendo em vista uma cidade na qual os diferentes agentes sociais utilizam e partilham de um espaço de consumo de mercadorias, serviços e lazer que reproduz, entre outros, o centro tradicional. Houve a tentativa de compreensão da centralidade urbana e suas articulações por meio da análise da implantação do Shopping Avenida Center, considerando-a fundamental no processo de redefinição da centralidade. Desse modo, pudemos tecer considerações sobre o papel do centro e de sua centralidade atual na configuração do espaço urbano.

A análise dos shopping centers, em especial do Avenida Center de Dourados, permitiu a compreensão da dinâmica de redefinições ocorridas mês a mês. Tal análise exigiu verificações empíricas e contribuiu para o surgimento de indagações e para a busca por respostas que pudessem explicar as mudanças socioespaciais em Dourados entre os anos de 2005 e 2010.

Identificamos, assim, que esse processo se faz por meio de diferentes determinantes articulados entre si. Destacamos o papel do poder público e dos agentes imobiliários e sociais que, em suas relações e articulações reveladas no cotidiano, produzem um espaço marcado pelas contradições entre interesses e necessidades. O papel do poder público local foi determinante na materialização da obra não somente pelos incentivos e benefícios fiscais, mas também

pela função de mediador por ele assumida no processo, garantindo, por exemplo, a infraestrutura necessária para a construção do shopping ao adequar o traçado das ruas para melhorar o fluxo no entorno do empreendimento.

As considerações aqui expostas nos fizeram compreender que a dinâmica das cidades, de maneira geral, está vinculada ao papel do centro urbano. Por essa razão, a centralidade que se apresenta “cambiante” é resultado dos processos sociais, históricos, culturais, econômicos, etc. que se materializam no espaço. Nessa perspectiva, constatamos que a cidade de Dourados vivencia uma nova fase ou conteúdo, ainda que esse processo seja considerado tardio com relação à dinâmica presente em outros centros urbanos.

Contrariando a hipótese inicial de alguns comerciantes do varejo, o Shopping Avenida Center não tirou do centro tradicional o seu papel. A reconfiguração do centro tradicional após a implantação do shopping tem revelado que o centro ganhou reforços e continua se mantendo como local de compra de diferentes segmentos.

Fica claro que a redefinição socioespacial de determinadas áreas no centro tradicional possui uma relação estreita com a proximidade do shopping, marcando uma articulação entre a localização e as atividades do centro e do shopping, que, por sua vez, vem redefinindo a centralidade urbana. Assim, a nova centralidade criada a partir da implantação do Shopping Avenida Center não implicou no fim da centralidade exercida pelo centro tradicional, mas no reforço da centralidade da área central, revelando a articulação existente na dinâmica socioespacial.

Dentre outras possibilidades de análise do espaço urbano de Dourados, procuramos, por intermédio deste estudo, apontar alguns determinantes do processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais. Vale reforçar que, pelo fato de ser complexa, essa dinâmica abre a possibilidade de realização de outras investigações.

Portanto, o processo de apropriação e consumo do espaço exige que se veja além do que pode ser visto. Ele passa pela capacidade de decodificar a dinâmica que está implícita em um processo de relações estabelecidas e materializadas na cidade por meio dos símbolos, da fantasia, do imaginário e do vivido.

## BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Shopping Center (ABRASCE). Disponível em: <<http://www.portaldoshopping.com.br/index.asp>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ALFREDO, A. A cidade capitalista: uma centralidade que impõe a descentralização. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 137-143.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BORTOLI, F. **O shopping center em Porto Alegre: estudos tipológicos e morfologia urbana**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)—Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA JÚNIOR, R. L. **Processo de implantação do Shopping Avenida Center: depoimento** [10 jun. 2009]. Entrevistador: H. Romero. Dourados, 2009.

CALIXTO, M. J. M. S. As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re)definição da diferenciação socioespacial. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 78, p. 77-96, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. Presidente Prudente, 2000. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia)—FCT/UNESP.

CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Org.) **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOURADOS. Lei nº 2741, de 28 de abril de 2005. Dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/lei-no-2741-dispoe-sobre-o-horario-de-funcionamento-dos-estabelecimentos-comerciais-e-prestadores-de-servicos/>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

FARRET, R. L. **Impacto das intervenções no sistema de transporte sobre a estrutura urbana**. Brasília: EBTU, 1984.

FONTENELLI, I. A. **O nome da marca**: McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo, 2006.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JÚNIOR, H. (Org.). **Shopping centers**: espaço cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: UNESP, 1992. p. 75-92.

GAETA, A. C. Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JÚNIOR, H. (Org.). **Shopping centers**: espaço cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: UNESP, 1992. p. 45-59.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. Dourados, MS, 1988.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da população**: 2007. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Direito a cidade**. São Paulo: Documentos, 1968.

LOPES JÚNIOR, W. M. A questão da centralidade urbana numa cidade média paulista: Bauru-SP. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. 1 CD-ROM.

LOUREIRO, D. M. de L. **Shopping center**: a cultura sob controle. As relações atuais entre literatura e sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002.

MARTINS, S. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. (Org.). **Espaço no fim de século**: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 13-41.

MONTESSORO, C. C. L. **Centralidade urbana e comércio informal**: os novos espaços de consumo do centro de Anápolis-GO. 2006. 367 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2006.

MOREIRA, R. H. T. **Memória fotográfica de Dourados**. Campo Grande: UFMS, 1990.

NASCIMENTO, I. S. Shopping center e paisagem urbana em Uberlândia: uma metodologia de impacto de vizinhança. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. 1 CD-ROM. Não paginado.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. A. de. Shopping centers: aspectos da racionalidade técnica e impactos da reestruturação urbana na vida cotidiana na cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

PADILHA, V. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEREIRA, A. P. C.; LAMOSO, L. P. O comércio varejista na cidade de Dourados-MS. **Geografia**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 131-144, jan./jun. 2005.

PINTAUDI, S. M. A cidade e a crise. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. (Org.). **Espaço no fim de século**: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 132-136.

\_\_\_\_\_. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLLI JÚNIOR, H. (Org.). **Shopping center**: espaço cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: UNESP, 1992. p. 15 – 43.

PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLLI JÚNIOR, H. (Org.). **Shopping center: espaço cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: UNESP, 1992.

PINTO, J. V. C. **O Buriti Shopping como agente reestruturador do espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia**. In: EREGEO: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 10., 2007, Catalão. **Anais...** Catalão: UFG, 2007.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro. 2000.

ROCHA, A. S. da. Espaço e política na centralidade da periferia. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. (Org.). **Espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.160-164.

ROMERO, H. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados-MS**. Dourados, 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–FCH/UFMGD.

RUIZ, J. A. M. **Shopping centers: segregação, exclusão e inclusão**. Análise a partir de bairros residenciais em Presidente Prudente-SP. Presidente Prudente, 2004. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–FCT/UNESP.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: USP, 2007.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, M. C. T. da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados**. São Paulo, 2000. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia)–FFLCH/USP.

SILVA, M. T. da. **Mudanças nos padrões de ocupação nas mediações do Shopping Avenida Center: depoimento [5 jun. 2009]**. Entrevistador: H. Romero. Dourados, 2009.

SILVA, N. C. **Shopping Campo Grande: urbanização e redefinição do espaço urbano**. Aquidauana, 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–UFMS.

SILVA, W. R. da (Coord.). **Cidades médias brasileiras: centralidade e morfologia**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Comunicações coordenadas. 1 CD-ROM. Não paginado.

SOBARZO, O. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para a análise dos espaços públicos em cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 157-171.

SOUZA, A. de O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. São Paulo, 2002. 428 p. Tese (Doutorado em Geografia)–FFLCH/USP.

SOUZA, R. S. de. **Assafaru, a viagem: imigrantes sírios e libaneses em Dourados**. Dourados: UEMS, 2008.

SPOSITO, M. E. B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 27-37, jan./jun. 1998.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v.10, p. 1-17, 1991.

VIEIRA, A. B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política**. Presidente Prudente, 2009. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia)–FCT/UNESP.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

WHITACKER, A. M. **Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional**. In: WORKSHOP DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE CIDADES MÉDIAS, 7., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ReCiMe, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a. p. 139-156.

\_\_\_\_\_. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, n. 245 (24), 1 ago. 2007b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24524.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. Presidente Prudente, 2003. 238 f. Tese (Doutorado em Geografia)–FCT/UNESP.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço urbano em Presidente Prudente**: uma discussão sobre a centralidade urbana. Presidente Prudente, 1997. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– FCT/UNESP.

## PARTE II

# AS FRONTEIRAS DO CAMINHO: OCUPAÇÃO DE ÁREAS URBANAS E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM DOURADOS-MS<sup>44</sup>

Francisco da Silva Queiroz

## INTRODUÇÃO

No presente capítulo, analisamos uma realidade que nos afronta e que há pelo menos quatro décadas denuncia um conflito social na cidade de Dourados-MS. Refletiremos, aqui, sobre a relação dos ocupantes de áreas urbanas ou moradores de favelas com a produção da cidade, a qual define o espaço urbano sob tutela de ideais capitalistas, disseminando fronteiras ao direito de uso ou acesso à terra urbana. Tomaremos, como principal viés de análise, as diferentes formas de apropriação do espaço urbano, mediadoras das condições de uso da terra.

Abordaremos alguns aspectos das condições dos subjugados, desprovidos de dinheiro e possuidores de direitos limitados, vítimas do mecanismo de apropriação dominante do mercado de terras que monopoliza o acesso a este bem, valorizando as relações de troca em detrimento das necessidades de uso e colocando em confronto um direito garantido juridicamente (a propriedade) e um valor essencial: a necessidade de morar ou, em um sentido mais amplo, a necessidade de reprodução humana.

---

44 Este texto resulta da monografia de Bacharelado intitulada *As fronteiras do caminho: ocupação de áreas urbanas e desigualdades socioespaciais em Dourados-MS*, defendida em 2010, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto, junto ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Caminhamos pela periferia da cidade de Dourados a fim de encontrar, identificar e analisar as áreas de ocupação ou favelas que nos foi possível. Para tanto, utilizamos como base um levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Habitação e Serviços Urbanos de Dourados (SEMHSUR) em 2006, buscando também atualizá-lo por intermédio de nossa pesquisa de campo.

Tivemos contato com mais de doze áreas, todas em condições precárias e subnormais para se morar. Foram realizadas entrevistas com pelo menos um ocupante de cada área, por meio das quais obtivemos informações tanto de caráter quantitativo (relacionadas, por exemplo, ao número de famílias, barracos, moradores, etc.) quanto qualitativo (relacionadas, por exemplo, aos motivos que os levaram a ocupar a área e a enfrentar certas situações e riscos). Todavia, na ocupação “Portelinha”<sup>45</sup>, que se constituiu como nosso objeto de análise mais específico, realizamos um trabalho mais intenso, acompanhando seus ocupantes desde o início da ocupação e os acontecimentos desencadeados no decorrer de mais de dois anos.

Realizaremos uma breve apresentação de cada uma das áreas de ocupação levantadas e mapeadas, dando atenção especial ao acampamento ou área de ocupação denominada “Portelinha”, localizada na porção sul da cidade de Dourados, entre o bairro BNH 4º Plano e Vila Cachoeirinha<sup>46</sup>. Considerando essas premissas, tentamos resgatar alguns determinantes da situação que se estabelece a partir do conflito instituído entre *o ter* e *o não ter* direito de acesso à cidade.

A metodologia utilizada proporcionou uma análise qualitativa de nosso objeto de pesquisa, seus significados e desdobramentos socioespaciais, dando ênfase aos sujeitos “ocupantes”. Por intermédio do contato direto, foi possível uma aproximação com a realidade do cotidiano daquelas pessoas, atestando o que aponta Demo (1992, p. 27) a seguir.

Teoria e prática detêm a mesma relevância científica e constituem no fundo um todo só. Uma não substitui a outra e cada qual tem sua lógica própria [...] Não se pode realizar prática criativa sem retorno constante à teoria, bem como não se pode fecundar a teoria sem confronto com a prática.

---

45 A denominação “Portelinha” faz alusão a uma favela da novela *Duas caras*, exibida pela Rede Globo de Televisão entre 1 de outubro de 2007 e 31 de maio de 2008 (informação fornecida pelos moradores da ocupação).

46 Nesta ocupação, começamos a análise no início de 2008, no âmbito do projeto de iniciação científica intitulado *As fronteiras do caminho: um resgate da trajetória dos ocupantes de áreas urbanas em Dourados-MS*. Mesmo após o término do prazo estabelecido para realização do projeto, estabelecemos vários outros contatos com a área.

Apresentamos, assim, alguns elementos do universo social daqueles que vivem em uma situação de trânsito, de um lugar a outro, vivenciando a insegurança e a incerteza presentes no ato migrar, e que dependem das mudanças econômicas refletidas no mercado de terras e nas formas de apropriação do espaço urbano. Além disso, apontamos elementos que possibilitam analisar a questão da fronteira imposta pela propriedade privada da terra, uma fronteira não somente geográfica, mas, sobretudo, condicionante de uma dinâmica socioespacial que diferencia o acesso à cidade e determina o próprio sentido da vida.

O contato com as áreas analisadas nos instigou a desvendar alguns elementos do universo social dos que vivem acampados, desenraizados, travados num conflito entre o pertencer ou não à cidade, o ter ou não assegurado seus direitos de acesso ao uso do espaço urbano. Neste sentido, esta análise possibilita o levantamento de alguns determinantes desencadeados pela fronteira existente entre estar fisicamente na cidade e não ter o direito de uso desse espaço assegurado.

## O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ÁREAS DE FAVELA EM DOURADOS-MS: UM BREVE RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL

Inicialmente, esta análise apresenta alguns elementos extraídos do panorama espaço-temporal da cidade de Dourados concernente à década de 1970. Neste período, destacamos a ascensão da economia agroindustrial, que consolidou Dourados como cidade média<sup>47</sup>.

O período que compreende de 1970 a 1980 foi marcado por mudanças significativas no processo de apropriação e (re)produção do espaço urbano de Dourados. Havia um crescente interesse produtivo ligado ao sistema agrícola ou agroindustrial, o que redefiniu a dinâmica da divisão territorial do trabalho e possibilitou uma nova relação entre o campo e a cidade, causando a expropriação do homem do campo e o decorrente crescimento populacional na cidade de Dourados.

Nesse processo de tecnificação do campo e conseqüente expropriação das pequenas propriedades rurais, Dourados recebeu um excedente populacional significativo, o que causou novas necessidades habitacionais e levou à intensa atuação do Banco Nacional da Habitação (BNH). O objetivo do BNH era solucionar o problema habitacional da população de baixa renda, porém, na prática,

---

47 Termo que designa a cidade de Dourados como um importante centro polarizador de sua região tanto no âmbito econômico quanto no de prestação de serviços públicos e privados em geral.

os financiamentos concedidos foram dirigidos ao atendimento das necessidades habitacionais da população de classe média, ampliando as desigualdades socioespaciais. No caso de Dourados, o BNH beneficiou, por meio de seus programas, os profissionais especializados que atendiam as demandas impostas pela introdução de novas relações de trabalho e produção, como agrônomos, veterinários, comerciantes, médicos, bancários, etc.

Ao analisar o papel do BNH, Santos (1993) aponta que

O mito do direito à propriedade da casa levou, num primeiro e longo momento, que se construíssem casas e apartamentos em benefício da classe média. Mesmo assim, os preços geralmente eram — e são — exorbitantes. Mais exorbitantes, ainda, quando os imóveis são construídos com o dinheiro público acumulado com a contribuição obrigatória de todos os trabalhadores. (SANTOS, 1993, p. 45).

Na cidade de Dourados não foi diferente. Os conjuntos habitacionais do BNH supriram as necessidades de moradia de apenas um segmento social, o de mão de obra qualificada e capacitada vinda de outros estados para trabalhar na agroindústria, nos serviços de saúde, nos bancos, no comércio e na universidade<sup>48</sup>. Diante desse cenário, teve início, assim, o processo de favelização nas cidades de porte médio (PEQUENO, 2009).

No contexto da cidade de Dourados, podemos afirmar que as primeiras ocupações das áreas urbanas surgiram em meados da década de 1970, intensificando conflitos e contradições então existentes. Dentre as ocupações que ocorreram nessa época, destacamos a “Favela do Jardim Clímax<sup>49</sup>”, área de fundo de vale e de preservação ambiental, próxima à nascente do Córrego Água Boa.

Nesse mesmo período, em decorrência da mecanização e da tecnificação agrícola, ocorreram mudanças significativas nas relações de produção e, consequentemente, de trabalho no campo. Essas transformações implicaram

[...] na expropriação de trabalhadores e de pequenos proprietários rurais que, expropriados das condições de realização de suas atividades, passaram a vislumbrar a cidade como alternativa de sobrevivência. (CALIXTO, 2000, p. 74).

---

48 No final da década de 1970, o curso de Agronomia foi criado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Dourados.

49 Conferir a monografia de João Paulo Muniz Marin (2009).

No entanto, com base no pensamento da autora, observa-se que a população de origem rural apresenta um posicionamento diferente perante o meio urbano. Há, nesse caso, uma relação e/ou sensação de estranhamento, visto que as práticas cotidianas de trabalho e as relações sociais não são as mesmas do meio rural, o que exige que essa população se adapte aos novos modos de vida.

Os trabalhadores expropriados das suas relações no campo vivenciam outra lógica, outra realidade, cujas relações são dinâmicas e aceleradas, pautadas por uma necessidade produtivista determinada pela competição e pela troca. Assim, na cidade, esses trabalhadores implícitos são reduzidos a produto, a força de trabalho, uma vez que

[...] a morfologia urbana se transforma em tempo mais veloz: o da sociedade produtivista, que aparece no plano da vida cotidiana, *como drama*, na medida em que a imposição dos novos modos de uso do espaço limita suas possibilidades, reduzindo-o. (CARLOS, 2001, p. 329, grifo do autor).

Na década de 1970, as formas de apropriação e uso do espaço urbano de Dourados reforçavam o processo de diferenciação socioespacial, pois, além do valor de uso da terra, havia o valor de troca desta mercadoria, aumentando a cada transação.

Constamos, assim, que, à medida que a terra é “valorizada” pela monopolização do acesso a ela, as condições de uso são subordinadas às formas de apropriação capitalista do solo. Isto leva a cidade a ser “invadida” pela necessidade de reprodução das relações de produção ou de acúmulo capitalista, que se apropriam e tentam se sobrepor às necessidades básicas das pessoas. Essa é a lógica que determina o acesso diferenciado à terra no interior da cidade. Logo, a propriedade privada impõe suas condições de uso.

Em contrapartida, àqueles que não podem pagar pela mercadoria terra não resta alternativa a não ser ocupar, de forma considerada “irregular<sup>50</sup>” — já que não possuem o título de propriedade —, os terrenos públicos ou particulares espalhados pela cidade.

---

50 Com base em Calixto (2008, p. 121), o termo *irregular* será aqui “apresentado entre aspas, uma vez que a chamada irregularidade está ligada ao aspecto jurídico, ou seja, a ocupação considerada irregular ou favela se refere à ocupação de determinada área sem título de propriedade, caracterizando uma posse ‘ilegal’ do ponto de vista jurídico. Contudo, se partirmos do pressuposto de que é uma maneira de assegurar a possibilidade de uso do espaço urbano ou de garantir o direito à cidade, a questão não pode ser reduzida ao seu caráter jurídico e, sendo assim, o termo precisa ser repensado.”

No que diz respeito à situação de Dourados, logo que iniciamos o levantamento de dados, fomos informados sobre cinco áreas ocupadas que, de acordo com o Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Dourados, estavam inseridas num projeto de remoção financiado com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>51</sup>, do governo federal. O processo de remoção das famílias dessas áreas era acompanhado pela Secretaria Municipal de Habitação e Serviços Urbanos de Dourados (SEMHSUR) e executado pela Quetal Consultoria e Serviços, empresa prestadora de serviços responsável pela assistência social no decorrer da retirada das pessoas das favelas e das áreas de risco. Tal empresa realizava o cadastramento, avaliação e seleção das famílias que seriam beneficiadas.

Segundo Ednel Rodrigues<sup>52</sup>, engenheiro agrônomo responsável pela empresa Quetal, os procedimentos de remoção seriam realizados “na medida do possível”, pois havia algumas limitações burocráticas. Embora não tenha especificado quais limitações eram estas, o engenheiro acreditava que, até final de 2010, todas as famílias das cinco áreas informadas seriam *removidas* para suas novas casas.

Observa-se claramente a inserção do problema da favelização na agenda da política urbana na escala local, contribuindo para tanto a disponibilidade de programas e recursos da esfera federal. [...] Além disso, a intensificação das campanhas voltadas para os processos de planejamento participativo, associadas ao Estatuto da Cidade, possibilitam a discussão sobre a irregularidade fundiária como tema especial, dado que as ocupações irregulares se disseminaram pelas cidades, independentes do porte delas. (PEQUENO, 2009, p. 222).

Das cinco áreas referenciadas, de três já tínhamos conhecimento e até mesmo contato<sup>53</sup> com seus moradores, como é o caso da Favela do Jardim Clímax, próxima à nascente do córrego Água Boa, denominada de Região do Grande Itália, considerada área de fundo de vale e de preservação ambiental; da ocupação Assentamento Brasil 500, assim chamada pelos moradores, próxima a Vila Bela e ao bairro Brasil 500; e da ocupação do Jardim Guaicurus. Com as outras duas áreas, a saber, a ocupação Wanilton Finamore, no Jardim dos Estados, e a ocupação da Sitioca Campina Verde, o contato foi estabelecido após tomarmos conhecimento de sua existência.

---

51 Programa iniciado em 2007.

52 CREA-MS 1342.

53 Por meio de aulas e trabalhos de campo, sobretudo da disciplina Geografia Urbana.

Dessas cinco áreas, algumas constavam no cadastro de áreas de ocupação “irregular” da SEMHSUR realizado no ano de 2006 (ver Quadro 01). Os dados deste cadastro encontravam-se desatualizados e nosso objetivo foi levantar o máximo possível de informações sobre as ocupações “irregulares” até então desconhecidas. Para tanto, numa metodologia de busca, fomos a campo guiados pelas informações colhidas dos próprios moradores das ocupações — alguns *transitam* entre uma ocupação e outra à procura de um *lugar* para morar — e dos colegas de faculdade.

**Quadro 01 – Dourados (2006)**  
Áreas de ocupação “irregular”

Área	Ocupação “irregular”	Região Urbana*	Nº de lotes	Extensão (em m <sup>2</sup> )
01	Jd. Clímax – Fundo de vale – Nascente do córrego Água Boa	Grande Itália	S/I	S/I
02	Jd. Murakami – R. Ivinhema	S/I	S/I	S/I
03	Jd. do Bosque – Fundo Canaã IV	Pq. das Nações II	S/I	S/I
04	Bom Jesus – Avenida Guaicurus	Jd. Flórida	S/I	15.682
05	Chácara 134 – Jardim Guarujá	Jd. Ouro Verde	S/I	S/I
06	Jd. João Paulo II	Vila Industrial	S/I	S/I
07	Jd. Ipiranga – Área institucional	Jd. Santa Brígida	S/I	S/I
08	Jd. Clímax – R. Corné- lia de Souza	Grande Itália	S/I	S/I
09	Jd. Clímax – R Olavo Bilac\R. Eulália Pires	Grande Itália	S/I	S/I
10	Jd. Monte Líbano	Jd. Santa Brígida	240	159.425
11	Loteamento Social Por- to Belo	Jd. Santa Brígida	S/I	62.001,70
12	Vila São Brás – Fundos	Pq. das Nações II	S/I	S/I
13	Jd. Caimam – Área institucional	Jd. Santa Maria	S/I	S/I
14	Vila Bela	Próximo ao Brasil 500	63	66.236

Área	Ocupação “irregular”	Região Urbana*	Nº de lotes	Extensão (em m <sup>2</sup> )
15	Chácara Califórnia	Pq. das Nações I	S/I	S/I
16	Chácara 118	Jd. Santa Brígida	S/I	S/I
17	Jardim Canaã VI	Complexo do Cacho-eirinha	S/I	S/I
18	Vila Mariana	Pq. das Nações II	53	20.702,40

**Fonte:** Secretaria Municipal de Habitação e Serviços Urbanos (SEMHSUR).

**Org.:** Maria José Martinelli Silva Calixto, 2006.

**S/I:** Sem Informação.

\*Denominação adotada pela SEMHSUR.

Com o novo levantamento, os dados sobre as áreas consideradas de ocupação “irregular” (ver Quadro 02) puderam ser atualizados. Nesta atualização, foram alterados alguns critérios de avaliação, como, por exemplo, em vez de registrarmos apenas o número de lotes, passamos a registrar o número de famílias presentes em cada área por entendermos que este tipo de registro é relevante. Analisamos, mesmo que de forma pouco aprofundada, diferentes realidades de um cotidiano em comum, carregado de incertezas e inseguranças.

#### **Quadro 02 – Dourados (2010)**

##### Áreas de ocupação “irregular”

Área	Ocupação “Irregular”	Região Urbana*	Nº de famílias	Extensão (em m <sup>2</sup> )
01	Jd. Clímax – Fundo de vale – Nascente do córrego Água Boa	Grande Itália	40	S/I
02	Jd. Murakami – Rua Ivinhema	S/I	S/I	S/I
03	Jd. do Bosque – Fundo Canaã IV	Pq. das Nações II	S/I	S/I
04	Bom Jesus – Avenida Guaiçurus	Jd. Flórida	S/I	15.682
05	Chácara 134 – Jardim Guarujá	Jd. Ouro Verde	S/I	S/I
06	Jd. João Paulo II	Vila Industrial	S/I	S/I
07	Jd. Ipiranga – Área institucional	Jd. Santa Brígida	S/I	S/I

Área	Ocupação “Irregular”	Região Urbana*	Nº de famílias	Extensão (em m <sup>2</sup> )
08	Jd. Clímax – R. Cornélia de Souza	Grande Itália	S/I	S/I
09	Jd. Clímax, R. Olavo Bilac/ R. Eulália Pires	Grande Itália	S/I	S/I
10	Jd. Monte Líbano	Jd. Santa Brígida	S/I	159.425
11	Loteamento Social Porto Belo	Jd. Santa Brígida	S/I	62.001,70
12	Vila São Brás – Fundos	Pq. das Nações II	S/I	S/I
13	Jd. Caimam – Área institucional	Jd. Santa Maria	S/I	S/I
14	Assentamento do Brasil 500	Próximo à Vila Bela	18	66.236
15	Chácara Califórnia	Pq. das Nações I	S/I	S/I
16	Chácara 118	Jd. Santa Brígida	S/I	S/I
17	Jd. Canaã VI	Complexo do Cachoeirinha	S/I	S/I
18	Vila Mariana	Pq. das Nações II	S/I	20.702,40
19	Acampamento Jardim Guai-curus	Próximo ao Distrito Industrial	24	S/I
20	Acampamento Campina Verde	Próximo à Sitioca Campina Verde	16	S/I
21	Assentamento Conquista	Próximo ao Jardim Pelicano	120	S/I
22	Ocupação – Parque dos Bem-Te-Vis	Próximo ao Canaã III	23	S/I
23	Ocupação Portelinha	Próximo à Vila Cachoeirinha	4	S/I
24	Ocupação Wanilton Finamore	Jardim dos Estados	11	S/I
25	Vila Anete	Próximo ao Canaã I	S/I	S/I

**Fonte:** Secretaria Municipal de Habitação e Serviços Urbanos (SEMHSUR).

**Org.:** Maria José Martinelli Silva Calixto e Francisco da Silva Queiroz (2010).

**S/I:** Sem Informação.

\*Denominação adotada pela SEMHSUR.

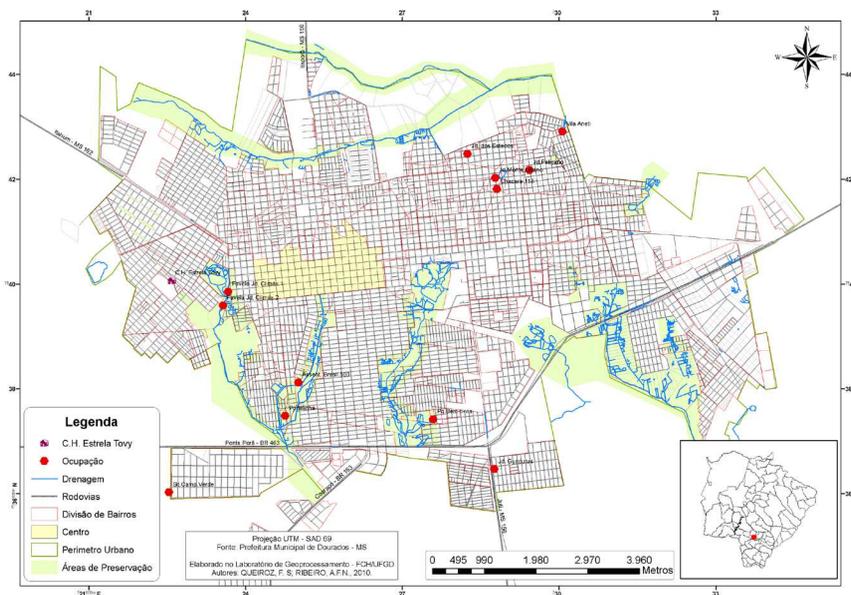
Se comparadas, as informações constantes nos Quadros 01 e 02 demonstram um aumento significativo dessas áreas. O critério que nos levou a esses dados foi, como já mencionado, a *busca* incessante pelo encontro e a análise das ocupações. A seguir, apontaremos algumas questões/informações que julgamos importantes para o tratamento da temática a partir da análise de algumas áreas.

## AS FRONTEIRAS DO CAMINHO. OCUPAÇÕES “IRREGULARES” EM DOURADOS: TRAJETÓRIAS DE UMA LUTA

Durante o trabalho de campo, colhemos informações que julgamos primordiais para a nossa análise. Mapeamos doze<sup>54</sup> das vinte áreas levantadas, conforme pode ser observado na Figura 01.

**FIGURA 01** – Dourados (2010)

Localização das áreas de ocupações e assentamentos em condições precárias ou subnormais de moradia



54 Informamos que o mapeamento de apenas doze áreas deve-se à falta de registro de localização de todas as áreas pela Prefeitura Municipal.

Para Pequeno (2009, p. 222), essas áreas que surgem no âmbito das cidades revelam

[...] a expansão desordenada nas franjas periurbanas desprovidas de infraestrutura; o acirramento da segregação residencial, diferenciando-se os eixos de expansão das cidades segundo o poderio político-econômico.

Observamos um quadro preocupante na cidade de Dourados, marcado pelo surgimento de novas ocupações em áreas periféricas e precárias da cidade, nas quais famílias inteiras vivem em condições insalubres. Tal fato demonstra que, embora as cidades médias se apresentem enquanto lócus da qualidade de vida, elas também expressam a contradição, o caos e a desordem das desigualdades socioespaciais.

Conforme mencionado anteriormente, embora o registro das primeiras ocupações de áreas urbanas em Dourados date de meados da década de 1970, nos deteremos na análise de somente uma ocupação mais recente: a ocupação denominada Portelinha, localizada na porção sul da cidade de Dourados, entre a Vila Cachoeirinha e o Bairro 4º Plano.

O acampamento se formou em fevereiro de 2008, quando um grupo de aproximadamente 60 famílias<sup>55</sup>, sem alternativa de moradia, ocupou uma propriedade particular com área de 30 mil metros quadrados abandonada há vários anos. Unidos de enxadas e foices, as famílias roçaram o terreno, promoveram a demarcação dos lotes com barbantes e armaram barracos de lona. Em entrevista ao jornal Diário MS de 21 de fevereiro de 2008, o jardineiro Teles Centurião, ocupante da área, afirmou que, enquanto muitas famílias não tinham onde morar, a área estava abandonada há vários anos, servindo de esconderijo para ladrões e usuários de drogas. “Agora, depois de tanto tempo abandonada, aparecem várias pessoas se dizendo donos da propriedade”, comentou o jardineiro.

Mediante a pressão exercida pelo proprietário da área, o movimento foi se desintegrando, passando a ser contínuo o número de famílias que deixavam o local. Após dois meses de acampamento, foi expedido pela Justiça um mandado de reintegração de posse e realizada a intervenção policial imediata, obrigando os ocupantes a deixarem a área.

Diante desse fato, poucos dias após a expedição do mandado, um número significativo de famílias abandonaram seus barracos e deixaram de participar do

---

55 Segundo informações dos moradores vizinhos da área, inicialmente, a ocupação foi realizada por cinco famílias, sendo que as demais juntaram-se rapidamente ao grupo inicial.

movimento de luta pela moradia. As famílias que resistiram em sair da área passaram a ser alvo de constantes ameaças. Em visita ao local por ocasião do processo de reintegração de posse, pôde-se perceber a aflição e a revolta dos ocupantes durante o processo de desocupação, que ocorreu conforme bem descreve Adoniran Barbosa na canção *Saudosa maloca*: “Veio os home com as ferramenta. O dono mando derrubá [...]”.

Essa realidade é reveladora do descaso ao direito à cidade. Um descaso com trabalhadores, homens e mulheres que fazem parte da construção (re)construção da cidade e que nela parecem não ter direito às mínimas condições de cidadania, a um “teto”, uma moradia digna.

De acordo com Oliveira (1998), mediante conflitos e contradições, a cidade se redesenha num cenário real carregado de desigualdades sociais.

São os operários em greve por melhores salários, a mostrar que a fábrica não é apenas um prédio. São os “sem morada” da cidade que ocupam terrenos desocupados, vazios, para construir ali, o seu “lugar” na cidade. São massacrados pela repressão policial. O argumento: “invadiram propriedade privada”. Como se não fosse a propriedade privada que invadiu o direito de morar do trabalhador. Ou seja, chegamos ao ponto em que uma fração reduzida da sociedade pode se dar ao luxo de manter grandes áreas vazias e grandes levas de trabalhadores não têm sequer o direito à moradia. Os trabalhadores da cidade trabalham/produzem os bens e riquezas que na imensa maioria das vezes não consomem. Produziram uma cidade e não têm direito a ela. (OLIVEIRA, 1998, p. 136).

Apesar do conflito estabelecido e de todas as pressões sofridas, um grupo de sete famílias formado por, aproximadamente, 22 pessoas, entre adultos e crianças, sem alternativa de moradia, desocupou a área, porém impôs resistência erguendo seus barracos na rua<sup>56</sup>. Como lembra a canção de Adoniran Barbosa: “Peguemo todas nossas coisa e fomo pro meio da rua [...]”.

Em entrevista ao jornal eletrônico Dourados Agora, publicada em 18 de abril de 2008,

O pedreiro Carlos César Palhano, 19 anos, casado, pai de um filho de dois anos e outros dois que ele cria, de sete e três, conta que saiu da casa de dois cômodos na Vila Erondina porque não tinha mais como pagar os

---

56 Trata-se da Rua Gasparino de Matos Carvalho, via sem pavimentação asfáltica e tomada pela braquiária.

R\$180,00. O dono pediu a casa, com dois meses de aluguel em atraso. Como não sabia para onde ir, o jeito foi vir para cá. Estamos na rua agora.

Ainda em entrevista à mesma edição do jornal, Vagner Cunha de Souza, funcionário de um aviário, relatou que decidiu montar o barraco de lona no local porque tinha sido despejado da casa onde morava. Ele estava com três meses de aluguel em atraso. Em suas palavras: “Agora o jeito é obedecer à justiça e acampar na rua”. O rapaz disse ainda que fazia mais de cinco anos que ele havia feito inscrição em um programa de habitação popular do município, mas não tinha sido contemplado até aquele momento.

Essa realidade revela o universo daqueles que lutam pelo acesso à moradia e vivenciam, cotidianamente, uma situação de trânsito e desenraizamento. Ela revela a vida dos que não são de “nenhum lugar” ou são de “lugar nenhum”, daqueles que não fixam raízes e nem estabelecem laços com o lugar. Será que nenhuma pátria lhes pariu?<sup>57</sup>

Nesse contexto, podemos construir uma reflexão pautada em Sader (1988, p. 89-90), que, ao pontuar o drama do imigrante nordestino em São Paulo, relata:

Não encontra outro lugar que se torne o seu lugar, nem outra gente que se torne sua gente. Sai de sua terra de origem e não se estabelece no lugar de destino. Vive em uma situação, mas tem o coração em outra. Isso é o que chamamos de desenraizamento.

Com relação ao caso da Portelinha, nota-se que o principal motivo da ocupação foi o financeiro. Aquelas famílias, massacradas pela instituição jurídica da propriedade privada, defrontaram-se com a necessidade de ocupar um lugar, mesmo que de forma judicialmente “irregular”. As condições precárias de moradia naquele local, onde as pessoas vivem em barracos de lona, revelam o modo de reprodução da vida daqueles que parecem não ter direito à cidade.

No início do ano de 2009, realizamos várias visitas ao local e, em depoimento, alguns ocupantes relataram sua trajetória e caminhos percorridos, de um local a outro, em busca de um lugar para morar. Ao perguntarmos para Eliane Gonçalves (entrevista concedida em fevereiro de 2009), moradora de origem indígena que se encontra no acampamento até os dias de hoje com o esposo e seus quatro filhos, quais os lugares onde já morou antes de ir para a Portelinha, ela nos respondeu que já viveu em mais de dez locais. Somente em Dourados, chegou a

---

57 Referência à música *Lugar nenhum*, do grupo Titãs (Álbum: *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*, 1987).

morar em cinco locais diferentes, mas sempre de favor. Revela que sempre teve vontade de adquirir uma casa que fosse sua, mas suas condições financeiras nunca foram favoráveis a isso.

A realidade adversa do acampamento, além de estranha, é, sobretudo, desafiadora, pois nela evidenciam-se a privação, a exclusão, o desenraizamento e a marginalização de uma parcela da população e expressa-se uma condição objetiva, concreta, construída pelas relações sociais, lançando os ocupantes da área em uma adversidade com o próprio limite ou fronteira do humano.

Nessa situação, marcada, muitas vezes, pela doença, pela pobreza, pela dificuldade em ter acesso à escola ou à área de lazer, adultos e crianças vivenciam os extremos da miséria. Vivendo, há cerca de um ano e meio, em “habitações” precárias, numa situação provisória e de risco, fora de suas relações sociais, nessa dramática luta cotidiana, eles tentam recriar as condições de sua reconstituição, inclusive, como indivíduo.

O monopólio da terra eleva o preço dessa mercadoria, agravando ainda mais o problema da moradia para a população considerada carente. Assim, a terra tem um “valor” assegurado pelo monopólio do acesso a um bem imprescindível para a realização de qualquer atividade, sendo que o setor imobiliário desempenha um papel fundamental nesse processo. Calixto (2000, p. 208) considera que

É necessário compreender a dinâmica do setor imobiliário como resultado de uma relação bastante íntima entre este setor e a política pública, uma vez que a ação/atuação do setor imobiliário é assegurada pela intervenção do poder público, assim como a política pública não está descolada dos meandros da lógica do mercado imobiliário.

Por outro lado, a própria política de desenvolvimento adotada no país, remete-nos à análise das contradições e desigualdades entre as classes sociais.

É difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa da população. Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza. Esse desenvolvimento anômalo não se manifesta apenas nas privações que produz e dissemina. Manifesta-se, também, nas estratégias de sobrevivência por meio das quais os pobres teimam em fazer parte daquilo que não os quer senão como vítimas e beneficiários residuais de suas possibilidades. (MARTINS, 2003, p. 101).

Desse modo, muitos são subjugados pela lógica do capital. São submetidos ao desenraizamento e a uma situação de trânsito impostos pela fronteira da propriedade privada da terra, o que os leva à segregação e à “exclusão”. Segundo Corrêa (1995, p. 64),

A classe dominante ou uma de suas frações, por outro lado, segrega os grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado. [...] A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por essa mesma classe sobre outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva.

Vale também destacar que os ocupantes da Portelinha, por se encontrarem em situação “irregular”, são marginalizados, privados do acesso à moradia e a outros direitos fundamentais, como o acesso à saúde. Embora estejam na cidade fisicamente, essas pessoas não têm seus direitos assegurados. Assim, encontram-se na rua, às margens da área que haviam ocupado inicialmente, em situação precária, dentro de barracos de lona ou construídos com materiais diversos, sem a mínima condição de segurança e higiene. Elas possuem acesso restrito aos serviços públicos voltados para o lazer, a cultura e a educação, e enfrentam, cotidianamente, a privação do direito ao “uso” da moradia por serem considerados estranhos a um lugar do qual não são donos, por não possuírem um endereço ou um espaço físico na cidade para reproduzirem as condições de existência.

Os ocupantes da área são “excluídos” socioespacialmente do acesso à cidade por não terem condições financeiras para a compra e manutenção do título de propriedade da terra urbana, reforçando a condição de fronteira entre morar e habitar. Entendemos, de acordo com Carlos (2001, p. 219), que

O habitar implica um conjunto de ações que articula vários planos e escalas espaciais (o público e o privado; o local e o global) que envolvem a vida, realizada pela mediação do outro, imerso em uma teia de relações que constrói uma história particular, que é também uma história coletiva, em que se insere e ganha significado a história particular de cada um. Isto é, a articulação entre o público e o privado se coloca como condição necessária à constituição do sujeito coletivo, como à constituição da vida.

O habitar envolve a produção de formas espaciais, materiais, bem como um modo de habitá-las e percebê-las. É um termo poético, porque envolve um tempo de criação nos modos de apropriação, que organiza e determina

o uso. Produz limitações, ao mesmo tempo em que abre possibilidades. O habitar — que guarda a dimensão do uso — envolve o corpo no sentido de que o usador tem uma presença real e concreta, restituindo desse modo a presença e o vivido. Envolve um lugar determinado no espaço, portanto uma localização e uma distância que se relacionam com outros lugares da cidade e que, por isso, ganham qualidades específicas. Nessa direção, o espaço do habitar tem o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, com bases nos reconhecimentos.

Assim, Carlos aponta para a importância do habitar na construção da identidade do indivíduo como ser histórico e social, embora as formas de apropriação do espaço na cidade tendam a reduzir esse direito fundamental.

É nesse sentido que ao uso produtivo — a cidade pensada dentro dos estritos limites da produção econômica, enquanto condição da produção — se impõe o uso improdutivo do espaço centrado na vida cotidiana. Nesse sentido, o habitar pode ser definido como ato social, atividade prática, que não se reduz a uma localização, mas ao plano da reprodução social, que transcende o plano do individual.

Quando o ato de habitar passa a ser destituído de sentido, quando os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas se transformam em mera mercadoria, passíveis de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do desenvolvimento econômico da cidade), então a atividade humana do habitar, do estar com o outro, do reconhecer-se neste lugar e não no outro, reduz-se a uma finalidade utilitária. Nesse caso, inaugura-se “uma condição inumana”, momento em que a apropriação passa a ser definida no âmbito do mundo da mercadoria. Assim, o uso é reduzido, no mundo moderno, à propriedade privada, ao império da troca, em um processo em que o espaço se reproduz como mercadoria cambiável, delimitando os espaços passíveis de apropriação, revelando a fragmentação imposta pelo sentido e pela amplitude da generalização da propriedade privada do solo urbano. Aqui, a vida se normatiza em espaços reduzidos a uma função específica. Quanto mais o espaço é funcionalizado, mais é passível de manipulação, limitando-se às possibilidades da apropriação. Nesse processo, o cidadão se reduz à condição de usuário, como o ato de habitar se reduz ao de morar. (CARLOS, 2001, p. 220).

Isso nos possibilita refletir sobre a situação dos ocupantes do acampamento Portelinha, que não habitam, mas moram, na medida do possível, no espaço da rua. Essa foi a forma encontrada para tentar assegurar o direito de uso da cidade, porém os ocupantes continuam privados de um endereço garantido, certo, e de uma estrutura que possa se chamar de casa.

Vale reforçar que o modo de produção capitalista tende a transformar os indivíduos em meros produtores ou consumidores de mercadorias, e o fato de não ser consumidor ou de não poder pagar pela mercadoria terra reforça o processo de desenraizamento, causando a destruição das relações sociais e familiares e legitimando a “exclusão”. Para Corrêa (1995, p. 29),

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel.

Portanto, o título de propriedade ou a “legalidade” impõe uma fronteira ao direito de acesso, ao direito de gozar dos benefícios de determinada localização, ao direito ao lazer, à infraestrutura e ao saneamento básico. Em outras palavras, ele determina o próprio pertencer ao delimitar e limitar as necessidades sociais do indivíduo, revelando e dimensionando as contradições das relações sociais cotidianas.

Ao considerar as necessidades sociais do indivíduo, Lefebvre (1991, p. 103-104) assegura que

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreende a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, a necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectivas a longo prazo.

E continua:

A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades especiais, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos de bens materiais consumíveis), necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. (LEFEBVRE, 1991, p. 103-104).

A necessidade de habitar (morar), assim como a de se alimentar, é considerada básica e primordial para a reprodução e a sobrevivência do ser humano. No entanto, deparamo-nos, durante a pesquisa de campo, com a realidade de

pessoas que não têm assegurado o direito de uso de determinado espaço nem mesmo para morar, pois o direito de uso entra em conflito com a “fortaleza” da “legalidade” jurídica imposta pela propriedade privada da terra.

Os ritmos diferenciados na esfera da produção invadem a esfera da vida cotidiana, o tempo das forças produtivas produz desigualdades e o desenvolvimento desigual nas esferas da realidade. Por sua vez, a generalização do processo de mercantilização do espaço urbano produz uma morfologia dotada de poder, pela fragmentação e pela impregnação da normatização que reduz o uso — justificado pelo pensamento operacional que ordena e dirige a gestão do espaço. Na base a propriedade privada do solo urbano rompe a relação sujeito-produto por meio da generalização do espaço-mercadoria (produzindo sua fragmentação), e da dominação do espaço pelo poder político. (CARLOS, 2001, p. 331).

Desse modo, notamos que prevalece, de fato, o direito fundiário institucional que assegura a propriedade privada, interferindo, diretamente, no direito à moradia e no próprio direito à reprodução humana.

Embora a trajetória seja difícil e marcada por uma situação de trânsito de um lugar a outro, observamos, nos depoimentos dos atuais ocupantes da área, um anseio comum: a busca incessante por melhores condições de vida, que passa pela perspectiva de um dia morar em um lugar do qual sejam donos, conforme dizem, no “papel<sup>58</sup>”, no qual possam se fixar sem correr o risco de serem expulsos por qualquer motivo, possibilitando um futuro melhor para seus filhos.

Observamos também, nos relatos desses ocupantes, que eles migram não por opção própria, mas por se sentirem “empurrados” do lugar, “jogados” em um trajeto incerto, sem rumo e, para alguns, sem fim. São levados pela busca de um local com melhores condições de vida ou de trabalho, aprendendo, desde cedo, com as dificuldades e as privações, que são estranhos na própria cidade ou mesmo estrangeiros na própria pátria. Conforme reforça a canção de Arnaldo Antunes, gravada pelo grupo Titãs: “Não sou de nenhum lugar. Sou de lugar nenhum. [...] Nenhuma pátria me pariu.”

Em depoimento, os ocupantes revelaram retratos da realidade de vida dos que se encontram às margens da cidade, dos que vivenciam uma situação cotidiana de risco em habitações precárias, com mínimas condições de higiene ou segurança, sendo, muitas vezes, dependentes de mobilizações solidárias de vizinhos ou de pessoas na mesma situação.

---

58 Documento oficial (escritura do imóvel) que garante o direito de propriedade.

Essa realidade permeia a trajetória e o caminho daqueles que, por necessidade, ocupam “irregularmente” áreas particulares cujos proprietários possuem o direito de propriedade constitucionalmente assegurado, o que se sobrepõe ao direito de uso, embora tais áreas se encontrem em total “abandono”, como é o caso da área ocupada inicialmente pelos moradores da Portelinha.

Isso significa dizer que o espaço torna-se mercadoria, entra no círculo da troca, e com isso espaços antes desocupados se transformam em mercadoria, entrando na esfera da comercialização. Na realidade, o processo de reprodução do espaço, no mundo moderno, se submete cada vez mais ao jogo do mercado imobiliário — na medida em que a novas estratégias para a acumulação que se realiza por meio dos empreendedores imobiliários — e das políticas estratégicas do Estado — que tende a criar o espaço da dominação e do controle. Com isso, transforma-se substancialmente o uso do espaço e, consequentemente, o acesso da sociedade a ele. Nesse contexto o valor de troca — impresso no espaço-mercadoria — se impõe ao uso do espaço na medida em que os modos de apropriação passam a ser determinados, cada vez mais, pelo mercado. O consumo do espaço se analisa no movimento da transformação do uso em troca — de sua mutação em mercadoria —, que impõe o fato de que seu acesso se realiza pela mediação do mercado, acentuando o papel e a força da propriedade do solo. Tal fato implica profundas mudanças nos modos de uso. (CARLOS, 1999, p. 175).

Assim, a força da propriedade privada se coloca acima das necessidades básicas de sobrevivência daqueles que necessitam de um “pedaço de chão” para se reproduzir, inclusive enquanto indivíduo. Para Carlos (2004, p. 27),

[...] a existência da propriedade privada marca a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano.

Ao considerar a questão da função social da propriedade, Rodrigues (1994, p. 25) coloca que

A terra não utilizada é improdutiva, não assume suas funções sociais, adquire um caráter de parasitismo, na medida que é possível e usual ao proprietário de terras se apropriar de uma renda, gerada pelos investimentos do poder público e dos agentes privados nas circunvizinhanças do imóvel.

No entanto, embora a renda da terra urbana se construa de forma social e coletiva, nota-se a prevalência do direito individual ao se garantir a reintegração de posse ao proprietário e a consequente expulsão das famílias que ocupavam a área onde se formou o acampamento Portelinha. De acordo com Corrêa (1995, p. 30), trata-se da busca por alternativas de moradia,

[...] em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.

Junto à necessidade de morar, há o “poder” simbólico que representa a posse legítima de uma casa. Nos depoimentos dos ocupantes da área, pudemos perceber a importância de se ter um documento que assegure o direito de uso da terra. Segundo Peluso (1997, p. 236),

Em sociedades mercantilizadas como a nossa, a casa é uma mercadoria a ser apropriada e, para os pobres, significa uma acumulação simbólica, num mundo em que a acumulação material é interdita para a maioria da população.

O depoimento de uma ocupante da área revela o valor simbólico da casa própria.

Não quero nada de graça, quero pagar, como puder. O que eu quero é ter o papel dizendo que a terra e o barraco é meu, senão daqui a pouco, eles querem expulsar a gente. O que me interessa é a garantia que não vou sair. Sem o papel, qual é a garantia? [sic] (Rosemeire Santos, entrevista concedida em fevereiro de 2009).

E assim se arrasta a vida cotidiana dos que vivem numa situação de trânsito, de um lugar a outro no interior da cidade. Em geral, são pessoas provenientes do campo, sendo que alguns moravam com os pais em pequenas propriedades. Ao chegarem à cidade, se deparam com outra realidade, no mínimo estranha e desafiadora. As relações de trabalho na cidade são diferenciadas, pautadas por outra lógica de mercado, de difícil adaptação. Restando a essas pessoas, como alternativa de sobrevivência, o subemprego e, consequentemente, condições precárias de moradia, muitas vezes, em situação “irregular”, em bairros periféricos.

Afirmações e indagações nos fazem pensar e (re)pensar o papel da cidade hoje. A partir da sua construção e (re)construção morfológica, refletimos sobre sua importância perante as necessidades (até mesmo físicas) dos sujeitos, que, mesmo desprovidos, são partes inerentes desse processo de construção ou obra (conforme colocado por Lefebvre).

Centenas de pessoas em Dourados moram em situação precária e desumana. Marcados pelo estigma de favelados, se amontoam em barracos de lona, com direitos de acesso limitados aos serviços públicos e de infraestrutura. São pessoas que transitam no imprevisto, ignorados por uma política habitacional pública que, na contramão de sua essência, nega o direito à habitação ou o próprio direito à cidade.

Palco de um escândalo, a cidade de Dourados presenciou a derrubada, pela Polícia Federal, de um forte esquema de corrupção que envolvia vários vereadores e secretários do município, e possuía como chefe o então prefeito, Ari Artuzzi. Dentre as várias falcatruas reveladas, estava o esquema de distribuição de casas populares a partir do tráfico de influência, o que, a nosso ver, limita ainda mais as possibilidades de acesso à moradia dos que realmente necessitam.

A realidade é que cada civilização tem o governo que merece. Parte da sociedade alimenta a corrupção. Ao exigir benefícios ilegais o cidadão corrompe o agente público. Quando vende seu voto por dinheiro ou qualquer troca de favor o eleitor coloca no poder alguém predestinado a roubar. SIM, A ROUBAR. Assistencialismo de qualquer natureza tem custos elevados e quem o faz fatalmente vai arrumar uma forma desonesta para equacionar o problema mais tarde.

O prefeito Ari Artuzzi doava caixões, passagens, cadeiras de rodas, dentaduras e até dinheiro enquanto era deputado. Os recursos vinham de empresários locais que souberam muito bem como cobrar cada real empregado. Apesar de existir um processo de licitação que na teoria é elaborado para escolher prestadores de serviços ou fornecedores com os menores preços, na prática, ganham as empresas que o governo quer. (PASSAIA, 2010, p. 14-15).

Pensemos, portanto, no poder da contravenção política, que compromete direta ou indiretamente todos os setores dos serviços públicos. Em Dourados, passamos por momentos conturbados, que debilitaram a credibilidade da administração pública local. E, do saldo deixado, sobressai-se a repulsa pelos esquemas de desvios de verbas públicas destinadas à melhoria das condições de vida da população mais carente.

## APONTAMENTOS FINAIS

O presente capítulo procurou contribuir para o estudo da realidade dos que vivenciam as condições de morar provisoriamente em ocupações urbanas ou favelas, tomando como viés de análise a realidade adversa e desafiadora dos acampamentos em áreas urbanas. Esses locais são marcados pelas privações, exclusões, desenraizamento e marginalização de sua população, e expressam uma condição objetiva, concreta, construída pelas relações sociais, que lança os ocupantes em uma profunda adversidade.

Em tais ocupações, adultos e crianças vivenciam os extremos da miséria, enfrentando, muitas vezes, doenças, pobreza, dificuldade de acesso à escola ou à área de lazer. Sem perspectiva de vida, morando em “habitações” precárias, os ocupantes vivenciam uma situação que, geralmente, de provisória passa a fazer parte do cotidiano frequente<sup>59</sup>. Assim, muitos são excluídos das relações e do convívio social e, nessa luta cotidiana, tentam recriar as condições de sua reconstituição, inclusive, como indivíduos.

As formas encontradas por aqueles que tentam assegurar o direito de uso ou acesso — ou que resistem em não serem tragados pela propriedade privada da terra —, se expressam na paisagem da cidade. Nas estratégias de luta pela sobrevivência e pelo direito à cidade, os ocupantes de áreas juridicamente irregulares encontram-se subjugados por uma lógica que se pauta no valor de troca em detrimento do valor de uso, colocando em confronto o direito garantido, juridicamente, à propriedade e um valor essencial: a necessidade de morar ou, num sentido mais amplo, a necessidade de reprodução humana. Embora morar seja necessário à reprodução humana, o direito de propriedade coloca-se acima dessa condição fundamental.

A lógica da propriedade acaba por expulsar aqueles que não podem pagar pelo direito de morar para áreas periféricas e desprovidas de equipamentos e serviços urbanos básicos. Por essa razão, essas pessoas passam a vivenciar situações de trânsito, pois estão na cidade e não podem assegurar seu direito de uso. Nesse sentido, para muitos, as ocupações de áreas públicas ou mesmo particulares colocam-se como a única alternativa, uma vez que, de uma maneira ou de outra, é necessário morar<sup>60</sup>.

---

59 É o caso, por exemplo, dos moradores da Favela do Jardim Clímax, que, desde meados da década de 1970, vivem em condição de risco, de precariedade e insalubridade.

60 Conforme aponta Rodrigues (1988, p. 11), “[...] não é possível viver sem ocupar espaço.”

Assim, as ocupações revelam traços de uma relação conflituosa entre morar e habitar. Ser ou não ser cidadão<sup>61</sup>, ou seja, os ocupantes vivenciam uma condição de desenraizamento e trânsito na busca de um lugar para moradia, na qual cada passo dado aponta para a busca da própria vida.

Resgatando a trajetória dos ocupantes de áreas denominadas irregulares em Dourados, pudemos analisar o descaso com aqueles que não têm condições alguma de arcar com os custos de ter assegurado o direito de propriedade. Nessas áreas, foi possível presenciar as dificuldades cotidianas de indivíduos que se “espremem”, por anos e anos, em um lugar impróprio, que moram mal, mas lutam para assegurar os direitos essenciais e fundamentais da existência humana.

Considerando tais determinantes, este capítulo visou contribuir para o estudo da realidade dos que vivenciam a transição de uma situação a outra, de um local a outro, na cidade de Dourados, com base num recorte espaço-temporal.

Por último, ressaltamos que estas considerações são provisórias, pois entendemos que a análise da questão aqui abordada recai sobre processos que não estão prontos e nem acabados, mas dotados de uma dinâmica e movimento próprios.

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, A. et al. Lugar nenhum. Intérprete: Titãs. In: TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. Rio de Janeiro: WEA, 1987. 1 CD. Faixa 10.

BARBOSA, A. Saudosa maloca. Intérprete: Adoniran Barbosa. In: \_\_\_\_\_. **Saudades da maloca**. [S.l.]: Continental, 1951. 1 compacto de 78 rpm.

CALIXTO, M. J. M. **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: EDUFGD, 2008.

\_\_\_\_\_. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. Presidente Prudente, 2000. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia)–FCT/UNESP.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

---

61 Cidadão, como diz Milton Santos (1993), na busca imediata de direitos e não apenas de privilégios.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. O consumo do espaço. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

DEMO, P. **Charme da exclusão social.** Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **Princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 1992.

SEM-TETO invadem área em Dourados. **Diário MS**, Dourados, 21 fev. 2008. Disponível em: <<http://diarioms.com.br/sem-teto-invadem-area-em-dourados/>>. Acesso em: 22 fev. 2008.

SEM-TETO da Portelinha montam acampamento na rua. **Dourados Agora**, Dourados, 18 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/sem-teto-da-portelinha-montam-acampamento-na-rua>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

GOETTERT, J. D. **O espaço e o vento:** olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados: Ed. da UFGD, 2008.

GONÇALVES, E. **Eliane Gonçalves:** depoimento [fev. 2009]. Entrevistador: Francisco da Silva Queiroz. Dourados, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto As fronteiras do caminho: ocupação de áreas urbanas e desigualdades socioespaciais em Dourados-MS.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

MARIN, J. P. M. **A Favela do Jardim Clímax em Dourados-MS:** olhares e leituras sobre os desdobramentos socioespaciais da apropriação do espaço urbano. Dourados, 2009. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia)–FCH/UFGD.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo.** Vozes. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 43-61.

OLIVEIRA, A. U. **Para onde vai o ensino da geografia?** São Paulo: Contexto, 1998.

PAES, F. Sem-teto ocupam área abandonada aos fundos do bairro Cachoeirinha. **O Progresso**, Dourados, abr. 2008. Caderno Cidade, p. 5.

PASSAIA, E. **A máfia de paletó**: operação Uragano. No olho do furacão. O dia em que a Polícia Federal desmascarou os donos do poder. Dourados: Marindress, 2010.

PELUSO, M. L. A casa própria e o sonho. In: SILVA, J. B. da. (Org.). **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997.

PEQUENO, L. R. B. Favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: mudanças e tendências nas políticas. In: BELLET, C.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 203-226.

QUEIROZ, F. da S. **As fronteiras do caminho**: ocupação de áreas urbanas e desigualdades socioespacial em Dourados-MS. Dourados, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)–FCH/UFGD.

RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteira. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 9-15.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. **Na procura do lugar o encontro da identidade**. Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado em Geografia)–FFLCH/USP.

RODRIGUES, E. Ednel Rodrigues: depoimento [abril. 2009]. Entrevistador: Francisco da Silva Queiroz. Dourados, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto As fronteiras do caminho: ocupação de áreas urbanas e desigualdades socioespaciais em Dourados-MS.

SADER, E. A trajetória dos migrantes na cidade. In: \_\_\_\_\_. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 88-99.

SANTOS, L. M. R. Notas de Leitura: Lefebvre, Henri. O direito à cidade. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 163-167, verão 2003.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, R. **Rosemeire Santos**: depoimento [fev. 2009]. Entrevistador: Francisco da Silva Queiroz. Dourados, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto As fronteiras do caminho: ocupação de áreas urbanas e desigualdades socioespaciais em Dourados-MS.

SEM-TETO invadem área em Dourados. **Diário MS**, Dourados, 21 fev. 2008. Disponível em: <<http://diarioms.com.br/sem-teto-invadem-area-em-dourados/>>. Acesso em: 22 fev. 2008.

SEM-TETO da Portelinha montam acampamento na rua. **Dourados Agora**, Dourados, 18 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/sem-teto-da-portelinha-montam-acampamento-na-rua>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

# A FAVELA DO JARDIM CLÍMAX EM DOURADOS-MS: OLHARES E LEITURAS SOBRE OS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO<sup>62</sup>

João Paulo Muniz Marin  
Maria José Martinelli Silva Calixto

## INTRODUÇÃO

Tomando como objeto de análise a chamada Favela do Jardim Clímax<sup>63</sup>, em Dourados-MS (ver Figura 01), o presente capítulo propõe uma reflexão sobre a relação que os ocupantes da referida área estabelecem com a cidade, além de avaliar a possibilidade de remoção das famílias para outra área da cidade.

Para tanto, além da consulta bibliográfica sobre a temática, foram realizadas entrevistas com mais da metade dos moradores/ocupantes da área e enquetes com moradores das proximidades. Também coletamos dados na Superintendência de Habitação da Prefeitura Municipal de Dourados e registramos diversas imagens em arquivo fotográfico.

A abordagem da temática tomou como viés de análise as formas diferenciadas de apropriação do espaço urbano enquanto mediadoras das condições de uso. Nesta perspectiva, foram adotados procedimentos ligados à pesquisa qua-

---

62 Este texto, parcialmente alterado e adequado, resulta de reflexões realizadas na monografia de licenciatura, de mesmo título, defendida em 2009, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto, junto ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

63 A denominação Favela do Jardim Clímax se deve ao fato de a área estar localizada no bairro do mesmo nome.

litativa, ou seja, a metodologia usada não teve como preocupação a abordagem restrita ou quantitativa do objeto estudado, mas, sim, a identificação, a apreensão e a análise de seus significados e desdobramentos socioespaciais.

**Figura 01 – Dourados (2008)**  
Localização da Favela do Jardim Clímax



Além do levantamento e revisão bibliográfica, o contato com o objeto de análise, por intermédio de pesquisa de campo, apresentou-se como essencial, pois, conforme aponta Demo (1990, p. 23),

Teoria e prática detêm a mesma relevância científica e constituem no fundo um todo só. Uma não substitui a outra e cada qual tem sua lógica própria [...]. Não se pode realizar prática criativa sem retorno constante à teoria, bem como não se pode fecundar a teoria sem confronto com a prática.

Logo, essas dimensões estiveram presentes nas diferentes etapas da análise apresentada aqui. Desse modo, foi feita uma análise acerca do processo de ocupação da área e uma caracterização dos moradores/ocupantes da Favela do Jardim Clímax a partir de um levantamento de informações, da aplicação de questionários e da realização de entrevistas, o que nos permitiu avaliar alguns determinantes do processo de ocupação da área e seus desdobramentos.

O contato<sup>64</sup> com o objeto de análise nos permitiu perceber que alguns ocupantes encontram-se na área desde a segunda metade da década de 1970. Assim, a área revela traços que apontam para a necessidade de investigação. Sua aparência degradada acabou por instigar a necessidade de aproximação da análise ou de tentar desvendar os determinantes que desencadeiam a fronteira entre: morar e habitar, ser ou não ser cidadão.

O contato com a área revelou ainda as diversas facetas da luta constante, e diária, por moradia e acesso aos equipamentos tidos como de uso coletivo na cidade, tais como postos de saúde, escolas, asfalto, saneamento básico, entre outros. Foi possível identificar também situações de apego ao lugar, pois algumas famílias ali moram há quase trinta anos e o local fica muito próximo ao centro da cidade.

Uma enquête foi realizada com moradores vizinhos da Favela do Jardim Clímax com o intuito de saber o que os mesmos pensavam a respeito da ocupação. Em sua maioria, os vizinhos revelaram que não se incomodam com a ocupação, mas se mostraram preocupados com a situação de abandono do local e, principalmente, com a problemática das enchentes que atingem as casas.

A Favela do Jardim Clímax é ocupada por trabalhadores, como revelou nossa pesquisa; pessoas que vivenciam, diariamente, as dificuldades que permeiam a luta por um lugar na cidade.

## A FRONTEIRA DA E NA CIDADE

A análise da Favela do Jardim Clímax visa contribuir com o estudo das áreas de ocupação ‘irregular’<sup>65</sup> na cidade de Dourados. A pesquisa ganha importância por resgatar a história dessa ocupação e da relação dos moradores com o

---

64 Com o objetivo de fundamentar a análise, assim como estabelecer maior proximidade com o objeto de pesquisa, os autores (João Paulo Muniz Marin e Maria José Martinelli Silva Calixto) realizaram diversas visitas na denominada Favela do Jardim Clímax. Além do contato direto, por meio de conversas informais, foi aplicado um questionário junto a 50%, das cerca de quarenta famílias residentes na área.

65 Com base em Calixto (2008, p. 121), neste texto “[...] o termo irregular será apresentado entre aspas, uma vez que a chamada irregularidade está ligada ao aspecto jurídico, ou seja, a ocupação considerada irregular ou favela se refere à ocupação de determinada área sem título de propriedade, caracterizando uma posse ‘ilegal’ do ponto de vista jurídico. Contudo, se partirmos do pressuposto de que é uma maneira de assegurar a possibilidade de uso do espaço urbano ou de garantir o direito à cidade, a questão não pode ser reduzida ao seu caráter jurídico e, sendo assim, o termo precisa ser repensado.”

lugar, além de expor o ponto de vista dos moradores das proximidades sobre a ocupação da área.

A ideia de ocupar um lugar na cidade e não pertencer a ela totalmente leva à tentativa de avaliar uma situação de fronteira. Não nos referimos à fronteira geográfica, mas a uma fronteira vivida, que separa as pessoas de acordo com sua condição cultural ou sócio-econômico-profissional. Para Martins (1997, p. 150),

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si [...]. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Já para Raffestin (2006, p. 10-11, 13),

[...] a fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de uma riqueza considerável [...] até mesmo o limite materializado é revestido de importância, na medida em que ele assume além de um traço sobre o solo a presença da ordem, sua manifestação, de alguma forma, para o outro, é muito marcante [...]. Quando os limites não materiais não podem ser modificados por razões múltiplas, o risco de se tentar modificar as fronteiras materiais do dispositivo territorial aumenta.

Morar é necessário a todas as pessoas. Contudo, a lógica mercadológica na qual a terra está envolvida acaba por excluir uma parcela da população que não pode pagar por este bem e que é levada a ocupar um lugar na cidade que não lhe pertence legalmente. Esse é o caso revelado pela análise aqui apresentada, caso de pessoas que, ao saírem do campo ou da própria cidade, não encontraram condições de acesso à moradia em Dourados. Tal situação remete à década de 1970 e perdura até os dias atuais na popularmente chamada Favela do Jardim Clímax, localizada na região sudoeste da cidade de Dourados.

## O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DA LÓGICA OU ESTRATÉGIA MERCADOLÓGICA ÀS OCUPAÇÕES “IRREGULARES”

Mostra-se necessário realizarmos um resgate das ocupações “irregulares” na cidade de Dourados, uma vez que, mesmo tendo origens parecidas, cada ocu-

pação revela particularidades no sentido da reprodução da vida — da identificação e apego ao lugar.

A década de 1970 marcou a inserção da agricultura mecanizada na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo no município de Dourados, criando a necessidade de mão de obra especializada em vários setores da economia, como o bancário, o educacional e o de prestação de serviços gerais. No caso da Favela do Jardim Clímax, vale ressaltar que cerca de 50% dos moradores/ocupantes vieram do campo. Percebemos, assim, que a mecanização agrícola, de modo geral, impulsionou a imigração de trabalhadores para Dourados, muitos deles vindos do campo em busca de novas oportunidades de trabalho na cidade.

Diante de tal demanda e da falta de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, muitas moradias foram construídas via financiamento público e vários conjuntos habitacionais foram implantados, gerando também uma situação de especulação imobiliária<sup>66</sup>. Caracterizando a especulação imobiliária como um tipo específico de renda da terra, Campos Filho (1999, p. 48) diz que,

[...] como se sabe, a especulação imobiliária urbana, de um modo geral, é, no quadro do capitalismo, uma forma pela qual os proprietários da terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos, que são os meios coletivos de produção e consumo ao nível do espaço urbano.

As estratégias adotadas pelos especuladores imobiliários são várias e quando a situação está favorável a eles, os preços de compra, de venda e do aluguel de imóveis aumentam sensivelmente. Se tomarmos como exemplo o intervalo entre os anos de 1995 e 2009, percebemos que os preços de imóveis em Dourados sofreram um significativo aumento.

Trabalhando com os mecanismos utilizados pelos agentes imobiliários, Rodrigues (1989, p. 16) argumenta que

Os mecanismos da chamada especulação imobiliária relacionados com a ocupação da cidade podem ser praticados de várias formas. A mais comum, por estar relacionada a um único grupo incorporador, refere-se ao interior da área loteada e diz respeito a retenção deliberada de lotes. Em

---

66 Julgamos importante trabalhar com a questão da especulação imobiliária, mesmo não sendo este o objetivo específico desta análise, por ser um dos fatores que inviabiliza o acesso, de boa parte da população, aos serviços, aos equipamentos urbanos e, conseqüentemente, à moradia.

geral, vende-se inicialmente os lotes pior localizados — em relação aos equipamentos e serviços — para, em seguida, gradativamente e à medida que o loteamento vai sendo ocupado, colocar-se os demais a venda. A simples ocupação de alguns já faz aumentar o preço dos demais lotes, “valorizando” o loteamento.

Já Ribeiro (1979, p. 18) contribui para a discussão apontando que

Com isto fica explicado porque os terrenos mais bem situados são os mais caros, pois onde se localizam há maior quantidade de mais-valia criada na produção de equipamentos e edifícios (públicos ou particulares). Essa massa de mais-valia flutuante seria apropriada pelos proprietários, quando vendem ou alugam seus terrenos. [...] O proprietário não vende, juntamente com o seu terreno, parte ou totalidade da rede de água ou esgoto, do sistema de iluminação, do sistema de tráfego, das canalizações, ou parte do supermercado instalado na área. O comprador adquire o poder de uso sobre o espaço, dentro das iluminações impostas pela legislação urbanística, mas não adquire nenhuma posse sobre as condições externas do imóvel. A terra assume um preço simplesmente por ser uma condição necessária à produção capitalista e um espaço, elemento vital a toda atividade humana, não reprodutíveis e monopolizadas pelo proprietário fundiário.

Em Dourados, foi, sobretudo, na década de 1970 que a cidade passou a receber investimentos no setor habitacional. Segundo Calixto (2000, p. 138), “nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu o lançamento de 89 loteamentos, mais que duplicando o número de loteamentos existentes até então – 68.”

O preço, inacessível a muitos, levou parte das pessoas recém chegadas à cidade a buscar uma solução para o problema da moradia via ocupação de áreas urbanas, muitas delas consideradas áreas de risco, como os fundos de vale. Um caso bem conhecido na cidade é a ocupação de fundo de vale do córrego Água Boa, na área chamada Vila Cachoeirinha, situada na porção sudoeste da cidade. O loteamento social Vila Cachoeirinha foi criado em 1989, sendo uma das primeiras ações do poder público municipal relacionadas à habitação na cidade. Nesse loteamento, os terrenos foram doados e os beneficiados eram os responsáveis pela construção de suas próprias casas.

Essa foi uma das ações do poder público para “resolver” a questão da moradia na época, o que não foi o suficiente e novas ocupações surgiram em seguida, sendo uma delas na própria Vila Cachoeirinha, no fundo de vale do córrego Água Boa. Esta ocupação foi removida pelo poder público, pois a área em que se encontrava é considerada de preservação ambiental. Fica claro, com esse exemplo, que há um “jogo” de interesses, desejos, necessidades e aspirações entre

os agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano. Na próxima seção, faremos algumas considerações sobre esse assunto.

## UMA BREVE ANÁLISE DOS AGENTES ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Podemos afirmar que, devido às características dos agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano, existe uma espécie de “jogo” de interesses na relação que se estabelece entre eles. Também vale destacar que, em determinados momentos, essa relação assume nuances tão complexas que se torna difícil distinguir seus papéis. Isso porque, às vezes, muitos agentes ligados ao poder público acabam também por investir no setor privado, usando sua influência a favor de seu interesse. Não é difícil, por exemplo, encontrar políticos que tenham loja de materiais de construção, pois uma empresa neste ramo torna-se um bom negócio tendo em vista que é o poder público que acaba por aprovar novos loteamentos e residenciais.

Nos últimos anos, a cidade de Dourados vem consolidando-se como centro universitário devido à implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)<sup>67</sup> e ao papel que esta instituição exerce como polo de atração regional no setor da educação superior juntamente com as demais universidades existentes na cidade. Por esta razão, a porção sudoeste, a norte e a noroeste da cidade passam por significativas alterações em relação ao preço da terra, destacando-se, nessas regiões, a construção de quitinetes e prédios residenciais de até 4 pavimentos por empresários do ramo da construção e empresas imobiliárias.

Tendo em vista essa realidade, julgamos necessária uma reflexão acerca dessa dinâmica, já que ela impõe mudanças significativas na configuração urbana, redefine o preço da terra e, conseqüentemente, determina o acesso à cidade como um todo.

Nesse processo, estão envolvidos o poder público, o setor privado e aqueles que, de alguma forma, desafiam a lógica da propriedade privada da terra por não possuírem condições de se submeterem à lógica mercadológica, ou seja, não têm condições de pagar aluguel e, muito menos, de adquirir um imóvel. Segundo Rodrigues (1989, p. 24), tal processo

---

67 A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi criada em 29 de julho de 2005 pela Lei nº 11.153. A UFGD resultou da separação do *campus* de Dourados e do núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

[...] é decorrente da apropriação para diferentes usos: industrial, comercial, residencial, serviços, produção e circulação de infraestrutura, etc. [...] Os proprietários de terra procuram obter a maior renda possível, os construtores o maior lucro, os financistas aos maiores juros. Os proprietários de casas querem obter os aluguéis mais elevados; e aqueles que não tem casa própria, terreno ou não podem ainda pagar aluguel, procuram se organizar para se opor a essas formas de exploração, através do que são denominados os movimentos reivindicativos urbanos. Já as organizações dos proprietários e construtores são denominados de “lobbies”.

O “jogo” de interesses se reflete no preço da terra, e essa lógica nega, a muitos, o direito à cidade. Como seria possível a um trabalhador que ganha um salário mínimo competir com a renda, os juros e o lucro embutidos em todas essas “mercadorias” que compõem o urbano?

## A TERRA URBANA E A LÓGICA MERCADOLÓGICA

Tudo o que deveria ser comum a todos por ser natural ou não criado pelo homem passa, no âmbito capitalista, a ser uma mercadoria, como acontece, por exemplo, com a ideia de ambiente preservado, vendida no contexto atual como sinônimo de qualidade de vida e “consciência ecológica”.

Com a terra urbana não é diferente. O histórico de colonização do Brasil contribuiu, e muito, para a concentração de terras nas mãos de poucos. Essa má distribuição é sentida nos dias atuais e reforçada pela lógica da propriedade privada da terra. Tal situação é geradora de conflitos, como, por exemplo, os que ocorrem envolvendo povos indígenas que lutam pela demarcação de suas terras, trabalhadores sem-terra e trabalhadores rurais, que necessitam de terra para produzir, e os sem-teto, habitantes da cidade que não têm outra forma de sobreviver a não ser através de ocupações.

A ocupação geralmente acontece em terrenos distantes do centro da cidade e quando se dá mais próximo a ele ocorre, em sua maioria, em áreas de fundo de vale ou terrenos irregulares. As pessoas que participam das ocupações fazem parte de um grupo que vive, na atual realidade urbana, em condições precárias de habitação mesmo quando o terreno é próprio. Os que conseguem comprar um pedaço da terra urbana, normalmente com dificuldades, precisam enfrentar a dinâmica imposta pela cidade, na qual terrenos com infraestrutura e acesso aos equipamentos urbanos possuem preços mais elevados e tornam-se acessíveis apenas à minoria que pode pagar por eles.

Há casos em que o trabalhador compra um terreno por um determinado preço e, com o passar do tempo, o local, devido à sua articulação com outros bairros e com o centro da cidade, recebe mais investimentos do poder público, adquirindo um valor mais elevado. Essa lógica, muitas vezes, leva os antigos moradores a venderem, por necessidade, seu terreno ou casa e a procurarem outra casa ou terreno em bairros periféricos da cidade. O intuito dessas pessoas é fazer sobrar uma quantia de dinheiro que possa, por exemplo, ser usada por um pai para ajudar seu filho a comprar um terreno.

Segundo Campos Filho (1999, p. 54), para

[...] agravar ainda mais essa situação, esse conjunto de fatores vai empurrando o trabalhador de baixa renda para posições cada vez mais periféricas na estrutura urbana [...] Esse processo de periferização física e social acaba por distanciar ainda mais a família pobre do emprego, do comércio melhor e mais barato e de serviços públicos de melhor qualidade, da educação, saúde e lazer, que são gratuitos, ou seja, não são pagos pelos salários.

Por outro lado, aqueles que podem pagar pela terra passam a tê-la como uma espécie de investimento. Historicamente, no Brasil, é muito mais seguro investir em terra (seja urbana ou rural) do que, por exemplo, no sistema financeiro, devido, principalmente, à instabilidade da economia brasileira nas últimas décadas. Tal instabilidade fez com que a parcela de maior poder aquisitivo procurasse novas maneiras para aumentar suas posses. Sendo assim, para Campos Filho (1999, p. 50), esses indivíduos foram e são

Aconselhados pelos mais experientes a investir em terrenos que jamais perdem a longo prazo com a inflação — fato esse historicamente comprovado de 1966 para cá —, os filhos das classes média e alta, com disponibilidade de poupança, passaram a comprar terra urbana e rural tanto quanto podiam. As regras do jogo econômico haviam transformado tal investimento no mais rentável ao seu alcance.

Considerando que um dos agentes envolvidos na produção do espaço urbano são os detentores das terras, percebemos a estreita relação entre o público e o privado, pois este grupo é formado por pessoas de classes mais abastadas que acabam por assumir cargos públicos ligados à tomada de decisão em relação à produção do espaço.

Feitas tais considerações de ordem mais geral sobre o processo produção do espaço urbano em Dourados, passaremos agora a uma análise da realidade da Favela do Jardim Clímax.

## A FAVELA DO JARDIM CLÍMAX: OLHARES E LEITURAS

Embora de forma simplificada, acreditamos que cabem, nesta discussão, a análise do termo “favela” e uma reflexão acerca da problemática que seu significado envolve. Nota-se que, de forma geral, a concepção de favela assume diferentes significados dependendo do contexto. Assim, ela assume nuances diferenciadas quando consideramos, por exemplo, as concepções que lhe conferem o poder público, as diversas camadas sociais, o setor privado da construção ou mercado imobiliário.

De forma geral, há uma visão um tanto padronizada sobre a favela no Brasil, sobretudo quando falamos naquela colocada e reforçada pela mídia, cuja influência sobre a opinião geral das pessoas é grande. De modo geral, a favela é retratada, pelos meios de comunicação, como um local de tráfico e de crimes. Na realidade, entretanto, ela é, em sua maioria, habitada por trabalhadores que lutam cotidianamente por moradia e, conseqüentemente, pelo direito à cidade.

No Brasil, as favelas começaram a ser vistas como um problema a partir da década de 1950. Tal “problema” tem suas raízes na intensificação do processo de industrialização e, por conseguinte, no aumento populacional nas cidades onde existiam ou existem mais ofertas de emprego.

Para Rodrigues (1989), esse problema foi julgado a partir de vários “pontos de vista”, dependendo dos interesses colocados pelas diversas camadas da população. Então, a favela foi e ainda é vista conforme o autor descreve abaixo:

a) como local de marginais — nessa visão é necessário se acabar com as favelas para acabar com os marginais; b) como local onde se conseguem votos — nessa visão é necessário visitar os favelados, fazer promessas, tratá-los como iguais (porque seus votos valem o mesmo que o dos outros); c) como resultado do processo de migração e os favelados vivem desta forma, porque estão se “integrando” no meio urbano, “criam” um lugar que lhes lembram o campo. Segundo essa visão é preciso treinar, educar os favelados a fim de que se integrem no meio urbano, passem gradativamente para uma casa de alvenaria, familiarizem-se com os serviços urbanos para serem no futuro incorporados ao mercado de trabalho e a cidade. (RODRIGUES, 1989, p. 37).

Esses moradores/ocupantes, por sua vez, acabam tornando-se agentes produtores do espaço urbano, todavia, não são vistos como tal e questionam, por intermédio da ocupação, a lógica da propriedade privada da terra. Para Rodrigues (1989, p. 24),

Há também, toda uma produção da casa — e da cidade — que não está vinculada ao circuito imobiliário: são as favelas e as ocupações de terras. Está ausente a legitimidade jurídica da propriedade da terra, a incorporação imobiliária, a indústria de edificação e por vezes até a indústria de construção relativa a insumos: mas produzem casa e cidades.

Para esses agentes produtores do espaço urbano, a autoconstrução e o reaproveitamento de materiais acabam sendo a saída encontrada, haja vista o difícil acesso a materiais novos. Por outro lado, há também o fato de não se saber, ao certo, quanto tempo esses agentes ficarão no lugar, causando uma sensação de incerteza e insegurança.

Na Favela do Jardim Clímax, várias foram as promessas da Prefeitura relacionadas a melhorias e à legalização da área, bem como à remoção dessas famílias para um local com “melhores condições” de moradia. Em períodos eleitorais, por exemplo, devido ao seu aspecto degradado e por não estar oficialmente legalizado, o local é sempre visitado por políticos que fazem promessas que nunca são cumpridas. Presenciamos, então, o “jogo” do poder público e do setor privado ocorrendo na Favela do Jardim Clímax, uma que a área da favela localiza-se ao lado do Parque Antenor Martins.

Atualmente, o Parque Antenor Martins é um dos locais públicos mais visitados na cidade por possuir um aspecto agradável, um lago e equipamentos diversos para a prática de esportes. Assim, alguns dos terrenos sem edificação ao redor do parque certamente estão expostos à especulação imobiliária. Por essa razão, ao mesmo tempo que se tenta remover a ocupação, novas formas de produção e uso do espaço urbano se impõem.

## O PROCESSO DE SURGIMENTO E A REALIDADE DA FAVELA DO JARDIM CLIMAX

O Jardim Clímax é um loteamento particular, implantado na década de 1950. Contudo, ainda hoje sua regularização fundiária não foi realizada. Algumas pessoas conseguiram a escritura de seus imóveis devido ao antigo modelo cartorial. Porém, hoje é impossível conseguir a escritura para quem não a tem.

Em meados da década de 1970, esse bairro, que apresentava várias áreas não edificadas, começou a ser ocupado por famílias que não possuíam meios de acesso à terra urbana por intermédio da compra ou do aluguel. Assim teve origem a chamada Favela do Jardim Clímax, que, atualmente, conta com cerca de

40 famílias e pode ser considerada uma das áreas de ocupação “irregular” mais antigas da cidade de Dourados.

Nos mais de trinta anos de existência da ocupação (ver Quadro 01), não foram tomadas medidas, por parte do poder público, para sanar o problema. O local não conta com um sistema adequado de esgoto, iluminação e coleta de lixo, e o endereço das casas não está oficialmente regularizado. Alguns moradores dividem o mesmo “lote” e, nesses casos, as moradias possuem o mesmo número.

**Quadro 01** – Dourados (2008)  
Favela do Jardim Clímax – Tempo de residência no local (%)

TEMPO DE RESIDÊNCIA (em anos)	%
Até 2	10
2 ↦ 5	5
5 ↦ 10	40
10 ↦ 15	15
15 ↦ 20	5
+ de 20	25

**Fonte:** Pesquisa de campo.

**Org.:** João Paulo Muniz Marin.

Os casebres construídos também chamam a atenção. Alguns são feitos de alvenaria ou de madeira e outros mesclam estes materiais com lonas e materiais diversos. Um dos exemplos que revela a luta diária por moradia é o da dona de casa Aparecida Pereira dos Santos Ferreira, que, sozinha, construiu sua casa em longas etapas ao mesmo tempo que cuidava de seus filhos e netos, enquanto o marido trabalhava (informação obtida via entrevista realizada em fevereiro de 2009).

De modo geral, a Favela do Jardim Clímax apresenta um aspecto degradado. Encontra-se ao lado de uma galeria de águas pluviais que recebe dejetos de forma irregular. Essa mesma galeria provoca inundações em dias de chuva, que chegam a atingir mais de meio metro de altura, forçando os moradores a retirarem seus pertences de dentro dos casebres por algumas horas e a procurarem abrigo nas casas vizinhas não atingidas. O local também fica em cima da nascente do córrego Água Boa, o que mantém alguns casebres constantemente úmidos. É possível observar ainda que a água “brota” na frente das casas.

O dia-a-dia dos moradores/ocupantes da área revela situações que nos levam a refletir sobre a fronteira existente entre morar e habitar, entre viver na cidade e não pertencer a ela de fato. Por outro lado, a possibilidade de remoção para um local melhor incute nessas pessoas a ideia de que, a qualquer momento, a vida pode mudar por completo.

A questão da moradia impõe um desafio, pois, conforme nos aponta Santos (1996), mesmo para a classe média são difíceis as condições de aquisição de um imóvel no Brasil.

O mito do direito à propriedade da casa levou, num primeiro e longo momento, a que se construíssem casas e apartamentos para as classes médias. Mesmo assim, os preços geralmente eram exorbitantes, ainda quando os imóveis são construídos com o dinheiro público, dinheiro acumulado com a contribuição obrigatória de todos os trabalhadores. (SANTOS, 1996, p. 45).

A autoconstrução foi o modo utilizado para a construção de quase todos os casebres da Favela do Jardim Clímax. Alguns deles foram construídos aos poucos pelos próprios moradores, que misturavam diferentes materiais, em sua maioria, ganhos, recolhidos nas ruas ou comprados de segunda mão. Tal fato demonstra a necessidade desses moradores de construir suas próprias casas, principalmente, aos finais de semana, revelando mais umas das facetas que envolvem a situação de ocupar um pedaço da terra urbana.

A autoconstrução deve ser vista, conforme aponta Kowarick (1979, p. 57), como uma “solução de subsistência” responsável pela criação de moradias “indispensáveis como meio de vida”, que acabam constituindo-se em “uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos.”

Os casebres construídos em condições precárias expressam conflitos de várias ordens. Além da aparência da área, constituída por casebres amontoados, sem rede de água ou esgoto, com pouca ventilação, sem condições de salubridade, com poucos equipamentos de higiene, etc., há um ritmo que revela o modo de reprodução da vida daqueles que parecem não ter direito à cidade.

O fato de a área ser cortada por uma galeria de águas pluviais, que, por falta de infraestrutura adequada, acabou virando um esgoto a céu aberto, faz com que seus ocupantes tenham que conviver com o problema das enchentes, sobretudo aqueles cujas moradias localizam-se mais próximas à valeta da galeria. Em dias de chuva forte, estes moradores são obrigados a retirarem seus pertences da “casa” e a procurarem abrigo nos vizinhos que ocupam áreas em local mais

elevado ou mais distante da galeria. As inundações chegam a 50cm de altura e levam para os casebres não só água, mas esgoto e lixo. O mau cheiro causado pelos dejetos, os insetos e os animais atraídos para o local são algumas das reclamações constantes dos moradores/ocupantes da área.

## O LUGAR E A RELAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

As formas de reprodução da vida na Favela do Jardim Clímax se revelam nas relações de vizinhança, nas relações de solidariedade que se fortalecem, marcando a área, ao mesmo tempo, como um lugar de pobreza material e de riqueza de relações, pois seus ocupantes compartilham várias situações.

Ao trabalhar com o sentido de lugar, Relph (1979, p. 16) diz que

Nós podemos trocar de lugares, mudar, mas isso é ainda a procura de um lugar; precisamos de uma base para estabelecer nossa Existência e realizar nossas possibilidades [...] Claramente, nesse contexto, “lugar” significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança.

O lugar possui extrema importância nas relações estabelecidas entre os homens inseridos no modo capitalista de produção. Carlos (1999, p. 44) diz que

[...] a atividade social teria o espaço como sua condição de sua realização, o que acaba por refletir no acesso das pessoas aos diferentes lugares na cidade, e também no campo; cada indivíduo passa então, a ser julgado através do lugar onde mora ou habita. Tal situação impede que moradores de determinado local frequentem outros de classes diferentes da deles, seja pela roupa que veste, o carro que tem, a postura que mostra (chamada etiqueta), ou simplesmente por não sentir-se bem naquele local, diferente do habitual, causando estranhamento e vergonha por parte dos mais pobres.

Sendo assim, Andrade (apud SANTOS, 1996, p. 142) coloca que

[...] o lugar interfere diretamente no valor de cada indivíduo, ou seja, cada homem vale pelo lugar onde se encontra. Seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. E isso se dá independente da personalidade, virtualidade ou qualquer outro diferencial na formação individual: as oportunidades não são as mesmas. A possi-

bilidade de ser mais ou menos cidadão vai depender, em larga escala, do ponto do território onde se está.

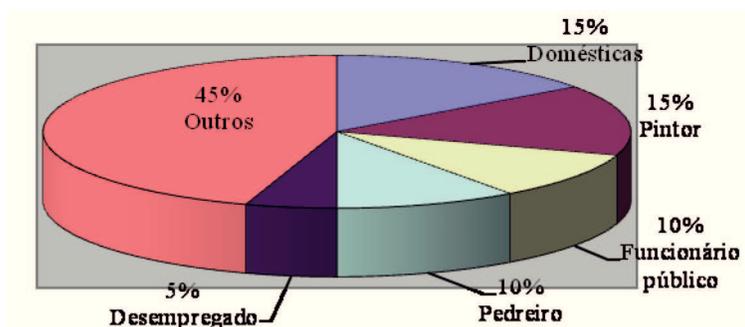
A lógica que separa as pessoas de acordo com o local onde vivem na cidade acaba por ferir o princípio e a ideia de cidadania, que remete a direitos e deveres comuns a todos os moradores de uma cidade e ao acesso aos bens comuns relacionados à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho.

A situação de carência vivenciada pelos ocupantes da Favela do Jardim Clímax caracteriza-se pela ausência de plano de saúde ou odontológico, pelo subemprego ou pelo emprego de baixa remuneração e, conseqüentemente, pelas necessidades básicas e imediatas não atendidas. Todos estes fatores agravam a condição de miserabilidade, de analfabetismo, de baixa escolaridade, etc., lançando os ocupantes da área em uma dramática adversidade com o próprio limite ou fronteira do humano.

A pesquisa realizada na Favela do Jardim Clímax revelou que funções como a de pintor e empregada doméstica são exercidas por 30% dos moradores/ocupantes (ver Figura 02). Por conseguinte, 25% das famílias entrevistadas não possui renda fixa, 45% ganha até um salário mínimo e 65% ganha, em média, de um a dois salários mínimos por mês (ver Quadro 02).

Quanto à escolaridade, 45% dos chefes de família não completou o ensino fundamental, 10% nunca frequentou a escola e nenhum dos moradores cursou ou está cursando o ensino superior (ver Quadro 03). Conforme constatado pela pesquisa, apenas um dos moradores/ocupantes da Favela do Jardim Clímax possui plano de saúde ou odontológico.

**FIGURA 02** – Dourados (2008)  
Favela do Jardim Clímax – Profissão do chefe da família (%)



**Fonte:** Pesquisa de campo.  
**Org.:** João Paulo Muniz Marin.

**Quadro 02** – Dourados (2008)

Favela do Jardim Clímax – Renda familiar mensal em salários mínimos (%)

Classe de rendimento	(%)
Até ½	15
½ ↦ 1	30
1 ↦ 2	20
+ de 2	10
Não possui renda fixa	25

**Fonte:** Pesquisa de campo.**Org.:** João Paulo Muniz Marin.**Quadro 03** – Dourados (2008)

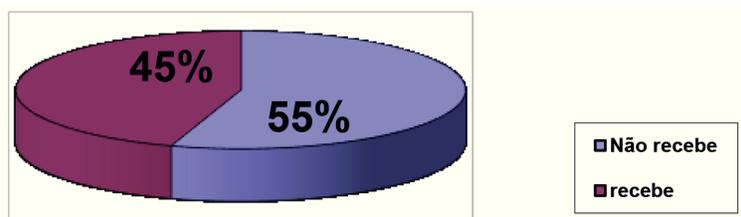
Favela do Jardim Clímax – Grau de escolaridade do chefe da família (%)

Escolaridade	(%)
Ensino fundamental incompleto	45
Ensino fundamental completo	10
Ensino médio incompleto	25
Ensino médio completo	10
Nunca frequentou a escola	10

**Fonte:** Pesquisa de campo.**Org.:** João Paulo Muniz Marin.

Nessa rede de relações, a diversão ou o lazer dos moradores/ocupantes é realizado no próprio local, onde compartilham o tereré e, quando possível, uma cerveja, ouvem música e vivenciam, no lugar, situações de amizade e solidariedade. Alguns moradores/ocupantes costumam frequentar o Parque Antenor Martins em ocasiões de festa ou nos finais de semana. Contudo, eles reclamam dos preços elevados dos alimentos e bebidas vendidos no local. Não costumam frequentar o shopping da cidade (Shopping Avenida Center), o teatro ou o cinema. Parte significativa das famílias (45%) recebe algum tipo de auxílio do governo, como o Bolsa Escola ou o Bolsa Família (ver Figura 03).

**Figura 03 - Dourados (2008)**  
Favela do Jardim Clímax  
famílias que recebem algum tipo de auxílio



**Fonte:** Pesquisa de Campo.  
**Org.:** João Paulo Muniz Marin.

Percebemos que o acesso ao espaço urbano não disponível é garantido a todos de forma homogênea: paga quem pode, e os logradouros públicos, além de poucos, são, em grande parte, considerados violentos.

Essa lógica nos remete, novamente, à situação de fronteira que se faz presente nas relações que os moradores de ocupações, consideradas irregulares, estabelecem com a cidade, tais como atendimento médico, acesso ao comércio, ao lazer, à educação, à cultura, enfim, a tudo aquilo que é colocado como direito de todos. Ademais, essa lógica também se refere ao próprio percurso diário que essas pessoas fazem aos locais que têm ou não acesso.

Segundo Bonnemaison (2002), essa realidade expressa o comportamento vivido e envolve uma relação com o que ele chama de espaço “estrangeiro”. Para o autor, essa dinâmica

[...] se apoia sobre uma relação interna e sobre uma relação externa: a territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território “que dá segurança”, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação. (BONNEMAISSON, 2002, p. 107).

Neste sentido, a vida se reproduz dando origem à diferença e ao distanciamento, uma vez que os ocupantes da área não compartilham com os demais habitantes da cidade o mesmo território urbano ou a mesma concepção de cidade. Tal realidade intensifica as contradições, fazendo com que a configuração urbana se redefina, uma vez que a lógica que determina a diferenciação socioespacial pauta-se nas formas de apropriação do espaço, as quais mediam e, sobretudo, negam o direito de uso.

Para Carlos (2004, p. 31),

[...] o uso se revela enquanto modo da reprodução da vida, através dos modos de apropriação do espaço — colocando a noção de reprodução no centro da análise. [...] a cidade revela-se concretamente, e através do uso que dá sentido à vida é no uso (como ato e atividade) que a identidade se realiza como atividade prática que sustenta a memória, assim se revela o conteúdo da prática socioespacial.

Se considerarmos a ocupação ou a favela como uma forma de tentar assegurar o direito de uso, veremos que ela representa uma resistência e um desafio à lógica que tenta reduzir o direito e a necessidade de morar à imposição ou garantia da propriedade privada. Em outras palavras, na tentativa de sobrevivência ou na luta por ela e pelo direito à cidade<sup>68</sup>, revela-se a tentativa de ultrapassar a fronteira imposta pela propriedade privada da terra, que, por sua vez, tem a dimensão mais ampla da luta pela vida, que inclui a fronteira da exclusão social.

Com relação ao posicionamento da Prefeitura Municipal, esta vem “negociando”, com os ocupantes da área, uma proposta de remoção e esta possibilidade tem revelado uma pluralidade de situações, dividindo opiniões. Considerando que o local é prenhe de sentido e significado, as condições impostas pelo poder público modificam o uso e o sentido do espaço, redefinindo as relações sociais.

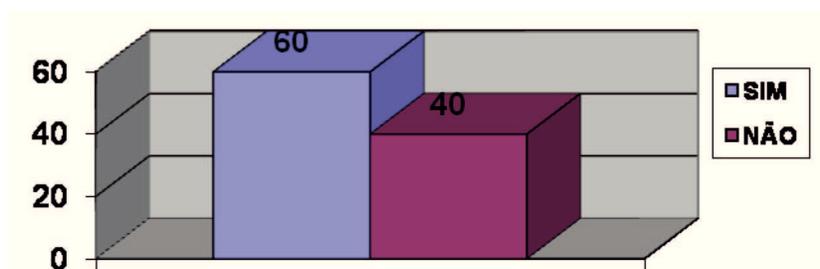
Dos moradores/ocupantes que estabelecemos contato, todos têm conhecimento ou já foram informados a respeito da desocupação. Contudo, conforme podemos observar na Figura 04, 40% deles, devido às relações estabelecidas com o local, não querem deixá-lo, sobretudo aqueles que “compraram<sup>69</sup>” a moradia ou adquiriram o direito de uso do local, ou seja, além do apego ao lugar, há também a resistência em se desfazer da “casa”.

---

68 O “direito à cidade” deve ser encarado como o direito à vida urbana em todas as suas dimensões: direito ao trabalho, à cultura, à saúde, à educação, ao lazer, ao descanso, etc.

69 Na maioria dos casos, embora haja pagamento, a relação de compra refere-se, nessas ocupações, à aquisição do direito de usar o local, não envolvendo a compra efetiva, uma vez que a expressiva maioria dos moradores/ocupantes não possui a escritura dos lotes.

**Figura 04 - Dourados (2008)**  
Favela do Jardim Clímax  
Moradores que querem deixar o local (%)



**Fonte:** Pesquisa de Campo.  
**Org.:** João Paulo Muniz Marin.

Por outro lado, os ocupantes cujas “casas” foram construídas às margens da galeria de águas pluviais, embora manifestem o desejo de deixar o local, não concordam com as condições impostas pelo poder público, alegando que o local determinado para a nova moradia é distante não apenas da área central da cidade e do local de trabalho dos moradores, mas também de escolas, creches, postos de saúde e mercados, além de não haver vias asfaltadas.

Os ocupantes da área ainda temem pela violência no novo local de moradia, pois, segundo eles, poderá haver conflitos uma vez que a nova área promoverá a junção de pessoas diferentes (que não se conhecem). Alegam que ali todos se conhecem, não ocorrendo casos de roubos ou pequenos furtos.

Para Carlos (2004, p. 47),

A vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade, e nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. Assim o lugar se liga de modo inexorável à realização da vida enquanto condição e produto de relações reais.

No processo de luta pelo direito à cidade, ainda sonham com uma moradia digna ou com a casa própria. Nas palavras de Peluso (1997, p. 236),

Em sociedades mercantilizadas como a nossa, a casa é uma mercadoria a ser apropriada e, para os pobres, significa uma acumulação simbólica, num mundo em que a acumulação material é interdita para a maioria da população.

Diante do impasse nas negociações, uma situação de insegurança é reforçada na Favela do Jardim Clímax, pois, até então, não foi definido um prazo para a remoção das famílias do local, o que deveria ter acontecido no ano de 2008 tendo em vista que as licitações das obras já haviam sido realizadas e parte da infraestrutura (obras de drenagem) já tinha sido iniciada. Entretanto, a Prefeitura alega que o orçamento destinado pela União sofreu atrasos, paralisando o processo de remoção.

O local determinado para remoção das famílias da Favela do Jardim Clímax fica, segundo vem sendo veiculado, em uma área de preservação ambiental conhecida como Matinha, ao lado do Jardim Novo Horizonte, Jd. Flórida II e Parque do Lago II (porção sudoeste da cidade). A construção das casas (com recursos do PAR<sup>70</sup>) na referida área foi motivo de protestos por parte de ambientalistas, que organizaram uma manifestação juntamente com a ONG Salvar, o Instituto do Meio Ambiente de Dourados (IMAD), o Comitê de Defesa Popular, a Associação de Moradores do Parque do Lago I e II, a Associação de Moradores do Jardim Novo Horizonte, a Associação de Moradores do Estrela Yvatê e o Movimento de Defesa do Parque da Nascente do Córrego Água Boa. Esta manifestação, segundo divulgado pela imprensa local, foi realizada no dia 13 de abril de 2009 no Jardim Novo Horizonte.

O superintendente de habitação do município, Astúrio Dauzacker, através de nota à imprensa, disse que as obras, que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão dentro do padrão de preservação do ambiente e que as casas estão fora da área de preservação ambiental. Carlos Ióris, secretário de obras do município, garantiu que nenhuma árvore seria derrubada e que a Matinha seria transformada em parque ecológico. Astúrio Dauzacker, em notícia publicada pelo jornal eletrônico Dourados News em 13 de abril de 2009, explicou que

[...] antes do anúncio da obra foi feito um levantamento na área para a realização do projeto e em primeiro lugar ficou a preocupação quanto à preservação da mata local. Após todos os levantamentos sobre possíveis impactos ambientais chegamos à conclusão que seria totalmente incabível o desmatamento no local.

Astúrio reforçou que o projeto tem o aval da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Ministério Público, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, e

---

70 Programa de Arrendamento Residencial do governo Federal.

alegou ainda que, se fosse constatada alguma irregularidade, o projeto não teria sido aprovado por esses dois importantes órgãos.

Em meio a todas as contradições que envolvem o processo, cotidianamente, trava-se, por parte dos moradores/ocupantes da área, a busca de uma possibilidade de assegurar o direito de uso do espaço urbano. Uma nova lógica espacial se impõe com o processo de remoção, assim como novos comportamentos muitas vezes diferenciados da realidade anteriormente vivida, causando a sensação de estranhamento. Neste sentido, as facetas instigadoras foram se revelando a partir do contato com o objeto de pesquisa, principalmente por se tratar de um universo rico de detalhes.

## APONTAMENTOS FINAIS

O presente capítulo objetivou contribuir com a discussão a respeito dos que vivem à margem da cidade, dos que são submetidos às decisões do poder público e impedidos de morar dignamente pela lógica da propriedade privada da terra, ou seja, tratamos de levantar alguns elementos para a reflexão sobre a fronteira imposta pela propriedade privada da terra.

Morar é condição necessária para a reprodução da vida, porém as formas de (re)produção do espaço urbano e a busca pelo acúmulo de capital invertem essa lógica e fazem com que os interesses individuais se sobreponham aos interesses coletivos. Desse modo, os que não podem pagar pela moradia, por não lhes restar outra alternativa, são levados a ocupar terrenos privados ou de propriedade do poder público, fato que caracteriza uma ocupação juridicamente irregular. Tem-se, assim, uma lei que está do lado da propriedade privada da terra e que lhe confere autenticidade.

As formas de produção do espaço urbano redefinem a cidade de acordo com as necessidades dos agentes que possuem condições de fazer valer seus interesses, excluindo os que não podem pagar por moradia e por outras necessidades básicas. Por esta razão, essa parcela da população é obrigada a ocupar áreas da cidade geralmente sem infraestrutura adequada e longe dos locais que frequentam, como o local de trabalho, a escola, o posto de saúde, entre outros.

Contrariamente a tal situação, nas áreas servidas por infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos são implantados bairros e condomínios para aqueles que podem pagar pela terra, pessoas que se tornam alvo dos proprietários dos loteamentos particulares. A esses locais são agregados os valores investidos, tornando-os inacessíveis para uma parcela significativa da população.

O problema da moradia está relacionado ao conflito estabelecido entre as classes sociais, à perda da identidade cultural, à omissão do poder público e, principalmente, à lógica que impede a classe trabalhadora de viver, de fato, a cidade como construção de toda uma sociedade ou como construção coletiva.

Vale destacar também que, quando questionados sobre qual seria o seu maior sonho, a maioria dos moradores/ocupantes da área analisada respondeu que seria uma moradia digna, uma casa que possibilitasse segurança, estabilidade e acesso, principalmente, à educação e ao emprego. A preocupação dos moradores com a família, os filhos e os netos ficou evidente na pesquisa. Eles desejam para os seus entes ou familiares aquilo que não tiveram, ou seja, a casa própria, um emprego estável e o acesso à educação, principalmente ao ensino superior.

Os depoimentos dos moradores/ocupantes da área também revelaram que, aqueles que vivem na incerteza da moradia já não acreditam mais no poder público para mediar tal situação<sup>71</sup>. Assim, a realidade da Favela do Jardim Clímax nos trouxe indagações que vão além das questões postas pela implantação dos conjuntos habitacionais para os quais os moradores/ocupantes daquele lugar devem ser removidos. Trata-se de reflexões relacionadas à forma de uso do novo local de moradia, pois, apesar das dificuldades vivenciadas cotidianamente, a possibilidade de remoção daquelas famílias para outro local se coloca como destruturante da riqueza de relações estabelecidas a partir do lugar.

As novas relações desencadeadas com a intervenção do poder público caracterizam uma situação de fronteira que se faz presente a partir do confronto entre o que se transforma e o que permanece no processo de remoção — marcado pela relação entre os que vão para o novo local de moradia e os que ficarão na área da favela —, impondo novas formas de reprodução da vida.

Por conseguinte, a atuação do poder público merece ser questionada, já que, pela imposição de um padrão ocupacional, ela reduz e dilacera as relações sociais e as relações do indivíduo com o lugar, desencadeando novas situações e conflitos, visto que a morfologia imposta não possui a mesma rede de significados e enraizamentos da localidade onde se encontram.

---

71 Ressaltamos que, quando realizávamos a pesquisa, tínhamos de deixar claro que o nosso interesse não era político e que não trabalhávamos para o município, pois, devido às inúmeras visitas de funcionários da Prefeitura e nenhuma proposta viável para solucionar o caso da Favela do Jardim Clímax, os moradores/ocupantes da área desenvolveram certa resistência a figuras políticas.

## BIBLIOGRAFIA

AMBIENTALISTAS protestarão contra casas da Matinha. **Dourados News**, Dourados, 13 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/ambientalistas-protestarao-contra-casas-da-matinha-abc2c1d2d10d6add5a5a6e2845c40251>>. Acesso em: 6 maio 2009.

ANDRADE, J. O espaço sem cidadão e um cidadão sem espaço. In: CARLOS, A. F. (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos obra revisada. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 141-145.

BONNEIMAISON, J. **Viagem em torno do território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 ago. 2005. Seção 1, p. 3.

CALIXTO, M. J. M. **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Ed. da UFGD, 2008.

\_\_\_\_\_. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. Presidente Prudente, 2000. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia)–FCT/UNESP.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo: Nobel, 1999.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L. et al (Org.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p.62-74.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Geografia Cultural: um século. In: BONNEIMAISON, J. **Viagem em torno do território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

DEMO, P. **Princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1990.

FERREIRA, A. P. dos S. **Aparecida Pereira dos Santos Ferreira**: depoimento [fev. 2009]. Entrevistador: João Paulo Muniz Marin. Dourados, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida no âmbito do projeto de pesquisa de graduação do entrevistador.

- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- LEFBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARIN, J. P. M. **A Favela do Jardim Clímax em Dourados-MS: olhares e leituras sobre os desdobramentos socioespaciais da apropriação do espaço urbano**. Dourados, 2009. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia)–FCH/UFGD.
- MARTINS, J. de S. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- OLIVEIRA, T. C. M. de. **Território sem limites: estudos sobre fronteira**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
- PELUSO, M. L. A casa própria e o sonho. In: SILVA, J. B. da (Org.). **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997.
- RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T. C. M. de. **Território sem limites: estudos sobre fronteira**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006. p. 9-15.
- RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.
- RIBEIRO, L. C. de Q. Notas sobre a renda da terra urbana. **Chão – Revista de Arquitetura**, n. 5, p. 18-23, 1979.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1989.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.
- SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980.

# TRAMAS E DRAMAS NO URBANO: O PROJETO RENASCER EM DOURADOS-MS E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL<sup>72</sup>

Maria Amábili Alves de Castro

## INTRODUÇÃO

Neste capítulo, aprofundaremos uma reflexão iniciada em minha graduação, que resultou no trabalho *Produção habitacional e inclusão social: o Projeto Renascer e o poder público municipal na produção habitacional em Dourados-MS (2001-2004)*<sup>73</sup>. Nosso objetivo, no presente momento, é analisar o processo de reprodução socioespacial nos conjuntos habitacionais Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê (Figura 1), em Dourados-MS (Figura 2), construídos no âmbito do Projeto Renascer para receber 409 famílias removidas de uma área favelizada situada ao longo do córrego Água Boa.

O Projeto Renascer foi elaborado em parceria com o Ministério das Cidades, via programa Habitar Brasil BID (HBB)<sup>74</sup> e o poder público municipal, visando atender a população que vivia ao longo do córrego Água Boa. O projeto objetivou a remoção das 409 famílias mais atingidas pelas inundações em época de chuvas para uma área nas proximidades do loteamento Parque do Lago (porção oeste da cidade). A área onde essas famílias viviam era imprópria para morar

---

72 Este texto resulta da dissertação de mestrado, de mesmo título, defendida em 2009, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Martinelli Silva Calixto, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

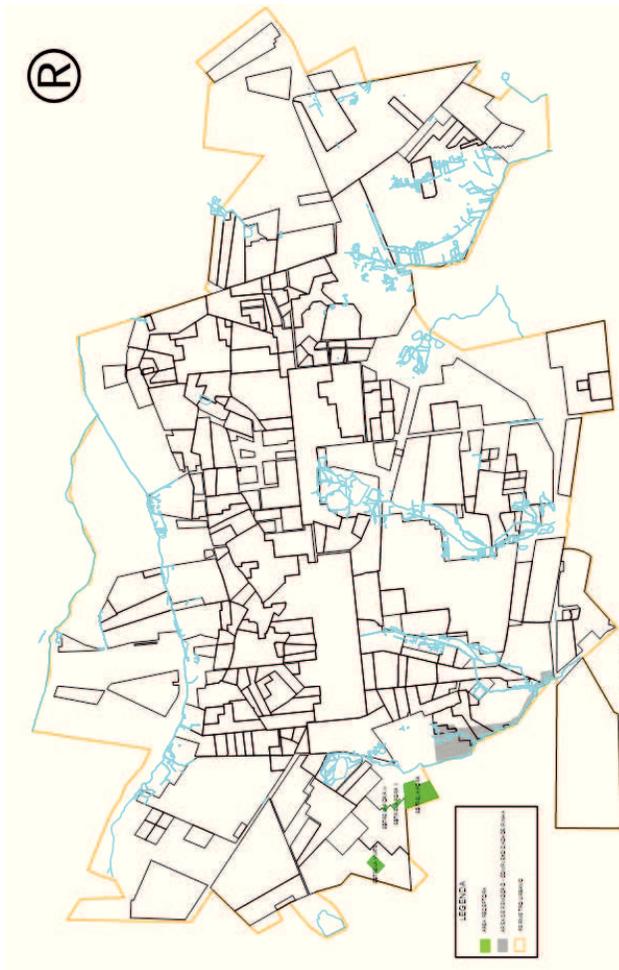
73 Trabalho de conclusão de curso defendido na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em 2006.

74 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. O programa HBB-Dourados/MS foi financiado pelo Ministério das Cidades com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do BID e contrapartida do estado e do município, totalizando investimentos de, aproximadamente, R\$ 9,724 milhões.

devido à poluição do córrego, que recebe parte do esgoto do município, e por se tratar de uma área de fundo de vale.

Em 2005, as famílias que residiam às margens do córrego Água Boa começaram a ser removidas para os seguintes conjuntos habitacionais: Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê. As peculiaridades desse projeto nos instigaram desde o início de sua implantação. Por se tratar de um projeto-piloto no estado de Mato Grosso do Sul e pela sua área de abrangência, o Projeto Renascer nos motivou, desde o começo, a pesquisar e a entender os meandros que levaram à sua elaboração.

**Figura 1** - Dourados 2009  
Área de atuação do projeto renascer





Próxima a área de remoção, foi instalado um ponto de atendimento aos moradores para a realização do cadastramento das famílias e para assistência e conscientização sobre a remoção. Percebemos que, quando os trabalhos se iniciaram, muitas pessoas não acreditavam que uma iniciativa de tal envergadura fosse realmente acontecer. Muitas delas, inclusive, não deram importância aos trabalhos realizados de início. Reuniões de conscientização<sup>75</sup> sobre a importância da remoção para a melhoria da qualidade de vida foram feitas com a população, destacando a relevância do papel daquelas pessoas para o sucesso dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal.

No entanto, mesmo com a realização dessas reuniões, houve muita resistência à remoção por parte de algumas famílias, principalmente, no que dizia respeito ao apego ao lugar e à casa. Isto porque, por mais dificultoso que viver em condições precárias pudesse parecer, para alguns, o lugar tinha um valor inestimável, pois foi conquistado com muito sacrifício. Era ali que, mesmo na precariedade, todas as relações se davam, as relações com a vizinhança, com a escola, com a igreja, etc. Enfim, era naquele lugar que as relações cotidianas se concretizavam, se manifestavam, ou seja, o lugar era carregado de sentidos e significados, era onde as pessoas se identificavam com sua própria existência.

É importante considerar as relações que os indivíduos estabelecem com o lugar habitado, “o ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar, onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões” (CARLOS, 2001b, p. 65). Foi a partir dessas contradições entre o poder público e aquelas famílias que orientamos a pesquisa ora apresentada, utilizando a entrevista como metodologia. Procuramos “dar voz” àquelas famílias, entender suas vivências a partir do seu cotidiano e das relações que elas estabeleciam com o lugar e com os próprios indivíduos.

O entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico-social nos remete a uma análise realizada a partir das relações sociais e sua materialização no espaço, ou seja, o espaço é visto como produto das relações sociais, um articulador da relação dialética espaço-tempo alicerçada no plano do vivido, o que aponta para a importância da análise do uso do espaço e da vida cotidiana. O uso do espaço revela a essência do processo social. O cotidiano é a manifestação do vivido, da existência social em suas particularidades, em cada modo de apro-

---

75 O discurso base do poder público era a qualidade de vida em relação ao lugar, pois o local no qual aquelas famílias moravam não possuía nenhuma condição de moradia, conforme veremos mais adiante.

priação espacial. Para Seabra (1996, p. 71), o espaço, o tempo e o corpo “abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso!”

O uso do espaço não se faz sem o emprego de tempo e as formas de reprodução das relações sociais se realizam pela apropriação do espaço, quer dizer, na dimensão da vida. A esse plano liga-se o habitante e o lugar de moradia, onde se realiza a reprodução da vida humana e as relações estabelecidas em torno da casa-rua-bairro, o que constitui uma identidade habitante-lugar. Os lugares ganham sentido por intermédio da apropriação realizada pelo corpo, da mediação pela prática socioespacial.

Assim, buscamos analisar, no contexto da remoção das famílias que viviam às margens do córrego Água Boa, como se deu o processo de reconstrução socioespacial no novo lugar, uma vez que não houve a construção de uma morfologia<sup>76</sup> espacial calcada na relação espaço-tempo como obra da vida humana, tendo como resultado uma morfologia imposta. O processo de remoção impõe uma nova ordem socioespacial, novos valores, novos comportamentos, que muitas vezes não se identificam com a realidade antes vivida, causando a sensação de estranhamento entre o indivíduo e o lugar.

Considerando esse contexto e o espaço como produto das relações sociais realizadas pela determinação do tempo no modo de apropriação do espaço, observamos que, no processo de remoção aqui abordado, ocorreu, em partes, a perda dos referenciais de vida. Perdeu-se a noção de “reprodução social do espaço” continuada, o que levou à crise de valores sociais, pois a “(re)produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada” (CARLOS, 2004, p. 47).

Dessa forma, analisamos, neste capítulo, a ação do poder público e suas estratégias de atuação no processo de reprodução do espaço urbano de Douros, exercendo seu poder como agente possuidor da técnica e planejamento, legitimando sua ação/intervenção no modo de pensar a cidade, aprofundando ainda mais as contradições dentro do espaço urbano e fragmentando a relação cotidiano-lugar-indivíduo. A partir dessa perspectiva, o lugar foi tomado como categoria de análise.

Vale destacar que a proximidade com o objeto de pesquisa e com a bibliografia pertinente apontou situações ligadas ao fato de que o acesso à moradia está intermediado pela capacidade de pagamento. A terra tornou-se um bem caro e, por ter o caráter de propriedade privada, a ela só tem acesso quem pode pagar. Logo, quem possui acesso à terra urbana é quem possui renda ou capital.

---

76 Usamos o conceito morfologia apenas como termo.

Dentro dessa lógica, o acesso à moradia é privilégio de alguns e converte-se em um problema para a maioria da população. A moradia é um bem imprescindível a qualquer pessoa, pois, sem ela, não é possível a realização de nossas necessidades básicas ou mesmo viver com dignidade. Morar é um direito de todos, porém, contraditoriamente, esse direito só se torna possível mediante pagamento. Os problemas ligados à habitação não ocorrem pela falta de casas ou pela falta de espaço para construir, mas devido ao fato de que a terra urbana tornou-se uma mercadoria não acessível a todos. Por essa razão, discutiremos sobre a forma de atuação do poder público, responsável pela imposição de uma nova forma de morar.

Evidenciamos que tal discussão não pode ser feita sem considerarmos o fato de que a “solução” do problema da moradia não se restringe somente à provisão de unidades residenciais. Faz-se necessário que as condições de implantação contemplem as reais necessidades, desejos e aspirações da população atendida. É considerando essas contradições que devemos analisar o processo de remoção e, nesse sentido, também a necessidade de se discutir a questão da inclusão social tão propagada pelo poder público, uma vez que, a partir da lógica imposta por este agente, a cidade esvazia-se em seu sentido de possibilidades para a vida em todas as suas dimensões, reduzindo o habitante/morador a mero usuário do espaço.

A cidade é vista no âmbito do planejamento ou no âmbito das formas de intervenção, na sua funcionalidade, não se levando em conta o indivíduo como agente produtor de história e da própria cidade. As relações sociais estão engendradas na apropriação da cidade como um todo, e, sendo assim, a cidade deve ser analisada como lugar das possibilidades de reprodução da vida humana, dos valores sociais e de referenciais de vida. A partir dessas preocupações, primeiramente, fizemos uma breve incursão na história de Dourados, mais especificamente a partir da década de 1990, momento em que novas formas de apropriação do espaço começaram a se fazer presentes via implantação de unidades residenciais pelo poder público local.

Com o foco no Projeto Renascer, daremos destaque para os conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê, para as formas de reprodução socioespacial das famílias removidas e para a atuação do poder público. Abordaremos ainda a trajetória de vida dos entrevistados, realizando uma leitura acerca da construção do novo lugar e seus desdobramentos socioespaciais.

Buscamos compreender as novas formas de relação do indivíduo com o lugar, pois o desafio dessa população é construir uma nova localidade, que atenda a seus anseios e necessidades, uma vez que parte dos referenciais anteriores de

vida foi perdida com o processo de remoção. Por fim, consideraremos alguns determinantes que possam levar a uma análise do processo de reprodução das relações sociais por intermédio das novas formas de apropriação do espaço, uma vez que o habitar/morar não se resume apenas à casa.

## O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM DOURADOS-MS. A TERRA URBANA COMO MERCADORIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Antes de levarmos a discussão a um plano mais específico, faremos algumas considerações sobre a terra urbana como mercadoria, uma vez que esta relação mercadológica interfere e medeia o direito de uso. Por propiciar renda, a terra urbana tornou-se uma mercadoria de grande importância para o capitalismo, possibilitando acúmulo de capital para quem a detém. Para extrair renda da terra, não é necessário apoderar-se dos meios de produção e do trabalho humano. Por assemelhar-se ao capital, a terra tem seu “valor” ditado pelas regras do modo de produção capitalista.

As áreas bem servidas de infraestrutura, equipamentos e serviços, áreas de lazer ou mesmo as áreas próximas ao centro urbano são procuradas por aqueles que têm condições de escolher uma localidade, permitindo aos proprietários uma renda extra. Assim, somente uma parcela da população, a que pode pagar pela mercadoria terra, consegue garantir o acesso e, conseqüentemente, o direito de uso da terra.

A parcela da população de menor poder aquisitivo é impossibilitada de ter acesso a determinadas localidades, pois a localização é um fator que interfere no preço da habitação. É notório que o segmento social de maior poder aquisitivo consegue não só a moradia, mas também escolher as melhores localizações no interior da cidade. Sobre esta questão Ribeiro (1979, p. 19-20) assegura:

[...] o proprietário, quando vende a sua propriedade, vende o direito de uso sobre um espaço e um ticket de acesso a esses valores de uso externos. O preço desse ticket será tanto maior quanto maior for a diferenciação quantitativa e qualitativa da distribuição no espaço urbano dos valores de uso externos ao imóvel. Não há, portanto, venda dos equipamentos, edifícios, etc. E sim do acesso a essas utilidades necessárias ao consumo habitacional.

O segmento social de maior poder aquisitivo pode usufruir das melhores condições de moradia dentro da cidade, e a constante elevação do preço da terra faz com que haja uma diferenciação no acesso a ela de acordo com as classes

sociais, interferindo no direito e na necessidade de uso. Há, portanto, uma diferenciação espacial de uma área para outra. Com relação a esta questão, Singer (1980, p. 82) aponta:

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maiores quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de habitantes leva esta escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação dessas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar.

Conforme o autor, o acesso à moradia está intermediado pela capacidade de pagamento. A terra tornou-se um bem caro e, por ter o caráter de propriedade privada, a ela só tem acesso quem pode pagar. Podemos dizer, portanto, que o acesso à terra se restringe a quem possui renda ou capital. É sob esta perspectiva, a óptica do uso, que a questão da moradia deve ser discutida.

Tal realidade pode ser observada em Dourados, onde o monopólio da terra urbana eleva o preço dessa mercadoria, agravando a problemática da moradia. Assim, a terra tem um “valor” assegurado pelo monopólio do acesso a um bem imprescindível para a realização de qualquer atividade, um bem imprescindível à reprodução da vida. Ao analisar o papel do setor imobiliário, Calixto (2000b, p. 208) considera que

É necessário compreender a dinâmica do setor imobiliário como resultado de uma relação bastante íntima entre este setor e a política pública, uma vez que a ação/atuação do setor imobiliário é assegurada pela intervenção do poder público, assim como a política pública não está descolada dos meandros da lógica do mercado imobiliário.

O uso do espaço urbano está subordinado cada vez mais ao mercado, o que restringe as possibilidades de escolha, prevalecendo as relações de trocas no modo de produzir a cidade.

A predominância do valor de troca como extensão do mundo da mercadoria se revela como produto de lutas que surgem a partir das relações sociais contraditórias criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução *lato sensu* em que as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. (CARLOS, 2001a, p. 38).

A apropriação do solo pelos diferentes segmentos sociais nos remete às diversas formas de uso do espaço na cidade. Diante disso, deve-se analisar a questão do valor de uso do solo urbano.

Para o morador, a casa possui um inestimável valor de uso, isso porque depende dela para se acomodar. Em contrapartida, para os especuladores imobiliários, detentores de um grande número de propriedades, o valor se expressa no valor de troca, uma vez que uma ou mais propriedades podem ser trocadas por capital. (BRITO, 2004, p. 49).

Carlos (2001a) aborda a cidade exclusivamente como valor de troca. As formas de parcelamento e mercantilização do solo urbano, aliadas à apropriação diferenciada e aos conflitos resultantes desse processo (entre o indivíduo e os usos), levam-nos a pensar a produção do espaço urbano não apenas pelo viés do mercado, mas também por intermédio das relações sociais no modo de produção/apropriação/reprodução da cidade. É nesse sentido que o uso ganha uma dimensão determinante para as transformações no modo de produzir a cidade. Com isso, questiona-se o direito à cidade e a discussão sobre este tema deve superar a ideia de cidade enquanto lócus da produção e reprodução do capital.

Esse encaminhamento permite pensar o espaço também como produto de lutas, fruto de relações sociais contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital. Assim, no embate entre o que é bom para o capital e o que é bom para a sociedade hoje, o urbano se reproduz, a cidade se estrutura e a paisagem ganha sua configuração. (CARLOS, 2001a, p. 71).

Entender o espaço urbano por meio da reprodução da sociedade é entender o homem em sua dimensão humana, como sujeito de sua condição de existência. A cidade, então, aparece como obra humana na relação com o habitante. Carlos (2001a, p. 41) coloca que “[...] nessa direção o sentido da cidade é conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção de sua vida”.

É considerando o acima exposto que traçaremos um breve panorama histórico dos programas habitacionais implantados em Dourados, apontando elementos para a discussão acerca da lógica de produção e do uso do espaço urbano e seus desdobramentos socioespaciais, tomando como viés de análise a implantação do Projeto Renascer, o que leva também ao exame da forma de atuação do poder público local com relação à problemática habitacional.

## DOURADOS: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

O período que compreende as décadas de 1970 e 1980 foi marcado por mudanças significativas no processo de apropriação e reprodução do espaço urbano de Dourados. Tal fato nos faz repensar a relação entre o poder público e o urbano e analisar as formas intervenção na cidade. Trata-se de um período marcado pela introdução de um sistema agrícola ligado aos interesses agroexportadores e pela mecanização da agricultura, o que implicou na expropriação dos trabalhadores do campo.

Durante esse período, Dourados recebia um contingente expressivo de pessoas oriundas não só do campo, mas também de outros centros urbanos, e como a cidade não dispunha de infraestrutura adequada para receber os novos setores sociais que a ela chegavam, o problema habitacional ganhou maior dimensão. Conforme nos lembra Silva (2000), “naquele período, parcela importante das habitações da cidade caracterizava-se pela sua precariedade, sendo ainda constituídas de casas toscas de madeira”.

Por intermédio do Banco Nacional de Habitação (BNH), na década de 1970, a “solução” encontrada para a questão habitacional ocorreu nos termos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (SILVA, 2000). Em Dourados, houve a construção de unidades habitacionais em grande escala pelo SFH, inicialmente, com o objetivo de atender a parcela de menor poder aquisitivo. Entretanto, o que ocorreu, de fato, não só em Dourados, mas em todo o Brasil, foi que os financiamentos do BNH atenderam as necessidades habitacionais da classe média. Naquele momento, Dourados estava recebendo um grande contingente de profissionais especializados ligados à atividade agrícola, como agrônomos e veterinários, e aos setores comercial, bancário, da saúde, etc., e os novos conjuntos habitacionais foram destinados a atender a nova demanda de profissionais que acabava de chegar à cidade (CALIXTO, 2000a).

Um fator relacionado a esta situação é o fato de o SFH, dentro de sua lógica de funcionamento, estar alicerçado na autossustentação financeira, ou seja, um dos requisitos básicos para o financiamento das unidades residenciais era a comprovação de renda. Isto acabou beneficiando a demanda dos profissionais recém chegados a Dourados, que conseguiram o financiamento da casa com mais facilidade, pois podiam comprovar renda. Nota-se, assim, que os critérios utilizados para a concessão de financiamento habitacional na época excluíram uma grande parcela da população, especialmente a oriunda do campo, desprovida de meios para a comprovação de sua renda. Opondo-se ao objetivo inicial do programa, os conjuntos implantados pelo SFH, via BNH, acabaram não atendendo as necessidades de moradia da maioria da população e reforçaram as contradições sociais no interior da cidade. Conforme esclarece Silva (2000, p. 220),

As intervenções do SFH e de seu principal agente, o BNH, em Dourados, implantaram na cidade diversos conjuntos habitacionais. No entanto, apesar das necessidades mais prementes de moradias em Dourados, nesse período, se concentrou entre os estratos sociais recém expulsos do campo (constituídos de ex-pequenos produtores familiares e trabalhadores rurais desempregados), uma parcela importante dessas intervenções habitacionais federais foi dirigida não para atender as necessidades evidentes desse contingente de novos pobres urbanos, mas majoritariamente para atender a classe média emergente da cidade.

Para a parcela da população excluída dos programas financiados pelo SFH restou, em linhas gerais, duas opções: resolver o seu problema de moradia por meio do mercado imobiliário convencional ou promover a ocupação de lotes urbanos, surgindo dessa forma, a favela ou mesmo a autoconstrução. Nas palavras de Silva (*Ibid.*, p. 229),

Como resultado da exclusão dessa população dos canais regulares de acesso à moradia e da adoção por parte desses excluídos de estratégias e alternativas para a solução de seu problema habitacional, no final da década de 80 e início dos anos 90, disseminaram-se com intensidade em Dourados as favelas, sejam as situadas em lotes privados ocupados, sejam as localizadas em terra públicas (sobretudo as áreas públicas nas margens de rodovias, fundo de vales e embaixo de linhas de transmissão de energia de alta tensão).

No setor habitacional, outro agente que atuava de forma substancial em Dourados e que ganhava maior expressividade e atuação no período analisado era o setor imobiliário.

A chegada de um novo agente — o BNH — implicou na produção de unidades residenciais (o que, até então, ocorria em pequena escala, pois dependia de investimentos particulares ou da poupança pessoal). A produção em maior escala, impulsionou e dinamizou as atividades do setor (imobiliário) que se restringia a transações baseadas majoritariamente na compra e venda de lotes não edificados. (CALIXTO, 2000b, p. 220).

A partir da década de 1990, o poder público local passou a realizar intervenções na questão habitacional em Dourados, situação favorecida pela descentralização das políticas habitacionais da esfera federal frente ao colapso do SFH. Naquele momento, Dourados contava com um expressivo contingente de famílias vivendo em condições consideradas subnormais.

Em 1989, foi adotada pelo poder público a primeira medida habitacional na esfera municipal. Tratava-se do lançamento do loteamento social Vila Cachoeirinha, onde foram distribuídos 1.080 lotes com rede de água e de energia elétrica. Os lotes foram distribuídos gratuitamente e as casas foram construídas por meio do sistema de autoconstrução ou tiveram os custos para a realização das obras pagos pelos próprios moradores.

Contudo, tal loteamento não foi suficiente para satisfazer a necessidade habitacional em Dourados, levando o poder público a lançar um segundo loteamento social, a Vila São Braz. Localizado na porção sudeste da cidade, este loteamento era destinado às famílias de sem-teto que ocupavam áreas no Jardim Monte Líbano e sob a rede de alta tensão no Parque das Nações II. Foram distribuídos 282 lotes e as casas foram construídas pelos próprios beneficiados, que custearam também a aquisição dos materiais de construção, já que a Prefeitura não ofereceu auxílio neste sentido. Em 1993, o poder público lançou o Projeto Canaã, que, conforme Silva (2000, p. 242),

[...] resultou de uma promessa de campanha do candidato opositorista ao prefeito responsável pela implantação dos loteamentos sociais Vila Cachoeirinha e Vila São Braz, que, durante a campanha eleitoral para prefeito de 1992, foram alvos de críticas muito acerbas em função de inúmeras e graves mazelas presentes naqueles dois assentamentos. O candidato de oposição, afinal eleito, havia assumido o compromisso de assentar os sem-teto em loteamentos sociais situados, ao contrário da Vila cachoeirinha, em local alto e seco, além de dotados de infraestrutura urbana necessária.

O Projeto Canaã foi implantado em sete fases, sendo que o sétimo conjunto foi construído no distrito de Ithaum<sup>77</sup> e conta com 27 unidades residenciais. No total, foram construídas 1.933 unidades residenciais pelo sistema de mutirão.

Em 1999, houve a implantação do loteamento social Jardim Valderes de Oliveira, com 146 lotes distribuídos para assentar a população que vivia numa área de várzea com presença de nascente na Vila Mariana (porção sudeste da cidade). A partir de 2001<sup>78</sup>, houve uma retomada dos investimentos no setor ha-

---

77 O município de Dourados possui nove distritos: Vila Vargas, Vila São Pedro, Vila Formosa, Vila Macaúba, Indápolis, Itahum, Picadinha, Panambi e Guaçu.

78 O período que compreende os anos de 2001 a 2004 refere-se ao primeiro mandato do prefeito José Laerte Cecílio Tetila, do Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu em 2001 com um discurso de preocupação com a questão da habitação popular. No ano de 2004, o referido prefeito foi reeleito para um mandato de mais quatro anos, encerrando sua administração em 2008.

bitacional em Dourados, totalizando 2.237 unidades residenciais distribuídas em 21 conjuntos habitacionais (Quadro 1).

**Quadro 1 – Dourados (2001-2008)**  
Projetos habitacionais

<b>Moradias para famílias com renda de 0 a 02 salários mínimos</b>		
	<b>Projetos</b>	<b>Unidades residenciais</b>
<b>Programa de Erradicação de Favelas</b>	Estrela Povari	298
	Estrela Hory	94
	Estrela Verá	235
	Valderez/Mariana	92
	Brasil 500	56
	Estrela Porã I, II e III	289
	Yvatê	114
<b>Programa Cesta de Material de Construção</b>	Jardim Porto Belo	132
<b>Moradia para famílias com renda de 03 a 06 salários mínimos</b>		
<b>PAR – Programa de Arrendamento Residencial</b>	Estrela Pytã	131
	Estrela Kairós I e II	116
	Estrela Itamirim	59
	Estrela Itapiri	74
	Estrela Itajú I e II	230
	Estrela Ponte Branca	91
	Estrela Indaiá	183
<b>Programa Distritos Rurais</b>	Estrela Morotti	28
	Estrela Pyahu	18

**Fonte:** Agência Habitacional Popular (AgHab).  
**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro.

Dentre os programas implantados, vale citar o Programa de Subsídio à Habitação (PSH)<sup>79</sup>, que objetivava viabilizar o acesso à moradia para os segmentos sociais com renda familiar de até dois salários mínimos. As unidades do PSH foram construídas em quatro loteamentos sociais, conforme podemos observar no Quadro 2. Essas unidades habitacionais foram destinadas à parcela da população que vivia em condições consideradas subnormais (CASTRO, 2006).

**Quadro 2** – Dourados (2001-2008)  
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)  
Unidades habitacionais construídas

Projeto	Área (m <sup>2</sup> )	Unidades residenciais
Estrela Verá	131.265.452	235
Estrela Hory	48.752	58
Estrela Poravi, Fase I	22.400	22
Estrela Poravi, Fase II	84.409	241
<b>Total</b>	<b>131.336.604</b>	<b>556</b>

**Fonte:** Agência de Habitação de Dourados (AgHab).  
**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro.

Como podemos notar, o número de conjuntos habitacionais construídos é significativo, um total de 2.237 unidades residenciais distribuídas em 21 conjuntos habitacionais, sendo expressivos também os investimentos destinados para o setor habitacional. Contudo, uma parcela significativa da população ainda enfrenta problemas de moradia. Essa realidade se revela quando, segundo pesquisa realizada, observamos o número de áreas de ocupação “irregular<sup>80</sup>” existentes na cidade: um total de 18 áreas, conforme podemos observar no Quadro 3.

79 O PSH, criado pela Medida Provisória no 2.212, de 30 de agosto de 2001, foi regulamentado pelo Decreto no 4.156, de 11 de março de 2002, e pela Portaria Interministerial no 9, de 30 de abril de 2002, do Ministério da Fazenda e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. O Programa visava o repasse de recursos para a construção de moradia para a população considerada de menor poder aquisitivo.

80 Com base em Calixto (2008, p. 121), “[...] o termo irregular será apresentado entre aspas, uma vez que a chamada irregularidade está ligada ao aspecto jurídico, ou seja, a ocupação considerada irregular ou favela se refere à ocupação de determinada área sem título de propriedade, caracterizando uma posse ‘ilegal’ do ponto de vista jurídico. Contudo, se partirmos do pressuposto de que é uma maneira de assegurar a possibilidade de uso do espaço urbano ou de garantir o direito à cidade, a questão não pode ser reduzida ao seu caráter jurídico e, sendo assim, o termo precisa ser repensado.”

**Quadro 3 – Dourados (2007)**  
Áreas de ocupação “irregular”

<b>ÁREA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>NÚMERO DE LOTES</b>
01	Vila Erondina II/Favela Portelinha	03
02	João Paulo II	52
03	Jd. Ipiranga	14
04	Chácara 134	44
05	Pq. Das Nações II	SI
06	Jd. Clímax/Favela do Jd. Clímax	87
07	Avenida Guaicurus/Bom Jesus	17
08	Fundos Canaã IV/Jd. do Bosque	72
09	Jardim Muracami/Rua Ivinhema	37
10	Vl. Valderez de Oliveira/Vl. Mariana	60
11	Jardim Monte Líbano	238
12	Loteamento Social Porto Belo	113
13	Vl. São Braz	144
14	Jardim Canaã VI	50
15	Área Institucional Jd. Caimam	34
16	Vila Bela	63
17	Chácara Califórnia	22
18	Vila Anete	12

**Fonte:** Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SemSur).

**Org.:** Maria José Martinelli Silva Calixto.

**SI:** Sem Informação.

Parte da população de Dourados enfrenta problemas de moradia, e a ausência de uma política habitacional que contemple as reais necessidades da classe de baixa renda não só eleva o preço do aluguel como também obriga essa população a procurar formas alternativas de morar. Isso deixa claro que a satisfação da necessidade habitacional não se restringe apenas à provisão de unidades residenciais.

Podemos afirmar que se torna necessária uma política habitacional na cidade de Dourados capaz de atender as reais necessidades da população de baixa ou mesmo de nenhuma renda, que, na maioria das vezes, é excluída de projetos ou programas habitacionais por não poder apresentar comprovação de rendimentos, já que ela se encontra, por exemplo, à margem do mercado formal de trabalho. No entanto, o que se observa é que velhas fórmulas con-

tinuam sendo utilizadas na tentativa de resolver problemas que apresentam novos conteúdos.

## A VILA CACHOEIRINHA

Considerando que a Vila Cachoeirinha é a área de onde foi removida a população que passou a ocupar os conjuntos habitacionais Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê (Projeto Renascer), faremos uma breve caracterização desse loteamento, uma vez que a nova localidade, a nova forma de vida, só pode ser pensada e compreendida a partir de referenciais anteriores.

Localizado na porção sudoeste da cidade, em uma área de 56,3ha, o loteamento social Vila Cachoeirinha foi implantado em 1989, durante o primeiro mandato do ex-prefeito Antônio Braz Genelhu Mello (1989-1992). Essa iniciativa baseou-se no que dispunha a Lei Municipal nº 1.640, de 01 de outubro de 1990, primeiro instrumento legal que regulamentava as iniciativas municipais na área da habitação social e proporcionava ao poder público adquirir e doar terrenos para a construção de moradias por meio da implantação de loteamentos sociais.

Como foi visto, o loteamento Vila Cachoeirinha foi o primeiro loteamento social promovido pela iniciativa municipal a partir da descentralização da esfera federal. O loteamento resultou da junção de uma gleba pública com outra privada, que foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, com o objetivo de atender a população que vivia em outras localidades em Dourados. Nas palavras de Silva (2000, p. 236),

O referido loteamento foi parcialmente urbanizado pela Prefeitura, que providenciou a abertura do arruamento, a demarcação de 1.080 lotes e a implantação de rede de água e energia elétrica. Os lotes foram distribuídos gratuitamente entre famílias carentes que, através de certidão negativa de propriedade de imóveis, comprovassem não possuir local próprio de moradia na cidade. A maior parte das famílias selecionadas veio de diversas ocupações e favelas disseminadas nas áreas periféricas da cidade<sup>81</sup> e uma parcela menor foi constituída de trabalhadores de baixa renda que pagavam aluguel. Os beneficiados assumiram o compromisso de, dentro de um determinado prazo, erguer sua residência no lote ganho. A obra para

---

81 Foram acomodadas as famílias que moravam em situação irregular na Vila Erondina, no Jardim Água Boa, na calçada da Rua Eulália Pires, nos fundos da Coohab II, no jardim Monte Líbano e no prolongamento da Avenida Weimar G. Torres.

erguer a casa foi custeada pelos próprios moradores, que na sua maioria, utilizavam-se do sistema de autoconstrução.

No entanto, a implantação desse loteamento enfrentou impasses e contradições decorrentes de sua localização inadequada. Em primeiro lugar, o loteamento foi implantado em uma baixada comprimida pela confluência de dois cursos d'água (os córregos Água Boa e o Rego d'Água), além de diversas nascentes. Em função disso, a Vila Cachoeirinha era frequentemente inundada no período de chuvas, provocando constantes transtornos para a população que ali vivia. Em segundo lugar, a área é considerada um varjão e apresenta o lençol freático situado muito próximo à superfície, ou seja, solo pouco profundo, com 1,20m, em média, de espessura e afloramentos rochosos disseminados por toda área.

Essas condições trouxeram dificuldades para a população com relação ao destino a ser dado para o esgoto das residências. Como o lençol freático não é profundo, a construção de fossas sépticas ficou totalmente inviável, e a solução encontrada, naquele momento, foi o despejo do esgoto *in natura* em grandes valetas dispostas a céu aberto, que passavam em frente às residências até chegar ao córrego Água Boa. Assim, além das constantes inundações em períodos de chuva, a população ainda convivia com o forte odor vindo do esgoto.

Esa situação, referente ao esgoto despejado no referido córrego, persiste até hoje na Vila Cachoeirinha e nos bairros que se encontram ao longo do córrego, pois existe, nas proximidades, uma estação de tratamento de esgoto sanitário que acaba por contribuir para o forte odor existente na Vila, principalmente em dias quentes, quando a radiação solar é intensa.

Em 1995, o então governo do estado, utilizando-se de financiamento do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), iniciou a implantação da rede de captação de esgotos no bairro. Nos anos subsequentes, por meio de uma maior mobilização da comunidade local junto à Associação de Moradores, o bairro conquistou algumas melhorias urbanas, como, por exemplo, um posto de saúde, uma lavanderia comunitária, um centro desportivo e uma unidade de educação infantil, além do calçamento das principais vias com pedras irregulares, pois devido às condições inadequadas de solo e drenagem, o terreno da Vila Cachoeirinha apresenta dificuldades para a pavimentação asfáltica.

Contudo, tais medidas não foram suficientes para amenizar a situação daquela população, que ainda vivia em condições precárias, conforme esclarece Silva (2000) a seguir:

No entanto, apesar desse conjunto de melhorias tópicas, as condições de vida desse loteamento social ainda permanecem em um nível extremamente precário. As inundações no período de chuvas, sobretudo nas partes mais baixas do bairro, continuam sendo um problema persistente e não-equacionado. Mais grave, porém, é a persistência dos níveis elevados de pobreza da comunidade e a ausência de perspectiva de superação dessa situação em decorrência do reduzido nível de escolaridade e baixa especialização da sua mão-de-obra. Como decorrência desse quadro, grassa de forma crônica no bairro o desemprego, o subemprego e taxas elevadas de criminalidade. Por fim, tais mazelas contribuem poderosamente, para disseminar entre a comunidade douradense uma imagem do bairro como área perigosa, *locus* de concentração da criminalidade e marginalidade. (SILVA, 2000, p. 238-239, grifo do autor).

A área que margeia o córrego Água Boa começou a ser ocupada por famílias de sem-teto posteriormente à sua implantação. Essas famílias foram chegando pouco a pouco e ocupando as piores áreas junto ao córrego, numa extensão de aproximadamente 200m. A maioria das famílias que ocupava a área construiu barracos em madeira (Fotos 1 e 2), enquanto algumas construíram casas de alvenaria, reforçando ainda mais a situação de subnormalidade em que viviam.

**Foto 1:** Barraco construído às margens do córrego Água Boa. Em épocas de chuvas, a água do córrego transborda, entrando nos barracos (região da Vila Cachoeirinha).



**Foto:** Maria Amábili Alves de Castro (2004).

**Foto 2:** Barraco às margens do córrego Água Boa. Aos fundos do barraco, pode-se observar a mata ciliar do córrego (região da Vila Cachoeirinha).



**Foto:** Maria Amábili Alves de Castro (2004).

Assim, visando atender as 620 famílias que viviam às margens do córrego Água Boa, o poder público municipal, em parceria com o Ministério das Cidades, por meio do programa HBB, implantou o Projeto Renascer. O projeto objetivou a remoção das 409 famílias mais atingidas pelas inundações em época de chuvas para uma área nas proximidades do loteamento Parque do Lago, porção oeste da cidade, que analisaremos a seguir.

## O PROJETO RENASCER: SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS. O INDIVÍDUO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Para analisar a produção do espaço, devemos observar as diversas formas de apropriação realizadas pelo indivíduo. No entanto, para isso, precisaremos nos livrar de ideias pré-concebidas. Bourdieu (1998) ressalta a importância de procurar “abrir os olhos” para a pesquisa e colocarmos em dúvida a própria metodologia ensinada, pois, para o referido autor, o *Homo Academicus* gosta de tudo acabado, pronto.

Procurar não cair na armadilha do objecto pré-construído não é fácil, na medida em que se trata, por definição, de um objecto que me interessa, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro de cada interesse. (BOURDIEU, 1998, p. 30).

Instaurar a “evolução” do olhar, vivenciar a realidade do outro, tentar, de alguma maneira, nos colocar na situação do outro são formas que contribuem para a análise da realidade em sua essência. Ademais, o autor conclui que o poder simbólico é um poder de construção da realidade, estando em todo lugar: “[...] o poder simbólico é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1998, p. 7-8).

As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência por meio da qual apreendemos quem ou o que somos na sociedade. Bourdieu (apud HAVEY, 1989, p. 198) declara que é através da “relação dialética entre o corpo e uma organização estruturada do espaço e do tempo que as práticas e representações comuns são determinadas”. A declaração do autor realça também que o poder passa pelos símbolos, não necessariamente se materializando no plano físico, mas nas relações estabelecidas entre os indivíduos em torno de algo. Quando se trata de indivíduos, deve-se deixar aflorar aquilo que eles mais escondem até mesmo por medo de se expor.

Assim, toda leitura que fazemos é sempre uma representação do real, pois os indivíduos compõem a sociedade, não existindo indivíduo e sociedade separadamente. Nota-se o *habitus* como produção social, como o agir social, apresentado enquanto um princípio gerador de práticas. Neste contexto, também há o enfoque de Martins (1997) sobre a importância de estarmos conscientes da fluidez de contato com o campo de pesquisa. Devemos tentar enxergar o (in)visível das relações sociais. Devemos buscar a subjetividade humana. A cultura, as simbologias, as crenças e a história de um povo são fatores de extrema relevância para uma pesquisa. Trata-se do olhar para aquilo que não se vê, para as informações mais valiosas que se pode tirar de uma análise com o objetivo de chegar ao núcleo das ações.

Dentre as contribuições de Bourdieu (1998), destacamos a importância das análises das representações sociais e do *habitus* de cada indivíduo e sua relação com a sociedade, reforçando a possibilidade de entendimento das práticas/percepções/apreciação/representações, sendo isso um condicionante que cada indivíduo possui dentro da sociedade em sua condição humana.

A tomada de posição pelo agente está associada ao estado do campo, ou seja, tanto os efeitos prováveis das propriedades relacionadas ao agente

quanto as posições constitutivas do habitus dependem do estado de campo de produção [...]. (BOURDIEU, 2002, p. 102).

O autor diz ainda que tal tomada de posição

[...] está relacionada a diferentes elementos que determinam à trajetória do agente. As práticas dos agentes são o produto do encontro de duas histórias, a da produção da posição ocupada e a da produção das disposições de seus ocupantes. (BOURDIEU, 2002, p. 289).

A contribuição desses autores reforça que devemos estar atentos ao que se passa na realidade para não reproduzirmos aquilo que julgamos ser o correto, mas vemos o (in)visível nas relações entre os indivíduos.

Lefebvre (apud GOTTDIENER, 1993) aponta para a necessidade de superação dialética do pensamento funcionalista nas análises marxista e de transformar seus conceitos pela introdução de uma dimensão espacial. O espaço, para o autor, possui duas dimensões: ele é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e, ao mesmo tempo, uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é, portando, o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação.

Em vez de reduzir o espaço a mero meio de produção, Lefebvre considera-o uma das forças de produção. É, em parte, por meio do espaço que a sociedade se reproduz, ou seja, ele é parte essencial desse processo, “[...] não é apenas parte das forças e meios de produção, constitui também um produto dessas mesmas relações” (LEFEBVRE, 1999, p. 129). Segundo Gottdiener (1993, p. 147), para Lefebvre,

[...] o capitalismo como totalidade é um projeto histórico inacabado. Como modo de produção, mudou-se e alterou-se desde a época de Marx, a fim de sobreviver. Lefebvre concebe a sobrevivência do capitalismo como uma consequência de sua capacidade de recriar todas as relações sociais necessárias para o modo de produção numa base contínua [...], ocupando um espaço, produzindo um espaço.

Lefebvre (1999) afirma que a essência do espaço é a vida cotidiana. Devemos resgatar a vida cotidiana da dominação pelo espaço abstrato por meio da introdução da análise da práxis socioespacial. Para ele, os usuários do espaço urbano são usuários da vida cotidiana, pois é no plano do cotidiano que está a essência da vida, calcada nos diferentes usos do espaço por intermédio da prática social, revelada enquanto processo de apropriação.

Para o habitante, a identificação com o lugar se faz através de atos corriqueiros, considerados, muitas vezes, banais, como, por exemplo, a relação de

vizinhança, com o trabalho, a escola, a igreja, etc. Até mesmo o simples ato de deslocar-se de um lugar ao outro faz com que laços sejam estabelecidos com o lugar. As diversas formas de apropriação dos lugares na cidade vão tecendo a teia das tramas sociais, revelando o espaço-tempo da vida. Conforme esclarece Carlos (2004, p. 51), trata-se de “[...] uma prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas criando laços profundos de identidade entre habitante-habitante, e habitante-lugar.”

O uso do espaço pressupõe atos realizados por intermédio do corpo e de seus sentidos, que é o indivíduo construindo os lugares. A partir da prática social, esse indivíduo habita um espaço e apropria-se dele e de seus diferentes modos de usos, criando, assim, a identidade do habitante com o lugar.

## O PROJETO RENASCER

O Projeto Renascer foi idealizado para atender 620 famílias residentes numa área alagadiça (fundo de vale) às margens do córrego Água Boa. O córrego Água Boa corta os bairros Jardim Olinda, Parque do Lago I, Jardim Clímax, Nossa Senhora Aparecida, Cohab II e Mutirão da Moradia e encontra-se com o córrego Rego d'água nas proximidades da Vila Cachoeirinha e BNH IV Plano. A partir deste ponto, ele cruza a BR 463, seguindo para o bairro Campo Dourado, seu último endereço na zona urbana, e logo após atravessa a BR 163, chegando à zona rural. Passando por chácaras e fazendas, o córrego Água Boa chega até as proximidades do Distrito Industrial de Dourados e segue por outras fazendas e chácaras até desaguar no Rio Dourados.

O Água Boa é o maior córrego do município de Dourados, tanto em volume d'água como em extensão, e seus problemas mais críticos eram o despejo de esgoto doméstico *in natura* vindo das residências próximas a ele (Foto 3), o despejo de lixo (Foto 4) e a ocupação de suas margens pela população que vivenciava o problema da moradia. Vale destacar que o trecho do referido córrego que passa ao fundo dos bairros BNH IV Plano e Vila Cachoeirinha era o que apresentava maior densidade de ocupação populacional<sup>82</sup>.

---

82 Em alguns casos, o cano que saía diretamente do banheiro das residências próximas ao córrego despejava esgoto *in natura* diretamente no manancial hídrico.

**Foto 3:** Residência próxima às margens do córrego Água Boa. No detalhe, cano que sai do banheiro da residência próxima ao córrego, despejando esgoto *in natura* diretamente no manancial hídrico.



**Foto:** Vladimir Andrei Tarasisk (2005).

**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro.

Conforme apontado, a implantação da Vila Cachoeirinha (porção sul da cidade) em 1989 trouxe adversidades, sendo a maior delas a sua localização inadequada. O loteamento foi implantado em uma baixada comprimida pela confluência de dois cursos d'água, os córregos Água Boa e o Rego D'Água, sendo frequentemente inundado por chuvas, o que causava transtornos para a população que ali vivia. Na maioria dos casos, a água chegava a atingir as residências.

**Foto 4:** Lixo depositado no córrego Água Boa pela população das adjacências.



Foto: Maria Amábili Alves de Castro (2005).

Essa área ao longo do córrego Água Boa é considerada insalubre, imprópria para moradia devido ao risco de contaminação por doenças e à falta de saneamento básico, assim como à poluição do córrego pelo esgoto e pela própria quantidade de lixo doméstico lançado pela população das adjacências. Como não havia sistema de canalização para escoamento da água suja que saía das residências, a população criou um sistema de valetas que passava por entre as residências até chegar ao córrego.

Quando a distribuição dos lotes da Vila Cachoeirinha foi feita no mandato do ex-prefeito Antônio Braz Genelhu Mello (1989-1992), não havia a preocupação de garantir uma localidade adequada para aquela população. O então prefeito, ao tentar “resolver” o problema de moradia, acabou criando um transtorno ainda maior, pois, praticamente, “jogou” aquela população numa área imprópria para habitar, embora houvesse, em Dourados, locais mais propícios para a habitação. A Vila Cachoeirinha acabou, por fim, tornando-se um problema para as futuras administrações municipais.

Após alguns anos de implantação, a área que margeia o córrego Água Boa começou a ser ocupada. Sem recursos financeiros, excluída dos programas habitacionais e do mercado imobiliário e sem alternativa para solucionar o problema de moradia, aquela população se viu obrigada a ocupar a área, já que, conforme analisa Rodrigues (2001, p. 11),

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar é uma das necessidades básicas do indivíduo. Historicamente mudaram as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar um espaço.

Para o poder público, a população que habitava as margens do córrego Água Boa vivia em condições consideradas subnormais. As inundações causadas pelas chuvas, a ausência de perspectiva de superação daquela situação, o desemprego, o subemprego e a criminalidade foram e ainda são, em parte, problemas que atingem aquela população, que luta pela sobrevivência, sonha com uma moradia digna ou com a casa própria.

Em sociedades mercantilizadas como a nossa, a casa é uma mercadoria a ser apropriada e, para os pobres, significa uma acumulação simbólica, num mundo em que a acumulação material é interdita para a maioria da população. (PELUSO, 1997, p. 236).

Para tornar a área ocupada habitável, o poder público despenderia muitos recursos e, mesmo assim, a área continuaria a apresentar problemas por ter sido,

no passado, um lixão<sup>83</sup>. A então administração municipal<sup>84</sup> avaliou que seria mais viável para o poder público a remoção de parte daquela população para outra área, principalmente a que se encontrava em situação crítica.

Após a remoção das 409 famílias para os conjuntos Estrela Porã I, II e III e o Estrela Yvatê, nas proximidades do loteamento Parque do Lago, em uma segunda etapa, o Projeto Renascer, a fim de melhorar as condições de moradia das 220 famílias que permaneceram nas proximidades do córrego Água Boa, realizou a pavimentação asfáltica da área, a drenagem das margens do córrego e a recuperação ambiental do local com o objetivo de controlar as inundações provocadas pela água da chuva proveniente de lugares mais altos.

Na área da qual foram removidas as famílias, foi construída a Via Parque, pavimentação asfáltica com dois quilômetros e meio de extensão que liga todos os bairros ao longo do córrego Água Boa, com ciclovia lateral, ponte para veículos e passarela para pedestres onde, anteriormente, existia apenas uma “pinguela<sup>85</sup>”. Algumas casas sem estrutura adequada foram substituídas por novas construções<sup>86</sup>. A mata ciliar do córrego Água Boa foi recuperada e toda a extensão do referido córrego foi cercada com o objetivo de evitar novas ocupações, deixando a área com aspecto “novo”, até mesmo irreconhecível para quem viu surgir aquele lugar (Fotos 5, 6 e 7).

---

83 Publicou-se, no jornal eletrônico Dourados News de 21 de fevereiro de 2009, uma matéria com o título “Lixão da Vila Cachoeirinha continua ativo”, denunciando que “[...] após vinte anos depois do ex-prefeito Braz Melo ter criado a Vila Cachoeirinha, ainda é possível constatar que o famoso lixão que predominava naquela região sobrevive bravamente.”

84 Mandato do prefeito José Laerte Cecílio Tetila (2001-2008), do Partido dos Trabalhadores (PT).

85 Expressão popular para denominar uma pequena ponte construída de forma precária.

86 Aproximadamente, 17 casas foram substituídas na área da Vila Cachoeirinha.

**Foto 5:** Vila Cachoeirinha antes: valetas para escoamento das águas servidas de precárias pontes.



**Foto:** Rosemar P. Bicudo e Edson Matias (1994).

**Foto 6:** Vila Cachoeirinha depois: no detalhe, casa construída pelo poder público.



**Foto:** Maria Amábili Alves de Castro (2009).

**Foto 7:** Vila Cachoeirinha depois: Via Parque que interliga os bairros da área, construída após a demolição das casas e barracos. No detalhe, cerca ao longo do córrego Água Boa.



**Foto:** Maria Amábili Alves de Castro (2009).

Em entrevista concedida em agosto de 2008, o então secretário de Serviços Urbanos, Jorge Hamilton Torraca, esclareceu que

O grande transtorno da região da Vila Cachoeirinha é os problemas de alagamento e a questão ambiental, pois a área onde se encontravam as famílias é uma área inabitável, em estado precário, sem esgoto, brejo e animais peçonhentos oriundos da mata ao longo do córrego. Foi quando fizemos o Projeto Renascer para melhorar as condições de vida daquelas famílias. Quando o projeto foi aprovado e o chegou à verba federal, imediatamente começamos os trabalhos de remoção e reurbanização da região da Vila Cachoeirinha.

Torraca afirmou que havia um projeto paralelo ao Projeto Renascer destinado à regularização fundiária da Vila Cachoeirinha: “Foi feito um projeto para a regularização de 240 casas que foram doadas pelo ex-prefeito Braz Melo. A maioria dessas famílias não possui documentos dos imóveis que foram doados na época”, salientou.

Além do projeto de regularização fundiária, o poder público municipal também desenvolveu um trabalho de inclusão social com as famílias que foram removidas, construindo, na área receptora, um complexo com uma escola, um posto de saúde, um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e um Centro Educacional Infantil (CEIM). Fortemente trabalhada pelo poder pú-

blico no momento da implantação do Projeto Renascer, a questão da inclusão social ganhou as páginas da imprensa local. A administração viu, na remoção, uma vitória conquistada após muitos anos de espera. Para o então prefeito<sup>87</sup>: “Um ano depois, ver que estas famílias estão bem é uma vitória para nós”. Construir as casas e a infraestrutura citadas acima e oferecer cursos de capacitação para a população, como, por exemplo, curso de padeiro, confeitiro, manicura, pedicura e costura, era dar às famílias atendidas um “tratamento humanizado” e realizar, de fato, a inclusão social, conforme declarou o então prefeito José Laerte C. Tetila.

Os desdobramentos da implantação de um projeto dessa dimensão instigou-nos a acompanhar o processo de (re)produção das relações socioespaciais após a remoção das famílias para os novos conjuntos habitacionais construídos. Por meio de uma leitura da trajetória dos indivíduos envolvidos nesse processo, tentaremos apreender as formas de reprodução da vida cotidiana.

## O PROCESSO DE (RE)PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL NOS CONJUNTOS ESTRELA PORÃ I, II E III E ESTRELA YVATÊ

O procedimento adotado pelo poder público para a remoção das famílias deu-se por intermédio de um levantamento feito por uma equipe técnica, composta por profissionais de diversas áreas, como arquitetos, geógrafos, sociólogos, assistentes sociais, etc., que trabalharam na elaboração do projeto. Primeiramente, foi realizada a delimitação da área a ser atendida ao longo do córrego Água Boa. Ficou estabelecido que o projeto atenderia, prioritariamente, a população mais atingida pelas inundações, pois, em dias de chuva, a água do córrego transbordava, atingindo várias moradias. A prefeitura fez o cadastro de cada família a ser removida, chegando a um total de 409 famílias.

Para o então Secretário de Serviços Urbanos<sup>88</sup>, Jorge Hamilton Torraca, um projeto dessa envergadura, no momento de sua implantação, “cria focos de resistência”, conforme foi observado em alguns casos. Segundo Torraca, foram realizados

---

87 Reportagem veiculada pelo jornal eletrônico Dourados News em 23 de janeiro de 2006 (ver Bibliografia).

88 Reportagem publicada pelo jornal eletrônico Dourados News em 2 de junho de 2005 (ver Bibliografia).

[...] treinamentos, reuniões, vários cursos na época para mostrar a eles que estavam mudando para um local com casa boa e que tinham que manter o bem para a família e que ali eles tinham condições de crescer, fazer cursos, podendo conseguir um emprego.

Os conjuntos habitacionais construídos nas proximidades do Parque do Lago II (porção oeste), denominados Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê, encontram-se em uma região alta da cidade, na parte oposta ao córrego Água Boa. A área onde se localizam os conjuntos Estrela Porã I, II e III foi, em parte, adquirida pelo poder público — 13 hectares de um total de 20 — e nela existia, anteriormente, um loteamento irregular chamado Parque do Bosque<sup>89</sup>. Alguns lotes haviam sido vendidos e, no local, já existiam algumas famílias morando, que lá permaneceram mediante acordo com a Prefeitura referente à manutenção das medidas dos terrenos comprados (10x30m). O poder público comprou a área para a implantação do loteamento social e os lotes do conjunto Estrela Porã ficaram com dimensões menores (10x20m).

Mesmo antes das famílias contempladas pelo Projeto receberem as casas, o conjunto Estrela Porã foi ocupado por 23 famílias que, aos poucos, se instalaram no referido conjunto. Segundo matéria veiculada na imprensa local<sup>90</sup>, o motivo da ocupação, de acordo com alegações das famílias, foi o não cumprimento das promessas feitas pelo poder público e a falta de diálogo entre este e as famílias. Elas estavam na fila de espera por moradias de programas sociais vinculados ao poder público, e a demora para se conseguir a casa, aliada a necessidade de morar, foi o que motivou a ocupação.

Em entrevista, uma das ocupantes, Rosângela Vilhalva Castro, mãe de três filhos, disse que morava nos fundos da casa de seu pai, na Vila Mariana, e dividia um quarto com mais oito pessoas. “Eu estava dormindo no chão”, afirmou ela. A ocupação foi seguida por várias manifestações realizadas pelas famílias, que utilizavam o *slogan* “Queremos Moradia” como forma de resistência mediante a tentativa de despejo empreendida pelo poder público.

Os ocupantes do conjunto Estrela Porã eram pessoas oriundas de várias partes da cidade, que nunca possuíram residência própria, ou seja, eram obrigadas a pagar aluguel, o que se tornou impossível devido aos altos preços pratica-

---

89 A área adquirida pelo poder público, mediante contrato de compra e venda, pertencia a Arides Rigotti (Estância Rigotti) e custou ao cofre público o equivalente a R\$195.000,00.

90 Reportagem publicada pelo jornal eletrônico Dourados News em 2 de junho de 2005 (ver Bibliografia).

dos pelo mercado. Percebemos, claramente, a transformação do sonho da casa própria em objeto político.

A casa própria para a população de baixa renda, continuamente negada, configurou-se, então, num controvertido objeto político, sujeito a programas públicos dos mais variados tipos. Desde as vilas Operárias, passando pelas Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, pela Fundação da Casa Popular até o extinto BNH, os resultados foram sempre muito aquém das necessidades e expectativas. (PELUSO, 1997, p. 237).

Um aspecto peculiar da ocupação do conjunto Estrela Porã foi o fato de haver, entre os ocupantes, algumas famílias oriundas da área de remoção que tiveram seus imóveis demolidos no antigo local de moradia, na Vila Aparecida. Elas alegavam que, com a transferência, passaram a morar “amontoadas” numa residência de apenas 32m<sup>2</sup>. Segundo relatos coletados em entrevista, essas famílias moravam, antes, num mesmo terreno (pais e filhos casados) e, na distribuição das casas, apenas o titular acabou sendo beneficiado. A saída encontrada foi “espalhar” as famílias pelas casas do conjunto mesmo de forma irregular e não respeitando o cadastro. A ocupação aconteceu no dia 03 de junho de 2005 e os ocupantes foram notificados pela Guarda Municipal.

As famílias foram despejadas no dia 14 de junho de 2005 e cobraram, do poder público, assistência para sua sobrevivência. Segundo informações dos ocupantes, a prefeitura prometeu às famílias despejadas a distribuição de lonas para improvisar a moradia, mas as lonas doadas para algumas famílias já haviam se deteriorado. Na época, em entrevista ao jornal Dourados News, publicada em 2 de junho de 2005, o Secretário de Habitação e Serviços Urbanos, Jorge Hamilton Torraca, afirmou que a prefeitura não disponibilizou nada para atender as famílias despejadas: “Não temos que oferecer nada; elas têm que voltar para o mesmo lugar de origem”. Torraca esclareceu que a única coisa que poderia ser feito era cadastrar as famílias numa lista de espera para uma possível retomada de casas que, eventualmente, não fossem ocupadas no conjunto Estrela Porã.

A ocupação, para essas famílias, aponta um caminho na luta pela moradia, uma vez que a casa representa o meio necessário para a reprodução da vida. Não se pode viver sem ocupar um espaço.

Morar não é fracionável. Não se pode morar um dia e no outro não morar. Morar uma semana e na outra não morar, no limite da necessidade, é possível — malgrado as consequências funestas — almoçar um dia e no outro não, almoçar e não jantar, “pedir um prato de comida” na porta da casa de alguém, uma roupa velha, um pedaço de pão, a fome é incorporada a algu-

mas estratégias de sobrevivência. Não é possível pedir um pedaço “de casa” para morar, um banheiro para se tomar banho, um tanque para lavar a roupa, uma cama para dormir um pouco, exceto, é claro, se se tratar de relações pessoais (parentesco e amizade), de aluguel de quartos, de lavanderias, etc. e, é claro, pagando-se por este uso. (RODRIGUES, 2001, p. 14).

À medida que o indivíduo não consegue se reproduzir dentro da lógica do mercado, alugando uma casa ou sendo possuidor dela, formas alternativas de ocupação surgem. A própria situação de pobreza torna o indivíduo prisioneiro das ações e intervenções impetradas pelo poder público para a solução de problemas habitacionais. Kowarick (1979) pontua que todo indivíduo que não pode pagar pelo “jogo especulativo do mercado imobiliário” e está à mercê dos programas habitacionais torna-se favelado, pois o favelado, ao ocupar/invasor uma área que não lhe pertence, insere-se numa situação de ilegalidade, reforçando ainda mais a situação de exclusão social.

Ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade, e sobre ele desaba o império draconiano dos direitos fundamentais da sociedade, centrados na propriedade privada, cuja contrapartida necessária é a anulação de suas prerrogativas enquanto morador. (KOWARICK, 1979, p. 91).

Fica evidente que, ao despejar as famílias sem oferecer uma solução para o problema de moradia, o próprio poder público contribui para a disseminação de ocupações consideradas irregulares. Esta contradição é reforçada quando observamos que o conjunto ocupado fazia parte do programa de desfavelamento do município.

Com a chegada das primeiras 50 famílias ao conjunto Estrela Porã III, o processo de reprodução socioespacial do novo local de moradia começou a se delinear. A remoção aconteceu no dia 18 de janeiro de 2005 e, gradativamente, mais famílias foram chegando ao novo conjunto no decorrer de todo o ano de 2005. O poder público ficou responsável pela mudança de cada família e, por isso, a Prefeitura disponibilizou, segundo relatos dos moradores, um caminhão para o transporte dos pertences das famílias.

A área receptora, inicialmente, não conseguiu atender às necessidades dessa população. Muitas crianças não conseguiram vagas nas escolas das proximidades, precisando se deslocar, todos os dias, até a escola na qual estudavam anteriormente, na Vila Cachoeirinha. Segundo depoimentos, na época, existia um ônibus que levava as crianças à escola, porém, em dias chuvosos, o ônibus não passava, causando transtornos. Outro aspecto observado é que a população foi

removida da Vila Cachoeirinha sem que a infraestrutura total do conjunto Estrela Porã estivesse concluída, por isso faltavam escola, posto de saúde e outros equipamentos que constavam no projeto.

A ausência de posto de saúde também trouxe muitos problemas para a população recém-chegada. Em pesquisa de campo, nos deparamos com a situação angustiante de uma mãe, a senhora A<sup>91</sup>, que buscou atendimento médico para sua filha doente no posto de saúde do Jardim Flórida, bairro próximo ao Estrela Porã, e recebeu a informação de que a menina não poderia ser atendida porque era originária de outro bairro, devendo buscar atendimento no bairro de origem. A senhora A teve que se deslocar até o posto da Vila Cachoeirinha, onde foi informada que deveria buscar atendimento no bairro onde residia na época e, conseqüentemente, não poderia ser atendida naquela unidade. Diante de tal situação, a mãe precisou buscar atendimento no posto de Pronto Atendimento Médico (PAM), localizado na Vila Industrial, na porção leste da cidade. A senhora A teve de percorrer uma longa distância com sua filha doente em busca de atendimento, correndo ainda o risco de não consegui-lo.

O processo de remoção, a princípio, transcorreu da forma esperada pelo poder público. Respeitou-se, por exemplo, a vontade de algumas famílias no que dizia respeito à escolha da casa e à proximidade entre as famílias que conviviam anteriormente. No entanto, com a redução dos prazos para a finalização da remoção, a possibilidade de escolha deixou de existir. Muitas mudanças foram feitas às pressas, sem que a família soubesse qual dia e hora iria se mudar. A escolha da casa também não pôde ser feita, o que trouxe problemas em relação à vizinhança, pois as famílias que moravam próximas não estavam mais juntas. Sobre sua mudança, a senhora B relatou o ocorrido com sua família:

Quando nós viemos pra cá eu não tive tempo de preparar nada. Encostou um caminhão na frente de casa e disseram: “Hoje vocês vão”. E eu disse: “Mas como gente! Dá um tempo pra gente! Eu tô sozinha em casa!” E eles responderam: “Não, nós trouxe gente pra ajudar!”. Foi aquela correria. Foi tudo muito rápido. Eu vim pra cá eu não sabia nem onde era minha casa. Eu lembro que meu filho estava trabalhando e não deu tempo nem de avisar que estávamos mudando. Ele chegou lá e perguntou: “Cadê a mãe?” E falaram pra ele: “Sua mãe mudou!”. Mas como ele sabia que agente ia mudar pra cá, ele começou a rodar aqui procurando onde agente tava. Chegou aqui

---

91 As entrevistas realizadas nos conjuntos Estrela Porã I, II e III, nos meses de agosto e setembro de 2008, tiveram caráter qualitativo e quantitativo e as pessoas entrevistadas serão representadas, neste texto, por letras, respeitando o anonimato.

e ficou perdido. Aí uma vizinha falou: “Olha, chegou uma mudança lá perto daquela mata. Deve ser tua mãe!”. Aí ele achou. [sic].

No relato acima, a racionalidade imposta pelo poder público e a ação de intervenção legitimada pela técnica e pelo planejamento penetram no cotidiano dos indivíduos, limitando as possibilidades de escolha, levando-nos a analisar as escalas de tempo dentro do urbano, pois, para o poder público enquanto agente produtor do espaço, o tempo precisa transcorrer rápido, opondo-se ao tempo de realização da vida, um tempo lento que, para o indivíduo no processo de apropriação espacial, no plano das realizações cotidianas, precisa ser experienciado de forma que não cause uma sensação de estranhamento. A imposição dessa situação pelo poder público constrange e coage o indivíduo, que, na ausência de alternativas, se submete a tais condições. Esta questão fica clara no depoimento do senhor C: “É como se invadissem sua vida e ficar dizendo o que você tem que fazer. Você não tem o direito de fazer o que quer!” [sic].

Os novos conjuntos construídos tornaram-se, para essas famílias, uma imposição, uma vez que o novo lugar não possui os mesmos sentidos e significados que a localidade anterior possuía. Tem-se, assim, a destruição dos referenciais de vida na cidade, limitando os seus usos, uma vez que a cidade, vista como obra humana, carrega a acumulação de tempo no espaço, isto é, as relações sociais se concretizam na forma de relações espaciais, modo pelo qual se realiza a vida na cidade, engendrada nas formas de apropriação socioespacial e, conseqüentemente, de uso do espaço.

Houve muita resistência à remoção por parte de algumas famílias, principalmente no que diz respeito ao apego ao lugar e às casas. Por mais dificultoso que fosse viver naquelas condições, para alguns, o lugar tinha um valor inestimável, pois foi conquistado com muito sacrifício. Era ali que, mesmo na precariedade, todas as relações se davam: relações com a vizinhança, com a escola, com a igreja, etc. Era naquele lugar que as relações cotidianas se concretizavam, se manifestavam.

Lá só era ruim por causa da enchente, porque quando chovia entrava água em casa, mas do contrário se não fosse isso lá era melhor, porque lá era mais perto do posto, mais perto do centro. Minha casa lá era três peças, não era melhor do que essa que tenho hoje, mas o lugar era bom. Lá era nosso! Lá quando chovia entrava água. A chuva parava, a água escorria, lavava a casa e pronto, estava tudo bem de novo. (Senhora D).

Portanto, ocorre a perda dos referenciais de vida na cidade; perde-se a noção de “reprodução social do espaço”, o que contribui para a crise de valores

sociais e dos referenciais de vida. O espaço urbano é produto das relações sociais determinadas pelo tempo no modo de apropriação do espaço. Na análise geográfica, “[...] o tempo se revela no modo de apropriação do espaço, enquanto uso do espaço, enquanto condição de realização da vida humana” (CARLOS, 2004, p. 79). O lugar é carregado de sentido e significado, é onde as pessoas se identificam com sua própria existência. Lemos (2001, p. 435) afirma:

No lugar habitam os homens todos juntos, vivendo, unindo-se emocionando-se. No lugar se identificam os conflitos e as alianças que lhe dão vitalidade, é onde os homens exercitam sua condição de cidadãos. O mundo se objetiviza, os torna objeto; no lugar é onde os homens se humanizam. Nos lugares, o espaço e tempo constroem e reconstroem incessantemente a habitabilidade dos seres humanos.

A remoção desestruturou as relações sociais e a apropriação do espaço vivido, pois a identificação com o lugar superava as dificuldades cotidianas. Para Carlos (2004, p. 47),

A vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade, e nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. Assim o lugar se liga de modo inexorável à realização da vida enquanto condição e produto de relações reais. Mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada.

Com o processo de remoção, uma nova ordem se impõe no espaço, novos valores, novos comportamentos que, muitas vezes, não se identificam com a realidade antes vivida, causando a sensação de estranhamento entre o lugar e o indivíduo.

É assim que o uso ganha significação especial, produzindo a identidade do cidadão com o lugar pela realização das relações sociais e, nesta condição, liga-se a produção da memória que se constitui como produto de um processo de identificação real — uma identidade que se refere ao lugar da ação (do uso) que permeia a vida a faz com que ela se realize. (CARLOS, 2004, p. 86).

O senhor C compara a remoção das famílias da Vila Cachoeirinha a um massacre.

O prefeito usou a estratégia de Herodes, mandaram massacrar todos os pobres e mandou o leão pegar. O pessoal aqui, os demais donos dessas

casas aqui, também estão igual a eu [referindo-se ao seu descontentamento com a remoção]. As outras pessoas falam: “Mas vocês estão no seco!”. Mas cadê nossa dignidade? Lá, da porta de casa nós já saía trabalhando, tudo era perto, farmácia, mercado... E aqui? Aqui nós estamos num beco sem saída!” [sic].

O “beco sem saída” ao qual se refere o senhor Fernando é a localidade onde se situam os conjuntos Estrela Porã I, II e III, que, até o presente momento, encontra-se isolada da Vila Cachoeirinha. Para se chegar ao lugar de origem, é necessário dar uma grande volta, o que acaba tornando o trajeto longo, pois a leste, o córrego Água Boa e uma área de propriedade particular, denominada Fazenda Alvorada, “impedem” a passagem.

O vínculo com a localidade anterior produziu formas alternativas para solucionar o problema da distância e do tempo gasto para se chegar ao outro lado. Entre o conjunto Estrela Porã e a Fazenda Alvorada, existe uma cerca divisória que delimita as áreas. Como solução imediata para o problema de deslocamento, parte da cerca divisória da propriedade particular foi desfeita e uma “estrada” foi construída em meio à plantação de soja da propriedade para dar acesso ao antigo local de moradia daquelas famílias. É possível observar, diariamente, idas e vindas de moradores do Estrela Porã por esse trajeto improvisado, pois, mesmo com a remoção, os laços com o antigo local de moradia não foram desfeitos. O trabalho, os amigos, os familiares, a escola, a igreja, ou seja, o “outro lado” ainda é vivenciado fortemente no cotidiano de cada família (Fotos 8 e 9).

**Foto 8:** Estrada construída em meio à plantação de soja da Fazenda Alvorada para dar acesso à Vila Cachoeirinha, local de origem das famílias.



Foto: Maria Amábili Alves de Castro (2008).

**Foto 9:** Portão e caminho que dão acesso ao córrego Água Boa. Entrada pela Via Parque, que liga a Vila Cachoeirinha ao conjunto Estrela Porã.



Foto: Maria Amábili Alves de Castro (2008).

O deslocamento diário entre as duas localidades faz parte de um processo de reprodução das condições de existência dessas famílias, uma vez que as formas de pertencimento, por intermédio da apropriação socioespacial da nova localidade, ainda estão em construção. Podemos observar essa relação no caso da senhora E, que, para trabalhar, percorre a pé, diariamente, o trajeto entre o conjunto e a antiga localidade. Ela é costureira e diz que aproveita as idas para o local de trabalho para rever os amigos.

Através de práticas socioespaciais cotidianas pautadas nas trajetórias individuais, as articulações no espaço se conectam formando a coletividade. Esses são os pontos que condensam as tramas sociais que se materializam.

[...] as práticas urbanas deixam suas marcas no espaço e estas se objetivam, ganham forma e constroem referenciais que permitem entrecruzamentos com histórias, outros percursos, outros eventos que pontilham a história urbana. (TELLES, 2006, p. 70).

Algumas famílias que foram removidas não se adaptaram à nova localidade e acabaram retornando ao bairro de origem sob a alegação de não ter se identificado com o novo local de moradia. A relação de pertencimento/estranhamento com o novo lugar é fortemente apreendida no caso da senhora F, que saiu do conjunto Estrela Yvatê e retornou para a Vila Aparecida, seu bairro de origem. Para ela, a nova casa não foi suficiente para fazê-la permanecer no novo conjunto. A identificação e a sensação de pertencimento com o lugar

anterior fizeram com que ela colocasse um “fim” nos deslocamentos diários e retornasse.

Eu saí de lá por causa da saúde de minha filha. Ela está doente e eu tenho que ajudar ela. Então pra eu ficar indo e vindo de lá pra cá é muito difícil, é muito longe. Antes não, a gente morava perto um do outro. Meus filhos ficaram aqui. Eu dependo de ônibus pra vir, então fica muito difícil. Essa casa que eu to morando aqui é do meu filho. Lá é meu ainda, deixei um sobrinho cuidando de lá pra mim. Mas tá tudo certinho. Eu fui na habitação [Secretaria de Habitação] e falei que eu vinha e eles me deram um contrato autorizando. Eu fui obrigada a sair dali. Meu marido morreu falando que a casa estava caindo que não queria sair dali. Meu marido faleceu no dia da remoção. Ele fez uma cirurgia no pulmão. O estado de saúde dele não era bom e ele falava: “A nossa casa ta caindo, amor!” Eu dizia: “Não está caindo não, meu amor!” Ele estava delirando. Eu não sei se ele morreu da cirurgia ou de tristeza de saber que a casa estava sendo destruída. Acho que juntou a tristeza por estarem tirando nós dali. [sic] (Senhora F).

Durante a entrevista, emocionada, senhora F chorou ao se lembrar de tudo. A depoente morou por 22 anos na Vila Aparecida, onde criou os filhos. Foi ali que o sonho de ter uma casa se realizou.

Nas trajetórias de vida relatadas pelos entrevistados, observamos o processo de reconstrução socioespacial nos novos conjuntos, marcado pela tentativa de se recriar o ambiente antes vivido. Em várias casas do conjunto Estrela Porã III, mesmo diante de algumas limitações, como, por exemplo, o tamanho reduzido dos lotes, a criação de animais, como galinhas, vacas, bezerros, cavalos, e a plantação de hortaliças e árvores frutíferas se faz presente. Percebe-se uma forte presença de costumes rurais, caracterizados, muitas vezes, não apenas como vivência, mas também como forma de subsistência para as famílias (Foto 10 e 11).

**Foto 10:** Observa-se galinhas e patos, bem como bananeiras ao redor do quintal.



Foto: Maria Amábili Alves de Castro (2008).

**Foto 11:** Na foto, observa-se uma plantação de abacaxis.



Foto: Maria Amábili Alves de Castro (2009).

As contradições no processo de reprodução socioespacial da nova localidade se expressam na fala do senhor C, que construiu outra casa ao lado da casa recebida. Em sua fala, é possível notar a não identificação com a nova localidade, pois, para ele, a identificação com o lugar e com a casa só teria sentido se sua participação na construção tivesse ocorrido. Para ele, construir sua própria casa significa ver nas paredes erguidas a conquista de algo pelo seu próprio esforço, ao passo que ganhar a casa do poder público caracteriza-se como uma ofensa à sua dignidade. O orgulho em ter construído a casa em que morava anteriormente se faz presente quando ele se refere à “segurança” que a nova casa oferece: “Qualquer um entra na casa que a Prefeitura deu. É fácil de arrombar a casa. A casa que eu construí lá [referindo-se à moradia anterior] era muito mais segura que esta.” O senhor C refere-se à qualidade do material utilizado na construção das casas.

A construção de mais uma casa só foi possível, para o senhor C, pelo fato de seu lote ser vizinho à área de preservação ambiental. Assim, ele se apropriou de uma parte da mata para a construção da outra casa. O senhor C sobrevivia de catar papelão e, onde morava anteriormente, na Vila Aparecida, possuía uma boa área de quintal, uma carroça e um cavalo, seus meios de trabalho. Portanto, a área que anteriormente possuía servia para guardar o material que juntava. Hoje, ele não pode mais catar papelão: “A prefeitura não me deixa juntar meu material aqui, na minha casa, por isso tive que parar com o meu trabalho e ainda fui obrigado a desfazer do meu cavalo, não tenho onde criar ele aqui. Ficou só a carroça”, alegou.

Além da outra casa, o senhor C construiu também um barracão para guardar a carroça, furou um poço e fez uma plantação de hortaliças. Para ele, a vida no novo conjunto é muito diferente e de difícil adaptação. Todos os dias, ele vai para a Vila Aparecida, pois sua esposa não se mudou para o novo local de moradia, o conjunto Estrela Porã. Para o senhor C, onde ele morava anteriormente, a vida tinha sentido, pois aquele lugar ele ajudou a construir. Isso se comprovou quando o senhor Fernando nos convidou, durante a entrevista, para entrar em sua casa, onde pudemos observar, na parede da sala, as fotos de sua antiga moradia na Vila Aparecida, mostrando parte de sua história de vida (Foto 12).

**Foto 12:** Fotos na parede da sala da casa do senhor C. As fotos revelam momentos de sua vida na Vila Aparecida. A foto na qual ele está sobre os dutos de canalização de água representa uma conquista da comunidade junto ao poder público: “Eu ajudei a construir esse bairro”, afirmou ele.



Foto: Maria Amábili Alves de Castro (2008).

Os laços de afetividade com a localidade anterior, demonstrados pelo entrevistado em seu relato, reforçam a rede de sentido e significado que o antigo local de moradia possuía, evidenciando as rupturas nas redes de relações.

É a partir do resgate das histórias, dos hábitos e dos comportamentos vindos de outros momentos e lugares diversos que as práticas convergem. Na análise de Telles (2006, p. 70), “o que importa é puxar essas linhas (ao menos algumas, ou o que o fôlego da investigação permitir) e, a partir daí, tentar apreender o plano de atualidade que atravessa as histórias e situações as mais contrastadas.”

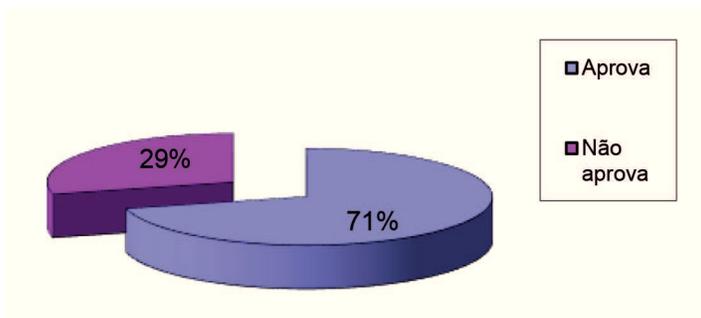
Nas entrevistas realizadas<sup>92</sup>, os moradores dos novos bairros foram questionados sobre sua opinião acerca da política de remoção ou sobre como avaliavam a atuação da Prefeitura (Figura 3)<sup>93</sup>.

---

92 Foram realizadas sessenta entrevistas com os moradores dos conjuntos Estrela Porã I, II e III, e Estrela Yvatê, e com algumas famílias que já haviam deixado de morar nestes conjuntos. Obtivemos uma amostragem de 20% de entrevistas. A metodologia utilizada foi a elaboração de um “roteiro de entrevista” qualitativo, com o objetivo de dialogar espontaneamente com cada entrevistado.

93 A coleta dos dados apresentados neste texto iniciou-se em 2005 e foi finalizada em 2008.

**Figura 3** – Dourados (2005)  
Conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê  
Avaliação da população sobre a remoção (%)



**Fonte:** Pesquisa de campo.

**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro (2005).

Para a senhora G, a remoção não foi boa, conforme podemos perceber em suas próprias palavras:

Para mim não foi bom, pois onde eu morava eu não tinha problema com enchentes. Eu morava num lugar bom e alto, tinha uma casa boa. Agora tenho que morar nessa casa pequena onde mal cabemos. Não entendo porque fomos removidos.

As entrevistas realizadas revelaram que, para uma parcela da população removida (29%), a iniciativa trouxe problemas. Problemas como a poeira, já que as ruas dos novos bairros não tinham sequer cascalho, o aumento da distância até o centro da cidade, a falta de farmácia e de outros tipos de comércio, o transtorno com os outros moradores do conjunto e, até mesmo, a falta de telefones públicos, pois o conjunto Estrela Porã, como um todo, possui apenas um telefone público.

Em toda a extensão dos conjuntos Estrela Porã I, II e III havia apenas dois mercadinhos para atender toda a população do bairro, existindo um monopólio quanto aos preços praticados, ou seja, cobravam elevados preços por não existir concorrência, e muitas famílias, no momento da necessidade, acabavam se submetendo às condições impostas pelos donos dos mercados. “Na hora do apuro, não come. Fica sem comer! Tudo é muito caro!”, desabafou a senhora H.

A desestruturação das relações sociais é evidente, pois não se consegue mais reproduzir as mesmas relações cotidianas com a vizinhança, com a igreja, com o mercadinho que era próximo, com a casa, etc. Enfim, não se consegue

reproduzir as relações que faziam com que a localidade anterior, dentro da sua singularidade, representasse a identidade de cada pessoa que ali vivia.

Embora estejam numa área alta, longe de enchentes e doenças, um dos determinantes importantes para se garantir a tão propalada dignidade seria a participação dessas famílias, de forma efetiva, nas decisões do poder público. Para este, em discursos veiculados na imprensa local, conforme vimos nas reportagens citadas anteriormente, dar uma vida digna àquelas famílias significava oferecer uma moradia, como se somente a casa significasse a garantia da dignidade. Tal fato deixa claro que outros determinantes foram desconsiderados no processo de remoção, uma vez que o habitar/morar não se resume apenas à casa. Conforme aponta Carlos (2004, p. 118),

[...] o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa. Assim, a casa, envolve outras dimensões espaciais como a rua, depois o bairro; aonde vai se tecendo a trama de relações do indivíduo em sociedade através dos modos de usos dos lugares da cidade. Assim, cria-se na relação casa-rua-bairro o primeiro quadro de articulação espacial na qual se apoia a vida cotidiana.

Nas falas dos removidos, observamos que, além da relação de apego com o lugar, existia também a resistência em se desfazer da casa antiga. Algumas famílias possuíam moradias relativamente boas e amplas, casas que levaram anos para serem concluídas, outras possuíam moradias pequenas e simples, mas que ofereciam aconchego. O lugar poderia apresentar problemas, mas a casa oferecia conforto material ou emocional, conforme observado nos depoimentos que seguem.

Minha casa, lá embaixo, era pequeninha, gostosa, no seco, forrada. Na hora que eu consegui terminar minha casa, fui obrigado a sair de lá. Lá era meu. Essas casas aqui têm que pagar, mas tá atrasado. Não acho justo ter que pagar, porque foi uma troca. Quando é uma troca não tem porque pagar. Lá eu só pagava luz e água. Nem sempre se pode contar com o dinheiro todo mês para pagar. [sic] (Senhor I).

Minha casa lá era três peças, não era melhor do que esta que tenho hoje, mas o lugar era bom. E esta daqui eu tenho que pagar. Não paguei nenhuma prestação ainda. Lá eu só pagava água e luz. [sic] (Senhora J).

Constatou-se a indignação das famílias em relação às casas oferecidas. Elas estavam diante de uma situação de imposição por parte do poder público, uma vez que teriam que aceitar uma moradia com características diferentes daquelas

que possuíam, uma moradia de 32m<sup>2</sup> e, em alguns casos, de qualidade inferior. Nas palavras de Carlos (2001b, p. 423),

O processo de reprodução espacial se produz como condição, meio e produto da reprodução do capital e do poder político que constringe e coage, limitando usos. É assim que a produção da cidade expulsa “o corpo” (é através do corpo que o indivíduo se apropria dos espaços), empobrece a vida definida em espaços fragmentados pelas estratégias de empreendedores imobiliários. Pois a cidade se transforma em objeto de troca, homogênea pela ação do Estado. A função econômica da cidade se impõe sobre a ideia do habitar a cidade, de um direito à cidade e, nesse sentido, a casa desaparece diante do alojamento funcional.

O poder público, junto com uma equipe técnica, avaliou as casas que cada família possuía anteriormente a fim de oferecer uma alternativa possível para a solução da situação. A partir dessa análise, as casas que apresentavam qualidade superior às oferecidas foram trocadas por uma nova casa quitada e ampliada (Foto 13).

**Foto 13:** Residência no conjunto Estrela Porã que foi quitada e ampliada, pois a casa que o dono possuía anteriormente era considerada de qualidade superior.



**Foto:** Maria Amábili Alves de Castro (2008).

Já outras famílias, cujo padrão da casa anterior era compatível com o preço da casa recebida, tiveram apenas a quitação da nova casa. As demais famílias, que não se encaixaram nessas duas situações, receberam as novas casas mediante o pagamento de prestações. Tal situação gerou transtornos para as famílias que

teriam de pagar pela casa, pois, por menor que fosse o valor das prestações<sup>94</sup>, muitas famílias não possuíam/possuem condições de arcar com esse encargo. Podemos observar, na Figura 7, que a maioria da população removida para os novos conjuntos habitacionais (80%) havia “comprado<sup>95</sup>” sua casa anterior e não tinha a preocupação com o pagamento de encargos mensais dessa natureza. A respeito disso, uma das entrevistadas, a senhora K, afirmou: “Eu não queria sair da minha casa no Cachoeirinha. Sou contra essa prestação. Não tenho condições de pagar.” Já o senhor C diz:

[...] de que adianta dar curso e o diploma na mão se não dão emprego, do que vai valer isso? Se eles querem receber esses 45 reais [valor da prestação das casas], têm que dar trabalho, porque tem muitas famílias aqui que não têm condições. Têm que comer, pagar água, luz e remédio. E ainda dizem que vão tomar casa. Isso não é perseguição? A maior injustiça que o prefeito fez foi ter jogado esse povo aqui. [sic].

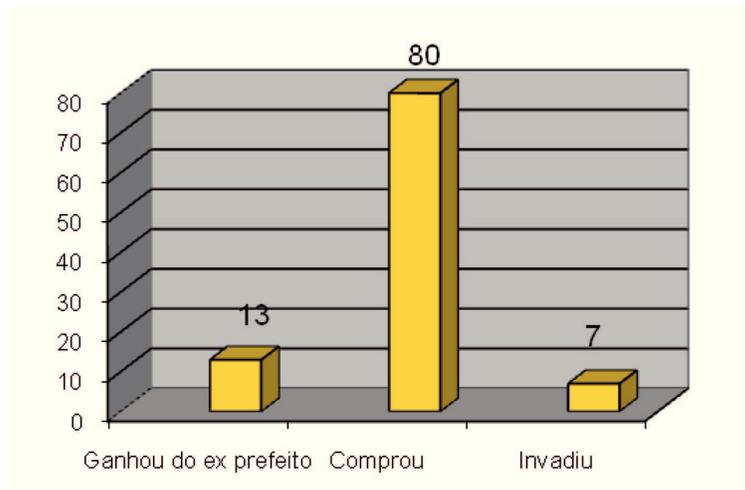
A contradição também se revela quando consideramos que 58% dos entrevistados recebem algum tipo de auxílio do governo (bolsa escola, cesta básica, bolsa família, bolsa de segurança alimentar, etc.). Se recebem ajuda, é porque há dificuldades para sobreviver, e elas não têm condições de arcar com o pagamento da prestação da moradia (Figura 4, 5, 6 e 7). Essas famílias vivem a angústia de perder sua nova casa pela falta de pagamento, pois, além dos gastos com alimentação, água, luz, etc., devem pagar também encargos com a moradia, o que anteriormente não acontecia.

---

94 Inicialmente, as prestações eram de R\$27,00. Ao final de nossa pesquisa de campo, o valor das prestações, devido ao reajuste do salário mínimo, era de R\$45,00. Essas prestações deverão ser pagas em períodos de dez a quinze anos.

95 Vale destacar que, embora houvesse o pagamento da antiga moradia, a relação de compra se referia à aquisição do direito de usar o local, não envolvendo a compra efetiva do terreno, uma vez que não havia escritura dos lotes.

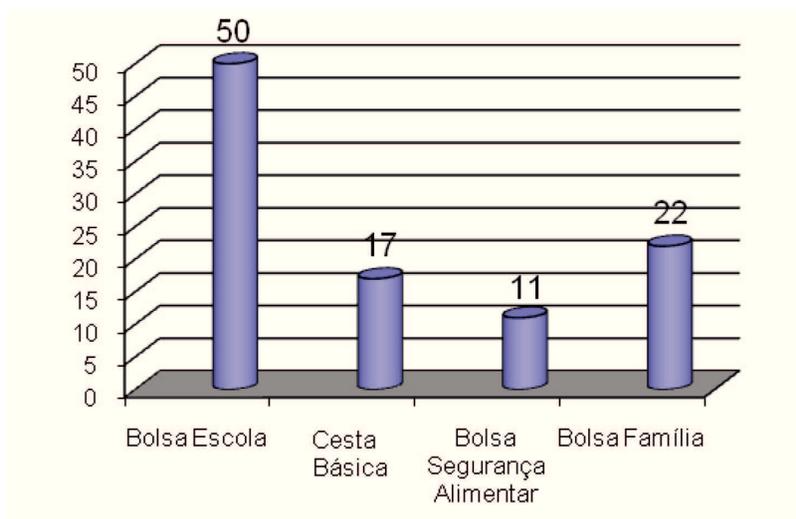
**Figura 4** – Formas de ocupação da localidade anterior  
Área da Vila Cachoeirinha (%)



**Fonte:** Pesquisa de campo.

**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro (2005).

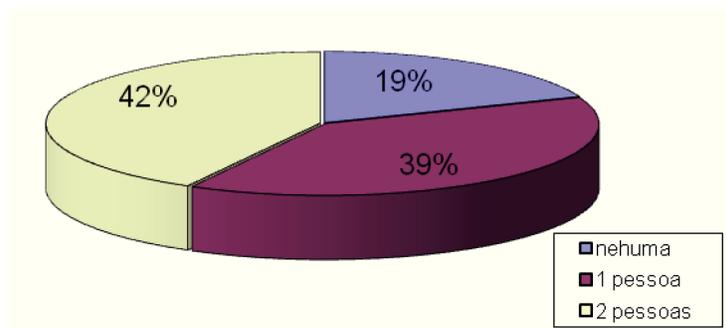
**Figura 5** – Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê  
Tipo de auxílio que recebem do governo (%)



**Fonte:** Pesquisa de campo.

**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro (2005).

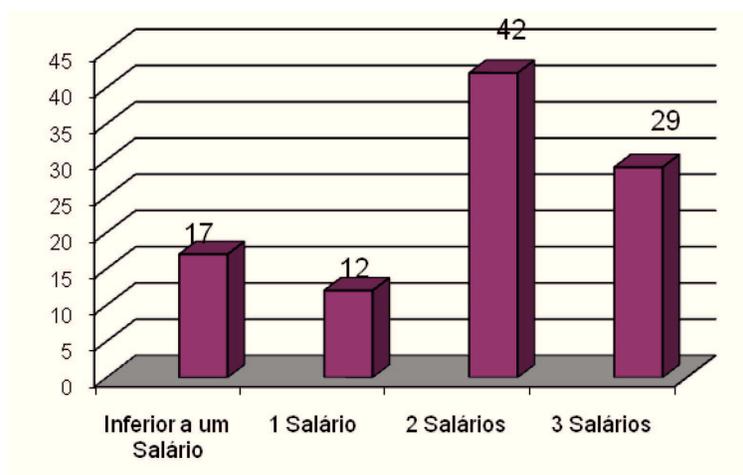
**Figura 6** – Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê  
Pessoas que trabalham por família (%)



**Fonte:** Pesquisa de campo.

**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro (2005).

**Figura 7** – Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê  
Renda mensal de cada família (%)



**Fonte:** Pesquisa de campo.

**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro (2005).

Para essas famílias, a remoção foi extremamente dolorosa, conforme podemos observar nas falas de alguns entrevistados.

Ah! Eu gostava de lá! Eu não gosto daqui, não. Aqui é muita poeira. Nós não tínhamos problemas com inundação. Nossa casa era boa. Aqui é muito chato. Não sei explicar! Aqui é muita violência. Misturou todo mundo! Gente de outros bairros. Não gosto daqui. Aqui não pode se envolver com

os vizinhos, aqui é cada um no seu canto. Se a gente se envolver muito, sai briga. Aqui é muito longe do centro da cidade, tudo é longe! Lá eu tinha asfalto perto, era perto do centro. [sic] (Senhora L).

Eu não tô contente! Porque eles me apartaram da minha família de lá. Eu morava perto da minha família, nós fomos criados juntos com a família. Então removeram nós para cá. Nós tentamos negociar, com outra família, mas trouxeram nós para cá. Eu não tô bem! Eu não tô bem com a habitação nem com nada! Eu to contrariado! [sic] (Senhor M).

A mistura à qual se refere a senhora L diz respeito à falta de cuidado, por parte do poder público, em não remover juntas as famílias que anteriormente moravam próximas umas das outras.

Eu não converso com ninguém aqui, só com meu pai, que mora aqui do lado. Não converso com mais ninguém porque são todos fofoqueiros, têm inveja de mim. Têm inveja porque, quando quero as coisas, eu vou lá e consigo. Eles ficam cuidando quanto você ganha, quanto gasta e o que compra. Não são os mesmos vizinhos que eu tinha lá. [sic] (Senhor I).

Quando se refere ao antigo local de moradia e ao processo de remoção, o senhor I relata:

Eu acho assim, ali foi uma parte da minha vida. Lá eu tinha tudo que é coisa. Eu saía, eu brincava, era alegre, tinha os amigos. Aqui os amigos parece assim, que tá com a “faca no dente” e sorrindo para você. Pra mim é difícil. [sic].

A dificuldade em criar laços/vínculos com a nova localidade se apresenta no dia a dia de muitos moradores. Existem famílias, oriundas da remoção, que já não estão mais nos novos bairros, como é o caso da dona F e das senhoras N, O e P, que retornaram para o lugar de origem. Outros, como o senhor I, não se identificaram com o local e planejam sua mudança. E há famílias que estão residindo nos novos bairros, mas não vieram junto com as famílias da remoção, como é o caso das senhoras Q e R.

Logo, podemos afirmar que, para muitos, não houve a identificação com a nova realidade vivida, levando à sensação de estranhamento. O habitar envolve outras dimensões, que irão construir a identidade de um lugar, e é a partir da casa que as tramas das relações sociais são tecidas. Nesse processo, o bairro se constitui como elemento fundamental da apropriação espacial pelo indivíduo/habitante.

Diante dessas contradições, cabe um questionamento: o poder público realmente promoveu a inclusão social daquela população? Com o processo de remoção, uma nova relação se impõe no espaço e com o espaço, assim como novas práticas e novos comportamentos. É a partir dessas contradições que devemos considerar o processo de remoção e, sendo assim, a cidade esvazia-se de seu sentido de possibilidades para a vida em todas as suas dimensões, reduzindo o habitante/morador a mero usuário do espaço urbano. Conforme apontado, a cidade é vista, no âmbito do planejamento, quanto à sua funcionalidade, não se levando em conta o indivíduo como agente produtor da história e da cidade. Assim, nega-se a cidade como lugar das possibilidades de reprodução da vida humana.

## A DIMENSÃO DO LUGAR NA ANÁLISE DO VIVIDO: TRAJETÓRIAS E LEITURAS

Pontuaremos aqui algumas formas de apropriação espacial para a construção da vida a partir dos referenciais apontados pelos moradores do novo lugar. Destacamos que a cidade é produto das relações sociais em função das ações acumuladas durante o tempo, impetradas por agentes que reproduzem o espaço. Assim, a cidade é produto, condição e meio de reprodução da sociedade. O ser social se realiza ao longo do processo histórico por meio da apropriação espacial para a produção da vida humana. Desse modo, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade.

É a partir do cotidiano do indivíduo no plano do lugar que a realização da vida se faz enquanto prática social. Nesse sentido, a construção do lugar se revela, fundamentalmente, como construção de uma identidade que dá conteúdo e sentido à prática socioespacial. É através da prática que o tempo se acumula na cidade, criando o quadro de referência da vida. O lugar é, assim,

A porção do espaço apropriável para a vida, revelado no plano da micro-escala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio [...]. A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante e habitante lugar, marcada pela presença. (CARLOS, 2001a, p. 35).

A sociedade, ao se reproduzir, produz continuamente sua existência e, conseqüentemente, o espaço, sendo este, carregado de experiências e de práticas. No plano do lugar, é onde a vida humana acontece, nos atos do cotidiano, pelas formas de apropriação que se realizam no uso que se confere ao espaço. É a partir das formas de uso que o ser humano constrói e cria sua identidade por meio da relação com outros indivíduos, condição fundamental da existência humana.

Para as famílias removidas citadas neste capítulo, a construção do novo lugar torna-se um desafio que se renova a cada dia. Dar forma e conteúdo a um espaço desprovido de referências significa despojar-se de uma realidade conhecida/vivida, banhada de experiências, em favor da construção do novo. É preciso experienciar, viver o desconhecido, para que se torne realidade construída, conhecida: “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p. 6).

Para o morador do novo lugar, a realidade é confusa. É preciso que a experiência de viver naquele lugar se torne íntima até que as imagens se ordenem na espacialidade do lugar. Para Tuan (1983), o lar fornece uma imagem do passado e, por ser a centralidade da vida, é onde a vida começa e se origina.

Para o indivíduo, o lugar transformado/modificado infere diretamente em sua relação espaço-tempo, redefinindo as relações sociais anteriormente estabelecidas. O espaço, nesse sentido, torna-se *amnésico*, ausente de formas e conteúdos até então experienciados. É a partir da reprodução das relações socioespaciais, que envolve o cotidiano de cada indivíduo, que a história se produz e se reproduz. O cotidiano é o momento histórico do processo de reprodução em suas multiplicidades de aspectos, sentidos e valores (CARLOS, 2001b).

O indivíduo é resultado de sua experiência íntima com o lugar. Portanto, a adaptação ao novo faz-se à medida que as relações sociais se materializam no espaço por meio da espacialização das ações de cada indivíduo envolvido no processo de construção. O ambiente construído define as funções e as relações sociais, cria a identidade de cada indivíduo, que reconhece a si mesmo no processo de construção do novo.

Mas “sentir” um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fulgazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através de anos [...]. Conhecer um lugar certamente leva tempo. É um tipo de reconhecimento subconsciente. Com o tempo nos familiarizamos com lugar, o que quer dizer que cada vez mais o consideramos conhecido. Com o tempo uma nova casa deixa de nos chamar atenção; torna-se confortável e discreta como um velho par de chinelos. (TUAN, 1983, p. 203).

No entanto, para que o processo de identificação com o novo lugar ocorra é inevitável que as contradições e conflitos do processo de apropriação espacial aconteçam. As diferentes formas de uso do espaço experienciadas por cada família removida evidenciam os conteúdos desse processo. É através das histórias e trajetórias de vida das pessoas, do estranhamento com o novo lugar, dos deslocamentos diários para o lugar de origem, das tentativas de (re)criar o lugar anterior no novo local de moradia, das modificações nas relações com a vizinhança, do apego com a casa e da afetividade com o lugar de origem que podemos apreender os dramas vividos pelo indivíduo. Enfim, é a partir das tramas, das relações estabelecidas, que podemos traçar pontos de convergência entre o passado e o presente. Para Carlos (2001b), os lugares vão ganhando significados pelo uso, pelo modo de apropriação particular/específica de cada indivíduo.

Como decorrência de uma prática social vivida, cada sujeito se situa em um espaço onde se reconhece; assim o espaço incorpora atos de criação de um mundo habitado e habitável, reconhecido e identificado pelos habitantes. (CARLOS, 2001a, p. 279).

A morfologia espacial dos conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê entra em confronto com o quadro de referenciais de vida das famílias removidas. Os ritmos da vida cotidiana foram alterados, as formas e as funções espaciais que davam sustentabilidade à construção da identidade permaneceram apenas na memória, revelando a indissociabilidade entre espaço e tempo. Conforme aponta Carlos (2001a, p. 33), “o estranhamento provocado pelas mudanças no uso do espaço e por uma nova organização do tempo na vida cotidiana coloca o indivíduo diante de situações mutantes inesperadas.”

Para Heidegger (apud Harvey, 1989) o espaço contém tempo comprimido, e o espaço fundamental para a memória é a casa — uma das maiores forças de integração dos pensamentos, lembranças e sonhos —, pois é dentro dela que aprendemos a sonhar e a imaginar. É no seio da casa que tudo começa. No lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes.

É assim que o uso ganha significação especial, produzindo a identidade do cidadão com o lugar pela realização das relações sociais e, nesta condição, liga-se a produção da *memória* que se constitui como produto de um processo de identificação real — uma identidade que se refere ao lugar da ação (do uso) que permeia a vida e faz com que ela se realize. (CARLOS, 2004, p. 86, grifo nosso).

A reprodução do espaço apresenta, como tendência, a destruição sustentada por relações conflituosas dos referenciais urbanos: estranhamento/identidade reforçando a destruição dos referenciais individuais e coletivos. O processo, embora vivenciado coletivamente, é repleto de singularidades. Nos relatos colhidos por nós, os moradores se identificam entre si porque vivenciaram um mesmo passado, possuem histórias em comum na construção de um lugar, já que a casa e o bairro de origem formavam os sustentáculos para a reprodução da vida.

Quando eu cheguei na Vila Aparecida, eu morava num barraco de lona. Aí ganhei a terrinha. Quando chovia, molhava tudo dentro. Morávamos em nove pessoas. Aí minha filha arrumou um emprego, fomos construindo a casa. Começou com duas peças, até que, por fim, a casa ficou pronta, grande, com oito peças. [sic] (Senhora F).

Eu morei na Vila Aparecida dezenove anos. Meu pai comprou a casa lá. Comprou o terreno e nós construímos a casa. Quando nós mudamos para lá, eu tinha sete meses de vida e morei lá até meus dezenove anos. Eu construí minha vida lá. [sic] (Senhora S).

Minha propriedade lá foi adquirida pela Prefeitura. A Prefeitura que deu, lá no Cachoeirinha, aí nós compremos só o direito porque o rapaz tinha mil tijolinhos, então ele cedia o terreno se comprasse os tijolinhos, aí nós compremos no valor de cinquenta cruzeiros os tijolinhos aí ele passou a doação do terreno pra nós. [...] Morei quatorze anos lá, tenho muito conhecimento dentro da Vila Cachoeirinha. Mesmo com minha casinha de duas peças, que era numa esquina, eu saía tranquila. [sic] (Senhora T).

Anteriormente, tudo era conhecido/reconhecido e a afetividade demonstrada nas falas dos entrevistados compõe a identidade de cada indivíduo e o meio pelo qual se pode participar da vida social do lugar. A diferenciação entre o tempo de reprodução da vida e o tempo das transformações morfológicas são as bases para a produção do estranhamento entre o indivíduo e o lugar. Conforme esclarece Carlos (2001a, p. 32),

O processo de constituição da sociedade urbana produz transformações radicais na relação espaço-tempo que podem ser entendidas, em toda sua extensão, no lugar, nos atos da vida cotidiana, enquanto a paisagem urbana aponta para a existência de formas sempre cambiantes.

Assim, a superação do estranhamento só será possível após o conhecimento e as experiências vividas por meio da prática espacial, o que leva tempo

para acontecer. No entanto, as formas de resistência, persistentes na memória e presentes em algumas falas, demonstram que esse processo não ocorre na mesma proporção para todos, como nos mostram os relatos abaixo:

Quando cheguei aqui, foi muito difícil. Muito medo, gente estranha, muita briga e morte. Agora deu uma melhorada. Converso só com uma vizinha, aqui do lado. Logo que nós mudamos, eu fui roubada duas vezes. Se eu tivesse condições, eu me mudaria daqui. Eu gostaria de voltar para lá, até mesmo lá perto. [sic] (Senhor U).

Foi muito difícil reconstruir minha vida aqui. Quando nós chegamos aqui, não dava pra deixar nada pra fora. Misturou todos, era muita confusão. No início, agente não tinha sossego nem pra ficar pra fora. [sic] (Senhora S).

O senhor W expõe seu ponto de vista sobre o lugar de origem e sua casa:

Para mim, em relação depois de viver aqui, lá era melhor por causa do ambiente. Eu sinto muita saudade de lá. Vou lá todos os dias, é caminho para o trabalho, passo e fico olhando, olhando... [sic].

Quando questionado sobre o que sente quando vê o que restou depois da remoção, o senhor W coloca: “Ali foi parte da minha vida. Lá eu tinha tudo que é coisa. Eu saía, eu brincava, era alegre, tinha os amigos [...]” [sic]. Ao ser questionado se viu a demolição da sua antiga casa, ele relata:

Sim, eu vi quando eles derrubaram minha casa, foi muito difícil para mim porque lá a casa foi feita em mutirão, meus amigos que ajudou. Era nos finais de semana que eu ia levantando minha casinha. Juntava uma equipe que trabalhava comigo na firma. Tinha uns que era pedreiro, outros que era “oreia<sup>96</sup>” e ficava lá só pra encher o saco, mas estava ali. Era minha casa dos sonhos. Quando ficou tudo prontinho em dois meses tive que sair. [sic].

Ao analisarmos as falas de alguns entrevistados, percebemos que as formas de resistência foram pontuais, desarticuladas no espaço, o que acabou por facilitar a atuação do poder público. A ausência de engajamento ou participação coletiva são fatores que explicam certa “pacificação” em relação às decisões

---

96 Expressão usada para designar a pessoa que apenas está entre os amigos sem a finalidade de ajudar em um trabalho, apenas para fazer companhia, para “incomodar”.

tomadas pelo poder público. Essa realidade pode ser observada no relato da senhora T:

Tiraram todos nós de lá! Se você vê o matagal que tá aquilo lá, apenas fecharam! Disseram que iam fazer um bosque e outras melhorias e não fizeram. Se todo mundo tivesse batido o pé e não tivesse saído de lá, nós tinha conseguido. [sic].

Kowarick (1979) analisa a ausência de organização social entre os favelados paulistanos e classifica a sociedade brasileira como amorfa, ou seja, a população, sobretudo a de menor poder aquisitivo, não se organiza de forma a defender ou assegurar seus direitos.

Poucos são os que participam de associações de bairro, grupos profissionais ou sindicatos e partidos políticos. Daí a ideia de que a sociedade civil brasileira é amorfa, frágil, [...] como se o povo brasileiro fosse, por sua própria natureza, impregnado por uma espécie de conformismo pacífico e passivo. (KOWARICK, 1979, p. 21-22).

Contudo, vale também considerar o que nos aponta Rodrigues (1988, p. 27): “[...] a vivência é tão forte, tão intensa e cansativa que não dá para pensar nas condições de existência.”

Podemos refletir, diante da vivência de cada família, sobre o que poderia ter levado a uma considerada “passividade” em aceitar a remoção. O desconhecimento da legislação e dos seus direitos, as extensas jornadas de trabalho, a família numerosa, a preocupação com “o que comer amanhã”, as preocupações com os períodos de chuva, as noites não dormidas na tentativa de salvar os precários utensílios domésticos dos alagamentos e, após cada chuva, a espera paciente pela água baixar para, então, tentar colocar tudo no lugar novamente. Em outras palavras, a realidade cotidiana, marcada pelas dificuldades do dia a dia, impede, muitas vezes, a reflexão sobre as condições de existência, o que acaba por culminar na não organização em prol dos interesses coletivos.

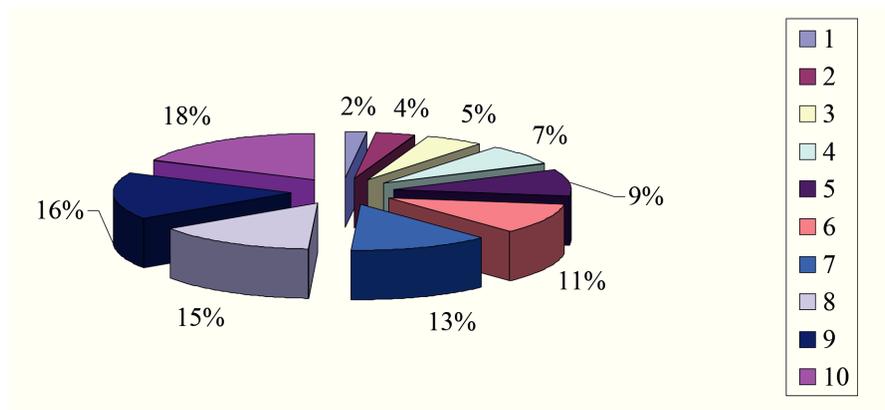
Em poucos depoimentos encontramos o testemunho de resistência à remoção. O depoimento do senhor M representa uma exceção.

Eu jogo duro, eu sou dureza! Eu lutei pra não sair de lá, mas eles falaram que iam jogar a “patrola” em cima de nós! Iam derrubar com todo mundo dentro da casa, aí ficamos com medo, não tínhamos opção. Eles prometeram arrumar aqui também, mas não arrumaram nada! Aqui ta no chão. Lá eles arrumaram! [sic].

A “passividade” também ficou evidente ao questionarmos os entrevistados quanto à atuação do presidente do bairro com relação às necessidades do local. Muitos não souberam dizer quem era o presidente da associação de bairro, alguns nunca tinham ouvido falar sobre o assunto e outros, embora o conhecessem, alegaram que “ele não fazia nada” com muita tranquilidade, como se o fato de o presidente da associação “não fazer nada pelo bairro” fosse natural.

Destacamos ainda que a construção de um expressivo número de unidades habitacionais idênticas, marcando uma homogeneidade visual no espaço, reforça a ideia de fragmentação e redução da vida. A imposição das casas pelo poder público desencadeia uma problemática: a casa é padronizada, como se todos tivessem as mesmas necessidades. Encontramos residências com uma pessoa morando e outras com dez, o que nos fez formular a seguinte pergunta: como, numa área de 32m<sup>2</sup>, poderiam se acomodar dez pessoas? (Figura 8).

**FIGURA 8 – Dourados**  
 Número de pessoas residentes por casa nos conjuntos  
 Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê (%)



**Fonte:** Pesquisa de campo.  
**Org.:** Maria Amábili Alves de Castro (2005).

As famílias trabalharam na ampliação de suas casas. A mão de obra usada na autoconstrução vinha da cooperação entre os vizinhos, entre os próprios familiares e amigos, que trabalhavam em sistema de mutirão. Os finais de semana, os feriados, os momentos de descanso após o trabalho foram destinados, assim, à construção de mais cômodos na casa. É o que Rodrigues (2001, p. 32) chama de “sobre-trabalho”:

[...] a autoconstrução é um processo de trabalho extremamente penoso, com elevados custos individuais que recaem sobre os setores mais paupe-

rizados. Há um alongamento da jornada de trabalho, que repercute na acumulação de capital, já que permite pagar salários mais baixos e ao mesmo tempo desgasta rapidamente a capacidade produtiva de força de trabalho, sem o mínimo de descanso necessário.

Além do tempo e dos recursos financeiros despendidos na ampliação da casa, para muitas famílias que precisavam pagar pela nova moradia, o não “sentir-se dono” fazia parte do processo de estranhamento do lugar, como podemos observar na fala da senhora U:

Eu morava num lugar bom. Não tinha enchente, não entrava água. Minha vida lá era melhor que aqui, porque eu não precisava pagar pela casa e a luz e água não era tão cara. Lá eu pagava somente a taxa mínima. [sic].

Contrariamente, esse descontentamento não é observado em quem conseguiu a quitação da casa. Por mais que a localidade anterior traga saudade, as casas não possuíam valor de mercado por estarem localizadas em uma área irregular e favelizada. Esta constatação pode ser observada na fala do senhor V:

Lá era bom pra morar, mas eu gostei de ter vindo pra cá. Isso aqui é uma benção de Deus. Isso aqui que eu tenho hoje vale dinheiro. Lá o que eu tinha não valia nada. Essa moradia que eles “me deram” é invendível. Não tenho vontade de sair daqui. Isso aqui eu ganhei quitado, não tenho preocupação com nada. [sic].

Dentre os problemas vividos pelas famílias removidas, o pagamento das prestações da casa é o que mais causa transtornos, pois, anteriormente, não havia a preocupação com encargos de moradia, como notamos nas falas moradores seguir.

Lá pra mim era melhor, porque lá a energia vinha barato e a água também. Lá era meu, eu não pagava. Aí viemos pra cá e aqui temos que pagar e eu não tenho condições de pagar. Eu tenho que trabalhar três vezes por semana e tenho que comprar remédios porque minha mãe é doente, não pode trabalhar. Então, não dá! Pra você ter uma ideia, a energia aqui vem R\$100,00, já fui atrás pra eles vim aqui olhar e eles falaram que é problema na instalação, só que tem que contratar um electricista pra olhar. Aqui tudo é muito caro! Aqui complicou bastante pra gente! [sic] (Senhora S).

Eu paguei só três prestações e não paguei mais. Porque depois que a gente fica velha ninguém mais quer pra empregada, não tem mais emprego. Não é justo, tinha que ser uma troca. [sic] (Senhora U).

Mas aqui mudou muito, não consigo pagar a casa, a água é mais cara, aqui é ruim. A poeira, os vizinhos, aqui é cada um por si. [sic] (Senhora Y).  
Minha casa lá era três peças, não era melhor do que essa que tenho hoje, mas o lugar era bom. E aqui eu tenho que pagar essa casa. Não paguei nenhuma prestação ainda. Lá eu só pagava água e luz. [sic] (Senhora J).

Eu até gostei de ter vindo pra cá, mas tá essa polêmica de ter que pagar. Eu parei de pagar, paguei até um tempo porque meu velho é hipertenso e tem problema no coração e não recebe de lugar nenhum porque não colaborou com o INSS. Ele mexe com mandioca. Vende mandioca por aí. Mas só que não dá nem pra comer, pagar luz, água. Vai pra dois anos que eu não consigo pagar aqui. Recebo ajuda de alguns com cesta básica e vai levando. [sic] (Senhora H).

Considerando que o recurso destinado à construção das casas do Projeto Renascer é a fundo perdido, ou seja, a prefeitura não precisa devolver o dinheiro aos órgãos financiadores, cabe um questionamento: Por que a população beneficiada precisa pagar pelas casas recebidas? Em entrevista, o secretário de Serviços Urbanos, Jorge Hamilton Torraca, quando questionado sobre o pagamento das prestações, esclareceu que

Está previsto em lei, pois o Fundo Monetário de Habitação exige que exista um Conselho Municipal de Habitação e fundo destinado à manutenção dos projetos habitacionais. O valor cobrado é 10% do salário mínimo e faz-se um contrato de 60 meses de início. Isso serve para amarrar o processo, porque tudo que se entrega de graça a valorização é menor do que uma coisa que você pagou. Essa é a visão. Se você paga uma taxa mínima, durante um período, no final a pessoa tem a quitação do lote, porque se não se cobra nada e dão a escritura no nome da pessoa, pode ter certeza que todos vendem a casa. É uma fuga muito rápida do processo. Valoriza-se o imóvel e, retém o imóvel por um período de cinco anos com a pessoa, evitando a saída delas. [sic] (Entrevista concedida em agosto de 2008).

No que diz respeito ao pagamento das prestações das casas do Projeto Renascer, o ex-superintendente de habitação do município, Ataulfo Alves Stein Neto, nos informou o seguinte:

[...] Nenhum desses projetos, PSH, HBB, o beneficiário paga a casa, o que ele paga é uma tarifa de R\$27,00 [R\$45,00 em 2009], que vai para um fundo municipal que nós [Prefeitura] temos. É para continuar comprando área, em investimento para a população. Então, na verdade, não paga. Isso foi uma decisão política da Prefeitura. Na realidade, não há o pagamento.

Muitos não estão pagando e não estão sendo prejudicados. Há um bom senso por parte do poder público. Ninguém está pagando a casa, pois se estivesse pagando a casa o valor seria outro. [sic] (Entrevista concedida em 28 de abril de 2005).

O fundo ao qual se refere o ex-superintendente é formado a partir das prestações pagas pela população. Esse fundo arrecadava em torno de R\$8 mil mensais, havendo meses em que nem isso se arrecadava. Houve mês com arrecadação de R\$2 mil, o que significa que nem todos pagaram as mensalidades das casas. Contudo, a população residente desconhece a informação repassada pelo ex-superintendente de habitação, de que não se “paga a casa”, muito menos sabe da existência do fundo. Ao contrário, essa população vive a ameaça de perder a casa se não pagar as prestações, conforme observamos na fala do senhor C:

Se eles querem receber R\$ 45,00 [que era o valor das prestações da casa], tem que dar trabalho, porque tem muita família aqui que não tem condições. Tem que comer, pagar água, luz e remédio e ainda diz que vão tomar a casa, isso não é perseguição?

A remoção fica reduzida à intervenção do poder público como agente possuidor de técnica e planejamento, legitimando sua ação/intervenção no modo de planejar a cidade. Diante dessas contradições e conforme apontado, a cidade é vista, no âmbito do planejamento, na sua funcionalidade, não se levando em conta o indivíduo como agente produtor de história. Assim, nega-se a cidade como lugar das possibilidades de reprodução da vida humana, dos valores sociais e de referenciais da vida (CARLOS, 2004).

Ao tentar resgatar parte da experiência vivida por aquelas famílias na localidade anterior, apreendemos como se deu o processo de construção daquele lugar: por meio da apropriação simbólica, da apropriação para o uso, que, por sua vez, é marcada por imagens e sentimentos complexos que influenciaram e influenciam o comportamento e os valores. Alguns depoimentos revelaram que a apropriação para o uso e a vivência atribui significados e produz o espaço de tal forma que a memória é capaz de gerar impacto na realidade vivida. Questionar sobre “como era a vida na outra localidade” traz à tona sucessivas experiências, mescladas por sentimentos e pensamentos, muitas vezes de perda pelo que ficou para trás, pelo que já não existe mais. Apenas a memória é capaz de tentar preencher o vazio restante. Isto se evidenciou quando os moradores foram questionados sobre uma possível oportunidade de voltar para o lugar de origem.

Eu iria! Se eu achasse alguém para eu fazer “marreta” eu iria! Lá eu plantava, tinha minha horta! Tentei plantar aqui, mas o espaço é pequeno. Do mesmo jeito que eles deram para nós aqui, podiam ter dado lá, ter arrumado lá! Porque tinha muito lugar lá que era seco e não corria água. Eu me sinto sozinha aqui. Minhas amigas ficaram lá. Há um ano coloquei aqui a venda, depois pensei: trocar isso aqui a troco de mixaria e depois viver de aluguel? Se eu achasse troca, aí tudo bem. [sic] (Senhora T).

Eu não gosto daqui, tenho vontade de voltar para lá, se eu pudesse iria. Se eu achasse negócio aqui, eu faria na hora. Largava tudo aqui e iria. Todo mundo ficaria alegre se tivesse arrumado lá. Colocaram agente num beco sem saída. Você entrou por ali e tem que voltar por ali. Não tem outra saída. Lá era tudo pertinho, aqui tem que dar toda essa volta. [sic] (Senhor C).

Outros, não satisfeitos com a situação de imposição pelo poder público e diante dos conflitos e contradições que a nova localidade oferece, sonhavam com a oportunidade de ir em busca de um novo lugar onde se sentissem acolhidos, onde pudessem vivenciar o sentimento de pertencimento, numa tentativa de resgatar o que havia ficado para trás, como era o caso do senhor W.

Quando eu mudei para cá, perdi tudo! É uma decepção muito grande. Lá era um sonho meu! Queria construir minha família, ter filhos! Lá era o céu, muito bom! Não tinha ninguém para “encher o saco”, pessoal bom, gente muito conhecida. Lá era uma família só. [sic].

Em sua análise, Tuan (1983) pontua que a experiência é a capacidade de aprender a partir da própria vivência e que ela é constituída de sentimentos e pensamentos. Assim, pode-se afirmar que, se a vivência é conflituosa e desgastante para o indivíduo, a superação do estranhamento é muito mais complexa. Não existe um “conhecimento do lugar” e, conseqüentemente, não se pode dotá-lo de valor, de referência de vida, pois o homem é resultado de sua experiência íntima com o lugar. O “lá fora” é um espaço embaraçado.

Portanto, evidencia-se que a satisfação da necessidade habitacional não se restringe apenas à provisão de unidades residenciais. Torna-se necessário que as condições de implantação atendam a realidade vivida, sendo premente que se considere, inclusive, novos mecanismos de inclusão social. Cabe a cada família, o desafio de reconstruir seu novo lugar, com seus anseios, desejos, aspirações e valores, adaptando as suas necessidades ao novo local de moradia, que nunca será como o lugar anterior. Tudo mudou, e tudo se reconstrói gradativamente, dia após dia, na luta pela sobrevivência.

## APONTAMENTOS FINAIS

Para compreendermos as formas de reprodução das relações no novo lugar, resgatamos o processo de ocupação do lugar anterior por meio do relato de cada entrevistado, buscando referenciais, sentidos e significados para a construção do novo lugar, pois, na construção do novo, cada indivíduo tende a reproduzir o lugar anterior através da prática socioespacial. Assim, as tramas sociais desenroladas na área da Vila Cachoeirinha e nos conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê estão fortemente interligadas, já que os novos conjuntos construídos só existem a partir das relações estabelecidas com o local de moradia anterior, a área da Vila Cachoeirinha.

Para as famílias removidas, pensar no novo local de moradia, na “nova vida”, só é possível a partir dos referenciais de vida anteriores, dos laços e traços delineados nas trajetórias anteriormente vividas e construídas. Contar a vida a partir de algo que já não existe concretamente é trazer à tona e reviver toda uma história guardada na memória. Sem perceber, ao construir uma nova vida no novo lugar, aquelas famílias revivem/reproduzem toda uma vida passada.

Tenta-se dar forma e conteúdo ao presente com base no modo de vida anterior, pois a casa anterior é a ponte com o passado. Dar conteúdo a uma forma que não foi construída por cada indivíduo ou por cada família é um desafio que se renova dia a dia. Significa reconstruir o pomar e todos os dias regar as árvores até que elas cresçam e produzam frutos. Leva-se tempo. Levará tempo para que a sensação de estranhamento e não pertencimento ao lugar sejam amenizadas e o vazio que o córrego deixou seja preenchido.

A memória renovada por intermédio das histórias contadas e da saudade que ficou é a ponte que leva ao outro lado do córrego, o córrego Água Boa, que, anteriormente, unia todas as famílias em torno da história de construção da área por cada indivíduo em sua singularidade e que hoje separa histórias, pessoas, famílias. Uns ficaram, outros foram; estão do outro lado do córrego em um novo tempo-espço. Tudo ficou distante. A vida se distanciou, embora a distância não seja um empecilho para muitos.

O movimento da vida cotidiana, as relações estabelecidas com o bairro, com o mercado, com a escola, com a igreja e entre os indivíduos, as relações de vizinhança, enfim, a teia de relações estabelecidas não ocorre somente com a casa em si, mas com todo o seu entorno. A casa é apenas o ponto de partida, e é a ação dos habitantes, a práxis socioespacial, que contesta as formas de gestão do espaço pelo poder público, as quais não levam em conta o indivíduo e as relações sociais que se estabelecem no espaço.

Difícil viver da forma que se vivia antes, com a chuva, a enchente, o vento e o frio que penetravam pelas frestas de alguns barracos. Sim, muito difícil, mas a familiaridade com cada imagem do lugar vivido, construído, é o que sustentava a vida, mesmo diante de todas as dificuldades. Ver a casa construída com tanto sacrifício ser destruída para dar lugar a uma rua é mais difícil do que as intempéries vividas.

A cidadania e a qualidade de vida eram o que defendia o discurso do poder público para que a remoção acontecesse. “Mas de que cidadania ou qualidade de vida estão falando de fato?” Foi o que indagou a moradora Naiara Silva, do conjunto Estrela Porã III. “Eles falaram que lá era uma área de risco, mas se for pensar a gente corre mais risco aqui do que lá”, diz a senhora S em entrevista. A depoente acima se refere à criminalidade que ela observou quando se mudou para o novo bairro. “Muita confusão e briga, gente matando gente por coisa à toa.” Foi assim que ela se referiu ao novo local de moradia.

Qualidade de vida vivenciada de forma duvidosa por cada morador entrevistado, mas vista de forma clara e objetiva pelo poder público. “Qualidade de vida para as novas famílias que não estão mais convivendo com as enchentes, com as doenças trazidas pelo esgoto que é despejado nas águas do córrego Água Boa”, conforme o então prefeito de Dourados em matéria veiculada no jornal eletrônico Dourados News em 23 de janeiro de 2006. Resposta rebatida pela própria moradora, a senhora S, que aponta que após o fim da chuva, a água escorria e tudo voltava ao normal.

Isso nos faz questionar: é mais arriscado à vida morar em um lugar atingido por enchentes ou morar em um lugar onde a qualidade material da moradia é melhor, mas no qual se convive com o medo e a insegurança? “Mistureira” e “confusão” foi o que praticamente todos os entrevistados alegaram como fatores que mais incomodam no novo local de moradia.

Questionamentos como esse nos fazem refletir sobre a lógica de atuação do poder público. Só quem vivencia esse processo na essência é que pode traçar um panorama sobre como é viver e sentir tal realidade. Para o poder público, atrelado à “qualidade de vida” no processo de remoção está a “inclusão social”: retirar pessoas das péssimas condições em que vivem significa remover, construir casas, postos de saúde, escolas, Centros de Educação Infantil Municipal (CEIM) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Em resumo, significa dar toda infraestrutura necessária para se reproduzir “com dignidade”.

O CRAS oferece cursos profissionalizantes para a população, como os cursos de manicure, padeiro, confeitoiro, etc., com o objetivo de dar um ofício a quem não possui formação profissional. Contudo, poucos têm tempo para fre-

quantar os cursos oferecidos, pois precisam trabalhar. Além disso, o fato de fazer o curso não garante emprego a ninguém, e o poder público não se compromete, e nem tem condições de se comprometer, a empregar as pessoas atendidas pelo CRAS.

Oferecer cursos de capacitação não garante a justiça, os direitos humanos, o exercer da cidadania, a saúde, o emprego. Não apaga o medo, a insegurança e a dependência dos órgãos governamentais. Assim, revela-se, na prática, que o discurso defendido pelo poder público não está em consonância com a verdadeira inclusão social, pois muitos referenciais e valores foram perdidos no processo de remoção. As ações do poder público limitam os usos da cidade, colocando o indivíduo como objeto estranho no espaço que ocupa, ocasionando o desencontro entre o indivíduo e a cidade e reforçando a fragmentação do espaço.

A iniciativa da remoção, com a preocupação de auferir qualidade de vida em relação a aspectos ligados à higiene, é salutar, porém, a população não participou do processo e não foi consultada a respeito do que seria melhor para os que vivenciavam aquela realidade cotidianamente. As transformações morfológicas dentro dos novos conjuntos vão revelando a constituição de um novo tempo por intermédio de novas formas e usos do espaço<sup>97</sup>, colocando como desafio, para cada família removida, a reconstrução da complexidade da trama da vida.

## BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 9, de 30 de abril de 2002, do Ministério da Fazenda e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Define as condições necessárias à implementação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, instituído pela Medida Provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.156, de 11 de março de 2002. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 maio 2002. Seção 1, p. 3.

---

97 Para Carlos (2001b, p. 330), “o espaço contém uma vida presente que se realiza com bases nos referenciais que se produzem ao longo do tempo pelo uso.”

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.156, de 11 de março de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2001, que cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 mar. 2002. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Medida provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2011. Cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 2011. Seção 1 – Eletrônico, p. 1.

BRITO, M. A. de. **Os vazios urbanos e o processo de redefinição socioespacial em Dourados-MS**. Dourados, 2004. Relatório (Qualificação em Geografia) – DCH/UFMS.

CALIXTO, M. J. M. **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para uma análise dos entremeios da cidade**. Dourados: UFGD, 2008.

\_\_\_\_\_. A política habitacional em Dourados-MS: entre a realidade e o discurso. **Revista de Geografia**, Dourados, n. 11, p. 47-52, 2000a.

\_\_\_\_\_. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. Presidente Prudente, 2000b. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia)–FCT/UNESP.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras, seu controle ou caos**. São Paulo: Nobel, 1999.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos inscritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001a.

\_\_\_\_\_. O sentido da cidade: as possibilidades da análise geográfica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001b. p. 421-431.

\_\_\_\_\_. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTRO, M. A. A. de. **Tramas e dramas no urbano: o projeto renascer em Dourados-MS e o processo de reprodução socioespacial**. Dourados, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia)–FCH/UFGD.

\_\_\_\_\_. **Produção habitacional e inclusão social:** o Projeto Renascer e o poder público municipal na produção habitacional em Dourados-MS. Dourados, 2006. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia)–DCH/UFMS.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1989.

CORREA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

DEMO, P. **Charme da exclusão social.** Campinas: Autores Associados, 2002.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1993.

GUARDA Municipal verifica nova invasão no Estrela Porã. **Dourados News**, Dourados, 2 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/guarda-municipal-verifica-nova-invasao-no-estrela-pora-7c11672535bf0b47da15de7c91164e-cb>>. Acesso em: 2 mar. 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1989.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1969.

LEMOS, A. I. G. de. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 433-443.

LIXÃO da Vila Cachoeirinha continua ativo. **Dourados News**, Dourados, 21 fev. 2009. Não paginado. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/foto-legenda-lixao-da-vila-cachoeirinha-continua-ativo-68fd8ca49cc1d2bfeb0c2a27dace73d7>>. Acesso em: 2 mar. 2008.

MARTINS, J. de S. Para compreender e temer a exclusão social. **Vida Pastoral**, São Paulo, ano XLV, n. 239, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

PELUSO, M. L. A casa própria e o sonho. In: SILVA, J. B. da. **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997.

RIBEIRO, L. C. de Q. Notas sobre a renda da terra urbana. **Chão – Revista de Arquitetura**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 18-23, 1979.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Na procura do lugar o encontro da identidade**. 1988. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. M. (Org.). **Henri Lefebvre: O retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.

SILVA, M. C. T. da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados**. São Paulo, 2000. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia)–FFLCH/USP.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p.77-99, 1980.

STEIN NETO, A. A. **Ataulfo Alves Stein Neto**: depoimento [abr. 2008]. Entrevistadora: Maria Amábili Alves de Castro. Dourados, 2008. 1 áudio mp3. Entrevista concedida no âmbito da pesquisa de mestrado da entrevistadora.

TELLES, V. da S. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V. da S.; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade**: Trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

TETILA recebe certificado de “Amigo do Bairro”. **Dourados News**, Dourados, 23 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/tetila-recebe-certificado-de-amigo-do-bairro-b555c2349e5a4102db0db1c7965b155e>>. Acesso em: 2 mar. 2008.

TORRACA, J. H. **Jorge Hamilton Torraca**: depoimento [ago. 2008]. Entrevistadora: Maria Amábili Alves de Castro. Dourados, 2008. 1 áudio mp3. Entrevista concedida no âmbito da pesquisa de mestrado da entrevistadora.

TUAN, YiFu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VILAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.



## **SOBRE OS AUTORES**

### **ANA CRISTINA YAMASHITA**

É arquiteta e urbanista pela Universidade de Marília (UNIMAR), mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). Participa da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e, atualmente, pesquisa sobre o desenvolvimento socioespacial e econômico a partir das dinâmicas produtivas, do espaço urbano/regional e das cidades médias.

### **CLÁUDIO CRISTHIANO DA SILVA NOGUEIRA**

É professor efetivo na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Possui mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), especialização e graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atua principalmente na área de Educação e Geografia Urbana, com ênfase nas temáticas sobre cidades pequenas e cidades médias.

### **FRANCISCO DA SILVA QUEIROZ**

Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com mestrado também em Geografia pela mesma instituição. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e desenvolve pesquisa ligada à temática urbana.

## HAMILTON ROMERO

Graduado em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atualmente, é Técnico de Nível Superior na UEMS e professor convocado no curso de Turismo na mesma instituição. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

## JOAO PAULO MUNIZ MARIN

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2009), com especialização em Sociologia pela Universidade Estácio de Sá (2015). Atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desenvolve pesquisa ligada à temática urbana.

## MARIA AMÁBILI ALVES DE CASTRO

É licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2006) e possui mestrado pela mesma instituição (2009). Atua em pesquisas sobre produção do espaço urbano, desigualdades sociais e produção habitacional.

## MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO

Possui graduação, mestrado e doutorado em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, campus de Presidente Prudente-SP) e pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2011) e pela UNESP, campus de Presidente Prudente-SP (2016). Atualmente, é professora associada IV da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e credenciada no Programa de Pós-Graduação -mestrado e doutorado - em Geografia da mesma instituição. Possui experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano, política pública e cidades médias. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e coordenadora da equipe de Dourados-MS.

## VALERIA FERREIRA DA SILVA FLORENTINO

Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2007) e mestrado em Geografia pela mesma instituição (2010). É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), com experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano e cidades médias.





Diagramação, Impressão e Acabamento



Assis - SP  
Fone: (18) 3322-5775  
Fone/Fax: (18) 3324-3614  
[vendas@graficatriunfal.com.br](mailto:vendas@graficatriunfal.com.br)  
[www.graficatriunfal.com.br](http://www.graficatriunfal.com.br)